

UNIVERSIDADE ABERTA
6º MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL

BOAS PRÁTICAS EM ESCOLAS POSICIONADAS NOS ÚLTIMOS LUGARES NAS
LISTAS DE ORDENAÇÃO

VOLUME I

Por
Ana Paula Fernandes Monteiro

Dissertação apresentada na Universidade
Aberta para obtenção do grau de Mestre em
Administração e Gestão Educacional

Orientadora:
Prof. Doutora Antónia Barreto

LISBOA
2006

Dedicatória

Ao que de mais precioso tenho – a minha família

Agradecimentos

O trabalho desenvolvido no decurso deste mestrado contribuiu, muito particularmente, para o crescimento e enriquecimento pessoal.

Agradeço primeiro a todas as pessoas que tornaram exequível a concretização desta dissertação, ao longo deste ano, cheio de trabalho, mas extremamente gratificante.

Gostaria, todavia, de lembrar alguns mais em particular.

Aos docentes da Universidade Aberta que me prepararam para poder chegar a este estágio de formação tanto na dimensão pessoal como profissional.

À Senhora Prof. Doutora Lídia Grave Resendes pela ajuda imensa para encontrar o caminho certo e levar a bom porto esta tarefa.

Um especial agradecimento à Senhora Prof. Doutora Antónia Barreto, a pessoa sem a qual não seria possível o *términus* desta dissertação, a pessoa que a qualquer hora esteve sempre disponível para me tirar dúvidas e me ajudar, que me orientou sempre com o melhor modo em todos os aspectos, inspirando-me confiança e auto-estima, em particular, neste percurso, mas de um modo geral foi, para mim, uma referência nas dimensões profissional, pessoal e humana, desde que a conheci.

Aos meus colegas que me ajudaram noutros projectos, incentivando-me para trabalhar nesta dissertação.

A todos que me proporcionaram o apoio familiar indispensável durante este projecto e aos que ao longo deste ano me apoiaram de forma incondicional.

E porque sou uma pessoa de fé, a Deus, por me ajudar de modo a que, sempre, tudo corra pelo melhor.

Sumário

Nesta dissertação faz-se a apresentação do trabalho conducente à realização de provas na Universidade Aberta no ramo de Administração e Gestão Educacional para obtenção do grau de Mestre.

O trabalho consiste na apresentação dos resultados de uma investigação levada a efeito em onze escolas com ensino secundário que têm sido posicionadas nos últimos lugares das listas de ordenação (rankings) que vêm sendo publicadas.

Pretende-se com esta investigação proceder a uma reflexão sobre a escola, enquanto Organização e por outro, analisar os resultados dos alunos em relação aos processos pedagógicos e organizacionais de cada uma das instituições observadas. Estão em causa algumas escolas com opções organizacionais completamente distintas, que serão observadas através de recolha de informação a vários níveis, nomeadamente, por entrevista aos presidentes dos órgãos de gestão, recolha documental, questionário e verificação *in loco*.

A primeira parte consiste numa reflexão teórica sobre gestão, liderança e avaliação educacional.

A pesquisa empírica, de carácter naturalista, realizou-se em onze escolas pertencentes à área de jurisdição da Direcção Regional de Educação de Lisboa, colocadas nos cem últimos lugares das listas de ordenação (ranking), publicadas nos anos de 2003 e 2004.

Esta investigação conduz-nos à percepção de boas práticas promotoras do sucesso educativo, desenvolvidas nestas escolas o que pode questionar o seu lugar na seriação.

Palavras-chave: Avaliação Educacional; Boas Práticas nas Escolas; Experiências Pedagógicas; Organização Escola; Liderança; Lista de Ordenação/Seriação (Ranking); Sucesso Educativo.

Summary

This dissertation presents the work done in the Universidade Aberta, in order to obtain a Master's degree.

The work consists in the presentation of the results of an investigation done in eleven schools with high school education which have been in the last places of the published rankings.

It is intended with this investigation to make a reflection about the school while an organization and analyse the student's results according to pedagogic process of each institution. There are some schools with quite different organizational options that will be observed through the gathering of information up to many levels, namely, documental research, by interviewing the administration organ and checking *in loco*.

The first part is about a theoretical reflection of management, direction and educational evaluation.

The empirical inquiry of naturalist way was done in eleven schools belonging to the area of the Direcção Regional de Educação de Lisboa competence which were the last hundred of the published rankings in 2003 and 2004.

This investigation lead us to the comprehension of good practise skills in school supporters of educational success, developed in these scools which may question their placies in the rank list.

Key words: Educational Evaluation; Good practise skills in school; Pedagogical experiences; School organization; Leadership; Rank List (Ranking); Educational success.

Resumé

Cette dissertation présentée à l'Universidade Aberta est destinée à l'obtention du grade de Maître.

Le travail consiste à présenter les résultats d'une enquête effectuée dans onze écoles de niveau secondaire qui ont été les dernières placées sur une liste de rangement qui est, à son tour, diffusée dans tout le pays.

Avec cette enquête, on veut d'un côté, faire une réflexion sur l'organisation « école » et d'un autre côté, analyser les résultats des élèves par rapport aux procédures pédagogiques et organisationnelles de chaque institution. Il s'agit d'écoles dont les options organisationnelles sont tout à fait différentes et qui seront observées à travers le recueil d'information à plusieurs niveaux, notamment, à travers de documents, par entrevue et par questionnaire au responsable - le Directeur - de l'école et encore vérification *in loco*.

La première partie consiste dans une réflexion théorique sur gestion, direction et évaluation sur l'éducation.

La recherche empirique, de caractère naturaliste, a eu lieu dans onze écoles appartenant à la zone de compétence de la Direção Regional de Educação de Lisboa. Celles-ci sont les dernières placées sur les listes publiées en 2003 et 2004.

Cette enquête nous conduit à la perception de bonnes pratiques promotrices du succès éducatif développées dans ces écoles, ce qui peut nous faire douter de leur place dans le triage.

Mots clés : Evaluation sur l'éducation ; Bonnes Pratiques dans les Ecoles ; Expériences Pédagogiques ; Organisation École ; Direction ; Liste de Rangement/triage(Ranking) ; Succès Educatif.

Índice de Matérias

Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Sumário	5
Summary	6
Resumé	7
Índice de Matérias	8
Índice de Figuras	12
Índice de Tabelas	13
Introdução	14
Termos e Conceitos Mobilizados	16
1. Escola enquanto Organização	21
1.1. Modelos Organizacionais	21
1.1.1. Conceção de Escola	21
1.1.1.1. Conceção Burocrática	25
1.1.1.2. Conceção Gerencialista	25
1.1.2. Modelos Educacionais	26
1.1.3. Avaliação Educacional	31
1.1.4. Gestão e Liderança	35
2. Apresentação da Arquitectura Metodológica	38
2.1. O Problema da Investigação e Objectivos	38
2.1.1. Questões de Investigação	38
2.1.2. Opções Metodológicas	41
2.1.2.1. Metodologia Naturalista	41
2.1.2.2. Estudos de Caso	43
2.1.3. Técnicas de Recolha de Dados	44
2.1.3.1. Entrevista	44
2.1.3.2. Recolha Documental	47
2.1.3.3. Inquérito por Questionário	47
2.1.3.4. Observação dos Espaços Físicos	48

2.2. Escolas Participantes no Estudo.....	48
2.2.1.Os Entrevistados.....	55
2.3.Técnicas de Análise de Dados.....	55
2.3.1.Análise de Conteúdo.....	55
3. Apresentação e Análise de Dados.....	60
3.1. Análise das Entrevistas	60
3.1.1.Enquadramento Socio-económico das Escolas.....	60
3.1.2.Caracterização da Escola.....	63
3.1.3.Estratégias para a Prossecução de Objectivos.....	70
3.1.4.Factores que Interferem no Desempenho da Escola.....	77
3.1.5.Impacto na Escola da Publicação do seu Lugar na Lista de Ordenação (Ranking).....	80
3.2. Análise dos documentos das Experiências Pedagógicas.....	88
3.2.1. Boas Práticas na Escola Marquês de Pombal.....	88
3.2.2. Boas Práticas na Escola D. João II.....	92
3.2.3. Boas Práticas na Escola Poeta Joaquim Serra.....	93
3.2.4. Boas Práticas na Escola Infante D. Pedro.....	97
3.2.5. Boas Práticas na Escola Aquilino Ribeiro.....	98
3.2.6. Boas Práticas na Escola Frei Gonçalo de Azevedo.....	102
3.2.7. Boas Práticas na Escola Jorge Peixinho.....	105
3.3. Análise Comparativa das Pautas e Relatório do Júri Nacional de Exames.....	110
3.4. A Importância do Projecto Educativo de Escola (PEE) na Implementação de Boas-Práticas.....	113
3.5. Síntese.....	119
4. Conclusões.....	121
Bibliografia.....	127

ANEXOS

Siglas e Abreviaturas

AIP – Associação Industrial Portuguesa

APEE – Associação de Pais e Encarregados de Educação

AVES – Auto Avaliação das Escola (Projecto da Fundação Manuel Leão)

BE/CRE – Biblioteca Escolar /Centro de Recursos

CAA – Centro de Auto Aprendizagem

CAP – Centro de Aprendizagens

CE – Classificação de Exame

CEF – Curso de Educação e Formação

CET – Curso de Especialização Tecnológica

CIF – Classificação Interna de Frequência

DGD-A – Desenho e Geometria Descritiva – A

DGFV – Direcção Geral de Formação Vocacional

DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DREL – Direcção Regional de Educação de Lisboa

EB 2,3/S – Escola Básica do 2º e 3º ciclos com Secundário

EDUTECH – Rede de Escolas Especializadas

ES – Escola Secundária

ES/3 – Escola Secundária com 3º Ciclo

GIASI – Grupo de Investigação-Ação sobre Indisciplina

IDES – Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IGE – Inspeção-Geral de Educação

IIE – Instituto de Inovação Educacional

IPJ – Instituto Português da Juventude

NAP – Núcleo de Apoios Pedagógicos

NATE – Núcleo de Animação Teatral da Escola

PAA – Plano Anual de Actividades

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEE – Projecto Educativo de Escola

PES – Programa Educação e Saúde

PIP-T – Projecto de Intervenção Pedagógica – Tutoria

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TIG – Tecnologias de Informação Geográfica

Índice de Figuras

Figura 1. Evolução Cronológica do Pensamento Organizacional	23
--	----

Índice de Tabelas

Tabela 1. Calendário das Entrevistas.....	46
Tabela 2. Escolas que foram entrevistadas.....	49
Tabela 3. Grade de Categorias da Entrevista.....	56
Tabela 4. Grade de Categorias dos Projectos Educativos de Escola.....	59

Introdução

A reflexão ora apresentada enquadra-se em correntes teóricas que investigam a eficácia e a eficiência, bem como a melhoria das escolas, medidas pelos resultados dos seus alunos em relação aos processos pedagógicos e organizacionais de cada uma das instituições que foram observadas.

Há tendência para que a opinião pública considere que “*uma boa escola seria aquela que apresentasse melhores resultados para um maior conjunto de alunos*”¹. Tendo em conta as opiniões de Curado e Gonçalves existe uma forte relação entre “*a importância dos factores organizacionais e o rendimento escolar dos alunos, em particular os relacionados com a gestão.*” De entre estes factores destacam-se a existência, a que as autoras chamaram de “*estilos de gestão*” que terão como objectivo conduzir a organização a uma “*cultura de reforço mútuo*”.

O objectivo do presente estudo junto dos estabelecimentos de ensino foi o de analisar as situações individuais de cada escola, identificando indicadores mais significativos que contribuem para o sucesso dos alunos e uma melhor prestação das escolas.

Vivemos numa era em que as dinâmicas económicas, políticas e sociais, são condicionadas pelo acesso generalizado a poderosos meios de comunicação e informação. Uma era caracterizada por profundas e rápidas transformações que abrangem todos os sectores da actividade humana. Talvez por isso, a educação dos jovens constitua um dos desafios mais complexos que as sociedades contemporâneas têm de enfrentar. Os sistemas educativos e formativos, não podendo ignorar estas realidades, procuram adaptar-se simultaneamente, aos desejos, capacidades, interesses, motivações e necessidades dos jovens, enfim, às exigências das sociedades.

¹ CURADO, Ana Paula; GONÇALVES, Conceição; GÓIS, Eunice (2003), *Resultados Diferentes Escolas de Qualidade Diferente?* - Temas de Investigação, nº 28, ME. P. 25

O ensino secundário ocupa um espaço preponderante no desenvolvimento da sociedade portuguesa. Na verdade, o futuro pessoal e profissional dos jovens depende da diversidade e da qualidade das ofertas formativas deste nível de ensino.

O estudo que ora se apresenta permitiu caracterizar realidades da organização escola e identificar ferramentas de desenvolvimento que se adequam às necessidades do sistema e, mesmo, das exigências da sociedade nos dias que correm.

Pede-se à escola que desempenhe um papel social que até há bem pouco tempo era assumido pela família. Não é tarefa fácil mas a escola terá que dar o seu contributo para a resolução desta exigência da sociedade de hoje.

Como poderão coexistir diversas formas culturais num mesmo espaço físico e social?

Deverão existir diferentes agentes com o mesmo papel, utilizando métodos diferentes de encarar o problema. Além disso o sistema terá a capacidade de proporcionar agentes que sejam iguais entre si mas que residam em instâncias diferentes no sistema. Ambas as aproximações, agentes com o mesmo papel e abordagens diferentes ou agentes com o mesmo papel e a mesma abordagem, introduzem a pretendida robustez, flexibilidade/versatilidade, expansibilidade e modularidade à organização.

Ao longo desta dissertação tentar-se-ão identificar situações que são vivenciadas pelas escolas e que serão analisadas de acordo com decisões que levaram à implementação de experiências pedagógicas encontradas no âmbito do Projecto Educativo das Escolas (PEE).

Para além dos normativos legais em vigor, um dos grandes problemas relaciona-se com a qualidade das políticas e estratégias implementadas a nível da dinâmica interna das organizações, nomeadamente, no que se refere à estrutura formal e informal, aos circuitos definidos internamente, à rede comunicacional definida pelas hierarquias, bem como a própria cultura – ambiente interno das organizações – que, de alguma forma, é inculcada e/ou assimilada pelos indivíduos que as integram.

A administração pública é uma organização extremamente complexa, seja ela a nível, macro, meso ou micro. As situações que nem sequer são observáveis e que são percebidas pelos indivíduos que a integram, provocam uma entropia permanente que obstaculiza o normal funcionamento da organização.

Nesta conformidade, este trabalho encontra-se repartido em quatro capítulos fazendo o primeiro a análise das teorias organizacionais da escola; o segundo dedicado à estrutura e

³ In FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra – Dinâmicas da Acção Organizada*, Instituto Piaget

metodologia encontradas e implementadas para a realização do presente trabalho; o terceiro inteiramente dedicado à análise e interpretação dos dados; o quarto apresenta as principais conclusões da dissertação com as inferências a que se chegou após a presente tarefa.

É ainda apresentado um conjunto de anexos respeitantes ao complemento da informação que foi sendo trabalhada e os instrumentos utilizados.

Termos e Conceitos Mobilizados

Boas Práticas/Avaliação

O termo boas-práticas é bem aceite por uns e contestado por outros. Na essência o conceito é que interessa. O que é que de bom se pode classificar para solucionar muitos dos problemas que nos vão surgindo no quotidiano vivenciado na escola. Este é o cerne da questão. Arranjar instrumentos, elementos, projectos, estratégias de intervenção pedagógica, não só para fazer face aos problemas que vão surgindo, mas também perspectivar em termos de futuro a prevenção de eventuais problemas. Talvez seja aí mesmo que reside a capacidade de algumas escolas conseguirem adiantar-se aos problemas, de maneira a que quando eles surjam esteja já preparada a solução para o problema.

Certificação de competências

O nosso sistema educativo está preparado para formar alunos que enveredem, essencialmente, pelo prosseguimento de estudos. Cada vez mais assistimos à saída de jovens do ensino secundário que não conseguem ingressar no ensino superior e que não dispõem de qualquer certificação profissional no final do ensino secundário. O mercado de trabalho é cada vez mais exigente na qualificação profissional. O que é facto é que os percursos formativos alternativos ao prosseguimento de estudos, embora estejam criados por diploma e regulamentados, mas são poucas as instituições que aderem, com facilidade, à leccionação desses cursos.

É, portanto, urgente a mudança. A pouco e pouco já vai havendo escolas que vão enveredando por aquela via, não por opção própria mas porque percebem que têm que adequar a sua oferta formativa ao público-alvo. Se assim não for, as escolas vêem-se a braços com problemas sérios de abandono escolar, indisciplina e obviamente de insucesso.

Dinâmicas de gestão

Na realidade o discurso a que se vem assistindo é o do uso indiscriminado de determinado léxico – participação, autonomia, descentralização, democratização – que não tem sido exequível, nem por parte da administração central nem pelas escolas, naturalmente, numa perspectiva de estratégia de mudança, gorando as expectativas dos que, mais esperançados, idealizam a escola como uma instituição exemplar.

Escola enquanto cultura

A reflexão sobre as estruturas organizacionais encerra, normalmente, o estudo dos processos pelos quais são estabilizadas e estruturadas as interações entre os actores que integram a organização. Contudo, os actores têm a sua acção condicionada na medida em que, e citando Friedberg³, a sua racionalidade e a sua capacidade de escolha estão preestruturadas por pertencerem a culturas (nacionais, profissionais, organizacionais) das quais não se conseguem dissociar, estando implícita uma liberdade muito reduzida quanto à sua actuação.

Escola enquanto organização

*“O fenómeno organização aparece como resultado contingente e sempre provisório da construção de uma ordem local cujas características relativamente autónomas estruturam a capacidade de acção colectiva dos interessados. Ele é, ao mesmo tempo, forma e conteúdo, estrutura e processo, obrigação para a acção humana e o seu resultado.”*⁴

As correntes do pensamento organizacional permitem-nos entender a organização como algo não meramente linear (como inicialmente era encarada), mas, pelo contrário, uma estrutura altamente complexa onde se confrontam uma multiplicidade de variáveis.

Estratégia/Planeamento/Intervenção pedagógica/Parcerias

A escola, nos dias de hoje, tem que ter as suas portas abertas à comunidade. Tem que definir estratégias inclusivas a diferentes níveis de participação. As instâncias que rodeiam a escola e o próprio espaço onde ela se insere assim o exigem.

⁴ In FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra – Dinâmicas da Acção Organizada*, Instituto Piaget

Formação contínua

A formação contínua de profissionais é uma necessidade premente para a obtenção de capacidades de ensino específicas e observáveis, relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem. Um professor tem que ter em mente que o ensino e os alunos estão em permanente mutação. Têm que fazer um exercício de reflexão continuado com o intuito de ir ao encontro das necessidades dos alunos, da escola, do ensino e do próprio sistema educativo.

Gestão e administração

A gestão participada observa-se através de um conjunto de técnicas e práticas, nomeadamente, o estilo de liderança, a gestão de conflitos (sempre expectantes), por via da negociação, a dinâmica de grupos, a dinamização de reuniões e eventualmente a criação de diferentes estruturas que possam ir ao encontro dos interesses, principalmente dos jovens e da comunidade educativa em geral.

A gestão participativa é um modo de estar na direcção da organização e tem que ser sempre perspectivada na globalidade da referida organização, sob pena de o líder não conseguir conjugar esforços de cooperação, participação e envolvimento dos diferentes actores educativos, com o objectivo da tomada de decisões ser participada.

Gestão escolar/liderança

A eleição do líder (director) da organização é levada a efeito pelos diferentes actores educativos, o que é frequentemente constatado é que o órgão de gestão, seja ele individual ou colegial, é normalmente encarado como um mero representante do corpo docente da instituição. Por outro lado, este gestor exerce, fundamentalmente, a representação da administração central, dando cumprimento aos normativos. Os interesses da administração central nem sempre coincidem com as expectativas dos actores educativos, podendo então assistirmos à colisão de interesses – pessoais, sociais, decisionais ou mesmo organizacionais – em que a escola apresenta um cenário de *arena política* em que os jogos dos diferentes grupos são colocados em evidência. Uma organização não é mais do que uma rede de actores que se encontram fragilmente articulados, com interesses bastante diferenciados e que na maior parte dos casos se encontram associados por razões instrumentais.

Lista de Ordenação/Seriação/ Ranking

Poderá dizer-se que quando se publica uma lista de ordenação de escolas “*ranking*” está a transmitir-se à opinião pública o efectivo desempenho educativo das diferentes escolas que são consideradas nessa lista? Talvez não. A enormidade de factores que influenciam o desempenho educativo das escolas está longe de ser medido por um instrumento apenas: Exames Finais Nacionais do Ensino Secundário.

Consideramos os exames um instrumento válido e indispensável, essencialmente, como aferição e avaliação do próprio sistema educativo. Podem constituir-se um óptimo elemento de avaliação e orientação para incentivar a qualificação das aprendizagens. Mas é inegável que podem também ser um factor de exclusão, de selecção ou mesmo insucesso de muitos alunos.

Projecto Educativo de Escola (PEE)

É um instrumento, que cada vez mais, assumirá um papel de maior relevância na identidade de cada estabelecimento de ensino. Será um conjunto organizado de princípios, orientações, normativos, funções, entre outros com o intuito de dar corpo a/enformar uma escola do ponto de vista pedagógico. Será sempre passível de mudanças/alterações, maiores ou menores, tanto quanto a evolução da comunidade educativa o exigir.

Sucesso/Insucesso/Abandono escolar/Graus de desempenho/Indisciplina

Os jovens apresentam níveis de interesses/necessidades que a sociedade em geral, nomeadamente através das instituições família e escola, entre outras estruturas, não consegue satisfazer.

A escola depara-se com o facto de nem sempre se encontrar à altura da resolução dos problemas sociais/conflitos que lhe são colocados. Contudo, é ela o palco preferencial onde eclode o conflito/violência, onde nem sempre os agentes educativos se encontram preparados, entenda-se com formação/actualização no sentido de o resolver ou mesmo identificar e implementar estratégias de prevenção da indisciplina.

Apesar da criação de normativos que tentam nortear a acção dos agentes educativos, na escola (sala de aula e recreio), constata-se que a receptividade por parte da comunidade educativa nem sempre se verifica.

Constatamos ainda que, apesar dos avanços já efectuados a nível da investigação nesta área, um longo caminho há ainda a percorrer.

É fundamental que desde cedo os jovens adquiram determinadas competências sociais facilitadoras do relacionamento interpessoal, como sejam: a capacidade de se colocar no lugar do outro (descentração do ponto de vista cognitivo e afectivo); a capacidade de se centrar num problema gerando alternativas e encontrando soluções e a capacidade de analisar alternativas de modo a tomar decisões equilibradas.

Quando o jovem evidencia dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal, podem desencadear-se problemas a vários níveis, nomeadamente, através de respostas passivas ou agressivas face a situações de relacionamento interpessoal.

Estes comportamentos sociais, por não constituírem respostas adequadas, agravam a dificuldade de relacionamento interpessoal podendo gerar conflitos entre pares, família, professores e, conseqüentemente, contingências de difícil superação.

A resposta para dificuldades de relacionamento passa necessariamente por uma escola que promova o desenvolvimento e adequação de competências sociais.

1. Escola enquanto Organização

1.1. MODELOS ORGANIZACIONAIS

1.1.1. Concepção de escola

Estão em causa escolas com opções organizacionais completamente distintas, que puderam ser observadas através de recolha de informação a vários níveis, nomeadamente, recolha documental, por entrevista com os órgãos de gestão e verificação *in loco* do que será relatado mais adiante.

O objectivo que presidiu a este trabalho foi o de proceder a uma reflexão que conduzisse ao estabelecimento de uma relação entre o estilo de liderança/gestão duma escola do ensino regular e o sucesso obtido pelos seus alunos nas diferentes dimensões.

Nem sempre assim foi, na medida em que são incomensuráveis os factores que interferem na vida da instituição **escola**. Pode verificar-se a forte relação entre as variáveis relacionadas com o processo de gestão e respectivo sucesso educativo dos alunos de várias escolas e em particular nas que vão ser referenciadas nesta reflexão.

A processo/estilo de liderança levada a cabo pelo Presidente do Conselho Executivo (PCE) faz a grande diferença entre existirem escolas com uma dinâmica muito própria em que os projectos, parcerias, protocolos, entre outros “pululam” por toda a instituição, no sentido de combater as vicissitudes inerentes ao meio escolar. A sociedade, hoje, através dos *média*, da Internet, do consumismo a “qualquer preço”, apresenta solicitações aos jovens, que em tudo são mais interessantes do que aquilo que a escola lhes possa oferecer, pelo que as situações

de insucesso, indisciplina e até violência de que se fala cada vez com mais frequência agudizam-se a passos largos. Se o órgão de gestão tiver um diagnóstico do contexto exterior à escola, pode agir em conformidade com o centro de interesses desses jovens. Será, portanto, indiscutível que o perfil do líder que se encontra à frente da organização é demasiado importante para a promoção do sucesso educativo nessa mesma organização. Poder-se-á constatar este facto nas escolas que foram estudadas. Desde o Presidente do Conselho Executivo (PCE) com formação especializada em administração e gestão educacional, passando por profissionais com alguma experiência até aqueles que estão a iniciar verificaremos as diferenças significativas de actuação de cada um deles.

*“O fenómeno organização aparece como resultado contingente e sempre provisório da construção de uma ordem local cujas características relativamente autónomas estruturam a capacidade de acção colectiva dos interessados. Ele é, ao mesmo tempo, continente e conteúdo, estrutura e processo, obrigação para a acção humana e o seu resultado.”*⁶

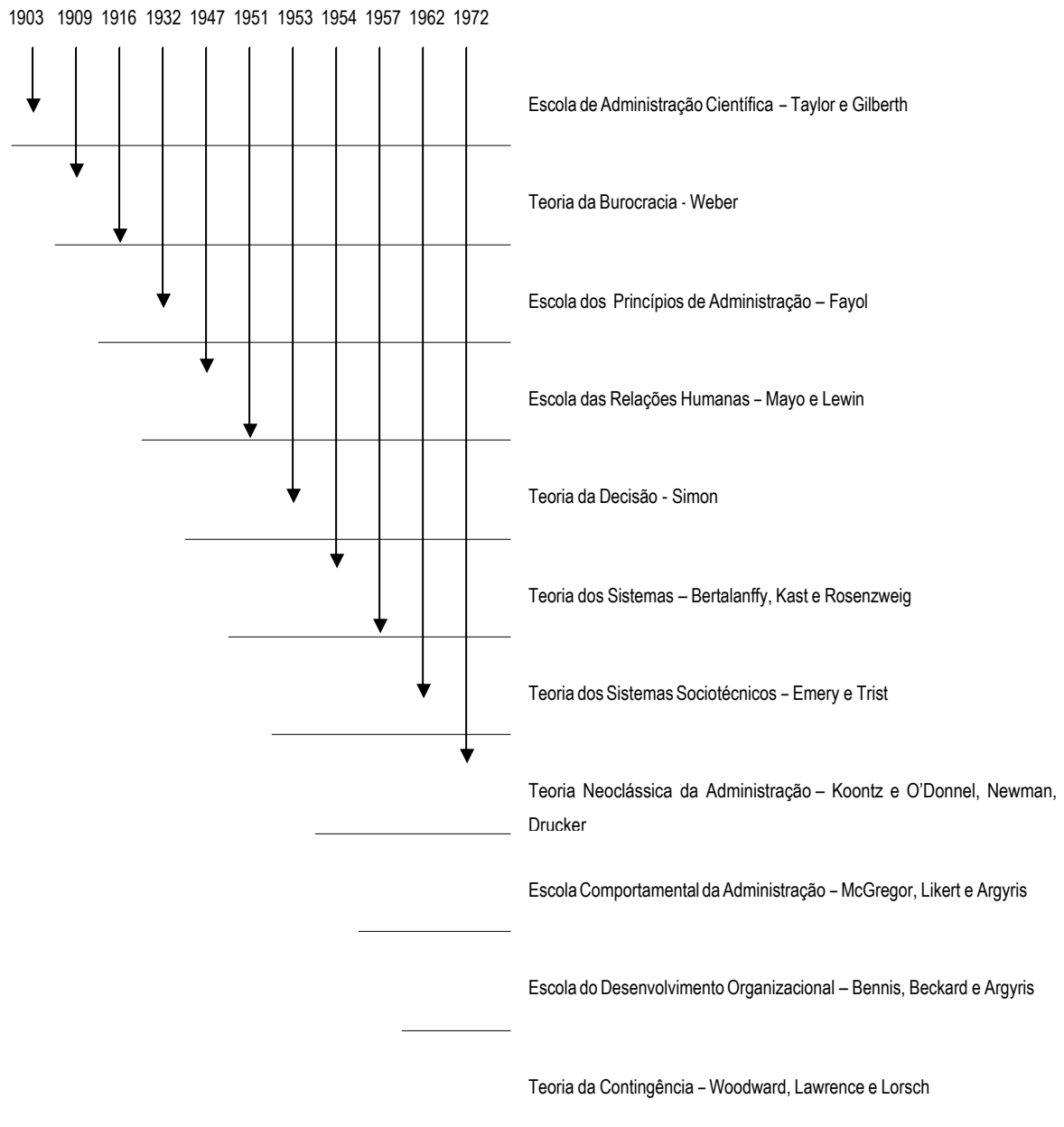
As correntes do pensamento organizacional permitem entender a organização como algo não meramente linear (como inicialmente era encarada), mas, pelo contrário, uma estrutura altamente complexa onde se confrontam uma multiplicidade de variáveis.

O esquema que a seguir se apresenta perspectiva a evolução do pensamento organizacional ao longo do último século⁷.

⁶ In FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra – Dinâmicas da Acção Organizada*, Instituto Piaget

⁷ In, BILHIM, João A. F., (2004), *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*, Universidade Técnica de Lisboa - ISCSP, Lisboa 2004.

Figura 1 – Evolução cronológica do Pensamento Organizacional



A reflexão sobre as estruturas organizacionais encerra, normalmente, o estudo dos processos pelos quais são estabilizadas e estruturadas as interacções entre os actores que integram a organização. Contudo, os actores têm a sua acção condicionada na medida em que, e citando Friedberg,⁸ a sua racionalidade e a sua capacidade de escolha estão preestruturadas por pertencerem a culturas (nacionais, profissionais, organizacionais) das

⁸ In FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra – Dinâmicas da Acção Organizada*, Instituto Piaget

quais não se conseguem dissociar, estando implícita uma liberdade muito reduzida quanto à sua actuação.

“(…) A valorização teórica e empírica das realidades escolares não pode, por sua vez, incorrer nos riscos de produzir imagens de organização-escola do tipo atomizado ou insularizado. Temos, por isso, defendido a necessidade de ultrapassar a atomização da escola enquanto universo fechado e isolado do contexto macro-social mas, de igual modo, escapando a determinismos do tipo macro-estrutural que reduzem as dimensões organizacionais e condenam os actores à reprodução e adaptação, capitulando perante a imposição normativa externa e a uniformização centralizadora”⁹.

Estamos perante um cenário bastante comprometedor, na medida em que se procura, basicamente, gerir conflitos e tensões ao invés de se investir na eficácia e eficiência da organização, que passará obviamente por aquilo que foi referido anteriormente, isto é, o objectivo último seria o de obter um maior sucesso para o “*produto final*” da organização-escola que passa pela formação integral e harmoniosa dos jovens nos diferentes domínios – cognitivo, afectivo, psicomotor e social. Importa ainda salientar, nesta sede, o grau de satisfação dos restantes actores que intervêm no processo educativo – professores, auxiliares de acção educativa, pais e encarregados de educação – que será determinante para a realização de cada um deles.

Numa lógica de modernização, em que se encontram implícitas a eficácia e a eficiência das organizações, temos observado algum esforço pela maior participação de todos os agentes/actores educativos, nomeadamente, no que se refere ao processo de autonomia, descentralização e mesmo democratização, conduzindo-nos, assim, a uma gestão participada.

Na realidade o discurso a que se vem assistindo é o do uso indiscriminado de determinado léxico – participação, autonomia, descentralização, democratização – que não tem sido exequível, nem por parte da administração central nem pelas escolas, naturalmente, numa perspectiva de estratégia de mudança, gorando as expectativas dos que, mais esperançados, idealizam a escola como uma instituição exemplar.

Neste contexto, começa a surgir uma nova corrente com cariz gerencialista e tecnocrático. Segundo esta corrente “*Uma construção social, participativa de modelos de organização e administração escolar através de práticas de autonomia e de regras localmente produzidas, outrora reservadas aos decisores centrais e aos textos oficiais*

⁹ In LIMA, Licínio, (1998), *A Administração do Sistema Educativo e das Escolas*, Estudos Temáticos-ME

representará sem dúvida um importante factor de democratização da governação da educação e de defesa da escola pública.”¹⁰

1.1.1.1. Conceção Burocrática da Escola

Quando “(...) o aluno é visto como algo extrínseco à produção do próprio acto educativo (...) não faz sentido falar em participação na gestão, como não faz sentido dizer que as pessoas que vão fazer compras no supermercado devem fazer parte da sua administração (...)”¹¹

Embora a eleição do líder (director) da organização seja levada a efeito pelos diferentes actores educativos, o que é frequentemente constatado é que o órgão de gestão, seja ele individual ou colegial, é normalmente encarado como um mero representante do corpo docente da instituição. Por outro lado, este gestor exerce, fundamentalmente, a representação da administração central, dando cumprimento aos normativos. Claro está que os interesses da administração central nem sempre colidem com as expectativas do corpo docente, podendo então assistirmos à colisão de interesses – pessoais, sociais, decisoriais ou mesmo organizacionais – em que a escola apresenta um cenário de *arena política* em que os jogos dos diferentes grupos são colocados em evidência. Na realidade, uma organização não é mais do que uma rede de actores que se encontram fragilmente articulados, com interesses bastante diferenciados e que na maior parte dos casos se encontram associados por razões instrumentais.

1.1.1.2. Conceção Gerencialista da Escola

Lembrando Friedberg (1993) “(...) numa organização como a escola a gestão é uma dimensão do próprio acto educativo. Definir objectivos, seleccionar estratégias, planificar, organizar, coordenar avaliar as actividades e os recursos, ao nível da sala de aula, ou ao nível da escola no seu conjunto, são tarefas com sentido pedagógico e educativo (...), valorizando a abordagem do professor como um gestor (...)”¹².

¹⁰ In LIMA, Licínio, (1998), *A Administração do Sistema Educativo e das Escolas*, Estudos Temáticos-ME

¹¹ In BARROSO, João, (1998), *Cadernos de Organização e Gestão Escolar*, IIE - ME

¹² In FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra – Dinâmicas da Acção Organizada*, Instituto Piaget

A gestão participada observa-se através de um conjunto de técnicas e práticas, nomeadamente, o estilo de liderança, a gestão de conflitos (sempre expectantes), por via da negociação, a dinâmica de grupos, a dinamização de reuniões e eventualmente a criação de diferentes estruturas que possam ir ao encontro dos interesses, principalmente dos jovens e da comunidade educativa em geral.

Indubitavelmente, a gestão participativa é um modo de estar na direcção da organização e tem que ser sempre perspectivada na globalidade da referida organização, sob pena de o líder não conseguir conjugar esforços de cooperação, participação e envolvimento dos diferentes actores educativos, com o objectivo da tomada de decisões ser participada.

Pode mesmo dizer-se que está em causa a “missão” de levar a cabo um projecto com sustentabilidade, tendo por base o diagnóstico da situação, onde o líder tem que ter a perspicácia de convencer os restantes actores da sua exequibilidade e respectivo sucesso.

A educação (como qualquer outra área) constitui-se por si só um problema organizacional especialmente no que concerne à perspectiva meso (sobre a qual vai ser o enfoque desta dissertação), na medida em que para além da eficácia e eficiência que já foram referidas, há um outro conjunto de papéis que importa clarificar, o que nem sempre é fácil implementar ou mesmo, nalguns casos, sabe-se que não são exequíveis.

Para além dos normativos legais em vigor, um dos grandes problemas da gestão relaciona-se com a qualidade das políticas e estratégias implementadas a nível da dinâmica interna da organização, nomeadamente, no que se refere à estrutura formal e informal, aos circuitos definidos internamente, à rede comunicacional definida pelas hierarquias, bem como a própria cultura – ambiente interno da organização – que, de alguma forma, é inculcada e/ou assimilada pelos indivíduos que a integram.

A administração pública é uma organização extremamente complexa, seja ela a nível macro, meso ou micro. As situações que nem sequer são observáveis e que são percebidas pelos indivíduos que a integram, provocam uma entropia permanente que obstaculiza o normal funcionamento da organização.

1.1.2. Modelos Educacionais

Apesar do livro de Joël de Rosnay “O Macroscópio” ter sido editado em 1975, os seus princípios continuam completamente actuais. Já na altura o autor preconizava que era emergente “*A valorização da criação e do mérito colectivo. Trabalho criativo ao ritmo*

pessoal, empenhamento numa causa de valorização da eficácia para atingir um determinado objectivo”¹³. Na realidade ainda hoje a administração continua a não cumprir esse preceito, conduzindo-nos por vezes a situações de difícil resolução.

Embora o problema seja linear e aparentemente de fácil solução, o que é facto é que a nível da administração deparamo-nos, frequentemente, com situações que se revestem de alguma peculiaridade e por isso de resolução pouco (ou nada) eficaz.

As opções organizacionais das instituições encontram-se dependentes de um sistema normativo que tanto pode servir de recurso nuns casos, como de limitação noutros. Devem ser conhecidos os elementos do sistema para que as normas saibam ser interpretadas, por forma, a que os actores não se limitem a executá-las, mas pelo contrário tenham uma atitude proactiva, perante essas mesmas normas.

Cada vez mais, hoje em dia, lidamos com organizações que são sistemas abertos em que a capacidade de planear, isto é, definir rumos, passa pela articulação/negociação com o colectivo dos actores da organização. Esta é, normalmente, levada a efeito por um líder que tem que inculcar no colectivo o “seu querer”, para poder implementar a estratégia de planeamento como uma “bússola” que possa orientar a organização e nunca como um “espartilho”. De todo o modo, se a liderança não for organizada com os recursos da organização, dificilmente, a gestão daquela organização será bem sucedida.

Se atentarmos nesta questão, pensamos que se sente alguma inquietação, na medida em que sentimos não estar preparados para receber o futuro à velocidade que ele se nos apresenta. A própria mudança reveste-se de uma grande transitoriedade. As estruturas ainda se apresentam com alguma burocracia (hoje no sentido negativo), que foi no início do século passado, considerada uma corrente de pensamento da administração com grande visibilidade (Weber) nas organizações. As organizações caracterizavam-se por serem duradouras, resistentes, enquanto que nos dias de hoje elas são efémeras.

Há já uma nova corrente defendida por alguns especialistas – nomeadamente Alvin Toffler, citado por Mintzberg, que se designa de adhocracia. *“As burocracias mecanicistas e profissionais foram concebidas para aperfeiçoar programas-padrão (...) não foram concebidas para a inovação, sobretudo devido ao facto de privilegiar o controle pela estandardização dos resultados.”* Hoje *“A inovação sofisticada exige uma quinta configuração estrutural, muito diferente das outras, que permite reunir peritos provenientes de disciplinas diversas em grupos de projecto ad hoc que trabalham sem*

¹³ ROSNAY, Joël, (1975), *O Macroscópio*, Arcádia, (pág. 232)

atritos”¹⁴, mas da qual ainda nos encontramos distantes, pelo menos, no que se refere à administração pública.

Ao longo dos tempos a instituição escola tem vindo a sofrer a intervenção de reformas, algumas delas mesmo radicais, no sentido de melhorar o rendimento escolar dos alunos, por um lado e o desenvolvimento emocional – e para a cidadania – por outro.

Um dos factores que pode desempenhar um papel relevante na consecução dos objectivos relaciona-se com a autonomia das escolas e esta, necessariamente, não se pode dissociar do papel que o gestor e restantes actores educativos desempenham na organização.

Por sua vez, estes actores são os responsáveis pela dinâmica que se imprime na escola enquanto organização, nomeadamente, através da implementação de modelos educacionais que podem promover, com maior ou menor eficácia, o sucesso dessa organização. Estamos claramente a referir-nos ao sucesso educativo que os alunos demonstram num determinado contexto.

Cabe aos docentes, enquanto actores da organização, adequarem os modelos educativos, seleccionando de entre os muitos existentes, os que de alguma forma possam satisfazer as necessidades/expectativas dos alunos, inculcando-lhes princípios/valores de autonomia, responsabilidade, criatividade, interacção, espírito crítico, entre outros, contribuindo, assim, para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Recorrendo à obra de Bruce Joyce & Marsha Weil (1995) podemos sistematizar os modelos de ensino aprendizagem em quatro grandes conjuntos de modelos, a saber:

- Modelos de Processamento de Informação-Cognitivistas;
- Modelos Pessoais;
- Modelos Socializantes;
- Modelos Comportamentais.

Cada um deles caracteriza-se por enfatizar aquilo que demais importante é desenvolvido por diversos autores e que subjaz às teorias por eles defendidas.

Assim, no primeiro modelo, encontramos autores como Bruner, Piaget, Ausubel, Lorayne, Kohlberg, defensores de perspectivas de desenvolvimento cognitivista. É um

¹⁴ In MINTZBERG, Henry, (2004), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, 3ª Edição, Gestão e Inovação, Publicações D. Quixote, p. 458

modelo especificamente para a resolução de problemas na medida em que potencia o pensamento produtivo. Baseia-se essencialmente no desenvolvimento do eu activo e integrado, o que implica essencialmente uma função intelectual.

No segundo caso, encontramos autores como Rogers, Schutz, Gordon, Hunt que se enquadram numa perspectiva de desenvolvimento do indivíduo como uma realidade única. Não existem dois indivíduos iguais, pelo que, o tipo de relações interpessoais que se estabelecem entre indivíduos é necessariamente diferente. Perspectiva o desenvolvimento do eu individual, isto é, cada um constrói a sua própria realidade, criando uma boa auto-estima e desenvolvendo a capacidade de processar a informação. No que concerne à terceira família de modelos distinguem-se autores como Dewey, Thelen, Shaver, Vygotsky, entre outros, que priorizam os processos democráticos e o trabalho social. Enfatiza a relação existente entre o indivíduo e o outro, fomentando, assim, a aprendizagem. A construção do saber é feita a partir de relações interpessoais, não negligenciando as intrapessoais.

A teoria de Vygotsky apresentada por Silva Pinto¹⁵ delinea a seguinte concepção “(...) a abordagem sociocultural do contexto educativo é fundamento essencial do processos de aprendizagem. A consciência social é primária e a dimensão individual da consciência é derivativa e secundária. (...) a aprendizagem não é um acontecimento que se realize numa mente de forma isolada. As representações são socialmente compartilhadas e a solidez das concepções é suportada muito mais por um sistema social do que por um sistema cognitivo individual.”

A construção individual do conhecimento preconizada pelos modelos de aprendizagem social conduz-nos à interacção humana que é a base destes modelos. Segundo os seus defensores são as relações sociais que mobilizam as capacidades dos alunos para uma maior capacidade de trabalhar a informação, os conceitos e os valores.

Como qualquer outro modelo, não descarta o desenvolvimento do indivíduo na perspectiva académica.

No último modelo identificamos autores como Wolpe, Smith & Smith e Skinner. Estes teóricos sustentam os seus estudos na modificação do comportamento como aprendizagem social, sendo esta a consequência da dicotomia estímulo–reforço, proporcionando uma interacção/mediação tanto individualmente como em grupo.

Para eles a definição de modelo de ensino é a seguinte:

¹⁵ PINTO, Manuel L. Silva, (2002) “Práticas Educativas Numa Sociedade Global, Edições ASA, 2002, p.302 e 303.

“(…) *um plano de ensino estruturado que pode usar-se para configurar um currículo, para desenhar materiais de ensino e para orientar o ensino na sala de aula.*”¹⁶

“(…) *as formas de ensino são muito variadas, devem ser sempre apropriadas aos objectivos a cumprir (…)*”¹⁷

Salienta-se que Joyce, ao fazer esta referência, equaciona a perspectiva macro e micro, na medida em que um modelo de ensino tanto pode servir de suporte à elaboração de uma matriz curricular, de um ciclo de ensino, como pode apenas servir para a preparação/planificação e leccionação de um determinado conteúdo:

“*Acreditamos que hoje em dia a teoria comportamentalista oferece um conjunto de procedimentos extremamente úteis e desenhadores de curricula.*”¹⁸

“*Conhecimento implica compreensão*” Skinner¹⁷. Analisando esta afirmação de forma simplista somos impelidos a considerar que qualquer pessoa consegue reproduzir o que compreendeu. Obviamente numa análise mais fina somos obrigados a inferir que o indivíduo compreendeu se for capaz de reproduzir de forma apropriada o que compreendeu, o que nem sempre acontece. Há variáveis endógenas, outras exógenas, (umas que conseguimos controlar, outras não) que interferem no comportamento que cada um pode exprimir perante uma situação de aprendizagem. Compreender vai além do conhecer porque exige o controle das tais variáveis/razões que subjazem ao conhecimento que está em causa.

Concluindo, a perspectiva reflexiva que se relaciona com a forma que se encara a forma intelectual da mente, o exterior, as experiências vivenciadas, a forma de observar a aldeia global em que nos encontramos inseridos, as intenções, os propósitos, as ideias – enfim, a estratégia que delineamos para ajustar os nossos comportamentos a todo o tipo de estímulos a que somos impelidos a responder, sujeitando-nos a um qualquer reforço que daí possa advir, não negligenciando as contingências intrínsecas ao próprio meio. Não sendo o

¹⁶ JOYCE, Bruce e WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza*, Madrid, ANAYA, 1985, p.11 (trad. feita a partir da obra em castelhano).

¹⁷ Idem-ibidem.

¹⁸ JOYCE, Bruce e WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza*, Madrid, ANAYA, 1985, p.338 (trad. feita a partir da obra em castelhano).

¹⁷ SKINNER, B. F, (1974), *Sobre o Behaviorismo*, Editora Cultrix, p. 124.

²⁰ JOYCE, Bruce e WEIL, Marsha, (1985) *Modelos de Enseñanza*, Madrid, ANAYA, 1985, p.236 (trad. feita a partir da obra em castelhano).

propósito que se segue, o de inculcar uma perspectiva determinista seria talvez oportuno citar uma frase de António Aleixo bastante ilustrativa da dependência que o indivíduo tem relativamente ao ambiente. Dizia então o nosso poeta:

*“Não sou nem bem nem mal educado
Sou apenas fruto do meio onde fui criado”*

É obvio que o que se pretende retratar com esta frase, não é mais do que o substrato cultural, social, económico e mesmo histórico que está na base da formação do indivíduo.

Segundo Joyce ²⁰ *“Uma sociedade de pensadores reflexivos seria capaz de preservar e melhorar a individualidade dos seus membros (...). O modo individual de reflectir é o que torna o mundo mais compreensivo e lhe dá significado pessoal e social. Portanto a capacidade de o indivíduo reflectir sobre a sua experiência é um factor crítico que determina a qualidade do mundo construído por ele.”*

Dos diferentes princípios abordados verificámos sempre aspectos positivos e negativos em cada um deles. Não podemos, portanto, apontar um modelo que reúna todas as virtudes e acompanhe as exigências do processo ensino-aprendizagem. O contributo de cada um deles é indubitavelmente válido e actual, na medida em que podem complementar-se entre si.

1.1.3. Avaliação Educacional

Em Portugal a escola é considerada como uma unidade própria e autónoma, veja-se a redacção do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio. Apesar deste diploma datar de 1998, a sua implementação não tem sido pacífica. As escolas funcionam não na perspectiva meso, tal como seria de esperar, mas mais como uma microestrutura que funciona dentro duma unidade mais vasta que é a administração central a quem compete definir e controlar as identidades de cada escola. A especificidade e eventuais potencialidades que cada escola poderia apresentar, relativamente ao tecido social, económico, cultural de entre outras

²² FORMOSINHO, João, FERNANDES, A. Sousa, MACHADO, Joaquim e Outro, (2005), *Administração da Educação, Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*, Edições ASA, p.118.

dimensões em que a instituição poderá ter um papel determinante, diluem-se face ao poder de decisão concentrado em estruturas regionais e centrais que limitam a iniciativa e até mesmo a criatividade da instituição.

A ideia de que a escola, enquanto instituição, deveria ser em tudo idêntica, tem vindo a ser substituída pelo conceito de uma organização dinâmica que é constituída por uma comunidade educativa (alunos, professores, pais, entre outros) e que deve estar francamente relacionada com o meio, em que se encontra inserida. É nesta perspectiva que não se equaciona, hoje em dia, o funcionamento de uma escola sem que tenha um Projecto Educativo específico e, verdadeiramente, integrado no referido tecido de que se falava anteriormente, indo ao encontro das necessidades e anseios da comunidade educativa. A este propósito Formosinho²² afirma “(...) e em qualquer processo de reorganização das estruturas da administração de educação devem ser considerados três aspectos: as competências atribuídas aos estabelecimentos de educação e ensino, a distribuição de competências entre os vários níveis da administração – central regional, local e institucional e a articulação entre estes níveis.” (2004). Também na mesma linha de análise a Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1998b:497-498), citada por Formosinho na mesma obra refere que “(...) a importância deste aspectos advém do carácter de autonomia de cada instituição, traduzida na possibilidade, mais ou menos alargada, de assumir um rosto e uma vocação própria da lógica de funcionamento do sistema e da interação entre as instituições educativas e as comunidades que elas servem (que se reflecte no segundo aspecto) e da disciplina funcional do sistema, do equilíbrio de poderes e de uma dialéctica evolutiva de competências convergentes nos mesmos objectivos (que o terceiro aspecto contempla).”

A evolução desta temática, no nosso país tem sido muito lenta. A delegação de competências que as escolas tanto reclamam acarretam responsabilização dos actos administrativos que nem sempre é um processo fácil e pacífico. Se por um lado os órgãos de gestão têm necessidade dessa “margem de manobra” para poderem solucionar as situações que cada vez mais se revestem de maior peculiaridade em cada instituição, por outro lado têm que existir mecanismos reguladores da prática da actividade daqueles órgãos. É, portanto, muito importante que os processos sejam transparentes e possam ser avaliados de forma completamente isenta.

No nosso país dispomos de uma estrutura, ao nível do Ministério da Educação, que leva a cabo a tarefa de verificação de conformidade, no que respeita aos normativos legais em vigor. Esta actividade executada, formalmente, pela Inspeção-Geral de Educação

(IGE) tem sido a forma de promover a avaliação externa dos estabelecimentos de ensino. A situação tem vindo a evoluir de forma muito lenta. A nível pedagógico foram implementadas as provas de aferição da aprendizagem que foram sendo alargadas aos três ciclos do ensino básico e que têm servido, de maneira muito ténue para as escolas fazerem a sua autoavaliação e poderem reflectirem sobre a sua actuação. Recentemente surgiram os exames finais nacionais no final do terceiro ciclo, em algumas disciplinas. Também no ensino secundário são feitos os exames finais nacionais que têm dupla valência nas disciplinas que se constituem provas de ingresso no ensino superior. Os exames têm um factor de ponderação de apenas 30% relativamente à classificação interna de frequência. Relativamente ao exposto, Formosinho²³ (2004) referindo-se à primeira seriação de escolas elaborada e publicada em 2001 diz *“Esta avaliação das escolas a partir dos resultados dos alunos apesar de constituir um aumento de informação disponibilizada à comunidade e, especialmente, aos pais e encarregados de educação, omite, porém dados significativos e importantes para a consideração do desempenho da escola na sua multidimensionalidade. Para além de não incluir os alunos que abandonam a escola e não se apresentam a exame (pelo menos como internos) esta avaliação não contempla o nível inicial dos mesmos alunos e o contexto sociocultural em que a escola se insere.”*

As escolas carecem de mecanismos de avaliação interna para a sua própria auto-regulação. A avaliação de qualquer organização serve acima de tudo para reflexão da própria organização, isto é, tem como que uma função formativa. A sobrevivência das organizações exige a recolha e tratamento da informação de forma sistemática e oportuna para tomarem consciência de onde se situam e por outro lado ajudar na tomada de decisões no sentido de melhorar os seus desempenhos.

A escola pode promover a reflexão junto de todos os actores educativos da sua comunidade, a partir da sua avaliação interna, com vista à elaboração e implementação de uma estratégia para o aperfeiçoamento pedagógico, administrativo, organizativo, entre outros. A avaliação da escola pode, assim, ser reconhecida pela administração como um processo de desenvolvimento organizativo, aquilo que muitos autores designam de eficácia organizacional. Por outro lado é também encarado como um processo de desenvolvimento democrático da instituição numa perspectiva de representatividade e participação.

Foram definidas directrizes pelos responsáveis pelo pelouro da avaliação no Ministério da Educação para que a IGE promovesse junto das escolas um programa de

²³FORMOSINHO, João, FERNANDES, A. Sousa, MACHADO, Joaquim e Outro, (2005), *Administração da Educação, Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*, Edições ASA, p.141.

avaliação integrada das escolas. Segundo Formosinho²⁴ (2004) aquele programa “*remete para o conceito de desenvolvimento organizacional, um conceito intimamente ligado aos conceitos de mudança planeada e de capacidade adaptativa da organização à mudança em que sobressai o papel das pessoas que integram as organizações. Ora a Teoria do Desenvolvimento Organizacional é, em certa medida, uma síntese integradora dos contributos Da Teoria das Relações Humanas e da Teoria Comportamental e apresenta-se como uma nova saída para o aumento da eficácia organizacional face às mudanças ambientais precisamente através do aumento da produtividade e da identificação e lealdade dos membros da organização (Chiavenato, 1983: 460 e 461).*”.

Apesar do programa ser recente ele foi já extinto, nos moldes em que estava concebido. Mantém-se o propósito de eleger um mecanismo regulador numa perspectiva de credibilização do desempenho das escolas e de consolidação da sua própria autonomia. Este instrumento já se encontra criado pelo Decreto-lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, contudo, pouco se sabe sobre os efectivos resultados desta iniciativa.

A avaliação externa deveria possibilitar uma visão genérica do funcionamento e dos resultados dos estabelecimentos de ensino permitindo a introdução de mecanismos de regulação do sistema, designadamente, no que respeita a definição de prioridades de política educativa, ajustamento de programas, afectação de recursos, entre outros.

Esta seria a situação mais coerente para não se incorrer na postura incómoda, para as escolas, (serem catalogadas de más ou excelentes) que poderá ser a publicação de um quadro estatístico que na sua essência deveria espelhar o sistema educativo que temos com todas as virtudes e defeitos.

É evidente para qualquer agente educativo que não está em causa a avaliação das escolas tanto interna como externa porque ambas pretendem observar a organização escola. Estão em causa princípios e valores que não desvirtuem o desempenho dos actores educativos da instituição, para que nela se possa actuar e interagir, acima de tudo, com dignidade e respeito. Lembra-se a este propósito Díaz²⁵ (2003) que refere “*A conceptualização de qualquer processo de avaliação das escolas supõe que nos coloquemos um conjunto de perguntas, tais como: que avaliar? para quê avaliar? com que critérios avaliar? quem deve realizar a avaliação?*”

²⁴ FORMOSINHO, João, FERNANDES, A. Sousa, MACHADO, Joaquim e Outro, (2005), *Administração da Educação, Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*, Edições ASA, p.142.

²⁵ DÍAZ, Amparo Sejas, (2003), *Avaliação da Qualidade das Escolas*, Edições ASA, p.9.

1.1.4. Gestão e Liderança

A Pedagogia participativa vê o conhecimento como um caminho a ser feito por aquele que entra na escola. Preconiza por este motivo, a integração pessoal do indivíduo na organização como indispensável a uma aprendizagem que se quer activa e significativa. A motivação passa de extrínseca a intrínseca.

Partindo desta motivação intrínseca, o indivíduo é entendido como uma parte activa na comunidade escolar em geral e o aluno, no processo de ensino aprendizagem, em particular, procurando construir por si mesmo a sua própria estrutura, nos diferentes domínios – cognitivo, afectivo, social – onde a experiência pessoal tende constantemente a ser melhorada.

O gestor escolar exerce, fundamentalmente, a representação da administração central, dando cumprimento aos normativos. Claro está que os interesses da administração central nem sempre coincidem com as expectativas do corpo docente, podendo então assistirmos à colisão de interesses – pessoais, sociais, decisoriais ou mesmo organizacionais – em que a escola apresenta um cenário de *arena política* em que os jogos dos diferentes grupos são colocados em evidência. Na realidade, uma organização não é mais do que uma rede de actores que se encontram fragilmente articulados, com interesses bastante diferenciados e que na maior parte dos casos se encontram associados por razões instrumentais.

Crozier (1993) e Friedberg (1993) consideram “(...) *necessário estabelecer normas e regras nacionais que definam as grandes linhas de orientação para a gestão das escolas, há que relativizar a importância da organização formalizada e privilegiar as estratégias locais que (...) interferem com os diversos actores. (...) mais do que um gestor o que as escolas precisam é de empreendedores sociais, individuais ou colectivos que sejam promotores da mudança e animadores dos processos que dela decorrem.*”²⁶ Urge mudar a mentalidade daqueles que têm assumidas responsabilidades de administração das escolas, porque na maior parte dos casos os conceitos de gestão e administração enfermam de alguma promiscuidade, encarada por muitos dos actores com alguma ligeireza, escudando-se na grande maioria das vezes, nos normativos emanados da administração central e sentindo-se completamente desresponsabilizados.

²⁶ CROZIER, Michel, (1993), *Le Phénomène Bureaucratique*, Éditions du Seuil; FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra*, Instituto Piaget.

Será oportuno lembrar a diferença entre chefia e liderança. Enquanto a primeira é retratada no cenário descrito anteriormente, a segunda não se limita ao cumprimento formal das atribuições funcionais de um determinado órgão hierárquico. O indivíduo que pretende ser líder de uma organização tem que ter inerentemente uma relação de legitimidade entre ele próprio, enquanto líder, e os liderados, ou seja aqueles que aceitam activamente os desígnios da liderança a que estão sujeitos.

A este propósito Ceitil²⁷ refere que um gestor se for, verdadeiramente, um líder diz aos que se encontram à sua volta “(...) *para observarem os comportamentos dos respectivos liderados (...). Um chefe pode ser um chefe sem ter ... chefados. Um líder não pode ser um líder sem ter ...liderados.*” A liderança é algo mais do que o mero cumprimento do conteúdo funcional de uma organização. Tem que ser alguém que consiga motivar os actores dessa organização para que a sua colaboração seja rendibilizada ao nível do cumprimento dos objectivos e, simultaneamente, se sintam realizados na construção de um edificado, isto é, duma cultura organizacional que, no caso específico da organização escola, levará ao fim último que é o sucesso educativo.

Um dos autores que tem avançado com algumas ideias sobre esta temática é Schein que citado por Rego²⁸ “(...) *define cultura como sendo as assunções básicas e crenças partilhadas pelos membros da organização (...)*”. Também Tavares²⁹ refere que “*As organizações de sucesso são as que são capazes de o fazer, envolvendo neste esforço todos os seus responsáveis.*” e mais adiante comunga da mesma opinião de Schein, citado por Rego³⁰ dizendo que “*Tal depende da existência de uma cultura – valores e processos de actuação – alinhados com os objectivos e a estrutura da organização.*”

O sucesso da organização está intimamente relacionado com a eficácia organizacional. Este conceito não pode dissociar-se do de eficiência. “*Toda a organização pode, simultaneamente, ser medida do ponto de vista da eficácia e da eficiência.*” É a perspectiva de Bilhim³¹ para justificar a ideia de sucesso supra mencionada.

Como consolidação de todas estas ideias partilhadas pelos diferentes autores citados faz-se uma última referência que tem por objectivo aglutinar as ideias lançadas,

²⁷CEITIL, Mário, (2006), *Gestão de Recursos Humanos*, Edições Sílabo, p.29 a 32.

²⁸ REGO, Arménio, (1998), *Liderança nas Organizações*, Universidade de Aveiro, p. 404

²⁹ TAVARES, M^a Manuel Valadares, (2004), *Desenvolvimento Organizacional*, Universidade Lusíada Ed., p. 116

³⁰ REGO, Arménio, (1998), *Liderança nas Organizações*, Universidade de Aveiro, p. 404

³¹BILHIM, João A. Faria, (2004), *Teoria Organizacional*, Universidade Técnica de Lisboa, p. 395

Mintzberg³² refere que “(...) existe uma necessidade de liderança. O controlo do trabalho do grupo passa a um indivíduo único, ou seja, é transferido para um único cérebro que controla os outros: a supervisão directa torna-se o mecanismo principal de coordenação.” Particularmente no caso em apreço – liderança nas escolas – tem que se ter em atenção que estamos em presença de “organizações interactivas” (Barroso, 2000), onde não será possível coexistirem burocracia e autoritarismo com uma perspectiva de colaboração, coordenação e supervisão de tarefas múltiplas com identidade e características pedagógicas que se destinam ao verdadeiro conceito de educação.

O tipo de liderança a que nos referimos é aquele que promove uma escola dinâmica, porque oferece a oportunidade da iniciativa pedagógica; aberta, porque nela participam todos os actores educativos; promotora do diálogo, porque colabora com todos os parceiros do tecido em que a escola se insere e democrática, porque é a instituição que por excelência tem em seu poder a missão, mas também a responsabilidade, de formar jovens, numa tríplice dimensão: humana, pessoal e social.

³²MINTZBERG, Henry, (2004), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Publicações D. Quixote, 3ª edição p. 25

2. Apresentação da Arquitectura Metodológica

2.1. O Problema da Investigação e Objectivos

Constatou-se que havia discrepância entre a publicação das listas de ordenação (ranking) das escolas e as boas práticas que estas realizam. Com efeito, há escolas posicionadas nos últimos lugares dessas listas de ordenação ou seja cujos alunos obtêm insucesso nas provas de exame final nacional e que promovem experiências pedagógicas que conduzem ao sucesso educativo dos jovens. Este sucesso não é visível, nem sequer percebido, nas listas de ordenação, contudo, ao visitarmos escolas que se inserem em determinados contextos, encontramos jovens que são verdadeiros testemunhos de sucesso educativo.

2.1.1 Questões de Investigação

Pretendeu-se com este trabalho contribuir para esclarecer as questões que se colocam à própria escola e à comunidade educativa em geral, relativamente à problemática da seriação (ranking). Assim, foram as seguintes as questões para as quais se pretendeu encontrar resposta:

- Uma avaliação das escolas deve ser feita com recurso a que tipologia de dados?
- Qual a influência da gestão no desempenho da organização e, conseqüentemente, no sucesso dos alunos?
- A formação específica dos elementos do órgão de gestão pode influenciar um maior e melhor desempenho da escola?
- Quais as dinâmicas de gestão que mais influenciam positiva ou negativamente o desempenho da instituição?
- Qual a importância da liderança no desempenho da instituição?

- Existem nestas escolas actividades, projectos, parcerias, dinâmicas de gestão, entre outras, que possam vir a ser identificadas como boas-práticas?
- De que forma a mobilidade docente pode ou não interferir na implementação de boas práticas?
- De que forma os espaços físicos interferem no desempenho das escolas?

Actualmente a educação e a cultura bem como a ciência representam uma preocupação que é condição indispensável ao desenvolvimento.

Pretende-se, pelo menos teoricamente, que o país cresça num constructo social com espírito crítico e inovador, perspectivando as gerações vindouras

O princípio que presidiu ao estudo que agora se apresenta foi o de:

- Proceder à identificação de indicadores de boas-práticas que funcionem como dispositivo de avaliação de desempenho da Organização – escola.

A actual reforma do sistema educativo tem sido apenas o início de um caminho a percorrer que se vislumbra bastante longínquo. As alterações da sociedade em geral ocorrem a passos largos e as nossas escolas (enquanto organizações) não têm acompanhado convenientemente essa evolução.

Deparamo-nos cada vez mais com problemas relacionados com abandono e insucesso escolares. Só há bem pouco tempo se identificaram alguns dos vectores determinantes e consequentes da insatisfação generalizada da comunidade educativa em geral.

O que está em causa é a desadequação existente entre o ensino destinado a uma população eminentemente “seleccionada”, na medida em que nem toda a população tinha facilidade de acesso ao ensino (há uns anos atrás) e do processo de massificação a que assistimos nas últimas décadas.

Para além do que foi referido não será despiciendo considerar um outro vector que tem contribuído fortemente para o abandono e insucesso escolares que é a desarticulação cultural a que assistimos nos dias de hoje e para a qual a escola não está devidamente preparada. A complexidade dos problemas gerados pela globalização das sociedades, onde se inclui o sistema educativo, deu à população discente um cariz multicultural e multirracial revestindo a sociedade portuguesa de uma grande heterogeneidade.

Por último não será de negligenciar que, como consequência da situação anterior, vivemos hoje em dia numa sociedade em que a instituição família, ela própria está em crise, exigindo-se um papel à escola que antigamente era desempenhado por essa instituição. É fácil perceber que a escola não está preparada para desempenhar esse papel com a acuidade que ele necessita.

Tendo em atenção o objectivo da investigação a estratégia que se nos afigurou mais adequada foi a seguinte:

- Considerar a singularidade de cada Projecto Educativo de Escola (PEE), tendo presente que elaborar um projecto implica, fundamentalmente, planear uma mudança e definir uma estratégia. Importa ainda referir que o processo que conduz à construção do PEE implica (ou deveria implicar), não só, o enunciar do futuro desejado como também delinear a sequência organizada de operações que permite atingi-lo;
- Mobilizar os contributos do órgão de gestão, estruturas intermédias e restantes actores na estrutura organizacional, no sentido de conduzir ao sucesso dos alunos, nomeadamente, através de desenvolvimento de Projectos que promovam a identidade das escolas em causa;
- Dar particular enfoque aos processos desenvolvidos pelas escolas referidas no âmbito da avaliação interna (quando existam);
- Aferir a capacidade das escolas no sentido de uma rigorosa avaliação da sua qualidade de ensino, através da criação de dispositivos que permitam realizar um claro diagnóstico das realidades em presença, como base de trabalho e reflexão.
- Identificar experiências pedagógicas que se configurem em boas práticas, com vista ao sucesso educativo.

O desenvolvimento de uma investigação sobre a escola como organização impõe a escolha de um modelo conceptual que possa orientar essa investigação bem como a análise e interpretação dos dados.

2.1.2 Opções Metodológicas

2.1.2.1. Metodologia Naturalista

Na primeira metade do Século XX a investigação em educação era, muitas vezes, uma investigação aplicada, influenciada pelos processos metodológicos dominantes nas ciências naturais. Grande parte da investigação sobre o processo ensino-aprendizagem pautava-se pelo paradigma da investigação experimental. Todavia, nas últimas décadas do Século XX foi sendo abandonada essa ideia para se enveredar de forma crescente por uma abordagem qualitativa.

Utilizou-se a pesquisa naturalista para o desenvolvimento do presente estudo.

A investigação qualitativa envolve a utilização de técnicas específicas que são concebidas para obter dados que espelhem os significados que são construídos pelos actores educativos, sobre o processo social (neste caso a educação) em que são participantes.

A observação de interacções sociais, a análise de documentos, a realização de entrevistas informais, directas e abertas são processos de recolha de dados que são usados na investigação qualitativa com o intuito de interrelacionar conceitos que permitem interpretar a realidade do fenómeno que estamos a observar.

Esta recolha de dados consegue-se, tendo sempre um bom suporte teórico. Como refere Bogdan e Biklen³³ *“Seja ou não explícita, toda a investigação se baseia numa orientação teórica. Os bons investigadores estão conscientes dos seus fundamentos teóricos, servindo-se deles para recolher e analisar os dados. A teoria ajuda à coerência dos dados e permite ao investigador ir para além de um amontoado pouco sistemático e arbitrário de acontecimentos.”*

³³ BOGDAN, Robert e BIKLEN Sari, (1994), *Investigação Qualitativa em Educação, Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Coleção Ciências da Educação, Porto Editora, p. 52.

É indispensável encontrar um modelo conceptual de referência que permita a representação mental de um sistema real, da sua estrutura e do seu funcionamento. As decisões sobre os processos metodológicos, não são, assim, decisões autónomas e independentes, mas dependem do modo como se concebe o próprio objecto de investigação e das características que esse objecto nos apresenta em função das circunstâncias e das perspectivas. A complexidade, isto é, a compreensão aprofundada dos problemas é o cerne deste paradigma. Normalmente, a preocupação com a dimensão das amostras e a generalização dos resultados é relegado para um plano inferior. Inclusivamente os instrumentos utilizados não carecem da aferição nos mesmos moldes da investigação quantitativa, na medida em que a preocupação que preside a esta concepção é a de considerar o investigador o próprio instrumento da recolha de informação. A fiabilidade, a veracidade e a validade, em suma, a qualidade da informação recolhida é o que de mais importante aqui se considera e que, obviamente se encontra muito dependente da integridade e da sensibilidade do investigador.

2.1.2.2. Estudos de Caso

Também a metodologia de estudos de caso fez parte integrante deste trabalho, pois considerando que “*Cada investigação é um caso único que o investigador só pode resolver recorrendo à sua própria reflexão e ao seu bom senso*” Quivy e Campenhoudt³⁴.

O estudo em presença insere-se numa abordagem descritiva, com uma análise intensiva e holística de estabelecimentos do ensino secundário onde se pretende efectuar uma pesquisa aprofundada e reflexiva, incidindo em questões específicas, num determinado período de tempo.

Sobre estes estudos Lüdke e André³⁵ consideram que “*A natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método faz-se em função do tipo do problema estudado.*” Tendo como objectivo a descoberta, o estudo de caso permite uma forma de conhecimento em permanente construção. O quadro teórico inicial é a estrutura básica a partir da qual poderão surgir novos aspectos à medida das contingências que vão surgindo no decurso do estudo. Aqueles autores lembram ainda que o estudo de caso deve estar intimamente relacionado à interpretação do contexto e à situação específica em que decorre, devendo ser relatada de forma exhaustiva. O estudo de casos pode utilizar diferentes fontes de informação, cruzá-las, no sentido de confirmar e/ou rejeitar questões.

Foram levados a efeito onze estudos de caso.

³⁴QUIVY R. e CAMPENHOUDT L., (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, Gradiva, p. 159.

³⁵ MENGA, Lüdke e ANDRÉ MARLI E. D. A., (1986), *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, Temas Básicos de Educação e Ensino, EPU, São Paulo, p.15)

Considerando a diversidade de fontes de dados, o fenómeno e o contexto optou-se pela perspectiva descritiva. A este propósito CARMO, citando Yin (1988) *“põe em evidência que o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de como ou porquê; o investigador não pode exercer controlo sobre os acontecimentos e o estudo focaliza-se na investigação de um fenómeno actual no seu próprio contexto. Além destes estudos de caso cujo objectivo é a explicação de fenómenos o mesmo autor refere ainda a existência de estudos de caso exploratórios e descritivos. Em estudo de caso pode ainda estudar-se um caso único ou casos múltiplos e os dados recolhidos podem ser de natureza qualitativa, quantitativa ou ambas.”*³⁶

Tendo presentes as preocupações supra referidas optou-se por uma abordagem individualizada de cada escola, que por sua vez se encontra subdividida em três vertentes: a primeira, onde se procede à entrevista ao presidente do Conselho Executivo; a segunda, onde são recolhidos os documentos mais relevantes que complementam a entrevista; a terceira, o preenchimento de um pequeno inquérito por questionário respeitante a dados mais objectivos.

2.1.3. Técnicas de Recolha de Dados

2.1.3.1. Entrevista

A forma mais expedita para poder comparar dados que não são quantificáveis, com o objectivo de colher sensibilidades junto de quem está no terreno, é o da entrevista que como refere Menga e Marli³⁷ é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas Ciências Sociais.

Sem dúvida que a entrevista parece a forma mais privilegiada de criar uma relação de empatia entre quem necessita dos dados e de quem é detentor da informação, desde que, naturalmente, haja respeito, transparência e responsabilização relativamente ao indivíduo e/ou instituição de onde vai ser recolhida a informação.

³⁶ CARMO, Hermano, FERREIRA, M. Malheiro, (1998), *Metodologia da Investigação*, Universidade aberta, Lisboa, (p. 216).

³⁷ MENGA, Lüdke E MARLI, E. D. A. André, (1986), *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, Temas Básicos de Educação e Ensino, EPU, São Paulo, (pág. 33).

Quivy e Campenhoud³⁸ “As entrevistas exploratórias não têm como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema (...)”.

Optou-se por uma abordagem individualizada de cada escola em três vertentes: a entrevista, a recolha documental e o inquérito. A entrevista foi semiestruturada, aberta e directa, cujo guião constitui o anexo I, que foi elaborado, definitivamente, após a feitura do pré-teste. Sendo a entrevista semiestruturada o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do entrevistado e a ordem e a forma como os irá introduzir serão deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista. O guião quando é estruturado tem subjacente, um conjunto de objectivos gerais e específicos que possibilitam uma maleabilidade na condução da entrevista.

Tendo em atenção as orientações sugeridas por Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira em “*Metodologia da Investigação*”³⁹ para as entrevistas, depois de definidos os objectivos e construído o guião dirigido ao Presidente do Conselho Executivo (PCE), por se considerar o interlocutor privilegiado dentro da instituição escola e tendo, naturalmente, em mente os objectivos definidos aprioristicamente, foi agendado um calendário para visitar cada um dos estabelecimentos de ensino. As entrevistas decorreram nas escolas no gabinete do órgão de gestão.

³⁸ QUIVY R. e CAMPENHOUDT L., (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, Gradiva (pág. 79)

³⁹ CARMO, Hermano, FERREIRA, M: Malheiro, (1998), *Metodologia da Investigação*, Universidade aberta, Lisboa, p. 132.

CALENDÁRIO DAS ENTREVISTAS

CÓDIGO ATRIBUÍDO	ESCOLA	DATA
S1	EB2,3/S Octávio Duarte Ferreira	14.01.2005
S2	ES/3 Marquês de Pombal	15.01.2005
S3	ES/3 D. João II	17.01.2005
S4	ES/3 Poeta Joaquim Serra	19.01.2005
S5	ES Infante D. Pedro	21.01.2005
S6	ES/3 Lima de Freitas	16.02.2005
S7	ES/3 da Moita	18.02.2005
S8	ES/3 Aquilino Ribeiro	21.02.2005
S9	ES Frei Gonçalo de Azevedo	24.02.2005
S10	ES/3 Josefa de Óbidos	01.03.2005
S11	ES/3 Jorge Peixinho	03.03.2005

Tabela 1

Se tivermos em atenção a perspectiva de Quivy e Campenhoudt⁴⁰ é indispensável a gravação da entrevista, porque segundo aqueles autores “*Tomar notas sistematicamente durante a entrevista, parece-nos ser de evitar tanto quanto possível. Distraem não só o entrevistador como o entrevistado (...). Pelo contrário, é muito útil e não apresenta inconvenientes anotar (...)*”. Apesar da consciência de que seria indispensável este procedimento considerou-se a situação institucional em que as entrevistas estavam a ser efectuadas (a mestranda encontra-se a desempenhar funções na Direcção Regional de Educação de Lisboa). Para todos os efeitos os presidentes dos órgãos de gestão sentir-se-iam muito constrangidos e poderiam responder de forma condicionada atendendo a que institucionalmente devem obediência hierárquica à Direcção Regional de Educação de Lisboa.

⁴⁰ QUIVY R. e CAMPENHOUDT L., (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, Gradiva, pág. 76.

Também Robert Bogdan e Sari Biklen atentam no facto de haver grandes vantagens na gravação das entrevistas especialmente quando são muito extensas.

2.1.3.2. Recolha Documental

Atendendo à dimensão da informação em causa foi considerado pertinente sugerir ao PCE, antecipadamente, o fornecimento de documentos que a escola dispunha e que agilizaria a entrevista, na medida em que a informação desses documentos poderia ser trabalhada em gabinete, posteriormente.

a) Boas Práticas

Experiências pedagógicas consideradas boas práticas para implementar o sucesso educativo dos jovens do respectivo estabelecimento de ensino. Importou aferir a capacidade evidenciada pelas escolas no sentido de uma rigorosa avaliação interna da sua qualidade de ensino.

b) Plano Anual de Actividades, Regulamento Interno, Pautas e similares

Foi dado um enfoque muito particular aos processos desenvolvidos pelas escolas no âmbito da avaliação interna (Plano de Actividades) bem como os resultados obtidos quanto à avaliação externa – Pautas que deram origem à lista de ordenação (ranking) das escolas a nível nacional.

c) Projecto Educativo de Escola

Considerou-se a singularidade de cada PEE, tendo presente que elaborar um projecto implica fundamentalmente planear para a mudança.

2.1.3.3. Inquérito por questionário

A recolha de dados, que seria morosa se fosse levada a efeito na entrevista ao PCE, foi facilitada pelo lançamento de um pequeno questionário que faz parte integrante do anexo VI, com o objectivo de obter dados estatísticos para um melhor conhecimento da escola em estudo. O presidente do órgão de gestão delegou nos seus serviços administrativos o preenchimento dos questionários, uma vez que se tratava de dados que teriam que ser recolhidos necessariamente naqueles serviços e que, sendo, meramente, valores numéricos os funcionários estavam aptos a facultar os dados solicitados no questionário.

O inquérito por questionário foi administrado, identificando as variáveis relevantes para o estudo e foi levado a efeito em todas as escolas que participaram no presente trabalho. As questões são completamente objectivas, fechadas e perfeitamente quantificáveis. Também o inquérito teve como principal finalidade a sistematização e complementaridade dos dados necessários à análise que se pretende levar a cabo.

O inquérito foi sujeito a análise estatística. Os dados obtidos foram utilizados para complementar as informações recolhidas nas entrevistas e da análise documental.

2.1.3.4. Observação dos Espaços Físicos

Achou-se ainda pertinente a observação dos espaços físicos, sendo subjacente perceber até que ponto aqueles podem interferir no desempenho dos alunos e consequentemente na avaliação da escola.

As observações efectuadas foram integradas na análise dos dados referentes às entrevistas e boas práticas das escolas, complementando a informação, com o intuito de um maior enriquecimento do estudo.

2.2. Escolas Participantes no Estudo

“Não basta saber que tipo de dados deverão ser recolhidos. É também preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço geográfico e social e no tempo.” Quivy e Campenhoudt, (1992)⁴¹.

Nesta sede, importa em primeira análise observar um conjunto de estabelecimentos – os que têm ocupado os últimos lugares nas listas de ordenação (rankings) efectuadas – analisando as situações individuais de cada um deles e identificando os indicadores mais significativos, nomeadamente, ao nível das boas práticas.

As observações foram realizadas junto de onze estabelecimentos com Ensino Secundário posicionados nos últimos lugares da seriação (*ranking*) publicada no jornal *Público*, relativa aos anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004, que pertencem à área de jurisdição da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), a saber: Escola Básica com 2º e 3º Ciclos/Secundário Octávio Duarte Ferreira, Escola Secundária/3º Ciclo D. João

⁴¹ QUIVY R. e CAMPENHOUDT L., (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, Gradiva, pág. 159.

II, Escola Secundária/3º Ciclo Lima de Freitas, Escola Secundária/3º Ciclo Marquês de Pombal, Escola Secundária/3º Ciclo Poeta Joaquim Serra, Escola Secundária Infante D. Pedro, Escola Secundária da Moita, Escola Básica com 2º e 3º Ciclos/Secundário Aquilino Ribeiro, Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, Escola Secundária/3º Ciclo Josefa de Óbidos e Escola Secundária/3º Ciclo Jorge Peixinho, segundo a tabela que se apresenta em seguida com as respectivas localidades e concelhos. A cada escola foi atribuído um código, que consta da primeira coluna da tabela, para que fosse mais fácil a feitura da análise de conteúdo das entrevistas.

ESCOLAS QUE FORAM ENTREVISTADAS

CÓDIGO ATRIBUÍDO	ESCOLA	LOCALIDADE	CONCELHO
S1	EB2,3/S Octávio Duarte Ferreira	Tramagal	Abrantes
S2	ES/3 Marquês de Pombal	Belém	Lisboa
S3	ES/3 D. João II	Camarinha	Setúbal
S4	ES/3 Poeta Joaquim Serra	Bela Vista	Montijo
S5	ES Infante D. Pedro	Alverca	V.F. Xira
S6	ES/3 Lima de Freitas	Viso	Setúbal
S7	ES/3 da Moita	Alto S. Sebastião	Moita
S8	ES/3 Aquilino Ribeiro	Porto Salvo	Oeiras
S9	ES Frei Gonçalo de Azevedo	S. Domingos Rana	Cascais
S10	ES/3 Josefa de Óbidos	Campo Ourique	Lisboa
S11	ES/3 Jorge Peixinho	Montijo	Montijo

Tabela 2

Foi recolhida a informação de Janeiro a Março de 2005. Procurou realizar-se a investigação através do “*contacto directo*” (Menga e André, 1986) com o presidente do órgão de gestão dentro do contexto escolar, tendo a preocupação de registar o máximo de dados, no seu ambiente natural.

O objecto de estudo em causa nesta investigação será circunscrito a um universo de onze escolas, (tal como já foi referido), seleccionadas de entre as cem últimas escolas das listas de ordenação (rankings) publicadas nos anos de 2003 e 2004.

De acordo com os dados da seriação (*ranking*) do jornal “Público”, oito das escolas baixaram a sua posição na lista. Estas descidas podem ser maiores – na ordem dos 382 (ES/3 Josefa de Óbidos) ou 384 lugares (EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira) – ou menores – na ordem dos 51 (ES/3 D. João II), 69 (ES/3 Jorge Peixinho) ou 71 lugares (ES da Moita). As descidas de nível intermédio situam-se na ordem dos 146 a 164 lugares (ES/3 Lima de Freitas, EB 2,3/S Aquilino Ribeiro, ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo).

Convém ter em atenção a significância estatística que os resultados traduzem, sobretudo, nos casos em que apenas um número reduzido de alunos realiza provas de exame numa dada disciplina.

Nas escolas onde se manifesta uma tendência ascendente, as diferenças de posição entre 2003 e 2004 são pouco significativas (ES/3 Marquês de Pombal – 3 lugares; ES/3 Poeta Joaquim Serra – 8 lugares; ES Infante D. Pedro – 22 lugares).

O contexto onde se inserem os estabelecimentos de ensino estudados é o seguinte:

S1 – Escola 2,3/Sec. Octávio Duarte Ferreira

A Escola Básica 2,3/S Octávio Duarte Ferreira fica localizada no Tramagal, uma das freguesias da cidade de Abrantes. No passado, esta vila foi marcadamente rural, dependendo quase exclusivamente da agricultura e da pesca do rio para garantir a sobrevivência económica. Actualmente, o sector económico predominante é o secundário (sobretudo indústrias metalomecânicas). A vida local encontra-se, fortemente, marcada pelo desemprego de longa duração, carências de habitação, alcoolismo e toxicod dependência. Ao nível demográfico, verifica-se um forte decréscimo populacional.

S2 – Escola Secundária/3 Marquês de Pombal

A Escola Secundária/3 Marquês de Pombal encontra-se localizada na Rua Alexandre Sá Pinto, antiga Rua das Casas de Trabalho, a cerca de 300 metros da Rua da Junqueira, precisamente onde outrora foi o espaço das Salésias, primeiro campo relvado do nosso país, e onde se realizaram diversos encontros nacionais e internacionais. O estádio pertenceu ao Clube de Futebol “Os Belenenses” que daqui se deslocou para o actual estádio do Restelo, permitindo a construção da escola.

Com efeito, o estabelecimento encontra-se localizado numa das mais nobres zonas da cidade de Lisboa, em Belém, uma das freguesias com maior número de edifícios

classificados como monumentos nacionais (Mosteiro dos Jerónimos, Padrão dos Descobrimentos, Palácio da Ajuda, Torre de Belém, Museu da Marinha, Planetário, Centro Cultural de Belém...).

S3 – Escola Secundária/3 D. João II

A Escola Secundária D. João II, anteriormente chamada Escola Secundária da Camarinha, fica localizada no Bairro com o mesmo nome, em Setúbal. A zona habitacional apresenta grandes dimensões, com algum comércio de bairro, bem como alguns restaurantes e serviços. Parte da urbanização é constituída por habitação social, existindo algumas zonas de habitação degradada. Nasceu nos anos 60, essencialmente como bairro dormitório dos operários das novas indústrias e suas famílias. A densidade populacional é elevada e não existem espaços vocacionados para a interação social dos residentes. Foi criado recentemente um espaço verde, mas não existem sinais de aproveitamento construtivo deste, ou de qualquer outro local propício ao lazer e às actividades recreativas. É também notória a inexistência de espaços destinados a actividades de âmbito cultural.

Grande parte da população é proveniente de estratos socio-económicos pouco favorecidos, sendo frequentes as situações de marginalidade. Sabe-se que este é um dos bairros da cidade conhecidos pela venda e consumo de droga. Os alunos do Ensino Básico pertencem a esta área, vindo alguns de zonas rurais limítrofes. Quanto aos do secundário, são provenientes de toda a cidade e arredores, devido, entre outros factores, à oferta de cursos que só a escola possui, ao nível da cidade.

S4 – Escola Secundária/3 Poeta Joaquim Serra

A Escola Secundária com 3º ciclo Poeta Joaquim Serra situa-se numa freguesia da periferia da cidade de Montijo (Afonsoeiro). A influência da escola exerce-se, na quase generalidade, sobre uma população de características sociais, económicas e culturais bastante específicas. Implantada numa zona de transição, entre o urbano periférico e uma área industrial, com presença bastante acentuada de indústrias de transformação de carne, cortiça e serviços, sofre, desde a década de 90, um fluxo de população de origens geográficas diversas, com especial incidência do distrito de Lisboa.

S5 – Escola Secundária Infante D. Pedro

A Escola Secundária Infante D. Pedro fica localizada em Alverca, na cintura industrial de Lisboa. A partir da década de 60 e 70 do século XX esta zona sofreu um acentuado crescimento demográfico, sobretudo de populações oriundas das regiões do Minho, Beiras e Alentejo. Estes movimentos migratórios provocaram uma descaracterização da região, que abandonou as actividades económicas tradicionais, ligadas à agricultura, passando a viver essencialmente das actividades ligadas à indústria.

Mais recentemente, a chegada de populações das ex-colónias acentuou ainda mais este processo de descaracterização, que se traduz, muitas vezes, num crescimento desordenado da habitação.

S6 – Escola Secundária/3 Lima de Freitas

A Escola Secundária/3 Lima de Freitas situa-se num extremo do Bairro do Viso, na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, zona periférica da cidade de Setúbal, que compreende uma zona portuária (Bairro dos Pescadores, Bairro do Troino e Centro Histórico) e outros bairros de carácter urbano (Casal das Figueiras, Viso, Reboreda, Alves da Silva e Montalvão). Trata-se de uma zona heterogénea, do ponto de vista económico-social, o que marca necessariamente a fisionomia e os resultados escolares do corpo discente.

Foi inaugurada em Dezembro de 1989 e integra alunos do 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

S7 – Escola Secundária/3 da Moita

A Escola Secundária da Moita é a única escola secundária da freguesia. Além desta, o concelho da Moita integra ainda outra escola com ensino secundário – a Escola Secundária da Baixa da Banheira. O estabelecimento de ensino dá resposta aos alunos provenientes das freguesias da Moita, Gaio Rosário, Barra Cheia, Sarilhos Pequenos, Penteados, Brejos e Alhos Vedros, recebendo alunos provenientes tanto de meios rurais como urbanos. Cerca de 20% dos alunos habitam nas zonas mais rurais (Gaio Rosário, Barra Cheia, Sarilhos Pequenos, Penteados, Brejos). A escola apresenta um ambiente calmo e tranquilo, não se registando incidentes disciplinares. A grande maioria dos encarregados de educação pertence à classe média e média-baixa – são trabalhadores da autarquia ou trabalhadores em empresas localizadas fora do concelho (a zona apresenta já alguns traços característicos de uma periferia urbana – “zona dormitório”).

S8 – Escola Secundária/3 Aquilino Ribeiro

A Escola Básica 2º, 3º/Secundário Aquilino Ribeiro está localizada na freguesia de Porto Salvo, uma das nove freguesias do concelho de Oeiras, numa pequena elevação, entre as localidades de Leião e Talaíde. Esta freguesia era até há poucos anos um espaço rural amplo no interior mais pobre do concelho de Oeiras. Nos últimos anos, tem sofrido um processo de transformação demográfica, económica e social. Estas mudanças decorrem, no plano demográfico e social, do aumento do parque habitacional de iniciativa privada (moradias e prédios), e de iniciativa pública, nomeadamente da implementação de bairros sociais de realojamento de algumas das famílias provenientes dos cerca de 4 000 fogos clandestinos não recuperáveis/barracas existentes no Concelho de Oeiras e da instalação de grandes parques de serviços tais como Tagus Park, Lagoas Park, Quinta da Fonte e Oeiras Park, no plano económico.

S9 – Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo

Situada no extremo oriental de um município com cerca de 200 000 habitantes (Cascais), a Escola Secundária/3 Frei Gonçalo de Azevedo está inserida numa freguesia com um universo populacional de aproximadamente 41 000 habitantes (S. Domingos de Rana), sendo constituída por uma população heterogénea e em constante crescimento, oriunda de outras regiões do país, com destaque para o Alentejo.

Recentemente, é significativo o aumento da população imigrante originária dos países africanos de língua oficial portuguesa, o que se reflecte na composição da população escolar com alunos de culturas de origem diversificadas. Os valores morais e os padrões de comportamento são muito heterogéneos, o que gera, por vezes, grandes choques de ordem sociocultural e familiar. O nível cultural da população é frequentemente baixo, traduzido pela fraca percentagem de população com frequência do ensino superior (5%) e pela segunda maior taxa de analfabetismo do concelho (6,7% em 1991).

S10 – Escola Secundária/3 Josefa de Óbidos

A Escola Secundária Josefa de Óbidos está localizada na parte ocidental da cidade, no sítio da Fonte Santa, à Parada dos Prazeres (Praça de S. João Bosco) numa área de fronteira entre duas freguesias – Prazeres e Stº Condestável – pertencendo administrativamente a esta última. Integra-se numa área central de Lisboa, de tecido urbano

consolidado e com notória tendência para o envelhecimento dos seus habitantes, o que tem levado a uma perda de população nas últimas décadas.

A freguesia de Stº Condestável não é homogénea, do ponto de vista socio-económico. Os principais contrastes existentes relacionam-se, essencialmente, com estruturas urbanas diferenciadas – o Bairro de Campo de Ourique, planeado por Ressano Garcia (há cerca de 25 anos) e os seus eixos e núcleos periféricos, constituídos por pátios, vilas, construções precárias e, por vezes, degradadas. Mais recentemente, os bairros sociais que realojaram parte da população do extinto Casal Ventoso, Monte Prado, e de algumas construções da Rua Maria Pia e da Rua Arco do Carvalhão à Ponte Nova, introduziram novas alterações ao tecido social envolvente.

S11 – Escola Secundária/3 Jorge Peixinho

O concelho do Montijo está integrado na margem sul da Área Metropolitana de Lisboa. Trata-se de um concelho urbano que apresenta uma descontinuidade territorial fora do comum. Da sua área total, mais de 85% do território apresenta características eminentemente rurais. Um dos acessos com influência estratégica determinante no concelho é a Ponte Vasco da Gama, que reforça a ligação entre Norte e Sul, colocando o Montijo numa situação privilegiada em termos de centralidade rodoviária no âmbito nacional e regional, com o esperado reflexo nas vantagens comparativas para o desenvolvimento económico e nacional. O Montijo tende, assim, a tornar-se o principal pólo urbano da área nordeste da Península de Setúbal, reforçando o seu posicionamento na hierarquia dos lugares centrais da respectiva rede urbana.

A população local mostra-se bastante heterogénea, misturando grupos pertencentes a estratos médio e médio-alto, com grupos pertencentes a estratos mais desfavorecidos, problemáticos do ponto de vista social (bairros bastante degradados – Caixa e Caneira).

A realidade foi observada minuciosamente, tendo em conta o detalhe que segundo Bodgan e Biklen, (1994, p. 49) “*Exige-se que o mundo seja examinado com a ideia de nada é trivial, tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma com preensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo*”.

2.2.1. Os entrevistados

A gestão eficiente e eficaz de qualquer organização torna-se factor indispensável ao sucesso dessa organização. Esta questão torna-se tanto mais premente quando se trata de um serviço educativo como é aquele que é prestado pelas nossas escolas, em que o sucesso nem sempre é mensurável, na medida em que, ao estarmos a formar o indivíduo nas vertentes cognitiva, psicomotora, afectiva e social, nem sempre é visível, no imediato, a exequibilidade dos objectivos a que nos propomos.

Cabe aos presidentes dos órgãos de gestão, enquanto actores da organização, (tal como já vem sendo referido) adequarem os modelos educativos (patentes nos projectos educativos de cada escola), seleccionando de entre os muitos existentes, os que de alguma forma possam satisfazer as necessidades/expectativas dos alunos, inculcando-lhes princípios/valores de autonomia, responsabilidade, criatividade, interacção, espírito crítico, entre outros, contribuindo, assim, para o desenvolvimento integral dos jovens.

É imprescindível sentirmos criadas as condições (alunos, professores, funcionários, encarregados de educação, enfim, a comunidade educativa) para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva de forma harmoniosa.

Nesta perspectiva, o papel de gestor, no caso vertente o de presidente do Conselho Executivo, aliado ao de um bom líder, pode ser condição fundamental para a eficácia não só do sucesso dos alunos como do sistema educativo em geral.

É corroborada a opinião de Bruce Joyce ao defender que «...*para que os indivíduos progridam com autonomia e independência necessitam sentir competência e êxito.*»⁴². Para que isto aconteça é necessário haver estímulo e consequente resposta.

2.3. Técnicas de Análise de Dados

2.3.1. Análise de Conteúdo

Proceder à identificação dos indicadores mais relevantes e considerar os aspectos mais significativos dos dados recolhidos ao longo das intervenções implicou realizar um conjunto de opções que importa justificar.

⁴² JOYCE, Bruce e WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza, Colección Ciencias De La Educacion*, Ediciones Anaya, Madrid, p. 343

As entrevistas e documentos foram analisados recorrendo à técnica de análise de conteúdo. A análise das entrevistas foi sujeita à definição de categorias, indicadores, unidades de registo e de contexto conforme a tabela que se apresenta (bem como a constante no anexo IV).

GRADE DE CATEGORIAS DA ENTREVISTA

CATEGORIAS	INDICADORES
A. Enquadramento socio-económica das escolas	A1. Localização geográfica A2. Características da comunidade educativa
B. Caracterização da escola	B1. Características da população que frequenta a escola B2. Oferta educativa da escola B3. Características do corpo docente B4. Características do órgão de gestão
C. Estratégias p ^a a prossecução de objectivos	C1. Desenvolvimento de actividades que promovam o sucesso educativo C2. Medidas de apoio educativo C3. Criação de centros/salas de estudo

	<p>C4. Desenvolvimento de parcerias/protocolos com outras entidades</p> <p>C5. Actividades de orientação vocacional (Serviço de Psicologia e Orientação)</p>
<p>D. Factores que interferem no desempenho da escola</p>	<p>D1. Aspecto físico do edifício e afins</p> <p>D2. Vocação da tipologia de escola</p> <p>D3. Clima relacional entre os diferentes elementos da comunidade educativa</p> <p>D4. Expectativas dos jovens à saída do ensino secundário</p> <p>D5. Adequação do PE às necessidades dos alunos e demais agentes da comunidade educativa</p> <p>D6. Identificação de experiências que se configurem como boas práticas</p>
<p>E. Impacto na escola, da publicação do seu lugar na lista de ordenação (ranking)</p>	<p>E1. Procura do estabelecimento por parte dos alunos e E.E.</p> <p>E2. Sentimentos gerados na comunidade educativa</p>

Tabela 3

Foi feito o pré-teste desta grade de análise de conteúdo com recurso à categorização por outra pessoa, com duas entrevistas, sendo o resultado coincidente em mais de 20% da categorização.

No que diz respeito às Boas Práticas a análise de conteúdo não foi sujeita à construção de uma grelha de análise estruturada. Fez-se a análise apenas com base em grandes categorias, que são as seguintes:

- Designação do Projecto
- Domínio da Actividade
- Síntese Descritiva

No que se refere aos documentos – Plano Anual de Actividades (PAA), Regulamento Interno, a análise de conteúdo não foi sujeita à construção de uma grelha de análise estruturada. Pautas e similares – bem como aos dados recolhidos do Relatório dos Exames Finais Nacionais (publicado pelo Júri Nacional de Exames) onde se encontram as Classificações dos Exames Finais Nacionais, fez-se a análise cruzando a informação com vista à construção de tabelas-síntese que permitissem avaliar as discrepâncias, entre a Classificação Interna de Frequência (CIF) e a Classificação de Exame (CE), das várias disciplinas sujeitas a Exame Final Nacional, das escolas em estudo.

No que concerne ao Projecto Educativo de Escola optou-se por considerar a singularidade de cada um deles, tendo presente que elaborar um projecto implica fundamentalmente planear uma mudança, (tal como já se referiu). O processo que conduz à construção do Projecto Educativo de Escola implica, não só, o enunciar do futuro desejado como também delinear a sequência organizada de operações que permite atingi-lo. Neste ponto, foram globalmente consideradas as acções educativas levadas a efeito e que visam operacionalizar os grandes objectivos definidos em cada projecto.

Assim, o procedimento adoptado foi semelhante ao das entrevistas, isto é, a análise foi sujeita à definição de categorias, indicadores, unidades de registo e de contexto conforme a tabela que se segue, (bem como a constante no anexo V):

GRADE DE CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS PROJECTOS EDUCATIVOS

CATEGORIAS	INDICADORES
A. Projecto Educativo de Escola	A1. Grandes opções do Projecto Educativo de Escola (PEE) A2. Objectivos específicos A3. Identificação de experiências que se configurem como boas práticas

Tabela 4

Também aqui foi levado a cabo o pré-teste desta tabela de análise de conteúdo com recurso à categorização por outra pessoa com dois Projectos Educativos de Escola (PEE), sendo o resultado coincidente em mais de 20% da categorização.

3. Apresentação e Análise de Dados

3.1. Análise das Entrevistas

3.1.1. Enquadramento Socio-económico das Escolas

A Escola Básica 2,3/S Octávio Duarte Ferreira fica localizada no Tramagal, uma das freguesias do concelho de Abrantes. A vida local encontra-se fortemente marcada pelo desemprego de longa duração, carências de habitação, alcoolismo e toxicodependência. Ao nível demográfico, verifica-se um forte decréscimo populacional. A Escola Secundária/3 Marquês de Pombal encontra-se localizada numa das mais nobres zonas da cidade de Lisboa, em Belém, uma das freguesias com maior número de edifícios classificados como monumentos nacionais, com uma população extremamente envelhecida. A Escola Secundária/3 D. João II, anteriormente chamada Escola Secundária da Camarinha, fica localizada no Bairro com o mesmo nome, em Setúbal. Grande parte da população é proveniente de estratos socio-económicos pouco favorecidos, sendo frequentes as situações de marginalidade. A Escola Secundária/3 Poeta Joaquim Serra situa-se numa freguesia da periferia da cidade de Montijo (Afonsoeiro). A área de influência da escola exerce-se, na quase generalidade, sobre uma população de características sociais, económicas e culturais bastante específicas. A Escola Secundária Infante D. Pedro fica localizada em Alverca, na cintura industrial de Lisboa. A Escola Secundária/3 Lima de Freitas encontra-se num extremo do Bairro do Viso. Trata-se de uma zona heterogénea, do ponto de vista económico-social, o que marca necessariamente a fisionomia e os resultados escolares do corpo discente. A Escola Secundária da Moita insere-se num meio semi rural e abrange uma área urbana significativa que tem, essencialmente, a função de “dormitório”. A Escola Secundária/3 Aquilino Ribeiro situa-se num bairro de habitação unifamiliar, contudo serve essencialmente, populações de bairros de realojamento. A Escola Secundária/3 Frei Gonçalo de Azevedo abrange um bairro urbano inicialmente clandestino que foi requalificado. A população escolar é oriunda de estrato socio-económico médio/baixo, multicultural (essencialmente das ex-colónias), proveniente do próprio bairro, bem como de outros dois bairros de habitação social construídos relativamente perto da escola. A

Escola Secundária/3 Josefa de Óbidos era uma antiga escola industrial que se localiza num bairro cuja população é muito envelhecida. A população escolar é oriunda de estrato sócio económico baixo, multicultural, proveniente em grande parte de bairros degradados e de habitação social da população realojada do Casal Ventoso. A Escola Secundária/3 Jorge Peixinho insere-se no centro da localidade do Montijo, num bairro de habitação unifamiliar. A população escolar é oriunda de estrato socio-económico médio, proveniente do próprio bairro, bem como de outros dois bairros degradados construídos relativamente perto da escola.

Depois desta descrição podemos apontar nesta categoria que relativamente ao primeiro indicador os estabelecimentos de ensino apresentam uma grande dispersão geográfica, tratando-se simultaneamente de áreas rurais e urbanas (ver mapa da área de jurisdição da DREL – anexo II).

No que se refere ao segundo indicador da primeira categoria, podemos salientar, desde já, um denominador comum a todas as comunidades educativas cujas populações se revestem de alguma peculiaridade, nomeadamente, no que se refere ao estrato económico, cultural e/ou social em que se enquadram – são essencialmente populações desfavorecidas.

As onze escolas observadas apresentam, na sua maioria, um tecido social envolvente com características muito próprias, marcado por fenómenos de desagregação ou transformação acelerada e cujo traço predominante é a heterogeneidade. Relativamente à caracterização regional, apenas uma das escolas (EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira – Tramagal) recebe alunos exclusivamente de áreas rurais. Existem dois outros estabelecimentos que integram alunos tanto de zonas rurais como de zonas urbanas (ES da Moita e ES/3 Jorge Peixinho). Nas restantes escolas, a população é totalmente proveniente de zonas urbanas.

No caso da EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira – Tramagal – a mesma encontra-se inserida numa zona marcada pelos fenómenos do desemprego de longa duração e pelo acentuado decréscimo populacional (fruto dos movimentos migratórios do interior para o litoral e do decréscimo da natalidade). Nos casos das ES da Moita e da ES/ Jorge Peixinho, a heterogeneidade social que apresentam fica a dever-se, principalmente, ao facto de misturarem populações de zonas rurais com populações de zonas urbanas, provenientes de diferentes estratos sociais, ora integrando populações escolares pertencentes à classe média e média-baixa (no primeiro caso), ou à classe média e média-alta (no segundo caso).

A ES/3 D. João II – Setúbal – acolhe alunos maioritariamente provenientes do Bairro da Camarinha, além de outras zonas de Setúbal. Parte daquela urbanização é

constituída por habitações sociais, com zonas bastante degradadas. A população é proveniente de estratos sociais desfavorecidos, sendo frequentes as situações de marginalidade.

A EB 2,3/S Aquilino Ribeiro – Oeiras – tem sentido, ao longo do tempo, alterações na população escolar que a frequenta. Estas alterações são, em grande medida, resultado da construção de bairros sociais de realojamento de algumas famílias que habitavam em fogos clandestinos não recuperáveis. Estas transformações também são sentidas na ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo – S. Domingos de Rana – e na ES/3 Josefa de Óbidos – Lisboa. No primeiro caso, o fenómeno é fruto do significativo aumento da população imigrante originária dos PALOP, com culturas de origem muito diversificadas; no segundo caso, o mesmo é consequência da construção de bairros sociais de realojamento da população residente nos já extintos Casal Ventoso e Monte Prado.

A heterogeneidade é também a característica dominante das ES/3 Lima de Freitas – Setúbal – e da ES Infante D. Pedro – Alverca. A primeira, encontra-se localizada numa zona periférica da cidade e a sua população escolar mistura alunos provenientes de famílias habitantes nos antigos “Bairros de Pescadores” com alunos pertencentes à classe média, habitante nos novos bairros recentemente construídos (Casal das Figueiras, Viso, etc.). A segunda situa-se numa zona fortemente descaracterizada pelos fluxos migratórios de populações, do interior para o litoral, à procura de um emprego na indústria então em desenvolvimento (sobretudo na década de 60/70 do século passado). Mais recentemente, o processo de descaracterização e desintegração social acentuou-se com a chegada de populações provenientes dos PALOP.

A ES/3 Marquês de Pombal – Lisboa – recebe alunos provenientes de diferentes pontos da cidade de Lisboa, em grande número originários de famílias pertencentes a grupos sociais desfavorecidos, com historial de repetências e tendência para o abandono. Este é também o caso da ES/3 Poeta Joaquim Serra – Montijo – situada numa zona de transição, entre o urbano periférico e o urbano industrial. A sua população escolar provém das mais diferentes zonas de origem, com especial incidência do concelho de Lisboa.

Em conclusão, e deixando para os especialistas o debate em torno das teses do “determinismo social” e da “liberdade dos actores”, no que se refere aos resultados escolares dos alunos e à sua relação com a proveniência social dos mesmos, a verdade é que a realidade parece falar por si mesma, isto é, o fenómeno educativo não é susceptível de ser entendido fora dos contextos sociais e culturais em que ocorre. Escamotear este

dado, ou ignorá-lo, só dificulta a compreensão global do problema da qualificação das escolas.

3.1.2. Caracterização das escolas

Verifica-se que a Escola Básica 2,3/S Octávio Duarte Ferreira integra um total de 316 alunos distribuídos pelo 2º ciclo (101 - 32%), 3º ciclo (123 – 39%) e secundário (92 – 29%). A taxa de insucesso é de 11,9% no 2º ciclo, 27,7% no 3º ciclo e 34,8% no secundário. As taxas de abandono são de 0,99%, 2,44% e 15,22%, respectivamente. Na sua maioria, os alunos que frequentam o ensino secundário pretendem concluir este ciclo de estudos para ingressarem rapidamente no mercado de trabalho.

A rede educativa do Ensino Secundário totaliza 5 turmas, com 4 turmas de Cursos de Carácter Geral e uma turma do Curso Tecnológico de Administração. No 12º ano existe apenas uma turma com dezanove alunos.

O corpo docente é estável: 65% docentes mantiveram-se na escola nos últimos 5 anos. Também não se verificam problemas de falta de assiduidade.

O órgão de gestão encontra-se em funções há vários anos.

A Escola Secundária/3 Marquês de Pombal é frequentada por 277 alunos no total (regime diurno). Destes, 178 (64%) integram turmas do ensino secundário. A população escolar é maioritariamente constituída por alunos provenientes de famílias pertencentes a grupos sociais desfavorecidos, com historial de repetências e tendência para o abandono. A taxa de insucesso é de 11,9% no 3º ciclo e 14,8% no secundário. As taxas de abandono são 2,4% e 5,4%, respectivamente. De acordo com os dados fornecidos, a maioria dos alunos apresenta expectativas de ingressar rapidamente no mercado de trabalho, uma vez concluído o 9º ano ou o 12º ano de escolaridade.

Ao nível do Ensino Secundário, a oferta educativa é constituída por cursos, exclusivamente, de cariz tecnológico (total: 17 turmas).

Ao nível do pessoal docente, o estabelecimento apresenta grande estabilidade.

O presidente do Conselho Executivo está no exercício do cargo há já 28 anos. O vice-presidente está no órgão de gestão há 18 anos e o terceiro elemento, também vice-presidente desempenha funções no mesmo há cerca de 20 anos, sensivelmente. Todos os elementos da equipa têm formação especializada em gestão.

Na Escola Secundária/3 D. João II, a população discente é constituída por um total de 1194 alunos dos ensinos Básico e Secundário, distribuídos do seguinte modo: 3º ciclo (51%); secundário (49%). A taxa de insucesso global, do último ano foi de 18% no 3º ciclo

e de 28% no secundário. As taxas de abandono escolar foram de 10% e 11%, respectivamente. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende, sobretudo, concluir a escolaridade obrigatória a fim de ingressar no mercado de trabalho.

No presente ano lectivo, a oferta educativa do ensino secundário inclui um total de 12 turmas, 8 dos Cursos de Carácter Geral e 4 de Cursos Tecnológicos.

Ao nível dos recursos humanos, o corpo docente mostra-se estável: 72% dos docentes da escola mantiveram-se em funções no estabelecimento nos últimos cinco anos. Não se manifestam problemas de assiduidade.

A Presidente do Conselho Executivo encontra-se em funções, no exercício deste cargo, há seis anos. Esteve, anteriormente, a desempenhar o cargo de vice-presidente do mesmo órgão também durante seis anos.

A Escola Secundária/3 Poeta Joaquim Serra apresenta uma população discente é constituída por um total de 835 alunos dos ensinos Básico e Secundário, distribuídos do seguinte modo: 3º ciclo (53,5%); secundário (46,5%). A taxa de insucesso global, do último ano, foi de 6,2%, no 3º ciclo, e de 15,6%, no secundário. Só se verificaram casos de abandono no 3º ciclo, com uma taxa de 0,7%.

A rede educativa do ensino secundário compreende 17 turmas no total, 10 de Cursos de Carácter Geral e 7 de Cursos Tecnológicos. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende, sobretudo, ingressar no mercado de trabalho.

Ao nível dos recursos humanos, o corpo docente mostra-se estável (aproximadamente 50%, de um total de 112 professores, manteve-se em funções na escola nos últimos cinco anos). Não se manifestam problemas de assiduidade.

O presidente do Conselho Executivo encontra-se a cumprir o seu primeiro mandato, e exerce o cargo há cerca de 2 anos. Frequentou o Curso de Gestão e Administração Escolar, em Setúbal.

A Escola Secundária Infante D. Pedro a população discente é constituída por um total de 403 alunos, exclusivamente do Ensino Secundário. A taxa de insucesso global, do último ano foi de 29,4%. A taxa de abandono global, também do último ano, foi de 1,6%. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende sobretudo, ingressar no mercado de trabalho rapidamente.

A escola integra 18 turmas do Ensino Secundário, sendo a sua oferta integralmente constituída por Cursos Tecnológicos.

Ao nível dos recursos humanos, o corpo docente mostra-se estável: 70,2% (dos 50 existentes) mantiveram-se em funções no estabelecimento nos últimos cinco anos. Não se manifestam problemas de assiduidade.

O Presidente do Conselho Executivo encontra-se a iniciar o seu mandato (primeiro ano). No ano anterior, estiveram em funções como Comissão Provisória.

A Escola Secundária/3 Lima de Freitas integra um total de 720 alunos distribuídos pelo 3º ciclo (56%) e secundário (44%). A taxa de insucesso é de 34% no 3º ciclo e de 28% no secundário. As taxas de abandono são de 14% e 12%, respectivamente. Na sua maioria, os alunos que frequentam o Ensino Secundário pretendem ingressar rapidamente no mercado de trabalho. Um número inferior pretende prosseguir estudos após a conclusão do Ensino Secundário.

A escola constituiu, no presente ano lectivo, 15 turmas do Ensino Secundário, 5 de Cursos de Carácter Tecnológico e 10 de Cursos de Carácter Geral.

O corpo docente é estável: 90% docentes (num total de 78) mantiveram-se na escola nos últimos 5 anos. Não se registam problemas de assiduidade.

A presidente do Conselho Executivo encontra-se no exercício de funções, neste estabelecimento, há cerca de 10 anos

Na Escola Secundária da Moita a população escolar é oriunda de estrato socio-económico médio/baixo, multicultural, proveniente em cerca de 20% de meios rurais e cerca de 80% dos referidos meios urbanos. A escola integra um total de 577 alunos, distribuídos unicamente pelos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade. A taxa de insucesso global, do último ano foi bastante elevada – 59,4% exclusivamente no secundário. A taxa de abandono escolar foi de 19,5%. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende, sobretudo, concluir a escolaridade obrigatória a fim de ingressar no mercado de trabalho.

A oferta formativa, tal como já foi referido é constituída, exclusivamente, por ensino secundário, com 75% de cursos de carácter geral e 25 % de cursos tecnológicos.

O corpo docente apresenta uma grande estabilidade;

O órgão de gestão encontra-se em funções há 7 anos, sempre por nomeação do Senhor Director Regional de Educação.

A Escola Secundária/3 Aquilino Ribeiro tem a sua população escolar vinda de estratos socio-económico baixos, multiculturais (essencialmente das ex-colónias), proveniente dos bairros supra referidos, bem como de outros bairros de habitação social construídos relativamente perto da escola.

O número de alunos no ensino básico é de 305 e no ensino secundário é de 178, respectivamente, 57% e 43%. A taxa de insucesso global, do último ano foi de 26% no 3º ciclo e de 29% no secundário. As taxas de abandono escolar foram de 14% em ambos os casos. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende, sobretudo, concluir a escolaridade obrigatória a fim de ingressar no mercado de trabalho.

A oferta formativa da escola é constituída por alunos do ensino básico, CEF e por ensino secundário com dois cursos de carácter geral e dois tecnológicos.

O corpo docente apresenta uma grande estabilidade.

O órgão de gestão encontra-se em funções há vários anos, sempre eleito por lista.

A Escola Secundária/3 Frei Gonçalo de Azevedo apresenta um número de alunos no ensino básico de 358 (49%) e no ensino secundário de 371 (51%). A taxa de insucesso global, do último ano foi de 8% no 3º ciclo e de 32% no secundário. As taxas de abandono escolar foram de 5% e de 19%, respectivamente. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende, sobretudo, concluir a escolaridade obrigatória a fim de ingressar no mercado de trabalho.

A oferta formativa da escola é constituída por alunos do ensino básico, CEF e por ensino secundário, com 5 cursos de carácter geral e 3 tecnológicos.

O corpo docente apresenta uma grande estabilidade;

O órgão de gestão encontra-se em funções há vários anos, sempre eleito por lista, com projecto próprio.

Na Escola Secundária/3 Josefa de Óbidos o número de alunos no ensino básico é de 347 (56%) e no ensino secundário é de 275 (44%). A taxa de insucesso global, do último ano foi de 18% no 3º ciclo e secundário. As taxas de abandono escolar foram de 8% e de 7%, respectivamente. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende, sobretudo, concluir a escolaridade obrigatória a fim de ingressar no mercado de trabalho. Apenas um pequeno número manifesta a pretensão de prosseguir estudos após a conclusão deste nível de ensino.

A oferta formativa da escola é constituída por ensino básico, CEF e ensino secundário com 75% de cursos de carácter geral e 25 % de cursos tecnológicos.

O corpo docente apresenta um nível etário elevado com uma percentagem considerável de docentes a reformar-se anualmente, o que origina uma mobilidade do corpo docente significativa (20% sensivelmente);

O órgão de gestão foi eleito há um ano, por lista, com cerca de 90% dos votos, com grande predisposição para a mudança, com grande abertura para a implementação de boas práticas colhidas de outras experiências.

A Escola Secundária/3 Jorge Peixinho apresenta um número de alunos no ensino básico de 632 (40%) e no ensino secundário 516 (32%) e no ensino recorrente nocturno 443 alunos (28%). A taxa de insucesso global, do último ano foi de 17% no 3º ciclo e de 20% no secundário. As taxas de abandono escolar foram de 2% e 5%, respectivamente. A maioria dos alunos que frequentam este estabelecimento pretende concluir o ensino secundário a fim de prosseguir estudos no ensino superior. Ao contrário de todas as outras escolas esta mostra uma tendência diferente. Efectivamente, um número pouco significativo manifesta a pretensão de ingressar no mercado de trabalho, após a conclusão deste nível de ensino.

A oferta formativa da escola é constituída por alunos do ensino básico, CEF e por ensino secundário, com cursos 6 de carácter geral e 3 tecnológicos, bem como ensino recorrente nocturno.

O corpo docente apresenta uma grande estabilidade;

O órgão de gestão encontra-se em funções há vários anos, sempre eleito por lista;

Após a apresentação dos dados relativos à segunda categoria – caracterização da escola – e respectivos indicadores podemos inferir que os jovens que frequentam estes estabelecimentos de ensino são de famílias, que tal como já se disse na categoria anterior, de estratos desfavorecidos. Trata-se de jovens que não têm nas suas perspectivas de futuro, o ingresso no ensino superior.

Nas escolas que foram objecto de análise, a rede educativa do Ensino Secundário é maioritariamente constituída por Cursos de Carácter Geral. Com efeito, estes constituem 40 a 82% da oferta de Cursos do Ensino Secundário, ao nível de cada escola. Os Cursos Tecnológicos ficam, assim, circunscritos a uma percentagem menos significativa, representando 18 a 32% da oferta existente, se exceptuarmos os casos das escolas que, por sua opção, organizaram o seu Projecto Educativo oferecendo exclusivamente cursos de perfil tecnológico (ES/3 Marquês de Pombal e ES Infante D. Pedro). No cômputo geral, os Cursos de Carácter Geral representam 60% da totalidade da oferta e os Cursos Tecnológicos 40% (mas atenção, incluem-se aqui os dois casos de escolas com 100% de oferta de cursos tecnológicos, o que desvirtua a média).

Outro dado que requer alguma atenção é o facto de apenas seis escolas definirem no seu PEE, como objectivo educativo para o Ensino Secundário, a organização de estágios

profissionais – mediante o estabelecimento de parcerias com diversos organismos/empresas – para os alunos que frequentam os Cursos Tecnológicos (casos das escolas Poeta Joaquim Serra, Infante D. Pedro, Marquês de Pombal, Frei Gonçalo de Azevedo, Josefa de Óbidos e Jorge Peixinho). Ora, se articularmos a análise dos dados da oferta educativa com os dados relativos aos desejos e expectativas dos alunos que frequenta o Ensino Secundário, verificamos que os mesmos não são coerentes. Nas onze escolas intervencionadas, apenas duas (ES/3 Jorge Peixinho e ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo) referem que a maioria da população escolar que frequenta este nível de ensino deseja prosseguir estudos no Ensino Superior (isto é, apenas uma minoria deseja concluir estudos a fim de poder ingressar rapidamente no mercado de trabalho). Nas nove escolas restantes, os Conselhos Executivos afirmaram claramente que a esmagadora maioria dos seus alunos pretende concluir o Ensino Secundário com o objectivo de ingressar na vida activa.

Chegados a este ponto, compete colocar algumas questões, a saber: está a rede educativa de todos estes estabelecimentos adequada aos reais interesses, desejos e expectativas dos alunos que a frequentam? Estão todos os cursos tecnológicos que as escolas oferecem devidamente organizados, por forma, a facilitar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho?

De facto, é sabido que os Cursos Gerais continuam a exercer o seu poder de atracção sobre os alunos e, sobretudo, sobre os pais destes, que ainda vêm nestes diplomas o caminho mais seguro para o melhor emprego. Os Cursos Tecnológicos, decalcados da matriz dos Cursos Gerais, são, para muitos, uma segunda escolha, a eles acedendo apenas os alunos que apresentam um passado com maior insucesso e expectativas escolares, sociais e profissionais mais baixas. Acresce que a dupla exigência de interiorizar o essencial dos Cursos Gerais e os conhecimentos técnicos e práticos das qualificações profissionais acabou por votar estes Cursos ao insucesso.

No caso dos meios rurais, as baixas densidades populacionais dificultam ainda mais a oferta dos Cursos Tecnológicos, já por sua vez muito pouco procurados. No caso das escolas localizadas em meios rurais, com oferta de Ensino Secundário (por regra, de tipologia EB 2,3/S), os cursos oferecidos acabam por se confinar às tradicionais “letras” (Curso Geral do Agrupamento 4) e “ciências” (Curso Geral do Agrupamento 1), perpetuando uma certa visão “licealizada” do Ensino Secundário, muito enraizada na mentalidade das populações locais.

Continua a ser importante dinamizar os cursos de perfil tecnológico, informando os jovens, os pais, os empresários acerca das ofertas existentes, bem como de promover uma cada vez mais forte ligação escolas-empresas.

Também sabemos que os Cursos Tecnológicos terão tanto mais qualidade quanto mais dotados forem de identidade, devidamente inseridos em projectos educativos próprios, que apostem numa forte ligação com as empresas locais através da organização de uma componente de estágios (em muitos casos, verdadeiros “corredores de acesso” ao primeiro emprego).

Será pertinente lembrar que a oferta formativa oferecida pelas escolas é definida, teoricamente, em gabinete que posteriormente é levada ao conhecimento das escolas que se limitam a implementar as opções apresentadas superiormente. Por outro lado, nesta concepção elaborada em gabinete são tidos em linha de conta os recursos da escola, nomeadamente, os materiais e, sobretudo, os humanos uma vez que não é fácil deslocar pessoal docente entre escolas. Também os órgãos de gestão não têm autonomia para contratualizar pessoal docente, tendo que cingir-se ao que lhe é destinado em termos de concurso nacional.

Não é de negligenciar a necessidade de articulação entre todas as variáveis referidas. Contudo, nem sempre se torna exequível aquela articulação na medida em que os procedimentos decorrem em momentos muito próximos (ou mesmo em simultâneo) e por equipas que funcionam sectorialmente.

Gostaríamos ainda de referir que a falta de esclarecimento por parte dos alunos e respectivas famílias é muitas vezes factor determinante e responsável pela opção errada dos jovens no que concerne à escolha do curso no ensino secundário.

O corpo docente que integra os quadros definitivos das escolas é hoje muito estável. Não se tem verificado a abertura de vagas nos diferentes grupos de docência, pelo que a mobilidade é extremamente exígua.

Relativamente aos órgãos de gestão a situação é bastante variada. Encontramos docentes que se encontram no órgão de gestão por sua opção e por exemplo com 28 anos de exercício das funções (caso da Escola Marquês de Pombal) até à situação limite, de total desinteresse pelo exercício do cargo, (caso da Escola da Moita) em que o presidente se encontra em funções por nomeação superior ou seja por respeito e dever de obediência à hierarquia.

Claro está que encontrámos igualmente situações distintas como é o caso dos docentes que se encontram a exercer o cargo e que, para o efeito, já investiram em formação especializada como é a gestão e administração escolar.

3.1.3. Estratégias para a Prossecução de Objectivos.

Ao longo da análise que foi sendo feita verifica-se um denominador comum nos objectivos definidos nos PEE – sucesso escolar dos alunos. As escolas deparam-se com este problema essencialmente quando os seus alunos têm que ser submetidos a uma avaliação externa – Exames Finais Nacionais.

No entanto, tendo em conta a globalidade dos alunos, a escola deve proporcionar a maior quantidade e diversidade de projectos para fazer face ao maior número de adversidades que vão surgindo no processo educativo.

A Escola Octávio Duarte Ferreira tem procurado implementar algumas medidas tendentes a promover o sucesso escolar: Salas de Estudo, Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido, Clubes (da Estufa, da Ciência, da Astronomia, da Música, do Teatro, do Jornalismo...). Estas actividades são, sobretudo, dirigidas aos alunos do Ensino Básico.

A escola desenvolve boas relações de cooperação com a APEE, Junta de Freguesia, empresas e associações locais, que permitem o desenvolvimento Parcerias ao nível de projectos e actividades educativas.

Nas turmas do Ensino Secundário, a distribuição de serviço obedece a critérios submetidos à apreciação do Conselho Pedagógico. Estes critérios têm em conta: i) ser professor do Quadro de Nomeação Definitiva; ii) possibilitar a continuidade pedagógica do trabalho desenvolvido; iii) ser professor profissionalizado.

A Escola Marquês Pombal desenvolve múltiplos projectos e actividades que visam o sucesso educativo dos alunos, e que incluem medidas de apoio como as Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido, e medidas de enriquecimento curricular, como diversos clubes.

Destaca-se a criação do projecto *Centro de Aprendizagens*, que desenvolve medidas de apoio e complemento educativos, dirigidas aos alunos do 3º ciclo e 10º ano, ministradas especificamente pelos docentes das próprias disciplinas, e do projecto *Explicações*, também desenvolvido por docentes das próprias disciplinas, e que visa preparar especificamente os alunos do 12º ano.

Ao nível das parcerias as relações que a escola mantém com a comunidade são de uma “excelente colaboração”, com a Junta de Freguesia e com todo o tipo de entidades, tanto a nível particular como a nível oficial (excepto com a Presidência da República, embora tenham já efectuado várias tentativas de contacto, que redundaram em fracassos).

Desenvolvem diversas parcerias/protocolos com várias entidades, individuais e colectivas. A prova deste facto reside na “bolsa de estágios” que é facultada a todos os alunos que frequentam a escola. Estes alunos procuram uma formação em contexto de trabalho.

Na organização dos horários, a leccionação das turmas de 12º ano fica obrigatoriamente a cargo dos professores do Quadro de Nomeação Definitiva. O critério da “continuidade pedagógica” constitui uma prioridade absoluta. A elaboração dos horários pressupõe a sistematização e organização de informação-base relativa ao currículo, segundo uma lógica de “projecto curricular de turma”.

A Escola D. João II tem apostado no desenvolvimento de vários projectos/actividades, sobretudo ao nível da prestação de apoio educativo, a saber: *Gabinete de Orientação e Intervenção Disciplinar* (visando combater a indisciplina dos alunos, promovendo a sua integração), projecto *Recuperar o Sonho* (combate ao absentismo e abandono escolar), atelier de *Língua Portuguesa – Português Segunda Língua* (apoio aos alunos provenientes de países estrangeiros), projecto *Educação Sentimental* (educação sexual integrada na educação sentimental), além de uma diversidade de clubes e ateliers, jornais e actividades no âmbito do Desporto Escolar.

A Escola Poeta Joaquim Serra desenvolve vários projectos que se integram na filosofia e nos objectivos do PEE. Os projectos *Vencer o Exame* e *Laboratório Vivo* merecem uma referência particular, uma vez que se destinam especificamente aos alunos do Ensino Secundário. O primeiro tem como objectivo preparar os alunos para a realização dos exames na disciplina de Matemática; o segundo procura desenvolver actividades de natureza experimental, nas disciplinas de Física e de Química.

A escola desenvolve ainda um grande número de projectos dirigidos a um público mais, ou menos, vasto (especificamente só para os alunos do Ensino Básico, ou para estes conjuntamente com os alunos do Ensino Secundário), podendo referir-se, a título de exemplo, a *Sala de Apoio ao Aluno*, o *Clube de Línguas*, o *Atelier das Artes*, a *Biblioteca Escolar*, o *Desporto Escolar*, entre outros.

Mantém “excelentes” relações de cooperação com a APEE, Câmara Municipal do Montijo, Junta de Freguesia e CERCI, o que permite a consecução de alguns projectos já referenciados.

No âmbito dos Cursos Tecnológicos, e com vista à organização da componente de estágios, foram celebrados protocolos com o Centro Social de São Pedro, Santa Casa da Misericórdia e União Mutualista de Nossa Sr.^a da Conceição, por forma a organizar os estágios dos alunos que frequentam o Curso Tecnológico de Acção Social. Também com este objectivo foram celebrados protocolos com a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e empresas locais, neste caso para os alunos do Curso Tecnológico de Informática.

As turmas do Ensino Secundário são preferencialmente atribuídas a docentes do Quadro de Nomeação Definitiva. Os horários, neste nível de ensino e em particular no 12º ano, são organizados predominantemente, no turno da manhã.

A Escola Infante D. Pedro implementou vários projectos com vista a combater o insucesso dos alunos. Estão neste caso os projectos: *Aprender a Aprender* (dirigido especificamente aos alunos do 10º ano de escolaridade), *À Conquista da Matemática*, *Programa de Pré-Requisitos* (especificamente na disciplina de Inglês), *Programa Bolsa de Recursos na Biblioteca* (dispositivo pedagógico de acordo com o modelo “explicações”, que abrange várias disciplinas), *Jovens Repórteres para o Ambiente* e o *Núcleo de Teatro – Os Infantes*.

Ao nível das Parcerias a escola mantém boas relações de cooperação com a APEE, com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que ajudam a dinamizar alguns projectos em curso. As boas relações que a escola mantém com a comunidade também se traduzem na celebração de diversos protocolos com empresas e instituições locais, com vista à organização dos estágios dos alunos que frequentam o 12º ano dos Cursos Tecnológicos.

A constituição de turmas segue o legalmente definido sobre esta matéria, de acordo ainda com as sugestões dos próprios Departamentos Curriculares.

Com vista à promoção do sucesso educativo dos seus alunos, a Escola Lima de Freitas tem vindo a desenvolver diversas actividades de apoio educativo e de enriquecimento curricular. No presente ano lectivo, encontram-se em funcionamento as seguintes actividades/projectos: *Gabinete de Atendimento a Jovens*, *Sala de Estudo*, *Biblioteca Escolar*, *Desporto Escolar*, *Atelier de Artes Plásticas* e diversos clubes. A *Sala*

de Estudo tem-se revelado de importância crucial para o desenvolvimento de estratégias de apoio e recuperação de alunos, tanto do Ensino Básico como do Ensino Secundário.

Existem parcerias constituídas com a Câmara Municipal de Setúbal, Junta de Freguesia e ArteSete, por forma, a operacionalizar alguns projectos em curso. Desenvolve também protocolos com diversas empresas, com vista à organização de estágios profissionais dos alunos que frequentam os cursos de educação e formação.

Os critérios de constituição de turmas adoptados seguem o estabelecido na legislação em vigor, privilegiando-se os critérios da continuidade pedagógica, que se sobrepõem aos critérios da idade e tempo de serviço prestado. Os horários das turmas do 12º ano são sempre distribuídos a professores do Quadro de Nomeação Definitiva.

A Escola da Moita apresenta os seguintes projectos: a Biblioteca Escolar/Centro de Recursos; o Núcleo de Animação Teatral da Escola (NATE), os projectos “Trabalhar Seguro – Melhor Futuro” (Programa Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho), “O Jardim da Escola”, “Clube Ambiente XXI” e “Laboratório de Matemática”. Desenvolve ainda o projecto “Sala de Estudo”, onde são ministrados os Apoios Educativos. O horário de funcionamento da mesma é das 8:30 às 23:40, de Segunda a Quinta; e das 8:30 às 21:20 à Sexta-feira.

As parcerias, neste momento, praticamente não existem. Não se encontra constituída Associação de Pais/Encarregados de Educação. O envolvimento dos pais na escola é considerado “normal”: estão presentes nas reuniões, mas não se envolvem muito nas actividades escolares. No referente à Autarquia, deve sublinhar-se a melhoria da sua relação com a escola, facto que se tem verificado nos últimos tempos. A escola não tem parcerias estabelecidas com nenhuma entidade. No entanto, em situações pontuais, já têm sido constituídas.

A elaboração das turmas segue as orientações da legislação em vigor. A nível interno, procura-se ainda respeitar os seguintes critérios: i) continuidade pedagógica, (isto é, os grupos constituídos no ano anterior são respeitados, mesmo quando são originários de outros estabelecimentos); ii) indicações dos Conselhos de Turma e Departamentos Curriculares (todos os anos são emitidas, sejam de carácter geral ou específico).

No caso da Escola Aquilino Ribeiro os projectos/actividades que desenvolve são os seguintes: *Biblioteca Escolar/Centro de Recursos*, com diversas actividades de animação e divulgação (visitas guiadas, hora do conto, actividades de divulgação, concursos, comemorações diversas, etc.); projecto “*Adopção da Ribeira da Laje*”, no âmbito do Sistema de Escolas Associadas da UNESCO (e que surgiu no Ano Internacional da Água

Doce, celebrado em 2003); o projecto *Oficina das Ideias*, do grupo de investigação-acção sobre indisciplina (GIASI), que visa actuar na prevenção de comportamentos de indisciplina; o projecto de *Tutorias*, que visa promover o acompanhamento individualizado dos alunos; o *Centro de Auto-Aprendizagem*, que visa desenvolver a autonomia da aprendizagem, apoiando alunos que o solicitem. Existem também outros projectos como o *Núcleo de Património do Concelho de Oeiras*, a *Educação Ambiental*, a *Oficina de Matemática*, e o *Português Como Segunda Língua*, além de diversas actividades no âmbito do *Desporto Escolar* e do *Programa Escolhas*.

Ao nível do ensino secundário, as actividades desenvolvidas tem sido normalmente de “apoio” ou de “compensação” (reforço) para todas as disciplinas sujeitas a exame final nacional. Todas as turmas de 12º ano têm atribuídos três segmentos fixos para gerir como reforço curricular. A fim de conseguirem disponibilizar mais horas para este efeito, foi reduzido o número de Departamentos Curriculares.

A escola não refere a existência de parcerias constituídas ou a constituir.

A elaboração das turmas segue as orientações da legislação em vigor. A nível interno, procura-se ainda respeitar os seguintes critérios: i) continuidade pedagógica, (isto é, os grupos constituídos no ano anterior são respeitados, mesmo quando são originários de outros estabelecimentos); ii) integração dos alunos em Cursos de Educação e Formação, (de acordo com a avaliação realizada pelos SPO).

Com vista à consecução dos objectivos definidos, a Escola Frei Gonçalo de Azevedo desenvolve múltiplos projectos/actividades, como forma de responder às necessidades da sua população-alvo, dos quais destacamos os seguintes: i) *Projecto de Pais*: este projecto procura abordar temáticas diversas, e acordo com os interesses dos encarregados de educação (as regras, as relações pais/filhos, a relação com a escola, a adolescência...); ii) *Projecto CRE/Acção*: que compreende diversas iniciativas com vista a converter a CRE num centro de aprendizagens dinâmico; iii) *Projecto A Magia da Imagem*: que desenvolve actividades no âmbito da tecnologia da fotografia – imagem e fotografia digital; iv) *Projecto Saud@vel*: que visa o desenvolvimento de competências na área da saúde (em colaboração com o Centro de Saúde, e com o PES); v) *Projecto Netlink*: que incide no desenvolvimento de actividades no âmbito da informática e da comunicação; vi) *Projecto P@ciência*: que tem como objectivo a promoção do desenvolvimento cognitivo dos alunos (3º ciclo).

Além destes, a escola desenvolve ainda o *Grupo de Teatro*, o projecto *Rádio Activa*, o *Atelier de Artes Plásticas*, a *Sala Multiusos*, diversas *Exposições*, entre outras.

Neste momento, não se encontra constituída Associação de Pais. Contudo, a escola desenvolve diversas parcerias com a Câmara Municipal de Cascais, com a Junta de Freguesia, IIE (actual DGIDC), Cruz Vermelha Portuguesa, e com diversas escolas de diversos graus de ensino. Estas parcerias sustentam diversos projectos que a escola desenvolve anualmente, tal como consta do PAA. Desenvolve também acordos/parcerias com diversas entidades/empresas, com o objectivo de organizar os estágios dos PF-EI.

Ao nível do Ensino Secundário, as classificações das disciplinas nucleares do 9º ano funcionam como critérios de prioridade na escolha do curso do ensino secundário. Assim sendo, torna-se necessário: i) analisar individualmente os processos dos alunos para admissão ao 10º ano, (considerando o seu percurso ao longo do 3º ciclo nas áreas disciplinares consideradas nucleares em cada um dos Cursos Científico-Humanísticos e Tecnológicos); ii) dar prioridade aos alunos que no ano lectivo anterior não tiveram problemas disciplinares; iii) não incluir na mesma turma, na Língua Estrangeira, alunos que pertençam a cursos diferentes.

A Escola Josefa de Óbidos desenvolve múltiplos projectos/actividades, dos quais se salientam os seguintes: *Biblioteca Escolar/Centro de Recursos*, que se constitui como um pólo dinamizador de diversas actividades (jornal escolar, sessões de esclarecimento/debate, feira do livro, outras); *Atelier de Educação Geográfica*, que desenvolve projectos de pesquisa na área da Geografia, com recurso às novas Tecnologias de Informação Geográfica (TIG); *Atelier de Cerâmica e Artes Plásticas*, que desenvolve actividades de ocupação dos tempos livre de alunos, sobretudo de alunos com dificuldades de integração escolar; e *Actividades Desportivas*, que incluem uma série de modalidades.

O relacionamento da escola com as famílias dos alunos tem evoluído, nomeadamente, por força do novo enquadramento legal da gestão das escolas. Todavia, a participação das famílias, de forma organizada em Associação de Pais, ainda não foi conseguida.

As parcerias com os representantes das actividades económicas e culturais do meio em que a escola está inserida tem acontecido, em particular, para efeitos de estabelecimento de acordos/protocolos com diversas empresas, com o objectivo de organizar a componente de estágios dos cursos profissionalizantes.

A escola recebe ainda o apoio da Junta de Freguesia do Santo Condestável – com a qual mantém uma “excelente” relação – para a organização de determinados

projectos/actividades (exemplos: os programas de promoção da sexualidade, de prevenção da toxicoddependência e sida, luta contra o tabagismo, entre outros).

Os critérios adoptados na constituição das turmas e na elaboração dos horários são os que constam da legislação em vigor. Cada Agrupamento do Ensino Secundário tem apenas uma turma, por isso, não há grande margem de manobra. Ao nível do 3º ciclo, existe uma preocupação maior com os 7º anos. A oferta da disciplina de Espanhol também condiciona a constituição de, pelo menos, uma turma. De um modo geral, a escola tenta constituir turmas homogéneas, do ponto de vista das idades dos alunos.

Ao nível dos horários, são adoptados os critérios da antiguidade, da continuidade pedagógica e das próprias preferências docentes. As turmas do Ensino Básico e os 12º anos são organizados no turno da manhã; os 10º e 11º anos são organizados no turno da tarde.

A Escola Jorge Peixinho aposta na qualidade da educação que oferece aos seus alunos e tem em curso diversos projectos: *Cursos de Educação e Formação Profissional*; *3º Ciclo do Ensino Recorrente no Estabelecimento Prisional do Montijo*; Projecto “*Sala de Estudo*” (sempre com docentes em permanência, inclusivamente à noite – funciona em anexo à BE/CRE); Projecto “*Sala de Alunos*”; Projecto “*Matematicamente...ajudando*”; Projecto “*Oficina de Inglês*”; Projecto “*Português Segunda Língua*”; *Desporto Escolar*; “*Clube de Teatro*”; “*Clube de Karting*”; “*Clube de Cerâmica*”; “*Curso de Fotografia*”; “*Clube Europeu*”; Projecto “*Montijo-Aventura*”; “*Assembleia Municipal Jovem*”; “*Montijo – a Cidade e o Território*”; “*Olimpiadas da Matemática e da Física*”; “*Assembleia da República*” (no âmbito do IPJ), entre outros.

A APEE tem existência legal desde 1986, mantém actividade regular desde a sua criação e assegura a participação dos Encarregados de Educação nos diversos órgãos da escola, de acordo com a legislação em vigor. Esta associação mantém um bom relacionamento com a comunidade. Os pais envolvem-se bastante nas actividades escolares, por exemplo, na recepção aos novos alunos no início do ano.

Com a Autarquia, a escola desenvolve também óptimas relações, uma vez que esta contribui sempre com o que pode. Com diversas entidades/instituições a escola desenvolve parcerias, sobretudo tendo em atenção a organização da componente de estágio dos cursos profissionalizantes. Relativamente aos alunos que frequentam os cursos de Educação-Formação, ou cursos Tecnológicos, há que referir que os mesmos acabam por ficar quase todos colocados nas próprias empresas onde realizam os estágios.

Os critérios adoptados para distribuição do serviço docente são os seguintes: i) distribuir equitativamente as horas pelos docentes do Grupo Disciplinar; ii) limitar a leccionação a três níveis (excepto nos casos das disciplinas técnicas); iii) respeitar o limite máximo de 8 turmas por docente; iv) assegurar, sempre que possível, a continuidade pedagógica; v) ter em conta a formação científica de base, bem como as competências adquiridas; vi) assegurar que, pelo menos dois professores possam assegurar o mesmo programa; vii) evitar a atribuição de horas extraordinárias.

Na constituição das turmas os critérios adoptados são os seguintes: i) continuidade do grupo-turma dentro do mesmo ciclo; ii) tentar manter o grupo-turma na transição de ciclo (dividindo, ou não, o grupo); iii) atender às opções dos alunos, prioritariamente; iv) distribuir equitativamente os alunos retidos pelas turmas.

3.1.4. Factores que Interferem no Desempenho da Escola

Dum modo geral encontramos indicadores e relatos de experiências altamente enriquecedoras tendo em atenção os ambientes e meios socio-económicas em que se inserem os estabelecimentos de ensino em apreço.

A Escola Octávio Duarte Ferreira, fisicamente, apresenta um aspecto global razoável.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

De um modo geral, julgamos que os objectivos do PEE procuram responder aos problemas educativos diagnosticados junto da população-alvo. Tendo ainda em atenção os vectores de análise utilizados para apreciar os dados recolhidos julga-se que existem alguns aspectos que podem ser objecto de intervenção/acompanhamento, a saber: i) inexistência de SPO, que possibilitem o desenvolvimento de actividades de orientação escolar e vocacional; ii) desajustamento da oferta de cursos do ensino secundário existente aos interesses e expectativas dos alunos; iii) discrepância entre os resultados da avaliação externa e interna; iv) ausência de dinâmicas de escola focalizadas na avaliação da qualidade.

A Escola Marquês de Pombal, fisicamente, apresenta um aspecto global muito bom, com um edifício com características muito próprias e de grande capacidade e diversidade do ponto de vista logístico.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

De um modo geral, julgamos que os objectivos do PEE procuram responder aos problemas educativos diagnosticados junto da população-alvo. Julgamos que existem alguns aspectos que podem ser objecto de acompanhamento, a saber: i) discrepância entre os resultados da avaliação externa e interna; ii) homologação dos cursos resultantes do protocolo assinado com a AIP.

A Escola D. João II, fisicamente, apresenta um aspecto global razoável.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

De um modo geral, julgamos que os objectivos do PEE procuram responder aos problemas educativos diagnosticados junto da população-alvo. Tendo ainda em atenção os vectores de análise utilizados na apreciação dos dados recolhidos julgamos que existem alguns aspectos que podem ser objecto de acompanhamento, a saber: i) desajustamento da oferta de cursos do ensino secundário existente aos interesses e expectativas dos alunos; ii) discrepância entre os resultados da avaliação externa e interna; iii) ausência de dinâmicas de escola focalizadas na autoavaliação.

Desenvolve relações de parceria com a APEE, com a Junta de Freguesia e a Liga de Amigos da Terceira Idade com vista à realização de vários projectos, entre os quais *Educação Sentimental e Recuperar o Sonho*.

A Escola Poeta Joaquim Serra, fisicamente, apresenta um aspecto global razoável.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

Julgamos que os objectivos do PEE procuram responder aos problemas educativos diagnosticados junto da população-alvo. Existem alguns aspectos que podem ser objecto de acompanhamento, a saber: i) discrepância entre os resultados da avaliação externa e interna; ii) atribuição de reforço curricular na disciplina de Química (12º ano), atendendo às dificuldades no cumprimento do programa da disciplina.

O aspecto global da Escola Infante D. Pedro apresenta-se bastante degradado, em virtude de os edificios serem pré-fabricados com duração limitada, largamente excedida, embora se denote um esforço na manutenção possível dos mesmos.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

Os objectivos do PEE procuram responder aos problemas educativos diagnosticados junto da população-alvo. Existem alguns aspectos que podem ser sinalizados, a saber: i) desajustamento da oferta de cursos do ensino secundário existente aos interesses e

expectativas dos alunos; ii) discrepância entre os resultados da avaliação externa e interna; iii) ausência de dinâmicas de escola focalizadas na autoavaliação.

A Escola Lima de Freitas apresenta um aspecto físico global razoável.

O clima relacional entre os elementos da comunidade educativa é bastante bom.

Os objectivos do PEE procuram responder aos problemas educativos diagnosticados junto da população-alvo. Existe um desajustamento da oferta de cursos do ensino secundário oferecidos e os interesses e expectativas dos alunos; de igual forma identifica-se uma forte discrepância entre os resultados da avaliação externa e interna; constata-se a ausência de uma avaliação das aprendizagens baseada em critérios; iv) é premente apoiar as dinâmicas de escola focalizadas na avaliação da qualidade; e por fim, particularmente, nas disciplinas de Matemática, Química e Biologia seria urgente atribuir-lhes um reforço curricular.

A Escola da Moita apresenta um aspecto físico global muito degradado, em virtude de os edifícios serem pré-fabricados com duração limitada, largamente excedida.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

A administração e gestão pedagógica carecem de um investimento significativo, nomeadamente no que se refere à monitorização sistemática do processo de ensino-aprendizagem e consequentes resultados, bem como no que concerne ao funcionamento da escola enquanto organização.

O maior problema que se encontra nesta escola passa pela fuga dos alunos para outras mais distantes, em consequência do estado de degradação dos edifícios.

A Escola Aquilino Ribeiro apresenta um aspecto físico global muito atractivo (sofreu obras estruturais e de remodelação há um ano).

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

A administração e gestão pedagógica exemplarmente organizadas.

O maior problema que se encontra nesta escola é o de responder às múltiplas necessidades/expectativas de uma comunidade multicultural, integrando jovens em risco.

A Escola Frei Gonçalo de Azevedo apresenta um aspecto físico global atractivo.

O clima relacional entre os elementos da comunidade educativa parece ser bastante bom.

A administração e gestão pedagógica encontram-se, exemplarmente, organizadas.

Empenhamento do órgão de gestão (através de parcerias com entidades locais, regionais e nacionais) na modernização das infra-estruturas/equipamentos da escola. Foi, porventura, a escola mais exemplar na demonstração/empenhamento na implementação e exequibilidade de boas práticas.

O maior problema que se encontra nesta escola é o de responder às múltiplas necessidades/expectativas de uma comunidade multicultural, integrando jovens em risco.

A Escola Josefa de Óbidos, fisicamente, apresenta um aspecto global razoável. O clima relacional entre os elementos da comunidade educativa pode considerar-se satisfatório.

Subsistem algumas questões de insegurança.

A administração e gestão pedagógica carecem de algum investimento, nomeadamente, no que se refere à monitorização sistemática do processo de ensino-aprendizagem e consequentes resultados, bem como no que concerne ao funcionamento da escola enquanto organização. Saliente-se que a equipa que constitui o órgão de gestão é nova nas funções que lhes foram acometidas, pelo que nem sempre é fácil levar a bom termo o dia a dia da instituição.

A Escola Jorge Peixinho apresenta-se no momento em obras, gerindo, o órgão de gestão, os espaços de maneira a não interromper as actividades lectivas, por um lado e assegurar a disponibilização necessária dos espaços para que as obras sejam efectuadas, o que nem sempre é fácil.

Parece existir um bom clima relacional entre os elementos da comunidade educativa.

A administração e gestão pedagógica encontram-se bem organizadas, executada por profissionais docentes com especialização em administração e gestão escolar.

Empenhamento do órgão de gestão na modernização das infra-estruturas/equipamentos da escola;

O maior problema que se encontra nesta escola é o de responder às múltiplas necessidades/expectativas da comunidade em geral.

3.1.5. Impacto na escola, da publicação do seu lugar na lista de ordenação (ranking)

De um modo geral, os responsáveis pela gestão entendem que os *rankings* provocam efeitos psicológicos “devastadores” junto da comunidade educativa, sobretudo

junto dos professores, o que acontece na altura em que são divulgados pela comunicação social. Embora lhes reconheçam algum interesse como objecto de análise interna, acham que estes estudos são bastante incompletos e, da maneira como os dados são tratados pela comunicação social, acabam por “denegrir o Ensino Público”.

Os entrevistados tentaram dar uma imagem fiel de qual é o sentimento gerado na comunidade educativa quando são publicadas as seriações (*ranking's*).

Assim, embora o órgão de gestão da Escola Octávio Duarte Ferreira veja com apreensão os baixos níveis de desempenho dos alunos nos exames nacionais consideram que a posição anual nas seriações (*ranking's*) é muito contingente devido ao reduzido número de alunos que realizam as provas. Deste modo, sublinham que o significado estatístico dos resultados é irrelevante. A publicação dos *rankings* não tem quaisquer efeitos na procura da escola por parte dos alunos/encarregados de educação.

Na realidade assumem o facto de a escola ainda não ter desenvolvido uma reflexão sobre este assunto. Um número significativo de jovens ingressa no Ensino Secundário sem quaisquer expectativas de ingressar no Ensino Superior. Com efeito, do total de 51 alunos que frequentou o 12º ano em 2003/04, apenas 15 ingressou num curso superior. Os jovens pretendem concluir o Ensino Secundário para, rapidamente, conseguirem aceder ao mercado de trabalho (em regra, conseguem emprego nas maiores empresas da zona, tendo ou não concluído este ciclo de ensino).

Nesta escola a publicação dos *rankings* não tem quaisquer efeitos na procura por parte dos alunos/encarregados de educação. É a única escola da freguesia do Tramagal, portanto, será sempre procurada por todos aqueles que não pretendem frequentar os estabelecimentos de ensino mais distantes (por exemplo, em Abrantes, cidade localizada a 12 km, mas de difícil acessibilidade).

A Escola Marquês de Pombal refere que a publicação dos *rankings* não produz na escola reacções dignas de registo. Deveriam existir “*rankings* específicos para as escolas que ministram cursos exclusivamente tecnológicos. Num *ranking* destes, as classificações obtidas nos exames colocariam a escola, seguramente, em primeiro lugar”. Considera que os *rankings* desta natureza só apresentam algum interesse no caso das escolas vocacionadas para preparar os alunos para o ensino superior.

A publicação dos *rankings* não tem efeitos na procura por parte dos alunos. O fenómeno da diminuição do número de alunos neste estabelecimento tem-se manifestado

desde há já algum tempo, e está relacionado com outros factores (envelhecimento populacional, organização da Rede Escolar, entre outros).

A maioria dos alunos que procuram este estabelecimento não pretende ingressar no Ensino Superior. De acordo com os resultados do *Concurso do Acesso ao Ensino Superior 2004*, inscreveram-se para exame 67 alunos, tendo apresentado candidatura apenas 11. Destes, apenas 8 conseguiu obter colocação na 1ª fase de candidaturas. Os jovens que procuram a escola – sobretudo no Ensino Secundário – pretendem conseguir um emprego através dos estágios organizados no âmbito dos cursos tecnológicos.

O Conselho Executivo da Escola D. João II entende que as posições da escola nos *rankings* são “preocupantes”, mas há que ter em atenção os resultados conseguidos pelos alunos no desenvolvimento de outras competências que não são mensuráveis através de uma prova de exame.

A escola mostra-se preocupada com os baixos níveis de desempenho dos seus alunos nos exames nacionais, sobretudo, porque os mesmos acusam uma descida, evidenciada pelas diferenças patentes entre Classificação Interna de Frequência e Classificação Externa.

No entanto, faz notar que a maioria destes alunos não tenciona ingressar no Ensino Superior, tal como é demonstrado pelos resultados do *Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004*: dos 220 alunos inscritos para exame, 189 tencionavam apresentar candidatura, mas apenas 25 concretizou este propósito. Dos 25 alunos que apresentaram candidatura, apenas 17 foram colocados na 1ª fase.

Nesta escola a maioria dos jovens que frequenta o Ensino Secundário mostra alguma urgência em concluir o Ensino Secundário a fim de poder ingressar no mercado de trabalho. Muitos não conseguem concluir porque faltam muito, ou acabam mesmo por abandonar os estudos.

O Presidente do órgão de gestão da Escola Poeta Joaquim Serra entende que os níveis de desempenho dos alunos nos exames nacionais são bastante negativos. De um modo geral, a comunidade educativa mostra-se preocupada com estes resultados, bem como com o facto de apenas um número reduzido de alunos conseguir ingressar no Ensino Superior. Com efeito, tendo em atenção os resultados do *Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004*, verificamos que, dos 63 alunos que realizaram exames nacionais, apenas 20 conseguiu colocação na 1ª fase. Estes 63 alunos foram os “sobreviventes” que conseguiram terminar o Ensino Secundário, de um total de 119 matriculados no 10º ano em

2001/2002 (isto é, 56 alunos ficaram retidos, ou abandonaram os estudos, antes da conclusão do ciclo). Na zona, existem empresas de grandes dimensões que absorvem um número elevado de jovens que concluem, ou não, o Ensino Secundário.

Os alunos gostam muito da escola que frequentam e não atribuem um especial significado aos *rankings* publicados. Os pais aceitam bem os resultados porque conhecem bem a realidade do meio (zona essencialmente fabril).

O Conselho Executivo irá reflectir sobre estes resultados, no âmbito do “Observatório da Escola”. No entanto, sublinha que estão já em curso medidas educativas que visam contrariar estes resultados (projectos “Vencer Exame” e “Sala de Apoio”).

Os resultados das seriações (*rankings*) não têm quaisquer efeitos na procura da escola. O número de alunos tem aumentado em resultado da oferta de Cursos Tecnológicos.

O Presidente do Conselho Executivo da Escola Infante D. Pedro atribui às seriações (*rankings*) uma importância muito relativa – a seriação (*ranking*) é uma certa “imagem pública que a escola dá de si mesma”. Quando os resultados são publicados, desencadeiam uma série de sentimentos desagradáveis. Não é fácil constatar que a escola surge sempre “na cauda” da lista de ordenação das escolas. Seria importante dar a conhecer à opinião pública outras realidades da escola. Reconhece que a publicação dos *rankings* “não traduz a realidade da escola tal como ela é”.

A maioria dos alunos ingressa no estabelecimento sem expectativas de ingressar no Ensino Superior. No ano de 2004, num total de 152 alunos inscritos para exame, somente 23 apresentou candidatura para acesso ao Ensino Superior. Destes, apenas 20 foram colocados na 1ª fase (dados do *Concurso de Acesso ao Ensino Superior 2004*). Logo, não é de esperar que estes alunos se preocupem em conseguir bons desempenhos nos Exames Finais Nacionais.

A Escola Lima de Freitas tem vindo a melhorar o seu desempenho global, pesem embora os resultados conseguidos no último *ranking*. Para tal, pode ter contribuído o ingresso na escola de alunos provenientes de estratos socio-económicos mais elevados, residentes em bairros recentemente construídos e onde vivem predominantemente famílias da classe média.

Um número significativo de alunos que frequenta o 12º ano não ingressa no Ensino Superior. Em 2004, dos cerca de 200 alunos matriculados no 12º ano, apenas 160 se inscreveu para realizar exames. Destes, apenas 32 conseguiu obter colocação na 1ª fase

(dados do *Concurso de Acesso ao Ensino Superior – 2004*). Os jovens que não prosseguem estudos acabam por procurar emprego junto de grandes empresas locais.

Este ano, foi constituído um grupo de reflexão com o objectivo de elaborar um estudo que procure apurar as causas dos baixos níveis de desempenho conseguidos nos exames. Ainda de acordo com as informações prestadas, a escola está “mais preocupada em conseguir criar dinâmicas dentro da própria escola” do que com a posição conseguida no *ranking* de escolas.

Ao nível da procura, não sentem quaisquer efeitos. Antes pelo contrário, na medida em que a escola tem sido mais solicitada para conceder matrículas no Ensino Secundário.

De acordo com o presidente do Conselho Executivo da Escola da Moita, as seriações (*rankings*) de escolas procuram comparar aquilo que é incomparável, isto é, a realidade de cada escola. As listas de ordenação acabam por “meter no mesmo saco” escolas sem qualquer paralelismo ou afinidade, o que é lamentável. Parece que há um objectivo claro de denegrir o ensino público, ao mesmo tempo que se promove o ensino privado. Acresce ainda que a publicação dos *rankings* é muito estimulada por determinados grupos de interesse, entre os quais o da Medicina, o que é “vergonhoso”.

Contudo, há que referir que a publicação dos *rankings* não incomoda ninguém, nem na escola nem na comunidade envolvente. O presidente do Conselho Executivo provocou o debate e a reflexão nas reuniões de Conselho Pedagógico e de Assembleia de Escola, mas não se manifestaram reacções. Entende que os *rankings* só têm interesse como objecto de análise, não tendo qualquer impacto na cultura da escola, na sua auto-estima ou sequer na procura da mesma.

A Escola Aquilino Ribeiro sempre teve a preocupação em analisar os resultados da avaliação dos alunos, quer interna quer externa. No entanto, sempre se mostraram muito críticos relativamente aos chamados *rankings* de escolas. O seu entendimento é que estas seriações (*rankings*) não contribuem em nada para a melhoria do funcionamento das escolas, acarretam desmotivação, afastam os alunos, colocam as escolas “de rastos”, sem nunca entrarem em linha de conta com o trabalho que está a ser desenvolvido dentro delas, em prol dos alunos. Desonestamente, podem ganhar-se lugares no *ranking*, por exemplo, dizendo aos piores alunos para anularem a matrícula.

O Presidente do órgão de gestão não entende como é que a seriação (*ranking*), segundo algumas opiniões, contribui para melhorar o sistema de ensino. As escolas públicas têm de aceitar todos os alunos enquanto as privadas não têm esses problemas. E

mesmo nas escolas públicas nem todas aceitam todos os alunos. Algumas seleccionam os alunos à entrada do ciclo.

Segundo ele a posição que a escola ocupa nestas seriações (*rankings*) inspira alguma “preocupação”, pois gostariam de a ver bem posicionada. Os docentes também têm manifestado alguma preocupação. No que respeita aos encarregados de educação, os mais informados procuram outras escolas. Os outros não estão informados, não lêem jornais, por isso ficam indiferentes. Os dados disponíveis indicam claramente que o número de alunos tende a diminuir devido à “má fama” deste estabelecimento.

O presidente do Conselho Executivo da Escola Frei Gonçalo de Azevedo manifesta-se a favor das seriações (*rankings*) de escolas. No entanto, não concorda com a metodologia adoptada, e muito menos com o facto de ser o Ministério da Educação a divulgar os dados à comunicação social, deixando-a tratá-los na maior parte dos casos de forma pouco isenta.

Certamente que os dados devem ser publicitados e o sistema deve ser transparente. No entanto, há que entrar em linha de conta com outros factores, isto é, outras variáveis que condicionam os níveis de desempenho dos alunos.

A posição ocupada pela escola deixa o órgão de gestão incomodado. Se as pessoas não tivessem a consciência clara do trabalho que, efectivamente, tem vindo a ser desenvolvido ficariam seriamente “traumatizadas” com os resultados devastadores das seriações (*rankings*). Ainda por cima, este ano, a escola aparece nos lugares mais baixos, contrariamente à tendência dos anos anteriores, o que leva a pensar que se trata de um “fenómeno episódico”.

A Escola Josefa de Óbidos vê com apreensão os resultados do desempenho dos seus alunos nos exames nacionais, o que justifica o baixo lugar ocupado nas seriações (*rankings*) de escolas. Embora este facto desgoste a comunidade escolar, também é verdade que conhecem bem a realidade escolar, que apresenta características muito próprias (diferentes da população que frequenta o ensino particular). Por isso, relativizam os “*ranking*”s e tentam melhorar.

A comunidade educativa (docentes, alunos, pais e encarregados de educação e demais representantes daquela comunidade), de facto, mostra-se apreensiva, mas acaba por se conformar, tendo também em atenção a realidade do contexto escolar.

As seriações (*rankings*) só interessam enquanto objecto de análise e, mesmo assim, este interesse é “duvidoso” porque não entra em linha de conta com outras variáveis igualmente importantes.

A divulgação das seriações (*rankings*) não favorece ninguém. Claro que as pessoas acabam por ficar descontentes, mas, a pouco e pouco, este sentimento vai-se esbatendo. Note-se que este é um processo mais vivenciado pelos docentes.

Ao nível das matrículas não se sentem quaisquer efeitos, até porque os pais, de um modo geral, são pessoas desinformadas.

Os resultados do desempenho dos alunos do 12º ano nos exames nacionais deixam o Conselho Executivo da Escola Jorge Peixinho com um sentimento de grande insatisfação. É evidente que a escola gostaria que os alunos conseguissem melhores resultados. Com esse objectivo, foram já reforçadas as disciplinas de Matemática e de Português. Existe a convicção de que estas medidas irão contribuir para a produção de melhores resultados.

Uma das razões que pode estar subjacente aos maus resultados é a existência de um número elevado de alunos repetentes, que só frequenta uma ou duas disciplinas, e cujo baixo desempenho nos exames nacionais contribui fortemente para fazer baixar as médias. Também a existência de um número elevado de alunos do Ensino Recorrente nestas condições concorre para este facto.

O Presidente do Conselho Executivo entende que é importante a existência de *rankings* de escolas, embora com outra “sustentabilidade”. Nos moldes em que actualmente as seriações (*rankings*) são realizadas, os resultados são muito falíveis, e nunca podem espelhar a realidade de uma escola. As escolas devem ser avaliadas de forma transparente, mas nunca com esta “crueldade dos números apenas sustentados nos Exames Finais Nacionais”.

É importante avaliar e avaliar para reflectir, para estar virado para o exterior. No entanto, a avaliação deve ser formativa, deve contribuir para a mudança das práticas.

A publicação dos *rankings* desencadeia algumas reacções na escola, mas sem grande significado. Algumas pessoas denotam preocupação face à posição conseguida pela escola, mas acabam por ultrapassar este sentimento. No presente ano, já teve lugar uma análise profunda e compreensiva do fenómeno, com vista à mudança.

Os Presidentes dos conselhos Executivos de três estabelecimentos de ensino declararam que os resultados de 2004 constituíram tema de reflexão interna – ES/3 Lima de Freitas, ES/3 Poeta Joaquim Serra e ES/3 Jorge Peixinho – com o objectivo de se apurarem as razões dos baixos níveis de desempenho e de propor medidas tendentes a ultrapassar o problema. No entanto, tal como é afirmado, “os *rankings* nunca podem espelhar a realidade das escolas. As escolas devem ser avaliadas de forma transparente, mas nunca com esta crueldade dos números sustentados nos resultados dos exames” (ES/3 Jorge Peixinho); “os *rankings* não entram em linha de conta com um conjunto de variáveis que ajudam a explicar o contexto escolar e social” (ES/3 Josefa de Óbidos), ou seja, com “os factores que condicionam os níveis de desempenho dos alunos” (ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo). Em suma, “os *rankings* procuram comparar o incomparável, isto é, a realidade de cada escola” (ES da Moita). Além disso, “em nada contribuem para a melhoria de resultados, acarretam desmotivação, deixam as escolas de rastos...” (EB 2,3/S Aquilino Ribeiro).

Foi referido que “deveriam existir *rankings* específicos para escolas que ministram cursos exclusivamente tecnológicos. Num *ranking* destes, as classificações obtidas nos exames colocariam a escola em primeiro lugar. Os *rankings* só apresentam algum interesse no caso das escolas vocacionadas para preparar os alunos para o Ensino Superior” (ES/3 Marquês de Pombal).

Todas as escolas observadas, com excepção de uma – EB 2,3/S Aquilino Ribeiro – entendem que a divulgação destes resultados de classificação não tem quaisquer efeitos na procura, por parte dos alunos.

A opinião manifestada pelos Conselhos Executivos vai no sentido de apoiar um modelo de avaliação das escolas, embora rejeitando claramente todo e qualquer modelo de avaliação centrado exclusivamente nos resultados da avaliação externa dos alunos. Entendem que a avaliação das escolas deve enfatizar modelos assentes numa dinâmica de avaliação interna – designadamente, através da criação de dispositivos de autoavaliação – que leve os actores a envolverem-se, a reflectirem e a decidirem, tendo em atenção todas as variáveis que podem condicionar os resultados da avaliação interna e externa, incluindo os factores organizacionais. Neste particular merece referência os casos das escolas Poeta Joaquim Serra e Frei Gonçalo de Azevedo, já a desenvolverem projectos baseados neste modelo.

Ora, sabemos que a avaliação da qualidade das escolas deve realizar-se tanto numa vertente interna como numa vertente externa. A administração deve, ela própria,

desenvolver processos de avaliação externos para que cada escola tenha um padrão objectivo que lhe permita comparar a informação obtida através da sua própria autoavaliação. E é tendo isso em conta que algumas escolas questionam “para quando a aplicação da Lei nº31/2002, de 20 de Dezembro (Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior)”?

3.2. Análise dos Documentos das Experiências Pedagógicas

As experiências pedagógicas que se encontram em funcionamento nestes estabelecimentos de ensino, sob a designação de projectos, embora possam não espelhar os resultados dos exames finais nacionais ou seja a aquisição de conteúdos que se pretende com uma avaliação externa, traduzem a aquisição de competências elementares ao nível do desenvolvimento moral, emocional, afectivo e são uma ferramenta fundamental na sua realização para o desenvolvimento de crianças/jovens. Estas actividades são, verdadeiramente, aquilo que se pode designar como Boas-Práticas e que se tornam indispensáveis em escolas que se encontram inseridas em meios tal como os que foram descritos. Assim, passaremos a apresentar os referidos projectos que se encontram no terreno tal como foi verificado *in loco*.

3.2.1. Boas Práticas na Escola Marquês de Pombal

1. Designação do projecto/actividade

Critérios de Avaliação Interna das Aprendizagens

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade da Avaliação das Aprendizagens

Síntese descritiva

Esta actividade visa desenvolver princípios gerais a adoptar pela comunidade educativa, nomeadamente pelo corpo docente, alunos e estruturas pedagógicas da escola. Pressupõe uma planificação agendada e criteriosa no que se refere à realização das diversas avaliações, entrega das mesmas e comunicações de resultados às estruturas pedagógicas competentes.

A acção a definir prima por definir e construir de forma muito transparente os instrumentos de avaliação tanto no que concerne à sua concepção, classificação, devolução e conseqüente avaliação final.

Os domínios do processo ensino-aprendizagem encontram-se muito bem explicitados e sistematizados por itens muito bem definidos, numa tentativa de minimizar a subjectividade do processo de avaliação. Deste modo, perspectiva-se essencialmente uma definição de estratégias a implementar ao nível da sala de aula para que este espaço não se encontre “blindado” à comunidade educativa em geral, tornando o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a avaliação desse processo, o mais transparente possível.

O projecto supõe uma diversificação de instrumentos de avaliação a adoptar no processo de ensino aprendizagem, tais como: testes de avaliação escritos ou orais, registos de participação (oral e escrita) nas actividades lectivas em geral, grelhas de observação, listas de verificação, portfólios (a título experimental, segundo parecer do Conselho Pedagógico), trabalhos de projecto/pesquisa, fichas de auto e heteroavaliação de entre outros

Nesta conformidade, a avaliação do final do período consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas por cada área disciplinar/disciplina e que não se esgota na mera aquisição de conhecimentos, mas que se orienta para o desenvolvimento de competências nos alunos a nível do saber, do saber fazer e do saber estar.

2. Designação do projecto/actividade

Diversificação da Oferta Formativa – Organização de Estágios

Domínio da actividade

Diversificação da oferta educativa-formativa, com particular incidência nos cursos de perfil tecnológico e na organização de estágios

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver e consolidar a oferta própria da escola, promover externamente a imagem da Escola com Escola de perfil tecnológico. Estes dois princípios são fundamentais para a operacionalização

de algumas estratégias que conduzam ao combate do insucesso escolar e absentismo por parte dos jovens. É preocupação do órgão de gestão levar a cabo actividades que possam levar à exequibilidade dos objectivos supra referidos, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias com instituições, empresas e entidades representativas de empresários e trabalhadores, bem como estabelecer protocolos com essas entidades com vista á certificação de conhecimentos e competências.

A escola dispõe desde já de uma carteira deste tipo de parcerias/protocolos visando sempre o aprofundamento tecnológico da Escola e a gestão dos diferentes cursos, de forma articulada com as empresas, com o objectivo de formar jovens com o perfil necessário para as funções que irão desempenhar nessas empresas.

O projecto inclui uma componente, essencialmente, pedagógica (mas, simultaneamente, uma vertente cultural e social), na medida em que tenta avaliar o seu desempenho, fundamenta pareceres quanto à manutenção e abertura de novos cursos, prepara dossiers de proposta de abertura de cursos específicos às entidades da tutela, organiza e promove a divulgação desses mesmos cursos – na totalidade 17 cursos de ofertas formativas, para além das do ensino regular – junto da comunidade educativa. No presente ano lectivo, a escola integra apenas uma turma (7º ano) de Ensino Regular. Ao nível da restante oferta, a escola organiza turmas de Cursos de Educação-Formação organizados ao abrigo do Despacho nº279/2002, Cursos do 10º ano Profissionalizante, Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário Regular (Decreto-Lei nº286/89) e Cursos de Especialização Tecnológica (CET). Candidatou-se em 2004 aos cursos da rede EDUTECH, processo que se encontra a aguardar homologação por parte da DGIDC e da DGFV.

3. Designação do projecto/actividade

Núcleos de Apoio Pedagógico

Domínio da actividade

Melhoria do Funcionamento Organizacional e da Vida da Escola;

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver estruturas de gestão pedagógica intermédia dos Departamentos curriculares e que têm por objectivo favorecer a gestão de recursos e a articulação pedagógica e curricular entre os grupos disciplinares e/ou disciplinas, que constituem os respectivos Departamentos.

Os Núcleos de Apoio Pedagógico (NAP) são constituídos pelo coordenador do Departamento Curricular, os Delegados de Grupo e/ou disciplinas e os orientadores de estágio do respectivo Departamento Curricular.

O projecto inclui quatro Núcleos, a saber:

- Núcleo de Coordenação dos Apoios e Complementos Educativos;
- Núcleo de Coordenação dos Currículos Diferenciados;
- Núcleo de Coordenação Pedagógica (Ano, Ciclo e Curso);
- Núcleo de Acompanhamento e Avaliação dos Projectos Pedagógicos.

Compete aos NAP: i) harmonizar, programar, organizar e operacionalizar a distribuição das actividades e/ou tarefas decorrentes da planificação do trabalho estabelecido; ii) preparar e organizar adequadamente as reuniões plenárias do respectivo Departamento Curricular; iii) colaborar com o Coordenador de Departamento na preparação das reuniões de Conselho Pedagógico.

Compete ao Coordenador do Departamento Curricular representar o respectivo NAP, convocando e presidindo às suas reuniões.

4. Designação do projecto/actividade

“Centro de Aprendizagens” / “Explicações”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

A implementação de um projecto desta natureza fez-se sentir, nesta escola, como uma necessidade premente que visa a criação de um espaço polivalente destinado a acolher todos os alunos que o pretendam utilizar para aprofundar conhecimentos, e/ou participar em actividades de complemento das actividades lectivas e outras.

O projecto visa desenvolver uma “comunidade integrada de aprendizagem” que não deverá substituir as aulas de apoio pedagógico acrescido, mas enquadrar as problemáticas dos apoios e complementos educativos. Pretende-se que apoie os alunos nas diferentes disciplinas, oriente formas de estudo no sentido do aprender a aprender, sensibilizar para o trabalho a concretizar na aula, levar os alunos a desenvolver técnicas de estudo e assegurar a ocupação dos tempos livres dos alunos, face à ausência dos professores.

O “Centro” destina-se a acolher todos os alunos, preferencialmente os do 3º ciclo e os do 10º ano. Inclui os seguintes espaços curriculares: Português/Filosofia, Línguas Estrangeiras (Francês/Inglês/Alemão), Matemática, Ciências Aplicadas (Físico-Químicas, Química, Física, Biologia, Ciências Naturais) e Informática, além de um espaço aberto a outras actividades.

O período de funcionamento do CAP decorre das **9:30 às 17:30**, ininterruptamente, sendo o horário elaborado no início de cada ano lectivo e em simultâneo com o horário dos professores escolhidos para o desempenho das respectivas funções.

3.2.2. Boas Práticas na Escola D. João II

1. Designação do projecto/actividade

“Língua Portuguesa como Segunda Língua”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto destina-se aos alunos provenientes de países estrangeiros não falantes de Língua Portuguesa, aos alunos imigrantes de 2ª geração que apresentam lacunas importantes no domínio da Língua Portuguesa e aos alunos filhos de emigrantes portugueses que apresentam dificuldades nas estruturas básicas da Língua Portuguesa.

A dinamização da “Língua Portuguesa como Língua Segunda” apresenta como objectivos gerais: i) criar um espaço para a aprendizagem da Língua

Portuguesa; ii) facilitar o desenvolvimento de actividades linguísticas diferenciadas que permitam ao aluno aprender/praticar/consolidar as estruturas básicas da Língua Portuguesa; iii) desenvolver as competências comunicativas, de leitura e escrita; iv) facilitar a criação de um espaço de acolhimento e socialização não só ao nível da Língua, mas também no âmbito da cultura portuguesa.

O número de alunos que venham a participar neste atelier condiciona a própria organização e gestão do trabalho a realizar. Prevê-se a criação de núcleos de alunos agrupados segundo a especificidade da sua língua-mãe, bem como das dificuldades/necessidades que evidenciam relativamente à nossa língua. Estes grupos não deverão ultrapassar os 4/5 alunos para que se possa desenvolver um trabalho individualizado, capaz de alcançar os objectivos/competências definidos. A coordenação do mesmo está a cargo de duas docentes, que utilizam 3-4 blocos de 90 minutos para o desenvolvimento das actividades. O atelier funciona na sala do Departamento da Língua Materna.

3.2.3. Boas Práticas na Escola Poeta Joaquim Serra

1. Designação do projecto/actividade

Critérios de Avaliação Interna das Aprendizagens

Domínio da Actividade

Promoção da Qualidade da Avaliação das Aprendizagens

Síntese descritiva

Esta actividade visa desenvolver princípios gerais a adoptar pela comunidade educativa, nomeadamente pelo corpo docente, alunos e estruturas pedagógicas da escola. Pressupõe uma planificação agendada e criteriosa no que se refere à realização das diversas avaliações, entrega das mesmas e comunicações de resultados às estruturas pedagógicas competentes.

A acção a definir prima por definir e construir de forma muito transparente os instrumentos de avaliação tanto no que concerne à sua concepção, classificação, devolução e conseqüente avaliação final.

Os domínios do processo ensino-aprendizagem encontram-se muito bem explicitados e sistematizados por itens muito bem definidos, numa tentativa de minimizar a subjectividade do processo de avaliação.

Deste modo, perspectiva-se essencialmente uma definição de estratégias a implementar ao nível da sala de aula para que este espaço não se encontre “blindado” à comunidade educativa em geral, tornando o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a avaliação desse processo, o mais transparente possível.

O projecto supõe uma diversificação de instrumentos de avaliação a adoptar no processo de ensino aprendizagem, tais como: testes de avaliação escritos ou orais, registos de participação (oral e escrita) nas actividades lectivas em geral, grelhas de observação, listas de verificação, portfólios (a título experimental, segundo parecer do Conselho Pedagógico), trabalhos de projecto/pesquisa, fichas de auto e heteroavaliação de entre outros

Nesta conformidade, a avaliação do final do período consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas por cada área disciplinar/disciplina e que não se esgota na mera aquisição de conhecimentos, mas que se orienta para o desenvolvimento de competências nos alunos a nível do saber, do saber fazer e do saber estar.

2. Designação do Projecto

“Observatório da Escola”

Domínio da actividade

Desenvolvimento da avaliação da qualidade da escola

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver uma perspectiva de avaliação externa de desempenho, nas suas vertentes pedagógica, administrativa e social. O objectivo é o de perceber as *mais-valias* obtidas através do processo de ensino-aprendizagem, ajustando as experiências e conhecimentos recolhidos, de forma a conseguir a integração efectiva de todos os alunos, com vista ao seu sucesso.

Este trabalho tem vindo a ser coordenado pelo órgão de gestão, tendo produzido, até ao momento, excelentes resultados.

O desenvolvimento deste projecto levou a escola a desenvolver um trabalho intensivo ao nível da produção de documentos estatísticos que lhe

permitam realizar uma autoavaliação do desempenho. Refira-se, a título de exemplos, os levantamentos de resultados ao nível da avaliação dos alunos, tanto interna como externa e os trabalhos produzidos pelos vários grupos de trabalho que integram o “Observatório da Escola”. Estes grupos irão trabalhar vários instrumentos que permitem o levantamento de dados que permitam fazer o “controlo de qualidade”. Esta iniciativa inscreve-se no *Programa CAF – Common Assessment Framework*, da Direcção Geral da Administração Pública. Alguns instrumentos foram já produzidos, tais como:

- Questionário sobre horários (alunos e professores);
- Questionário sobre ensino-aprendizagem no ensino secundário (alunos e professores do ensino secundário);
- questionário sobre ensino-aprendizagem no ensino básico (alunos do ensino básico);
- Questionário sobre processos de liderança – conselho executivo;
- Questionário sobre clubes-projectos.

Todos os documentos estatísticos produzidos são utilizados para reflexão interna nas reuniões das diferentes estruturas pedagógicas.

3. Designação do projecto/actividade

“Vencer o Exame”

Domínio da Actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto destina-se a todos os alunos inscritos no **12º ano** e tem como objectivos gerais: i) incentivar o gosto pela Matemática; ii) fomentar o gosto pela resolução de problemas; iii) aprofundar técnicas de resolução de problemas; iv) diversificar estratégias de resolução de problemas; v) desenvolver hábitos e métodos de trabalho e de pesquisa; vi) incentivar a capacidade de comunicação; vil) desenvolver capacidades de manipulação de materiais; viii) explorar as capacidades da calculadora gráfica.

O projecto será desenvolvido ao longo do ano lectivo pelos professores dinamizadores (dois docentes de Matemática), durante um

bloco lectivo semanal. Desta forma, será contemplado um bloco livre e simultâneo nos horários dos alunos e dos professores, preferencialmente à Quarta-feira à tarde. Os restantes professores do Departamento poderão colaborar no projecto através da elaboração de materiais e apoio presencial aos alunos participantes.

A avaliação do projecto recorrerá a inquéritos por questionário, aplicados no final de cada período lectivo, bem como à análise comparativa dos resultados da avaliação interna e externa.

4. Designação do projecto/actividade

“Laboratório Vivo”

Domínio da Actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver uma “comunidade integrada de aprendizagem” com uma aposta forte na integração do saber técnico-científico no nosso quotidiano com uma vertente pedagógica e social. O objectivo é promover actividades que permitam a motivação dos alunos para o estudo das Ciências Físico-Químicas. Aposta, ainda, fortemente na actividade experimental para a construção do conhecimento da Ciência em geral.

É feita a exploração de actividades destinadas aos alunos e à comunidade educativa em geral, designadamente, montagem e exposição do presépio químico, organização da semana das Ciências Físico-Químicas, colaboração na preparação e simulacro de incêndio, realização de sessão astronómica e um peddy-paper “Chegada a Marte”.

Estas actividades são levadas a cabo através da utilização e, por vezes, produção de materiais didácticos imprescindíveis para o bom funcionamento do projecto, a saber: guiões de apoio ao funcionamento de algumas montagens experimentais, fichas de enquadramento e apresentação dessas montagens, guiões do peddy-paper, cartazes de divulgação das actividades e folha de divulgação da ocorrência de um simulacro.

3.2.4. Boas Práticas na Escola Infante D. Pedro

1. Designação do projecto/actividade

“Aprender a Aprender”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O “Aprender a Aprender” é um projecto inter-escolas e inter-ciclos (desde o 1º ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário) que funciona na Escola Secundária Infante D. Pedro desde 1994/95.

Dos seus objectivos destacamos os seguintes: i) a tomada de consciência da(s) forma(s) como aprendemos; ii) o desenvolvimento de atitudes positivas face às aprendizagens escolares e não escolares; iii) o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem, de (auto)formação e de auto-educação.

As principais áreas de intervenção do “Aprender a Aprender” têm sido as seguintes:

- Apoio Educativo: como estratégia interdisciplinar, intervindo junto de alunos com problemas e dificuldades de aprendizagem e de integração escolar (no domínio das atitudes e dos métodos de trabalho);
- Projecto de Intervenção no 10º ano de escolaridade: trabalho de formação com os Directores de Turma/sessões de trabalho com alunos na 3ª hora da Direcção de Turma (atitudes, métodos de trabalho, integração escolar);
- Sala de Aula: com a experiência de novas estratégias a partir das necessidades educativas dos alunos (trabalho de formação de professores em horário pós-lectivo).

Na vertente “Projecto de Intervenção”, esta envolveu todos os alunos das seis turmas do 10º ano e, a título excepcional, uma turma do 11º ano em continuidade, assim como os respectivos Directores de Turma (num total de sete professores). A componente “Sala de Aula” realiza-se na óptica da formação pós-laboral de professores.

2. Designação do projecto/actividade

“À conquista da Matemática”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

Este projecto é desenvolvido pelo Departamento de Matemática, com a finalidade de melhorar os resultados das disciplinas de Métodos Quantitativos e de Matemática. Dirige-se a todos os alunos da escola, inscritos nas referidas disciplinas e que queiram participar.

As actividades ocupam 2 blocos semanais, geridos por três docentes de Matemática. Dentro das actividades desenvolvidas, destacamos:

- aulas de compensação dirigidas aos alunos;
- esclarecimento de dúvidas/questões acerca das matérias leccionadas;
- exercícios de aplicação sobre as matérias leccionadas;
- programa de pré-requisitos;
- outras.

As actividades desenvolvidas, até ao momento, têm sido dirigidas sobretudo aos alunos do 12º ano.

Apesar de se considerar que em apenas uma hora semanal pode ser feito muito pouco, dado que as dificuldades dos alunos são muitas e os programas de Matemática são geralmente bastante exigentes e extensos, as professoras envolvidas nesta iniciativa consideram que o trabalho desenvolvido foi bastante positivo devendo ser continuado.

3.2.5. Boas Práticas na Escola Aquilino Ribeiro

1. Designação do projecto/actividade

“O Português como Segunda Língua”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto foi implementado pela primeira vez tendo em vista a heterogeneidade linguística da comunidade escolar, bem como as dificuldades daí decorrentes. Independentemente do conhecimento rigoroso das estatísticas, o conhecimento da sala de aula mostra que a maioria dos alunos que vêm de países estrangeiros não utiliza correntemente o Português como linguagem – código de

comunicação – entre si. Existe uma elevada percentagem de alunos de diferentes origens que utilizam as línguas/dialectos dos países donde são provenientes.

A utilização frequente de códigos linguísticos tão diferentes em detrimento da utilização do Português, como forma de comunicação, tem agravado as dificuldades de assimilação das regras básicas do Português – Padrão. Neste contexto, tem-se verificado, nomeadamente a nível dos alunos africanos, grande dificuldade, por exemplo, na utilização das conjugações pronominais, na utilização correcta de preposições e articuladores do discurso e nas concordâncias de género e número.

A percentagem de classificações inferiores a 10 na disciplina de Português no ensino secundário revelam graves deficiências no domínio da língua.

Este projecto visa, portanto, melhorar a aquisição de mecanismos conducentes a uma correcta utilização do Português. É direccionado tanto para os alunos do Ensino Básico como do Ensino Secundário, tem como objectivos minimizar os resultados negativos decorrentes de uma incorrecta utilização do Português-Padrão, motivar para a aprendizagem do Português falado e escrito, desenvolver competências de aprendizagem e motivar para a leitura.

As actividades recorrem à utilização de fichas, CD-Rom's, música, palavras cruzadas, jogos de construção, leitura, construção de histórias e dramatizações. O encaminhamento dos alunos é realizado pelos Conselhos de Turma, Directores de Turma, Professores da disciplina, além dos próprios alunos, que se podem auto-propor para a frequência desta modalidade de apoio.

A avaliação do projecto recorre aos dados obtidos através de fichas de controlo e frequência, de inquéritos aos alunos, e de fichas de observação directa.

2. Designação do projecto/actividade

“Intervenção Pedagógica – Tutorias”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

Este projecto destina-se a alunos cujo percurso se encontra em risco de desorganização por diversas razões, nomeadamente com dificuldades comportamentais de adaptação e/ou com alteração de conduta não decorrentes de deficiência.

O seu principal objectivo é a promoção do desenvolvimento de auto-confiança, do espírito de iniciativa, do sentido crítico, da criatividade, do sentido de responsabilidade e da autonomia.

O projecto tem ainda em vista uma aposta forte na integração das TIC, procurando, desta forma, estimular a aprendizagem de estratégias de trabalho cooperativo e a interacção social.

Inclui uma componente para a *(re)construção do self*. Nesta medida, este projecto assume-se como uma tutoria de carácter individual (professora responsável e um aluno), procurando criar um espaço de (re) construção da auto-estima, de aprendizagem para lidar com conflitos (inter)personais e aprender a procurar ajuda/orientação.

Com vista a atingir estes objectivos, são trabalhadas estratégias de adaptação/integração escolar, tais como: identificação e compreensão das causas da desadaptação/desintegração escolar, aprendizagem dos limites e das prioridades como forma de reduzir a ansiedade pessoal e escolar.

Pretende-se uma intervenção activa (pela descoberta), significativa (na/para a vivência do aluno), diversificada (na pluralidade de enfoques), integrada e integradora (de novos conhecimentos e saberes), além de socializadora.

Este projecto é levado a efeito semanalmente com recurso a actividades como determinados jogos pedagógicos de desenvolvimento pessoal: o chapéu dos medos (comunicação), o feiticeiro das palavras (comunicação, imaginação), o brasão de armas (auto-consciencialização, auto-revelação), saltos para o futuro (auto-avaliação) e escala de valores (auto-avaliação; escuta reflexiva). O registo diário é fundamental para a auto-avaliação dos participantes.

O PIP-T está a cargo de uma professora responsável.

3. Designação do projecto/actividade

“Centro de Auto – Aprendizagem” (CAA)

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O “Centro de Auto-Aprendizagem” é um dos mais importantes recursos pedagógicos da escola e localiza-se na Biblioteca. Este Centro dispõe de material, organizado pelos diversos departamentos, o que permite aos alunos desenvolver um

trabalho autónomo, dado que as Fichas de Trabalho têm, na sua maioria, a resolução de actividades/exercícios. Este material é genericamente designado como “Aprender a Estudar/Ensinar a Estudar”.

O “Centro de Auto-Aprendizagem” inclui actividades no âmbito das disciplinas: Introdução à Filosofia, Geografia, História, Ciências Físico-Químicas, Ciências Naturais, Francês, Inglês e Português.

Em Conselho de Turma, procede-se à sinalização dos alunos com dificuldades de aprendizagem e que se entende poderem vir a beneficiar com a frequência do Centro, através de um apoio pontual ou continuado. O Conselho de Turma/Professor que pretenda enviar um aluno para o CAA preenche a respectiva “Proposta de Frequência”, a qual acompanhará o aluno e será entregue ao professor responsável pelo Centro. Esta proposta servirá de referência ao professor que trabalhar com o aluno no CAA, de forma a poder desenvolver as actividades adequadas ao mesmo.

No final, será realizada uma avaliação do trabalho desenvolvido, sempre que solicitada pelo Director de Turma e/ou no final e cada período lectivo. A avaliação será sempre do conhecimento do Conselho de Turma.

4. Designação do projecto/actividade

“Oficina de Matemática”

Domínio de actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto tem por principais finalidades a superação do insucesso verificado na disciplina de Matemática e por outro lado a criação de um espaço que permita aos alunos ultrapassarem as suas dificuldades de aprendizagem. Pretende a escola, com este projecto superar lacunas em termos de pré-requisitos, desenvolver a capacidade de raciocínio, análise e interpretação, com vista à resolução de problemas e em última análise promover o sucesso escolar, tal como já foi referido.

Salienta-se que os alunos que integram este projecto são, normalmente, encaminhados pelos seus docentes da própria disciplina, fazendo-se acompanhar de uma ficha onde se encontram sinalizadas as principais dificuldades que apresentam.

O projecto inclui a recolha e selecção de materiais didácticos para elaboração de fichas informativas e formativas, a utilização de calculadoras, de materiais manipuláveis, computadores, CD-ROM, disquetes e outros instrumentos de trabalho, para além de promover e desenvolvimento de estratégias adequadas a cada aluno e sua redefinição sempre que necessário, para melhor atingir os objectivos.

Este projecto funciona no Laboratório da Matemática, sempre que possível, estando sempre presente neste espaço um professor responsável (1º Grupo) que assegura o apoio aos alunos.

3.2.6. Boas Práticas na Escola Frei Gonçalo de Azevedo

1. Designação do projecto/actividade

“Critérios de Avaliação Interna das Aprendizagens”

Domínio da Actividade:

Promoção da Qualidade da Avaliação das Aprendizagens

Síntese descritiva

Esta actividade visa desenvolver princípios gerais a adoptar pela comunidade educativa, nomeadamente pelo corpo docente, alunos e estruturas pedagógicas da escola. Pressupõe uma planificação agendada e criteriosa no que se refere à realização das diversas avaliações, entrega das mesmas e comunicações de resultados às estruturas pedagógicas competentes.

A acção a definir prima por definir e construir de forma muito transparente os instrumentos de avaliação tanto no que concerne à sua concepção, classificação, devolução e conseqüente avaliação final.

Os domínios do processo ensino-aprendizagem encontram-se muito bem explicitados e sistematizados por itens muito bem definidos, numa tentativa de minimizar a subjectividade do processo de avaliação. Deste modo, perspectiva-se essencialmente uma definição de estratégias a implementar ao nível da sala de aula para que este espaço não se encontre “blindado” à comunidade educativa em geral, tornando o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a avaliação desse processo, o mais transparente possível.

O projecto supõe uma diversificação de instrumentos de avaliação a adoptar no processo de ensino aprendizagem, tais como: testes de avaliação escritos ou orais, registos de participação (oral e escrita) nas actividades lectivas em geral, grelhas de observação, listas de verificação, portfólios (a título experimental, segundo parecer do Conselho Pedagógico), trabalhos de projecto/pesquisa, fichas de auto e heteroavaliação de entre outros

Nesta conformidade, a avaliação do final do período consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas por cada área disciplinar/disciplina e que não se esgota na mera aquisição de conhecimentos, mas que se orienta para o desenvolvimento de competências nos alunos a nível do saber, do saber fazer e do saber estar.

2. Designação do projecto/actividade

“Pais na Escola”

Domínio da actividade

Incremento da Relação Escola-Pais/Encarregados de Educação

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver uma participação activa por parte dos pais e Encarregados de Educação. Não tem sido possível ao órgão de gestão mobilizar os pais e Encarregados de Educação no sentido de constituir uma Associação de Pais. Por esse facto e tratando-se de um bairro situado num meio envolvente muito adverso, o Presidente do Conselho Executivo tenta captar os pais promovendo acções, debates, encontros, sobre variadíssimos temas, para que os pais venham à escola. Chegou a promover, num sábado uma actividade que designou como “Espaço Aberto” a toda a comunidade Educativa em que o objectivo de elencar problemas e propor soluções.

O projecto “Pais na Escola” assume-se como um espaço de partilha e reflexão sobre dificuldades sentidas no que se refere ao processo de desenvolvimento dos adolescentes e à sua relação com a família e com a escola. As coordenadoras das actividades são a Dra. Sofia Costa e o Prof. Augusta Jorge.

As actividades a desenvolver apresentam vertentes diferentes:

- “Encontros temáticos”, destinados a todos os Encarregados de Educação, sempre com um convidado especial;
- “Sessões de Conversa”, com a orientação das psicólogas da fundação.
- “Encontros temáticos com convidados”

Os encontros realizam-se sempre à Quinta-feira.

3. Designação do projecto/actividade

“Auto-Avaliação da Escola” (Programa AVES da Fundação Manuel Leão)

Domínio da actividade

Desenvolvimento da Avaliação da Qualidade da Escola

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver uma perspectiva de avaliação externa de desempenho, nas suas vertentes pedagógica, administrativa e social. O objectivo é perceber as mais valias obtidas através do processo de ensino – aprendizagem ajustando as experiências e conhecimentos, de forma a conseguir a integração efectiva de todos os alunos com vista ao seu sucesso. Este trabalho tem vindo a ser coordenado pelo Professor Dr. Joaquim Azevedo tendo produzido, até ao momento, excelentes resultados na Escola.

Inclui a realização de actividades de junto dos alunos, dirigidas por professores, no início do ciclo das aprendizagens. Inclui, igualmente, no final do ciclo de estudos uma avaliação de resultados aplicada por testes elaborados pela própria Fundação Manuel Leão, de onde é oriundo o presente projecto.

Este projecto visa o envolvimento da comunidade educativa de forma a construir uma avaliação externa que perspectiva melhorar/refazer o que for assinalado com um funcionamento menos eficaz.

O Programa teve o seu início no ano 2000 e a ele aderiram, numa primeira fase, treze escolas, estatais e não estatais, de modo voluntário. No ano 2002, no início do ano lectivo 2002/2003, deu-se início a uma segunda fase, envolvendo um número mais alargado de escolas que ministrem o ensino secundário, sejam elas básicas ou secundárias, compreendendo nesta avaliação tanto o 3º ciclo do ensino básico, como o ensino secundário. A calendarização prevista é a seguinte:

➤ **Ano lectivo 2003/04**

1º Relatório (Dezembro de 2003) - Conhecimentos dos alunos a Língua Portuguesa, Matemática, História e Ciências Naturais (7ºano);

2º Relatório (Abril de 2004) - OCV (opinião dos alunos, pais e professores sobre a escola; contexto em que a escola se insere; valores e atitudes, estratégias de aprendizagem nos alunos do 7º, 9º e 11º anos);

3º Relatório (Julho de 2004) - Conhecimentos dos alunos a Língua Portuguesa, Matemática, História e Ciências Naturais (9º e 11º ano).

➤ **Ano lectivo 2004/05**

(brevemente) 1º Relatório (Novembro de 2004) - Conhecimentos dos alunos a Língua Portuguesa, Matemática, História e Ciências Naturais (7ºano).

3.2.7. Boas Práticas na Escola Jorge Peixinho

1. Designação do projecto/actividade

Critérios de Avaliação Interna das Aprendizagens

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade da Avaliação das Aprendizagens

Síntese descritiva

Esta actividade visa desenvolver princípios gerais a adoptar pela comunidade educativa, nomeadamente pelo corpo docente, alunos e estruturas pedagógicas da escola. Pressupõe uma planificação agendada e criteriosa no que se refere à realização das diversas avaliações, entrega das mesmas e comunicações de resultados às estruturas pedagógicas competentes.

A acção a definir prima por definir e construir de forma muito transparente os instrumentos de avaliação tanto no que concerne à sua concepção, classificação, devolução e conseqüente avaliação final.

Os domínios do processo ensino-aprendizagem encontram-se muito bem explicitados e sistematizados por itens muito bem definidos, numa tentativa de minimizar a subjectividade do processo de avaliação.

Deste modo, perspectiva-se essencialmente uma definição de estratégias a implementar ao nível da sala de aula para que este espaço não se encontre “blindado” à comunidade educativa em geral, tornando o

processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a avaliação desse processo, o mais transparente possível.

O projecto supõe uma diversificação de instrumentos de avaliação a adoptar no processo de ensino aprendizagem, tais como: testes de avaliação escritos ou orais, registos de participação (oral e escrita) nas actividades lectivas em geral, grelhas de observação, listas de verificação, portfólios (a título experimental, segundo parecer do Conselho Pedagógico), trabalhos de projecto/pesquisa, fichas de auto e heteroavaliação de entre outros

Nesta conformidade, a avaliação do final do período consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas por cada área disciplinar/disciplina e que não se esgota na mera aquisição de conhecimentos, mas que se orienta para o desenvolvimento de competências nos alunos a nível do saber, do saber fazer e do saber estar.

2. Designação do projecto/actividade

“Português Segunda Língua”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto foi implementado pela primeira vez tendo em vista a heterogeneidade linguística da comunidade escolar, bem como as dificuldades daí decorrentes. Independentemente do conhecimento rigoroso das estatísticas, o conhecimento da sala de aula mostra que a maioria dos alunos que vêm de países estrangeiros não utiliza correntemente o Português como linguagem – código de comunicação – entre si. Existe uma elevada percentagem de alunos de diferentes origens que utilizam as línguas/dialectos dos países donde são provenientes.

Os objectivos deste projecto são: i) assegurar a apropriação das competências de compreensão e expressão em Língua Portuguesa; ii) proporcionar a aquisição de métodos e técnicas de trabalho de forma a assegurar uma progressiva autonomia na consecução de tarefas adequadas à diversidade das situações e contextos de aprendizagem; iii) assegurar o desenvolvimento do raciocínio e da reflexão crítica.

Os conteúdos temáticos e gramaticais encontram-se subdivididos por Unidades (1 a 9), incidindo a avaliação sobre diversos itens (observação, aplicação de

conhecimentos, oralidade, adequação, pertinência, fluência, interesse da comunicação, autonomia, testes formativos e sumativos).

As actividades desenvolvem-se num bloco diário de 90 minutos de língua e seu funcionamento, e outro bloco de 90 minutos de conversação, durante cinco dias por semana.

3. Designação do projecto/actividade

“Matematicamente ...ajudando”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

No documento *Currículo Nacional para o Ensino Básico – Competências Essenciais*, na secção da Matemática pode ler-se:

“A matemática constitui um património cultural da humanidade e um modo de pensar. A sua apropriação é um direito de todos.”

A ênfase da Matemática escolar não está na aquisição de conhecimentos isolados e no domínio de regras e técnicas, mas sim na utilização da matemática para resolver problemas, para raciocinar e para comunicar, o que implica a confiança e a motivação pessoal para fazê-lo. Por outro lado, sabemos que o insucesso na disciplina de Matemática é muito elevado.

Com o objectivo de combater o insucesso na disciplina de Matemática, motivando para a aquisição de competências relacionadas com este domínio do saber, a escola procurou criar um espaço aberto ao esclarecimento de dúvidas/questões decorrentes das aprendizagens desenvolvidas pelos respectivos professores da disciplina, mas ao enriquecimento dos conhecimentos e à pesquisa.

Este espaço não se destina a acolher alunos mal comportados que são obrigados a sair da sala de aula para não perturbarem mais o trabalho dos colegas, muito pelo contrário pretende receber todos aqueles que querem fazer o esforço de aprender um pouco mais e desvendar os muitos mistérios da matemática...

Este projecto destina-se a todos os alunos do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário da Escola Secundária Jorge Peixinho que estejam interessados, assim como a todos os professores de matemática que estejam motivados e disponíveis.

Funcionar durante os períodos lectivos, um período no turno da manhã e um período no turno da tarde.

4. Designação do projecto/actividade

“Sala de Alunos”

Domínio da actividade

Promoção da Qualidade das Aprendizagens

Síntese descritiva

O projecto visa desenvolver uma “comunidade integrada de aprendizagem”, com uma aposta forte na integração dos jovens na escola e atender às suas expectativas e interesses. O projecto desenvolve-se no Centro de Recursos (Mediateca/Sala de Estudo), que possui um fundo documental constituído por cerca de 10 000 livros, incluindo manuais escolares, assim como algumas obras em suporte multimédia e audiovisual, computadores com ligação à Internet e meios audiovisuais. Este Centro disponibiliza também conjuntos de Fichas de Trabalho com autocorreção, para utilização dos alunos, funcionando como complemento de estudo.

O Centro possui uma equipa coordenadora. A equipa de trabalho é composta exclusivamente por professores das várias áreas disciplinares, em número suficiente para prestar apoio aos alunos que se dirigem a este espaço com a finalidade de desenvolverem várias tarefas. A execução do projecto pressupõe a existência de grupos de trabalho multidisciplinares que enquadrem as tarefas a realizar e que dinamizem a comunidade escolar e o Centro de Recursos. Os Directores de Turma assumem um papel fundamental como elo de ligação entre os alunos e os encarregados de educação.

O horário de funcionamento estende-se a todo o período lectivo, incluindo o turno nocturno, ou seja, das **8:20 às 23:25**. Existe ainda um funcionário que presta apoio na parte da reprografia.

O projecto dirige-se à comunidade escolar em geral e apresenta um carácter transversal, embora direccionado prioritariamente aos alunos. A sua execução prevê a criação de um grupo de acompanhamento integrando professores dos vários Departamentos Curriculares.

Depois da apresentação do conjunto de experiências pedagógicas que se revelaram boas práticas conduzindo os alunos ao sucesso educativo impõe-se definir o *conceito de “boa prática”* utilizado no âmbito de um trabalho desta natureza. Entende-se que constitui uma “boa prática” toda e qualquer experiência pedagógica reconhecida e avaliada como tal

pelos seus responsáveis, que produza resultados positivos ao nível do sucesso educativo dos alunos. Contudo, tratando-se de matéria educativa, estes resultados podem não ser mensuráveis ou perceptíveis no curto prazo. Assim sendo, deve sublinhar-se que não existe relação directa entre a existência de uma “boa prática”, considerada como tal, e uma “boa” ou “melhor” classificação nas seriações/*rankings* de escolas.

Por outro lado, entende-se que estas práticas podem não assumir necessariamente um carácter inovador, mas devem dar provas de eficácia no seu contexto de actuação.

Considera-se, igualmente, importante que as “boas práticas” apresentem como característica a sua sustentabilidade no tempo, isto é, a sua implementação não deverá depender de recursos ou medidas de carácter extraordinário. Pelo contrário, as mesmas devem ser asseguradas através dos recursos humanos e materiais da própria escola.

No referente ao *universo de escolas* cujas práticas foram susceptíveis de análise, julga-se que o mesmo deverá ficar circunscrito às 11 escolas com ensino secundário que foram objecto de análise. Esta opção torna-se mais clara se se tiverem em atenção os *objectivos* estiveram subjacentes a este trabalho: i) analisar as “boas práticas” existentes nas escolas intervencionadas, independentemente da posição ocupada nas seriações/*rankings* de escolas ou das alterações (de tendência ascendente ou descendente) que a mesma possa ter sofrido ao longo do tempo; ii) estimular e incentivar novas práticas de qualidade, nestes ou noutros estabelecimentos de ensino, a partir da análise e divulgação dos dados; iii) reconhecer que as “boas práticas” educativas não estão exclusivamente associadas às escolas que se encontram bem posicionadas nas seriações/*rankings* divulgados ou que, embora numa posição inferior dos mesmos, apresentam uma tendência para melhorar a sua posição.

3.3. Análise Comparativa das Pautas e Relatório do Júri Nacional de Exames (JNE)

Qual a real dimensão das classificações internas da escola (CIF) e as externas (classificações de exame - CE)?

Será que as diferenças se traduzem apenas em valores de ordem quantitativa ou espelham outro tipo de factores?

Atendendo aos dados constantes do documento “Exames Nacionais”, produzido em relatório pelo Júri Nacional de Exames, as classificações internas do 12º ano, apresentadas

pelos alunos dos diferentes estabelecimentos em apreço, revelam poucas diferenças relativamente às médias nacionais. As diferenças positivas situam-se entre +1 a +23 pontos; as diferenças negativas oscilam entre -2 a -27 pontos. Detectam-se apenas três casos que podemos considerar “críticos”, de disciplinas que apresentam diferenças, superiores a - 20 pontos, e requerem alguma atenção por parte dos responsáveis (Tabela 1 do anexoIII).

Quando são analisadas as classificações de exame, constata-se que existem diferenças significativas entre as classificações obtidas pelos alunos das escolas observadas e a média nacional, isto é, a prestação dos alunos em exame fica bastante aquém da classificação interna atribuída no final do 3º período. Há, contudo, situações que contradizem esta tendência. Veja-se o caso da EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira que nas disciplinas de Português A, Sociologia, Filosofia e História manifesta uma tendência inversa. Ou ainda os casos das escolas Frei Gonçalo de Azevedo – nas disciplinas de Português-A, Física, Química e Psicologia – Josefa de Óbidos - nas disciplinas de Desenho e Geometria Descritiva A (DGD-A), Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (IDES) e Sociologia – e Jorge Peixinho - nas disciplinas de Português-A, IDES, Sociologia e Filosofia. Nestas escolas, e nas referidas disciplinas, verificamos a tendência já anteriormente apontada, isto é, as classificações de exame são superiores à média nacional (Tabela 2 do anexoIII). Julgamos que estes casos devem ser objecto de análise e reflexão por parte das escolas em que ocorreram, a fim de analisar as razões explicativas para estes “casos de sucesso”.

Os dados referentes à diferença entre Classificação Interna de Frequência (CIF) e Classificação de Exame (CE) confirmam a grande discrepância entre as classificações atribuídas pelos docentes das diferentes disciplinas e a prestação dos alunos nos exames finais nacionais. Em muitos casos, a diferença entre CIF-CE atinge valores anormalmente elevados, entre 50 a 79 pontos (Tabela 3 do anexoIII).

Tendo em consideração que a classificação interna destes alunos tem um factor de ponderação de 70% e a classificação de exame de 30%, naturalmente os docentes sabem que se os alunos forem com uma classificação interna superior sentem-se mais confortáveis a realizar os exames. Há outros factores que, de algum modo, podem influenciar os docentes das diferentes disciplinas e que se relacionam com a estabilidade do próprio corpo docente e com a continuidade pedagógica. Estes factos impelem os professores a ser um pouco mais permissivos, porque conhecendo bem os seus alunos têm uma perspectiva

muito real das possibilidades de prestação dos seus alunos em exames nacionais, sentindo-se por esse facto compelidos a “proteger” os seus alunos.

A análise realizada às taxas de reprovação obtidas nas várias disciplinas permite concluir que a Matemática, a Física, a Química e a Psicologia, são as disciplinas que apresentam um cenário mais desajustado da média nacional. Refira-se, a este propósito, o resultado obtido pela ES Marquês de Pombal, na disciplina de Matemática, que foi de 0% de reprovações. No entanto, se tivermos em conta o número de alunos que prestou provas verifica-se que o mesmo é bastante diminuto – apenas cinco alunos. Tal facto conduz-nos a uma questão de grande relevância que é a da análise dos valores absolutos e dos valores relativos que, neste tipo de estudos, pode conduzir a distorções nos resultados. Com efeito, neste caso, o resultado obtido pelos cinco alunos corresponde a 100% de sucesso e, no entanto, a escola encontra-se posicionada num dos últimos lugares da seriação (*ranking*) (Tabela 4 do anexo III).

Outro dado digno de referência é que nas duas escolas que só oferecem cursos tecnológicos – ES/3 Marquês de Pombal e ES Infante D. Pedro – as taxas de aprovação conseguidas nas diversas disciplinas apontam para uma melhor prestação relativamente a outros estabelecimentos que leccionam, essencialmente, cursos de carácter geral. Acresce que são também estas escolas que apresentam taxas de ingresso no ensino superior mais elevadas (Tabela 5 do anexo III).

A propósito da análise dos resultados da avaliação dos alunos, tanto interna como externa, cumpre tecer duas ordens de considerações. A primeira refere-se aos critérios de avaliação definidos por cada escola, ao nível dos seus Conselhos Pedagógicos. Todas as escolas observadas (com excepção de apenas uma) apresentam critérios de avaliação definidos para todas as disciplinas que integram os planos de estudos do Ensino Secundário. Estes critérios ora se apresentam definidos de modo uniforme (ES/3 Jorge Peixinho, ES/3 Marquês de Pombal, ES/3 Poeta Joaquim Serra, ES Infante D. Pedro), ou de modo diverso, no qual cada disciplina define os pesos a atribuir a cada um dos domínios a avaliar, bem como os instrumentos a utilizar na avaliação das aprendizagens. Seja qual for o modo definido, a verdade é que o domínio cognitivo assume uma preponderância muito acentuada (com um peso atribuído de 80-90% - média), sobretudo no caso das disciplinas sujeitas a exame nacional, e os testes escritos surgem como o instrumento privilegiado de recolha de informação avaliativa.

Assim sendo, três constatações são possíveis: i) a avaliação formativa adoptada na maior parte dos estabelecimentos é coerente com a finalidade de preparar os alunos para os

exames nacionais; ii) os critérios adoptados, embora coerentes com aquela finalidade, traduzem bem o empobrecimento das práticas avaliativas, circunscritas ao essencial, isto é, ao que é “mensurável” através de um exame; iii) os critérios adoptados são muito diversos, de escola para escola, o que pode ajudar a explicar os diferentes resultados do desempenho dos alunos nos exames nacionais.

A segunda ordem de considerações prende-se com as próprias razões legitimadoras da reintrodução dos Exames Nacionais no final do Ensino Secundário. Com efeito, sabemos que os exames são a resposta encontrada para fazer frente à ideia generalizada da existência de um certo “facilitismo” e “inflação classificatória” instalados no sistema escolar, além de constituírem uma forma de exercer um maior e mais rigoroso controlo no sistema. Dado que a classificação final dos alunos resulta de uma média ponderada das classificações de exame com as classificações internas de frequência, a tentação de “inflacionar” estas últimas é, em muitos casos, irresistível.

As próprias escolas, através dos órgãos de gestão, reconhecem a existência do fenómeno ao admitirem que, no que se refere à avaliação interna, existe uma atitude “excessivamente benevolente”, mas, se assim não fosse, “nenhum aluno teria condições para realizar os exames” (EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira). Por outro lado “o grau de rigor na aplicação dos critérios definidos é baixo” (ES/3 D. João II), uma vez que “as características dos alunos podem, efectivamente, levar os professores a baixar a fasquia” (ES Infante D. Pedro). Tal como é afirmado “a tendência é os professores exigirem os chamados conhecimentos mínimos” (EB 2,3/S Aquilino Ribeiro), ou ainda “os professores são muito permissivos e benevolentes, tendem a “nivelar por baixo” (ES/3 Josefa de Óbidos).

Em cinco estabelecimentos, os Conselhos Executivos afirmam claramente que a aplicação dos critérios de avaliação aprovados é realizada de forma bastante exigente e rigorosa (ES/3 Jorge Peixinho, ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo, ES da Moita, ES/3 Poeta Joaquim Serra e ES/3 Marquês de Pombal). Mesmo nestes casos, reconhece-se ainda assim que os níveis de rigor e de exigência podem melhorar “caso os professores sejam devidamente avaliados” (ES/3 Jorge Peixinho), ou “quando os professores decidirem trabalhar de forma mais colaborativa e menos solitária” (ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo).

As práticas conducentes a sobrevalorização dos resultados da avaliação interna, sobretudo quando a mesma atinge valores “críticos”, configuram uma situação de desregulação que importa conter. No entanto, sabemos que estas práticas são entendidas

por muitos – sobretudo pelos próprios docentes – como um importante “factor de moderação” e “instrumento de justiça relativa” face à ”injustiça dos exames nacionais”. Inclusive porque se sabe que, muitas vezes, por causa do resultado negativo obtido numa única prova, o futuro do aluno fica irremediavelmente comprometido.

Tendo em consideração que a classificação interna dos alunos apresenta um factor de ponderação de 70% e a classificação de exame 30%, naturalmente os docentes sentem-se compelidos a atribuir uma classificação interna superior, para os alunos se sentirem mais confiantes, quando têm de prestar provas de exame com elevado grau de contingência quanto aos resultados a obter. Os professores tendem a ser mais permissivos, porque conhecem bem os seus alunos têm uma perspectiva muito real das possibilidades de prestação dos mesmos nos exames nacionais, exercendo a sua “acção protectora” por via da avaliação interna.

3.4. A Importância do Projecto Educativo de Escola na Implementação das Boas Práticas

No que se refere à Escola Octávio Duarte Ferreira as grandes opções educativas constantes do projecto situam-se no plano do desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos alunos, elegendo grandes temáticas com vista ao seu tratamento: relações interpessoais, higiene e segurança, sexualidade, cidadania e prevenção de comportamentos desviantes, de risco. Ao nível da prevenção, pretende-se apostar em acções de informação. No plano da actuação, pretende-se desenvolver uma série de acções de informação, sensibilização e formação (exposições, feiras, oficinas, actividades de enriquecimento curricular, outras).

As parcerias assumem um papel importante na consecução do Projecto Educativo (APEE, Escola Segura, Comissão de Protecção de Menores, Assistência Social, Centro de Saúde). A Escola/Agrupamento mantém boas relações comunitárias, excepto com a Câmara Municipal.

A avaliação do projecto educativo (contínua e final) está a cargo de uma Comissão constituída pela Assembleia de Escola.

Por seu lado a Escola Marquês Pombal apresenta um Projecto Educativo de Escola com um conjunto de princípios, dos quais destacamos: i) a preocupação de oferecer uma oferta formativa diversificada, de cursos de perfil tecnológico, que permitam a inserção dos

alunos no mercado de trabalho; ii) a valorização de processos de ensino-aprendizagem centrados na aquisição de competências; iii) e um enfoque particular na educação para a cidadania responsável. Com vista à consecução do PEE, a escola define no seu projecto onze objectivos operacionais, cada um dos quais com as respectivas estratégias de operacionalização.

Na Escola D. João II o Projecto Educativo de Escola encontra-se, neste momento, em fase de revisão, que irá ocorrer brevemente no decurso de um momento de formação (durante uma “Oficina de Estudos” calendarizada para Janeiro). No anterior PEE, os objectivos educativos foram definidos em torno dos vectores: i) combate à indisciplina; ii) promoção das competências pessoais e sociais dos alunos. O projecto incluía alguns dispositivos de avaliação intermédia, designadamente ao nível de determinadas áreas, bem como uma avaliação no final de cada ano lectivo.

Também na Escola Poeta Joaquim Serra o Projecto Educativo da Escola encontra-se, actualmente, em reformulação. O documento orientador da futura revisão encontra-se já elaborado, definindo os seguintes campos de actuação: i) prática pedagógica aplicada; ii) gestão de espaços e recursos; iii) formação de professores; iv) intervenção do Director de Turma; v) actividades curriculares; vi) actividades de complemento curricular; vii) actividades extracurriculares; viii) projectos comunitários.

Qualquer um dos campos de actuação definidos prevê a definição de momentos de controlo e intervenção. Está prevista também a definição de medidas de avaliação do sistema, que visem a definição de métodos e momentos específicos de avaliação dos processos e dos produtos, a criação de instrumentos de avaliação adequados à realidade em observação, a aplicação e tratamento dos dados recolhidos com vista à reformulação sistémica do projecto.

Ao nível do Ensino Secundário, considera-se importante promover mecanismos de ligação com as diversas associações empresariais, sociais e culturais, bem como com as próprias empresas, através de protocolos, de forma a organizar uma “bolsa de estágios”.

Da mesma forma a Escola Infante D. Pedro tem o Projecto Educativo da Escola, actualmente, em reformulação. Seguindo uma lógica de continuidade com o anterior projecto, o futuro PEE terá em conta a situação da escola, localizada numa área de forte implantação industrial, com uma população desenraizada dos seus locais de origem e das suas tradições culturais.

A acção educativa a desenvolver irá centrar-se nos seguintes princípios: i) transmissão de uma consciência ecológica e cívica; ii) promoção do intercâmbio entre grupos culturais de proveniência; iii) oferta de uma diversidade de opções educativas com vista ao ingresso na vida activa; iv) estímulo à reflexão dentro da escola; v) fomento de acções de formação, tanto do pessoal docente como não docente; vi) apoio aos alunos através de projectos que combatam o insucesso.

A avaliação do PEE ficará a cargo da Assembleia de Escola.

A necessidade de reestruturar o Projecto Educativo da Escola foi igualmente preocupação da Escola Lima de Freitas. Com esse objectivo, foi constituída uma secção do Conselho Pedagógico para trabalhar exclusivamente sobre esta matéria. Os principais problemas detectados, e relativamente aos quais se torna urgente dar uma cabal resposta educativa, são “o insucesso escolar, a falta de pré-requisitos dos alunos, a desmotivação e a falta de acompanhamento escolar por parte dos encarregados de educação”.

Os dois grandes princípios que orientam a elaboração do futuro projecto educativo são, pois, o combate ao insucesso escolar e o desenvolvimento da autonomia dos alunos, ao longo do seu processo de aprendizagem.

A Escola da Moita não tem Projecto Educativo de Escola, apenas se encontram definidas algumas linhas orientadoras, nomeadamente – servir a comunidade educativa, diversificando a oferta formativa uma vez que é a única escola secundária daquela área do concelho.

A Escola Aquilino Ribeiro não tem elaborado um documento de “Projecto Educativo” com uma definição clara de princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino. O PEE encontra-se estruturado em torno das actividades a desenvolver. Com efeito, o Plano de Actividades encontra-se elaborado de forma bastante completa. O Projecto Educativo de escola baseia-se em documentos orientadores, Tal como se disse, abrangendo temáticas relacionadas com a Formação Cívica; Participação na vida da escola de todos os intervenientes participando na vida da escola, nomeadamente, alunos, pais, professores, funcionários, enfim a comunidade educativa em geral e também ao nível da implementação e desenvolvimento de vários projectos.

Ao nível dos 2º e 3º ciclos, a escola tem definidos projectos curriculares de turma, em consonância com os objectivos do projecto curricular de escola.

Durante o ano lectivo 2004/05, a Escola Frei Gonçalo de Azevedo procedeu à avaliação do grau de execução do seu Projecto Educativo e à reformulação do mesmo para o triénio 2005/2008 numa tarefa em que se pretende envolver todos os membros desta

comunidade educativa. A coordenação deste trabalho será da responsabilidade dos presidentes dos seus principais órgãos de gestão.

As linhas estratégicas de actuação do futuro PEE são as seguintes: i) formação cívica; ii) participação na vida da escola (órgãos de gestão intermédia, alunos, professores, pessoal não docente, pais/encarregados de educação); iii) projecto curricular de escola.

O lema do Projecto Educativo da Escola Josefa de Óbidos é “educar para o sucesso”. Ao nível do PEE, os objectivos definidos são os seguintes: i) Ensino Básico: apostar num ensino básico de qualidade que permita adquirir o perfil de competências previsto no Currículo Nacional; ii) Ensino Secundário: desenvolver um Ensino Secundário que, a par de uma preparação pré-universitária e pré-profissional, inclua uma formação humanista conducente ao desenvolvimento integral dos jovens.

Afigura-se ainda importante a criação de estágios para os alunos que frequentam os cursos tecnológicos, de modo a facilitar a inserção no mundo do trabalho.

O PEE da Escola Jorge Peixinho define os seguintes objectivos: i) fomentar um contexto escolar estimulante; ii) agilizar os processos de comunicação e de informação entre a comunidade educativa; iii) adequar a formação aos interesses e necessidades dos jovens e da comunidade; iv) proporcionar aprendizagens que formem e eduquem; v) promover e reforçar a ligação da escola à comunidade; vi) desenvolver trabalho de equipa; vil) induzir atitudes de colaboração e de diálogo; viii) produzir informação para conhecer e melhorar.

Como forma de atingir os objectivos, definem-se as seguintes estratégias/actividades: i) fomentar um contexto escolar estimulante; ii) agilizar os processos de comunicação e informação entre a comunidade educativa; iii) adequar a formação às necessidades e interesses dos jovens e da comunidade; iv) desenvolver aprendizagens que formem e eduquem; v) promover e reforçar a ligação da escola à comunidade; vi) desenvolver o trabalho de equipa; vil) desenvolver atitudes de colaboração e de diálogo entre todos os membros da comunidade educativa; viii) produzir informação para conhecer e melhorar.

Numa perspectiva de caracterização global do que se foi dizendo sobre os PEE de cada uma das escolas em análise podemos afirmar que os grandes objectivos do Projecto Educativo de Escola consistem na promoção do sucesso escolar de cada aluno, tornando-o num cidadão pleno, em todas as vertentes e na construção de uma escola de qualidade, no sentido de dar resposta às expectativas dos alunos. Melhorar a acção dos órgãos de gestão intermédia, eis outro grande objectivo do PEE. Para tal apostar-se numa avaliação

permanente do funcionamento das várias estruturas pedagógicas e no envolvimento da comunidade educativa na identificação dos problemas e resolução dos mesmos.

A acção educativa mostra-se bastante coerente com as problemáticas diagnosticadas na comunidade, o que é evidenciado pela multiplicidade de projectos/actividades em desenvolvimento.

Constata-se que os PEE procuram dar corpo a determinadas estratégias que são coerentes com o diagnóstico dos problemas educativos realizado junto da comunidade escolar. Estes problemas reportam-se essencialmente aos alunos que frequentam o Ensino Básico, sobretudo o insucesso, a desmotivação, o abandono e a falta de acompanhamento familiar. As estratégias a desenvolver passam essencialmente pelo desenvolvimento de projectos/actividades que visam a promoção de competências pessoais e sociais, quando não mesmo de combate à indisciplina. Estes projectos/actividades encontram-se, muitas vezes sustentados por parcerias que a escola estabelece com a autarquia local, ou com associações e organismos diversos.

Os dados apontados levam a concluir que, nas Escolas com Ensino Secundário, uma boa parte das suas energias, dos seus recursos e da sua motivação é canalizada para o Ensino Básico, factor que conduz, inevitavelmente, a uma secundarização da problemática do Ensino Secundário. No caso das escolas Octávio Duarte Ferreira e Aquilino Ribeiro, ambas de tipologia EB 2,3/S, as preocupações que os PEE espelham relativamente ao Ensino Básico são levadas até ao limite, considerando que as mesmas se encontram em plena fase de constituição/consolidação dos agrupamentos verticais das quais se assumem como escolas-sede. Note-se que, na primeira, o Ensino Secundário assume muito pouca relevância (5 turmas apenas).

As situações descritas remetem para a problemática da relação Ensino Básico-Ensino Secundário dentro do mesmo estabelecimento de ensino, e que podemos traduzir nas seguintes questões? Podem duas escolas coexistir apenas numa? Como conciliar a universalidade do Ensino Básico com a selectividade do Ensino Secundário? Os investimentos realizados no Ensino Básico são capitalizados, mais tarde, quando os alunos ingressam no Ensino Secundário?

Esta é uma problemática que não respeita às Escolas Secundárias da Moita e Infante D. Pedro, uma vez que a sua tipologia é exclusivamente secundária.

Em seis dos estabelecimentos de ensino – ES/3 D. João II, ES/3 Lima de Freitas, ES/3 Poeta Joaquim Serra, ES Infante D. Pedro, ES da Moita e ES/3 Frei Gonçalo de Azevedo –,

os PEE encontram-se em fase de reformulação. Nestes casos, notamos que os Conselhos Executivos encaram os Projectos Educativos como instrumentos, por excelência, ao serviço da construção da autonomia da escola, capaz de produzir conhecimentos e promover mudanças. Esta constatação é também aplicável ao caso da ES/3 Marquês de Pombal. Neste caso, o PEE procura assumir-se com uma identidade própria, fortemente diferenciadora ao nível da oferta educativa.

Esta escola é um bom exemplo da apresentação de um Projecto Educativo bem delineado, estruturado em torno de objectivos operacionais/estratégias de operacionalização bem sistematizados. Parte de estudos feitos à população escolar, ao longo de um período de doze anos, o que lhe permite alargar a perspectiva e analisar algumas tendências de longo prazo.

O Ensino Secundário assume um peso relevante, podendo mesmo dizer-se que esta é a verdadeira vocação da escola.

Uma das preocupações assumidas no próprio PEE é a progressiva diminuição da população escolar, justificada por factores como o envelhecimento da população, a situação geográfica da escola, o incremento “desordenado” de escolas secundárias na zona e a desvalorização social dos cursos de carácter tecnológico. Contra esta tendência, a escola procura afirmar-se pela diferença, baseando-se nas potencialidades dos seus recursos físicos e humanos e na sua própria história e tradição.

Em suma, nestas escolas parece que já foi ultrapassada a fase do “projecto por decreto”. Em dois outros estabelecimentos a situação é diferente. No caso da EB 2,3/S Aquilino Ribeiro, existe apenas um Plano Anual de Actividades (PAA), isto é, um conjunto de projectos sectoriais sem problematização prévia; no caso da ES/3 Josefa de Óbidos, detectamos que o PEE é muito pouco operacional e pragmático, enfatizando mais o enunciar de problemas do que a sua resolução concreta.

3.5. Síntese

A rede educativa deveria constituir uma efectiva resposta às expectativas de alunos e encarregados de educação. Verifica-se que os alunos, sobretudo em áreas cujo tecido social é mais heterogéneo, frequentam cursos do Ensino Secundário correspondentes à oferta educativa existente na escola. Sabemos que, por vezes, esta oferta não se encontra em conformidade com as expectativas e vocações de alguns alunos, e que as mesmas, a serem consideradas, justificariam opções de cariz mais profissionalizante. Este facto é bem

patente na dissonância existente entre a taxa de insucesso e a taxa de abandono. Um número significativo de alunos, devido às contingências da oferta de rede, acaba por ser compelido a frequentar Cursos que se caracterizam, a nível curricular, por uma acentuada vertente teórica, cuja conclusão implica, com carácter de obrigatoriedade, a realização de Exames Finais Nacionais, em quatro, ou cinco, disciplinas trienais, ou anuais, consoante se tratasse de Cursos Tecnológicos ou Gerais (digo tratasse, uma vez que no presente ano lectivo está em curso uma nova reforma do ensino secundário que altera aquela realidade).

Entende-se que esta questão pode constituir objecto de reflexão e análise em termos de preparação das reuniões de Carta Escolar, com o intuito de fomentar uma oferta educativa consonante com as expectativas dos alunos e seus projectos de futuro, tendo presente a procura de recursos ao nível do tecido empresarial e/ou outros.

Foi dado um enfoque muito particular aos processos desenvolvidos pelas escolas no âmbito da avaliação interna, bem como aos resultados conseguidos face à avaliação externa. Importa aqui referir que as seriações (*rankings*) de escolas, na medida em que enfatizam os resultados da avaliação externa, reforçam a ideia de que é necessário controlar externamente as aprendizagens, o ensino, o currículo e o próprio docente. É sabido que a avaliação externa é praticada em nome da homogeneização dos resultados, da equidade e da credibilização social do ensino e da escola. Assim sendo, julga-se conveniente que as escolas promovam a confiança social na informação que transmitem, avaliando os aspectos da aprendizagem considerados essenciais de acordo com critérios claros, coerentes, acessíveis e homogéneos.

Os dados recolhidos apontam para a necessidade de proporcionar a estas escolas ofertas formativas focalizadas sobre a problemática da Avaliação das Aprendizagens dos Alunos, o que é concordante com as algumas opiniões manifestadas pelos próprios órgãos de gestão.

Em quarto lugar, julga-se importante aferir a capacidade evidenciada pelas escolas no sentido de uma rigorosa avaliação da sua qualidade de ensino, traduzida na produção de dados sobre o funcionamento e resultados da instituição. Com efeito, a criação deste tipo de dispositivos permite realizar um diagnóstico claro das realidades em presença, além de constituir uma sólida base de trabalho e reflexão, com vista à tomada de decisões no sentido da correcção e superação de eventuais problemas detectados e/ou adopção de procedimentos promotores do sucesso educativo.

Estes dispositivos de avaliação interna da qualidade já existem em algumas escolas (por exemplo, através dos chamados “Observatórios”), constituindo uma prática que julgamos

importante promover, na convicção de que deve ser enfatizada a avaliação desenvolvida pela própria comunidade escolar. Com esse objectivo, julgamos que devem ser proporcionadas a estas escolas ofertas formativas focalizadas sobre a problemática da Avaliação da Qualidade.

5. Conclusões

As expectativas existentes em relação à escola, designadamente, ao seu papel formativo, educativo e social conduzem a uma preocupação de implementação de determinadas práticas (essenciais) com o intuito de evitar rupturas entre as instituições família e escola. É neste contexto que se considera que a comunidade, cada vez mais espera uma abordagem individualizada de cada escola; as escolas são, cada vez mais, responsabilizadas pelo seu Projecto Educativo de Escola, em suma, a sociedade em geral, exige dos jovens formação actualizada que valide competências nas diferentes áreas de intervenção.

Este propósito conduz a uma última consideração que, não deverá ser de negligenciar, e se relaciona com a injustiça de que são alvo as escolas que não oferecem uma rede de cursos destinados ao ensino superior.

É necessário criar reais oportunidades para que todos os jovens estudantes possam optar por percursos académicos e/ou profissionais ajustados à situação de cada um. Consequentemente, assume particular importância a construção de uma escola de referência que contribua para dar maior flexibilidade, credibilidade e identidade ao ensino em geral e, em particular, ao ensino secundário. Nesse sentido, o desenvolvimento da instituição escola, enquanto organização, deve contribuir para que os estudantes adquiram uma sólida formação científica, tecnológica, humanística, social, entre outras a par de um conjunto de competências de natureza transversal. Em particular, competências que lhes permitam resolver problemas de índole diversa, utilizar diferentes meios de acesso à informação, descrever, analisar e interpretar, relacionar acontecimentos, a ciência em si, a tecnologia, o ambiente, a sociedade entre outros, para além de adquirirem consciência do seu papel de cidadãos numa sociedade que se quer democrática.

Contudo, reflectindo sobre esta questão verificamos que o que está, verdadeiramente, em causa é a própria organização, bem como a sua estrutura.

É nesta conformidade que se apela a uma gestão mais participada/participativa implicando, necessariamente, maior envolvimento e responsabilização dos agentes educativos na criação de estruturas e processos que privilegiem um melhor funcionamento da organização. O nível de envolvimento dos actores educativos na comunidade é

inquestionável. A capacidade empreendedora do director/líder da escola é indiscutível, enfatizando a disponibilidade de recursos materiais de que necessita, sendo que, os meios facultados pela administração central sejam os indispensáveis. Verificar o nível de envolvimento dos diferentes parceiros através de parcerias, protocolos, projectos entre outros é um indicador poderosíssimo para se poder avaliar a capacidade de participação da comunidade educativa.

Estão aqui implícitos, naturalmente, a atribuição de poderes e competências, bem como a descentralização da administração em geral e na educação em particular.

Importa reflectirmos sobre as diferentes culturas organizacionais de gestão escolar. Aquela consolida-se, essencialmente, no facto de se considerar que todos os modelos encerram em si mesmos “defeitos” e “virtudes”, contudo, dever-se-á considerar o contexto em que eles foram surgindo, bem como os princípios que lhes estavam subjacentes.

As organizações têm que mudar e de se reinventar ajustando-se às novas realidades. A este propósito lembro alguns passos que têm vindo a ser dados no Desenvolvimento Organizacional, designadamente, enfatizando os principais objectivos, a saber:

- *“ajudar a organização a ser capaz de funcionar com eficácia (posicionando-se no seu espaço concorrencial de forma competitiva) e com o máximo de eficiência (com o emprego optimizado de todos os seus recursos);*
- *Criar condições para que as suas equipas e os seus recursos humanos, que são os seus activos mais importantes, sejam capazes de funcionar no nível máximo das suas capacidades num clima de efectiva colaboração*
- *Mudar a cultura da organização, substituindo o tipo autocrático de funcionamento por um sistema democrático, com base na actuação de equipas autogeridas.”⁴³*

Há a efectiva noção que tem que haver mudança, mas também há a noção que tem que haver alguém – um líder – que seja capaz de a pôr em prática.

*“(...) A **eficácia** do processo educativo tem a ver com a convergência de objectivos (resultados) previstos e alcançados; a **eficiência** relaciona os objectivos alcançados com os recursos afectados para os atingir. (...) No entanto, se tais resultados foram alcançados a custos muito elevados (pouca eficiência) é provável que não possam ser mantidos*

⁴³ TAVARES, Maria M.Valadares, (2004), “*Desenvolvimento Organizacional. Gerir as Organizações em Tempo de Mudança*”, Universidade Lusíada Editora.

durante muito tempo. Isto significa que muitas vezes a ineficiência compromete a sustentabilidade da eficácia.”⁴⁴

Citando M^a Manuel Tavares no que se concerne à cultura das organizações a autora refere “*A cultura tradicional é centrada na própria organização. Em que os valores são o respeito pela autoridade, pelo cumprimento das normas, das ordens recebidas e pelo apego às tradições que a breve trecho se constituem nos próprios objectivos da organização. O sistema de decisão é centrado na hierarquia, nos níveis cimeiros e o processo de funcionamento baseia-se na execução eficiente e mecânica de produtos e tarefas conhecidas e estandardizadas.*”⁴⁵.

A organização funciona, pelo que pode considerar-se eficiente, mas será ela eficaz?

Julgamos ser, de todo, conveniente que as organizações promovam a confiança, considerando os aspectos essenciais de natureza diversificada, de acordo com critérios claros, coerentes, acessíveis e homogêneos facultando informação, valorizando os seus recursos, de modo a que a avaliação possa ser integral e se chegue rapidamente à conclusão que urge a mudança.

As escolas que serviram de base a esta reflexão encontravam-se nos últimos lugares na seriação (ranking) efectuada no ano 2003 e 2004, contudo, a Pedagogia participativa vê o conhecimento como um caminho a ser feito por aquele que entra na escola. Preconiza por este motivo, a integração pessoal do indivíduo, como indispensável a uma aprendizagem que se quer activa e significativa. A motivação passa de extrínseca a intrínseca. Partindo desta motivação intrínseca, o indivíduo é entendido como uma parte activa na comunidade escolar em geral e o aluno, no processo de ensino aprendizagem, em particular, procurando construir por si mesmo a sua própria estrutura, nos diferentes domínios – cognitivo, afectivo, social – onde a experiência pessoal tende constantemente a ser melhorada.

É nesta conformidade que se apela para uma gestão mais participada/participativa implicando necessariamente maior envolvimento e responsabilização dos agentes educativos na criação de estruturas e processos que privilegiem um melhor funcionamento da organização. O nível de envolvimento dos actores educativos na comunidade é inquestionável.

A capacidade empreendedora do director/líder da escola é indiscutível, basta para isso enfatizar a disponibilidade de recursos materiais de que dispõe uma escola em relação à

⁴⁴ CARMO, H., (2001) – “*Problemas Sociais Contemporâneos*” Lisboa, Universidade Aberta, pág.260

⁴⁵ TAVARES, Maria M.Valadares, (2004) – “*Desenvolvimento Organizacional. Gerir as Organizações em Tempo de Mudança*”, Universidade Lusíada Editora

outra escola, sendo que, os meios facultados pela administração central são os mesmos. Basta olhar para o leque de parcerias estabelecidas por algumas escolas para se poder avaliar a capacidade de participação e envolvimento de toda a comunidade educativa.

Estão aqui implícitos, naturalmente, a atribuição de poderes e competências, bem como a descentralização da administração em geral e na educação em particular, nos casos focados.

Ao longo do trabalho de acompanhamento desenvolvido junto das onze escolas com ensino secundário, da rede pública, que ficaram posicionadas nos últimos 50 lugares da seriação (*ranking*) de escolas 2004, publicada pelo jornal Público, foi possível constatar a existência de múltiplas experiências pedagógicas que, no dia a dia das escolas, acrescentam uma mais valia ao trabalho desenvolvido pelos agentes educativos. A opção metodológica subjacente às intervenções realizadas – entrevista aos representantes do órgão de gestão executiva e análise de documentos produzidos pela escola - conduziu a uma recolha de dados que tornam possível uma análise extensiva e qualitativa das situações. A elaboração de uma listagem de Boas Práticas surge como o corolário lógico de todo o trabalho desenvolvido até ao momento, sendo indissociável do mesmo. A identificação das “boas práticas” que as escolas desenvolvem, reconhecidas como tal pela administração, irá certamente constituir um estímulo para a sua actividade, e ao mesmo tempo, um contraponto desejável à “chicotada psicológica” anualmente provocada pela publicação das seriações (*rankings*) de escolas.

Apoiar a consolidação e o desenvolvimento de práticas bem sucedidas, produzindo conhecimento sobre elas, conduz ainda à definição de *domínios de actuação*. Estes domínios de actuação devem ser diferenciados, privilegiando sempre os resultados que uma “boa prática” possa produzir ao nível do sucesso dos alunos do Ensino Secundário.

Os domínios definidos foram os seguintes:

- a) promoção da qualidade das aprendizagens;
- b) promoção da qualidade da avaliação das aprendizagens;
- c) desenvolvimento da avaliação da qualidade da escola;
- d) incremento da relação escola-pais/encarregados de educação;
- e) melhoria do funcionamento organizacional e da vida da escola;
- f) diversificação da oferta educativa-formativa, com particular incidência nos cursos de perfil tecnológico e na organização de estágios.

Não querendo opinar precipitadamente, poder-se-á inferir de forma muito modesta (com base na informação coligida) que as seriações (*ranking's*) de escolas enfatizam os

resultados da avaliação externa, reforçam a ideia que é necessário controlar externamente as aprendizagens, o ensino, o currículo e o próprio professor. Ora sabemos que a avaliação externa é praticada em nome da homogeneização dos resultados, da equidade e da credibilização do ensino e da escola.

Será, de todo, conveniente que as escolas promovam a confiança social na informação que disponibilizam considerando os aspectos essenciais de natureza diversificada, de acordo com critérios claros, coerentes, acessíveis e homogêneos facultando essa informação, de modo a que a avaliação possa ser integral, isto é, entrar em linha de conta com todos os indicadores/variáveis de natureza económica, social, multicultural, entre outras, que de alguma forma nela interferem.

Esta investigação foi realizada num conjunto de estabelecimentos que pertencem a uma área geográfica com características eminentemente urbanas que pode não espelhar a realidade da globalidade das escolas portuguesas.

Uma outra limitação é o ângulo de visão do presente estudo. Haverá outras perspectivas de enquadramento desta temática mas que não houve possibilidade de abordar. Trata-se da forma como pode ser vista esta temática pelos próprios alunos, pais e encarregados de educação, docentes, funcionários ou, porque não a própria opinião pública.

Por fim, condicionantes como a exiguidade de tempo relacionada com o desempenho profissional, bem como, com questões de foro pessoal e familiar foram por vezes limitativas para uma disponibilidade que se pretendia, no caso vertente, muito aturada.

Mas apesar de tudo isto, este trabalho é um contributo no sentido de:

- Clarificar as práticas que se encontram no terreno, questionando a fiabilidade das mesmas;
- Fazer emergir as boas práticas implementadas em escolas (que ao olhar dos *rankings* são classificadas como *más*);
- Alertar para a criação de outras variáveis, que não os exames nacionais, para que construam leituras adequadas para a avaliação das escolas;
- Considerar as listas de ordenação (*rankings*) como, apenas, um elemento entre outros para a avaliação das escolas;
- E, mesmo, questionar a existência de um *ranking* de escolas.

Bibliografia

- AFONSO, Natércio, (1995), *A Reforma da Administração Escolar. A Abordagem Política em Análise Organizacional*, Lisboa, IIE;
- AFONSO, Natércio, (2005), *Investigação Naturalista Educação*, Edições ASA;
- APPLE, Michael W. e NÓVOA, António (1998), *Paulo Freire: Política e Pedagogia*, Porto Editora;
- AZEVEDO, Joaquim, (2003), *Avaliação dos Resultados Escolares*, Coleção Perspectivas Actuais, Edições ASA;
- BARDIM, Laurance, (1977), *Análise de Conteúdo*, Edições 70;
- BARROSO, João, (1998), *Cadernos de Organização e Gestão Escolar*, IIE – ME;
- BARROSO, João, (1996), *O Estudo da Escola*, Porto Editora;
- BILHIM, João A. F., (2004), *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*, 3ª edição, Universidade Técnica de Lisboa;
- BOGDAN, Robert e BIKLEN Sari, (1994), *Investigação Qualitativa em Educação, Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Coleção Ciências da Educação, Porto Editora;
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela M., (1998), *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, Universidade Aberta;
- CARMO, H., (2001), *Problemas Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta;
- CEITIL, Mário, (2006), *Gestão de Recursos Humanos para o Século XXI*, Edições Silabo;
- CHIAVENATO, Idalberto, (2000), *Teoria Geral da Administração*, Rio de Janeiro, Editora Campus;
- CORREIA, J. A., (2000), *As Ideologias Educativas em Portugal nos últimos 25 Anos*, Edições ASA;
- COSTA, J. A., (1996), *Imagens Organizacionais da Escola*, Edições ASA;
- COSTA, J. A., (2002), *Gestão Escolar, Autonomia e Participação, Balanço de 25 Anos de Política Educativa em Administração Escolar*, Revista do Fórum Português da Administração Educacional, nº 2;
- CROZIER, Michel, (1993), *Le Phénomène Bureaucratique*, Éditions du Seuil;

- CURADO, Ana Paula; GONÇALVES, Conceição; GÓIS, Eunice (2003), *Resultados Diferentes Escolas de Qualidade Diferente?* - Temas de Investigação, nº 28, ME;
- CURY, Augusto, (2004), *Pais Brilhantes, Professores Fascinantes*, Pergaminho;
- DÍAZ, Amparo Sejas, (2002), *Avaliação da Qualidade das Escolas*, Edições ASA;
- DINIS, L. Leandro, (2002), *O Presidente do Conselho Directivo: Dilemas do Profissional Docente enquanto Administrador Escolar*, Revista do Fórum Português da Administração Educacional, nº 2;
- ESTEVES, Maria Manuela, (2004), *A Investigação enquanto Estratégia de Formação de Professores*, Políticas de Educação, nº 10, IIE;
- FORMOSINHO, João, FERNANDES, A. Sousa, MACHADO, Joaquim e Outro (2005), *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*, Edições ASA;
- FORMOSINHO, João, FERREIRA, F. Ilídio e MACHADO, Joaquim (2000), *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*, Edições ASA;
- FREIRE, J. M. Carvalho, (2005), *A Escola como Observatório das Necessidades Educativas dos Alunos e Formativas dos Professores*, Edições Cosmos;
- FRIEDBERG, Erhard, (1993), *O Poder e a Regra*, Instituto Piaget;
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin, (2001) *O Inquérito. Teoria e Prática*, Celta, 4ª edição;
- GOLEMAN, Daniel e outros, (2003), *Os Novos Líderes. A Inteligência Emocional nas Organizações*, Gradiva;
- HARGREAVES, Andy, (1998), *Os Professores em Tempo de Mudança*, McGrawHill;
- JOYCE, Bruce, WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza – Colección Ciencias De La Educacion*, Ediciones Anaya, Madrid;
- JUSTINO, David, (2005), *No Silêncio Todos Somos Iguais*, Panfletos nº 21, Gradiva;
- LIMA, Licínio, (1998), *A Administração do Sistema Educativo e das Escolas*, Vol I, ME;
- LIMA, Licínio, (2002), *Conferência “25 Anos de Gestão Escolar*, Revista do Fórum Português da Administração Educacional, nº 2;
- LOBROT, Michel, (1992), *Para que serve a Escola?*, Terramar;
- MACEDO, Berta, BARRETO, M. Antónia e RICARDO, M. Manuel, (2002), *Testemunhos da Gestão Democrática*, Revista do Fórum Português da Administração Educacional, nº 2;

- MARQUES, Francisco A. (2002), *A Construção de um Dispositivo de Auto-Avaliação como Estratégia de Gestão Organizacional*, Revista do Fórum Português da Administração Educacional, nº 3;
- MENGA, Lüdke e ANDRÉ MARli E. D. A., (1986), *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, Temas Básicos de Educação e Ensino, EPU, São Paulo;
- MINTZBERG, Henry, (2004), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Gestão e Inovação, Publicações D. Quixote, 3ª Edição;
- MOREIRA, Marco A. e BUCHWEITZ, Bernardo, (2000), *Novas Estratégias de Ensino Aprendizagem*, Aula Prática, Plátano Edições Técnicas;
- MORIN, Edgar. (1998), *A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*, Biblioteca Universitária, P. Europa-América;
- NOVAK, Joseph D. e GOWIN, D. Bob, (1984), *Aprender a Aprender*, Coleção Plátano Universitária, Plátano Edições Técnicas;
- PERRENOUD, Philippe, (2002), *A Escola e a Aprendizagem da Democracia*, Edições ASA;
- PERRENOUD, Philippe, (2004), *Aprender a Negociar a Mudança em Educação*, Edições ASA;
- PETERS e WATTERMAN, (1995), *Na Senda da Excelência*, Lisboa, D. Quixote;
- PINTO, M. L. Silva, (2002), *Práticas Educativas numa Sociedade Global*, Edições ASA;
- QUIVY R. e CAMPENHOUDT L., (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, Gradiva;
- REGO, Arménio, (1998), *Liderança nas Organizações*, Universidade de Aveiro;
- ROSNAY, Joël, (1975), *O Macroscópio*, Arcádia;
- SERGIOVANNI, J. Thomas, (1996), *Novos Caminhos para a Liderança Escolar*, Edições ASA;
- SILVA, Maria Isabel R. L.(1996), *Práticas Educativas e Construção de Saberes*, Metodologias da Investigação Acção, IIE - ME;
- SKINNER, B. Frederic, (2000), *Para além da Liberdade e da Dignidade*, Edições 70, Lisboa;
- SKINNER, B. Frederic, (1974), *Sobre o Behaviorismo*, Editora Cultrix, São Paulo;
- SKINNER, B. Frederic, (1972), *Tecnologia do Ensino*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2ª edição;
- TAVARES, Maria M.V., (2004), *Desenvolvimento Organizacional. Gerir as Organizações em Tempo de Mudança*, Universidade Lusíada Editora;

- ZEICHNER, Kenneth M., (1993), *A Formação Reflexiva de Professores: Ideias e Práticas*, EDUCA, Professores, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

<http://www.apel.pt>

<http://www.afirse.html>

<http://www.amazone.html>

<http://www.dgidec.min-edu.pt>

<http://www.drel.min-edu.pt>

<http://www.education.fr/ival/brochure.html>

<http://www.louvain.html>

<http://www.sibul.html>

<http://www.unesco.html>

<http://www.fpce.ul.pt/biblioteca>

<http://www.debatereducacao.pt>

UNIVERSIDADE ABERTA
6º MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL

BOAS PRÁTICAS EM ESCOLAS POSICIONADAS NOS ÚLTIMOS LUGARES
NAS LISTAS DE ORDENAÇÃO

VOLUME II

Por
Ana Paula Fernandes Monteiro

Dissertação apresentada na Universidade
Aberta para obtenção do grau de Mestre em
Administração e Gestão Educacional

Orientadora:
Prof. Doutora Antónia Barreto

LISBOA
2006

Índice de Anexos

Índice	2
ANEXO I – Guião da Entrevista.....	3
ANEXO II – Mapa do Território de Jurisdição da DREL.....	8
ANEXO III – Tabelas Comparativas das Pautas e Relatório do Júri Nacional de Exames.....	9
ANEXO IV – Grade de Unidades de Registo e Contexto da Entrevista.....	10
ANEXO V – Grade de Unidades de Registo e Contexto dos Projectos Educativos de Escola.....	11
ANEXO VI – Questionário.....	12
ANEXO VII – Tratamento Estatístico do Questionário.....	13
ANEXO VIII – Transcrição das entrevistas.....	18
S1 - Escola 2,3/Sec. Octávio Duarte Ferreira – Abrantes.....	20
S2 – Escola Secundária/3 Marquês de Pombal – Lisboa.....	45
S3 – Escola Secundária/3 D. João II – Setúbal.....	71
S4 – Escola Secundária/3 Poeta Joaquim Serra – Montijo.....	91
S5 – Escola Secundária Infante D. Pedro – Alverca.....	112
S6 – Escola Secundária/3 Lima de Freitas Setúbal.....	135
S7 – Escola Secundária/3 da Moita – Moita.....	153
S8 – Escola Secundária/3 Aquilino Ribeiro – Oeiras.....	167
S9 – Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo – Cascais.....	180
S10 – Escola Secundária/3 Josefa de Óbidos – Lisboa.....	197
S11 – Escola Secundária/3 Jorge Peixinho – Montijo.....	214

ANEXO I

GUIÃO DA ENTREVISTA

Guião de Entrevista

I – Dados pessoais

1. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola
2. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

II – Projecto educativo / curricular de escola

Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

1. Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio (pedir documentos)
2. Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)
3. Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)
4. Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)
5. Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções).
6. Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)

III – Apreciação Global da Escola

1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:
 - Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -,

educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

- Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)
- Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

2. Apoios Educativos:

- Modalidades de apoio educativo (critério de dificuldades; nº de alunos abrangido; assiduidade)
- Eficácia dos apoios educativos (progresso revelado; taxa de sucesso dos alunos apoiados)

3. Envolvimento dos diferentes parceiros:

- Pais
- Autarquia
- Forças sociais, económicas e culturais da sua região

4. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos):

- Resultados (bons ou maus) nos exames nacionais do 12º ano
- Entrada no ensino superior pelos jovens que terminam o ensino secundário
- Empregabilidade dos jovens que terminam o secundário
- Envolvimento/participação do pessoal docente e não docente na tomada de decisão em áreas/problemas inerentes ao contexto escolar

5. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos, nomeadamente):

- Trabalho desenvolvido na/pela escola – aspectos positivos e/ou negativos
- Reconhecimento da escola pela comunidade, a propósito da qualidade do seu trabalho e do desempenho dos seus alunos

IV - Aspectos positivos/negativos da escola

1. Qualidade do ensino

2. Assiduidade de professores e/ou alunos
3. Avaliação das aprendizagens e classificação dos alunos (excessivo rigor vs excesso de benevolência)
4. Qualidade/quantidade de equipamentos e instalações
5. Clima relacional entre professores, alunos, funcionários, pais
6. Taxa de empregabilidade dos alunos no final do ensino secundário
7. Taxa de aprovação nas disciplinas
8. Média do 9º ano dos alunos que ingressaram no 10ºano
9. Outros. Identifique.

V – Opinião sobre os rankings

1. Posição da escola relativamente à publicação dos rankings de escolas:

- 1.1.Importância atribuída
- 1.2.Percepção sobre a posição que a escola ocupa no ranking
- 1.3.Reacção da comunidade educativa ao lugar ocupado pela escola, implicações nas expectativas de professores, alunos, pais e funcionários
- 1.4.Percepção da evolução da posição da escola no ranking relativo a 2001 e 2003
- 1.5. Diferença entre classificação contínua - interna e exames finais
- 1.6.Confronto entre resultados dos exames do 12º ano e as classificações internas finais
- 1.7.Ranking enquanto objecto de análise (em que contexto, e quais os intervenientes)
- 1.8.Reflexos na “auto-estima” e na cultura de escola
- 1.9.Reflexos na evolução das matriculas / decréscimo populacional

2. Predisposição para a mudança

- 1.2.Implementação de medidas face aos resultados do processo de reflexão
- 1.2.Tipo de medidas implementadas*
 - Percepção de mudança nas práticas educativas e organizacionais da escola, pela implementação das medidas

- Sugestões para a melhoria da eficácia da escola/tipo de medidas a implementar*
- Prioridades de actuação
- Disponibilidade, por parte da comunidade educativa, para a adopção de estratégias de melhoria
- Existência de abertura para a participação/intervenção de outras entidades (centrais, regionais)

* Medidas implementadas ou a implementar (sugestões a considerar pelo entrevistador)

- Apoios educativos (modalidades; nº de alunos apoiados)
- Reforço curricular (disciplinas reforçadas ou a reforçar)
- Orientação educativa (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura, divulgação das acções)
- Constituição das turmas (desdobramentos - nº de turmas; nº de alunos; critérios adoptados)
- Distribuição do serviço docente (critérios de distribuição e serviço, nomeadamente a continuidade do DT na mesma turma ao longo dos ciclos)
- Organização dos horários dos alunos (tendo em atenção: a distribuição da carga lectiva semanal e a organização da mancha horária)
- Outras

3. VI – Outros comentários ou sugestões

ANEXO II

**MAPA DO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DA DREL POR
CONCELHO**

ANEXO III

**TABELAS COMPARATIVAS DAS PAUTAS E RELATÓRIO DO JÚRI NACIONAL
DE EXAMES**

ANEXO IV

GRADE DE UNIDADES DE REGISTO E CONTEXTO DA

ENTREVISTA

ANEXO V

GRADE DE UNIDADES DE REGISTO E CONTEXTO DOS PEE

ANEXO VI

QUESTIONÁRIO

ANEXO VII

TRATAMENTO ESTATÍSTICO DO QUESTIONÁRIO

NÍVEL ETÁRIO DO CORPO DOCENTE

Classes Idades dos docentes (%)	Número de Escolas
0 a 25	0
26 a 50	2
51 a 75	6
76 a 100	3

Tabela 1

INFRA-ESTRUTURAS

Recursos	Qualidade				Adequação			
					População escolar/ necessidades pedagógicas			
	Muito boa	Boa	Suficiente	Má	Muito boa	Boa	Suficiente	Má
Biblioteca / Centro de Recursos	3	5	3	3	2	6	3	0
Laboratórios / Oficinas	1	5	3	3	2	5	3	1
Salas de Informática	1	3	6	6	1	5	4	1
Salas de Aula	1	3	5	5	1	4	4	2
Equipamentos desportivos	2	5	2	2	2	6	1	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8	21	17	5	8	26	15	6

Tabela 2

ESTABILIDADE DO CORPO DOCENTE NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Número de Escolas	Classes
0	Escolas com 0 a 25 (%) dos docentes
1	Escolas com 26 a 50 (%) dos docentes
5	Escolas com 51 a 75 (%) dos docentes
5	Escolas com 76 a 100 (%) dos docentes

Tabela 3

RECURSOS HUMANOS

Classes	Situação Profissional dos Docentes			
	QND	QZP	a)	b)
Menos de 20 docentes	0	8	8	6
21 a 40 docentes	0	0	0	0
41 a 60 docentes	1	0	0	0
Mais de 60 docentes	7	0	0	0

Tabela 4

- a) Contratados Profissionalizados
- b) Contratados não Profissionalizados

TAXAS DE INSUCESO E ABANDONO ESCOLAR NO SECUNDÁRIO

ESCOLA	Alunos Ensino Secundário (%)	Taxa de Insucesso (%)	Taxa de Abandono (%)
EB2,3/S Octávio Duarte Ferreira	29	35	15
ES/3 Marquês de Pombal	64	15	5
ES/3 D. João II	49	28	11
ES/3 Poeta Joaquim Serra	47	16	0
ES Infante D. Pedro	100	29	2
ES/3 Lima de Freitas	44	28	12
ES/3 da Moita	100	59	19
ES/3 Aquilino Ribeiro	43	29	14
ES Frei Gonçalo de Azevedo	51	32	19
ES/3 Josefa de Óbidos	44	18	6
ES/3 Jorge Peixinho	32	20	5

Tabela 5

ANEXO VIII

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistas

S1 – ESCOLA 2,3/SEC. OCTÁVIO DUARTE FERREIRA – ABRANTES

Data: 14.01.2005

Hora: 11:30

Local: Escola Básica 2,3/S. Octávio Duarte Ferreira – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.1. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O Presidente do Conselho Executivo encontra-se em funções no órgão de gestão há, sensivelmente, 18 anos, embora com alguns interregnos. Há 4 anos que se encontra em exercício de funções ininterruptamente. A EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira teve origem em dois estabelecimentos distintos que funcionavam no mesmo edifício, embora separadamente (diferentes órgãos de gestão, secretarias, etc.) A fusão destes dois estabelecimentos apenas ocorreu em 1982.

1.2. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O Conselho Executivo entende que o trabalho que tem vindo a desenvolver é reconhecido pela comunidade educativa, como o demonstram os vários prémios que têm sido atribuídos aos alunos da escola, nomeadamente o prémio anual, atribuído pela viúva do patrono, destinado ao melhor aluno da escola, no valor de 500 euros; o prémio atribuído pela Junta de Freguesia, no mesmo valor que o anterior; e o prémio atribuído pela Caixa de Crédito Agrícola para o aluno que se distinga no desenvolvimento de competências de cidadania.

No entanto, salientam que se têm manifestado alguns problemas com a Associação de Pais, nomeadamente através da recepção de uma queixa remetida através da DREL, sob anonimato, na qual o Conselho Executivo é acusado de “má gestão”. Consideram que este tipo de situação é de carácter “cíclico”, certamente justificado pelo facto de irem ocorrer eleições dentro de pouco tempo. A escola é um meio muito restrito e alguns pais são também professores que nela desempenham a sua profissão, facto que contribui para gerar um clima de instabilidade nestes períodos. Referem também que a justificação para este facto pode residir na circunstância da eleição para o Conselho Executivo do Agrupamento se processar através da votação dos docentes e dos Encarregados de Educação, que se encontram representados um, ou dois, por cada turma, conforme sejam do básico ou do secundário, respectivamente.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

As grandes opções educativas do Agrupamento são orientadas no sentido de socializar os alunos de acordo com valores determinantes e desenvolver potencialidades nas seguintes áreas:

1. Relações interpessoais

- a) comunicar/resolver divergências
- b) auto-estima/amizade
- c) qualidade de vida/prioridades

2. Higiene e Segurança

- a) cuidados primários (higiene pessoal e colectiva, higiene alimentar)
- b) segurança rodoviária (regras, comportamento)
- c) higiene e segurança no trabalho/escola

3. Sexualidade

- a) educação para os afectos
- b) gravidez na adolescência
- c) planeamento familiar
- d) doenças sexualmente transmissíveis

4. Valores/Normas de conduta

- a) democracia/cidadania
- b) tabelas de valores (solidariedade, tolerância, sentido de justiça, de verdade e de responsabilidade...)
- c) atitudes (respeito pelo outro, pela natureza, pelos espaços de trabalho, de lazer...)

5. Comportamentos desviantes/de risco

- a) auto-medicação
- b) desvios alimentares (anorexia/bulimia)

- c) tabagismo
- d) alcoolismo
- e) drogas/toxicod dependência

Tendo em atenção o contexto escolar, a estratégia global pretende-se que seja de prevenção e de operacionalização imediata. Ao nível da prevenção, utilizar-se-á informação, um instrumento valioso para uma educação bem sucedida, o qual pode funcionar como uma estratégia eficaz na escolha/transformação de atitudes, se aplicado de forma persuasiva. Os métodos e técnicas deverão ser adaptados aos destinatários, variando também o emissor, a forma e o conteúdo da mensagem. Ao nível da operacionalização imediata deverá desenvolver-se (dar continuidade) a um “plano de emergência” que identifique/combata os focos que podem introduzir nas escolas condutas de risco, envolvendo nesse plano elementos/estruturas educativas em sintonia com vários parceiros (GNR, Escola Segura, Comissão de Protecção de Menores, Assistência Social, Médicos...)

O PEE preconiza que a instituição escolar tem um importante papel na implantação das propostas da Reforma Educativa, já que é a primeira e verdadeira “ unidade “ de mudança. Para que tal aconteça, será necessária a existência de novas práticas organizativas e novos modos de pensar e fazer, de acordo com as novas exigências e procuras educativas e curriculares face a uma sociedade em mudança permanente. Para dar resposta a essas exigências e procuras (currículo adaptado às necessidades e interesses de cada aluno, integração educativa, gestão participada, a escola como instituição polivalente e comunitária ...), é preciso estabelecer estruturas flexíveis que facilitem a sua readaptação. A escola é entendida como *uma organização na medida em que ela se constitui como unidade social, enfatizando assim os indivíduos e os grupos interrelacionados, as suas interações, o carácter de intencionalidade dos seus actos, processos de sistematicidade e carácter pessoal directo e prolongado de que se reveste o acto educativo.*

A acção a desenvolver pressupõe a mobilização dos meios e situa-se nas realidades representadas.

Desta forma, as linhas de acção prioritárias serão as seguintes:

- *Estabelecer formas de intercâmbio/colaboração/participação entre o Agrupamento e a comunidade local e regional;*
- *Criar uma dinâmica de partilha e de progresso entre todos os actores, promovendo acções de sensibilização e de formação;*

- *Dinamizar os pais de modo a que a sua Associação continue a ser um agente activo, co-responsável pela definição e operacionalização de políticas educativas e orientações pedagógicas;*
- *Aumentar o grau de envolvimento e participação das famílias na educação «saudável» dos educandos e na vida do Agrupamento;*
- *Criar mais e melhores espaços físicos/equipamentos, quer de trabalho quer de convívio (incluindo material/equipamentos adequados aos alunos portadores de deficiência);*
- *Transformar a Escola Sede num pólo aglutinador de novas mentalidades e posturas, promovendo fenómenos socializadores que resultem no sucesso educativo de todo o Agrupamento;*
- *Avaliar o início da Reorganização Curricular no 2º Ciclo/reformular estratégias conducentes à sua melhoria e à implementação nos 3º Ciclo e Ensino Secundário;*
- *Envolver todas as estruturas dos vários ciclos de escolaridade, tendo em vista a correcta articulação vertical, e promover a interacção dos seus actores;*
- *Proporcionar aos alunos debates/sessões que abordem a problemática da Indisciplina e da Segurança, com temas ligados à Higiene e Alimentação, Sexualidade, Alcoolismo e Droga ...;*
- *Desenvolver nos alunos valores e atitudes de cidadania, aumentando a sua ligação afectiva e o seu investimento na vida do Agrupamento;*
- *Criar um clima de confiança e harmonia, baseado no respeito mútuo, entre toda a comunidade;*
- *Concorrer ao Programa «Ocupação Saudável de Tempos Livres» do ME que prevê a colocação de animadores e/ou mediadores culturais nas escolas;*
- *Desenvolver Projectos Educacionais, de acção e inovação, com participação colectiva, tendo em vista o sucesso educativo dos alunos e a integração do jovem na vida activa;*
- *Celebrar Contratos de Autonomia, para o desenvolvimento do PEA, no âmbito da gestão flexível do currículo, dos apoios sócio-educativos, do programa de tutorias, de instalações e equipamentos, da estabilização do pessoal docente, do crédito global de horas;*
- *Empenhar toda a comunidade educativa no desenvolvimento de um projecto comum;*
- *Responsabilizar individual e colectivamente toda a comunidade no cumprimento do Regulamento Interno.*

As estratégias /actividades a desenvolver serão as seguintes:

- *Organização de actividades de difusão cultural e animação sócio-comunitária, numa perspectiva de conhecimento/desenvolvimento de relações da comunidade.*
- *Acções de informação/formação destinadas ao pessoal docente e não docente, visando preparar estes formandos para formas de actuação adequadas às situações.*
- *Acções de sensibilização/informação/discussão destinadas aos alunos e encarregados de educação, dinamizadas por psicólogos, médicos e outros técnicos de saúde, P.S.P., G.N.R., Escola Segura, outros especialistas.*
- *Exposições, cartazes, filmes, trabalhos de investigação com recurso à Internet e às TIC.*
- *«A Feira da Saúde» dinamizada por entidades da região (Bombeiros, Cruz Vermelha, Centro de Saúde, Centro de Apoio aos Toxicodependentes, etc.).*
- *Criação de Projectos, desenvolvidos pelas várias estruturas, no âmbito da Saúde, Higiene, Segurança e outros (exemplo – Grupo de Educação Física «Clube Desporto e Aventura do Agrupamento Escolar do Tramagal», envolvendo toda a comunidade educativa na dinamização de actividades desportivas, recreativas e culturais), que contribuam para a formação dos educandos, para identidade do Agrupamento e para o crescimento da própria comunidade.*
- *Implementação da gestão flexível do currículo, com a inclusão de componentes locais e regionais, de acordo com os interesses dos alunos.*
- *Diversificação da oferta curricular/criação de oficinas disciplinares no âmbito da Língua Portuguesa (ou outras).*
- *Criação de actividades de enriquecimento curricular (com carácter facultativo e de natureza lúdica e cultural), incidindo nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação das escolas com o meio, de solidariedade e voluntariado, ocupando os seus tempos livres.*
- *Criação de actividades de complemento curricular que promovam o desenvolvimento de capacidades, destrezas, atitudes e comportamentos e que contribuam para o sucesso escolar e para a formação pessoal e social dos alunos.*
- *Elaboração de Projectos/Contratos para:*
 - *aquisição de material/bens e equipamentos*
 - *embelezamento de espaços*
 - *apoio médico e sanitário, através de Extensões de Saúde*
 - *criação dos Serviços de Psicologia e Orientação*
 - *organização de tutorias para acompanhamento de grupos de alunos*
 - *estabilização do pessoal docente*

- definição da rede escolar
- diversificação da oferta curricular
- integração do jovem na vida activa

A avaliação do Projecto Educativo deve ocorrer de forma contínua e periódica, tendo em vista a correcção sistemática e a operacionalidade de todo o processo. Caberá à Assembleia do Agrupamento Escolar a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, composta por elementos dos vários estratos implicados, a qual deverá reunir periodicamente com vista a compilar dados referentes à implementação do PEA, identificar obstáculos e êxitos, tomar iniciativas para relançar a participação e apresentar anualmente um relatório de avaliação.

A avaliação global ocorrerá no terceiro ano, tendo em conta todo o trabalho realizado ao longo dos 3 anos, a qual será apresentada à Assembleia do Agrupamento Escolar para reflexão e readaptação das políticas educativas.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa que colaboram com o Conselho Pedagógico e com o Conselho Executivo são:

- Conselho de Docentes do Pré-Escolar
- Conselho de Docentes do 1º Ciclo do EB
- Conselho de Ciclo – 2º Ciclo EB
- Conselho de Ciclo – 3º Ciclo EB
- Conselho Ciclo – Ensino Secundário
- Conselhos de Turma
- Conselho Coordenador do Ensino Recorrente
- Departamentos Curriculares;
- Departamento de Projectos e Formação;

A articulação curricular prevista no Artº35º do Decreto Lei 115-A/98, de 04-05, e no art.º 3º do Decreto Regulamentar 10/99, de 27-07, deve promover a cooperação entre os docentes do

Agrupamento, procurando adequar o currículo aos interesses e necessidades específicas dos alunos.

São constituídos os Conselho de Docentes do Pré-escolar e do 1º Ciclo EB para assegurar a articulação nestes níveis de ensino. Ao nível do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e do Secundário, a articulação é assegurada pelos Departamentos Curriculares e pelos Conselhos de Ciclo.

O Departamento Curricular é o órgão de apoio ao Conselho Pedagógico que assegura a articulação na aplicação horizontal dos planos de estudo em cada ano/ciclo de ensino bem como, a articulação vertical entre todos os ciclos de ensino Básico e Secundário. Os Departamentos integram as seguintes disciplinas ou áreas disciplinares:

a) Departamento de Língua Portuguesa

- Língua Portuguesa
- Português A
- Português B
- Latim

b) Departamento de Línguas Estrangeiras

- Francês
- Inglês

c) Departamento de Matemática

- Matemática
- Métodos Quantitativos

d) Departamento de Ciências Naturais e Físico-Químicas

- Ciências da Natureza
- Ciências Naturais
- Ciências da Terra e da Vida
- Biologia
- TLB
- Físico-Químicas
- Ciências Físico-Químicas

- Física
- Química

e) Departamento das Tecnologias

- Educação Tecnológica (Grupos 2º A, 6º, 12ºA, 12ºB, 12ºC, 12ºD)
- Informática;
- Outras disciplinas e especificações consideradas afins, designadamente disciplinas da componente de formação técnica, dos cursos tecnológicos e do ensino recorrente.

f) Departamento de Ciências Sociais e Humanas

- História e Geografia de Portugal
- História
- Geografia
- Introdução à Filosofia
- Filosofia
- Psicologia
- Introdução à Economia
- Introdução ao Direito
- Sociologia
- Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social
- Educação Moral e Religiosa Católica
- Educação Moral e Religiosa de outras Confissões

g) Departamento de Expressões

- Desenho e Geometria Descritiva
- Educação Visual e Tecnológica
- Educação Visual
- Educação Musical
- Educação Física
- Outras disciplinas e especificações consideradas afins, designadamente disciplinas da componente de formação técnica, dos cursos tecnológicos e do ensino recorrente.

Cada Departamento reúne ordinariamente, uma vez por mês, reunindo extraordinariamente, sempre que tal se justificar. O Coordenador do Departamento Curricular é professor profissionalizado eleito entre os membros do Departamento.

Ao nível das estruturas existe também o Departamento de Formação e Projectos aglutina duas áreas de intervenção:

- a) Formação – inclui os projectos de formação contínua e de formação inicial de professores a funcionar no Agrupamento (orientação de estágios);
- b) Projectos – inclui toda a coordenação de projectos especiais assumidos pelo Agrupamento (PRODEP, PIDAC, Ciência Viva, Sócrates, Educar Inovar, outros).

Os membros do Departamento são designados pelo Conselho Executivo. No caso dos Orientadores de Estágio estes são propostos pelos subdepartamentos.

O Departamento deverá reunir, tendo por referência o respectivo Regimento Interno de funcionamento, o qual deverá ser elaborado na primeira reunião após a sua formação. O Responsável de Projecto deverá ser um professor profissionalizado designado pelo Conselho Executivo ouvido o Conselho Pedagógico.

O Responsável de Projecto poderá ser o subscritor do projecto, apresentando-se como condição, estar aprovado em sede de Conselho Pedagógico. O Coordenador de Projectos é um docente nomeado pelo Conselho Executivo, ouvido o Conselho Pedagógico, considerando a sua competência na dinamização e coordenação de Projectos, bem como a sua capacidade de relacionamento e liderança.

O subdepartamento disciplinar é a estrutura de apoio ao Departamento em questões específicas que agrupa todos os professores que leccionam a mesma disciplina ou área disciplinar, nos 2º ou 3º Ciclo do EB e Secundário.

O Subdepartamento reúne ordinariamente uma vez por mês com a presença de todos os professores que o constitui, reunindo extraordinariamente sempre que tal se justificar, por iniciativa do Subcoordenador do Departamento ou por pedido devidamente fundamentado de um dos seus membros. O Subcoordenador deverá ser um professor profissionalizado eleito entre os membros do Subdepartamento Disciplinar.

A organização, a articulação, o acompanhamento e a avaliação das actividades a desenvolver na turma nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário nos termos da alínea c) do art.º 36º do Decreto Lei 115-A/98 são da responsabilidade do Conselho de Turma.

O Conselho de Turma é constituído pelos professores da turma, pelo Delegado de Turma e por um representante dos Pais e Encarregados de Educação. Nas reuniões do Conselho de Turma para avaliação sumativa dos alunos apenas participam os docentes. As reuniões do Conselho de Turma de natureza disciplinar são presididas pelo Presidente do Conselho Executivo, sendo convocados os Delegado e Subdelegado de Turma, o representante dos encarregados de educação dos alunos da turma e um representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento

O Conselho de Turma reúne no início do ano lectivo e nos períodos superiormente fixados para a avaliação dos alunos. O Conselho de Turma deverá reunir a meio de cada período, no sentido de serem detectadas dificuldades ou problemas e aprendizagem, de ser efectuada uma análise da situação da turma, definir estratégias de intervenção que potencializem o sucesso educativo da turma e/ou para avaliação do Projecto de Turma e da Área-Escola.

O Conselho poderá ainda reunir de forma extraordinária sempre que tal se justifique por convocação do Director de Turma, ouvido o Conselho Executivo; ou por solicitação dos Delegados e Subdelegados de Turma, devidamente fundamentada, dirigida ao Director de Turma.

O Director de Turma deverá ser, preferencialmente, um professor profissionalizado nomeado pelo Conselho Executivo de entre os professores da turma, tendo em conta a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento. Sempre que possível, deverá ser nomeado Director de Turma o professor que no ano anterior tenha exercido tais funções na turma originária da maioria dos alunos.

O Conselho de Directores de Turma é uma estrutura de coordenação que se destina a articular as actividades desenvolvidas pelas turmas de um mesmo ciclo de ensino.

2 - São criados os Conselho de Directores de Turma:

- a) do 2º Ciclo do Ensino Básico;
- b) do 3º Ciclo do Ensino Básico;
- c) do Ensino Secundário.

O Conselho de Directores de Turma é constituído por todos os Directores de Turma do mesmo Ciclo.

O Coordenador de cada Conselho de Directores de Turma será eleito de entre os Directores de Turma em exercício, considerando a sua competência na dinamização e coordenação de projectos educativos.

O Conselho Coordenador do Ensino Recorrente é constituído por todos os docentes que leccionam o Ensino Recorrente Nocturno. A Coordenação do Ensino Recorrente por unidades capitalizáveis é da responsabilidade do órgão de gestão do Agrupamento que designará entre os docentes do Ensino Recorrente o Coordenador do Conselho.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários*

A elaboração dos horários procura respeitar princípios pedagógicos e organizativos. O semanário horário dos alunos apresenta entre 2,5 a 4,5 blocos (neste caso, incluindo a disciplina de EMRC). A actividade lectiva decorre de manhã e de tarde, das 8:30 às 18:40. Os horários são elaborados de forma a libertar as tardes de Quarta-feira, a fim de poderem organizar reuniões e/ou outras actividades não lectivas. Nas turmas do ensino secundário não se manifestam problemas de indisciplina, pelo que a realização deste tipo de reuniões incide sobretudo no básico.

Nas turmas do ensino secundário, a distribuição de serviço tem em conta os seguintes critérios: i) ser professor do quadro; ii) dar continuidade pedagógica ao trabalho desenvolvido no ano anterior; iii) ser professor profissionalizado.

Os critérios são definidos no Conselho Pedagógico, sendo posteriormente divulgados e trabalhados nas reuniões de Departamento e Subdepartamento Curricular

Existe sempre o cuidado de atribuir a leccionação de uma disciplina a mais do que um docente, para que as planificações possam ser realizadas em grupo. Na mudança de ciclo de escolaridade, procura-se preservar o grupo-turma, excepto se existir uma recomendação expressa (dos conselhos de turma, ou dos conselhos pedagógicos) para em proceder de modo diferente.

- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes)*

A escola faz alguma reflexão sobre os resultados da avaliação dos alunos. É feito o tratamento estatístico das classificações de final de período, não de forma sistémica, a qual é objecto de

análise em Conselho Pedagógico. Os resultados dessa análise e as recomendações do Conselho pedagógico são entregues aos Directores de Turma para posterior discussão em Conselho de Turma.

Saliente-se, contudo, que as medidas que a escola procura desenvolver de forma a promover o sucesso escolar denotam uma maior preocupação a nível do ensino básico.

A esse nível, cumpre referir o papel desempenhado pela Sala de Estudo, criada no âmbito dos princípios emanados do Projecto Educativo e enquadrada em projecto escolar próprio, tendo em consideração o contexto educativo do Agrupamento. São objectivos da Sala de Estudo:

- Incentivar os alunos para melhor rentabilizar os tempos livres com tarefas escolares;
- Promover os alunos a “aprender a aprender”;
- Realizar aprendizagens básicas e transdisciplinares;
- Saber organizar-se e organizar o material escolar;
- Promover a criação de hábitos de trabalho;
- Ajudar os alunos na realização de trabalhos de casa;
- Esclarecer dúvidas surgidas nas diversas disciplinas;
- Orientar pequenos trabalhos de pesquisa.

Ao nível do ensino básico (2º e 3º Ciclo) funcionam ainda Apoios Pedagógicos específicos decorrentes dos princípios emanados do Projecto Educativo e enquadrados em projecto escolar próprio, de acordo com as especificidades diagnosticadas no contexto educativo, designadamente a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem nas diversas disciplinas do currículo. Estes apoios são assegurados por professores designados para o efeito.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola não dispõe de Serviços de Psicologia e Orientação, pelo que pedem a criação de um gabinete de orientação vocacional onde um psicólogo possa trabalhar/aconselhar os alunos.

Com efeito, os maiores problemas de aproveitamento escolar encontram-se ao nível do 10º ano. Os alunos, no 9º ano, não são informados nem orientados a nível vocacional, daí que as dúvidas surgem acentuadamente quando, no 10º ano, começam a tomar consciência das suas limitações de pré-requisitos, hábitos e métodos de trabalho.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas - educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

De acordo com as prioridades definidas no Projecto Educativo do Agrupamento, pretende-se desenvolver uma acção orientada para uma abertura ao meio e à comunidade envolvente, de acordo com um modelo de gestão participada. O currículo pretende-se flexível, recorrendo a metodologias personalizadas, a uma diversidade de espaços pedagógicos e de recursos didácticos, assente num modelo de avaliação contínua.

Dentro da escola/agrupamento o ensino secundário assume uma importância muito relativa em termos de acção a desenvolver, a planificar e a avaliar. Este facto torna-se patente na oferta de actividades de enriquecimento curricular, que existem em maior número para abranger os alunos do ensino básico (exemplos: Clube da Estufa, Clube da Ciência, Clube da Astronomia, Clube da Música Moderna, Oficina da Música, Grupo de Teatro, Clube Números & Companhia e Clube de Jornalismo)

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

No ano lectivo 2003/2004, e no referente ao 12º ano, os dados relativos à oferta de cursos e respectiva frequência, são os referidos no Quadro 1:

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
Ano	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
5º	Ens. Básico	2	48	47	90	5	10
6º	Ens. Básico	3	51	43	88	6	12
7º	Ens. Básico	2	48	43	68	20	32
8º	Ens. Básico	2	39	27	84	5	16
9º	Ens. Básico	2	36	30	83	6	17
10º Ano	1º Agrupamento C.C. Geral	1	25	24	77	7	23
	1º Agrupamento C.T. Mecânica	1	16	12	75	4	25
11º Ano	1º Agrupamento C.C. Geral	1	19	17	89	2	11
12º Ano	1º Agrupamento C.C. Geral	1	18	13	72	5	28

	3º Agrupamento C.T. Administra.	1	3	0	0	3	100
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	4	4	24	0	0
Dados Globais		18	307	260	85	63	15

Nota: Dos 25 alunos do 12º ano, 17 (68%) obtiveram aprovação.

No que se refere ao ano de 2004/2005, os dados da rede educativa são os constantes no quadro 2.

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
Ano	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
5º	Ens. Básico	2	52
6º	Ens. Básico	3	49
7º	Ens. Básico	3	63
8º	Ens. Básico	2	32
9º	Ens. Básico	2	36

10º Ano	1º Agrupamento C.C. Geral	2	31
11º ANO	1º Agrupamento C.T. Mecânica	1	15
	1º Agrupamento C.C. Geral	1	19
12º Ano	1º Agrupamento C.C. Geral	1	19
TOTAL		17	316

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

O sucesso educativo passa também pelo desenvolvimento de um sistema de avaliação de alunos coerente com os princípios curriculares e baseado em critérios definidos pelo Conselho Pedagógico. No caso do ensino secundário, e designadamente no que se refere ao 12º ano, a definição de critérios por disciplina é a seguinte:

1. Português

- compreensão oral e escrita – 40%
- expressão oral e escrita – 40%
- atitudes – 20%

2. Francês

- expressão e compreensão oral – 40%
- expressão e compreensão escrita – 40%
- atitudes e valores – 20%

3. Biologia

- testes – 70%
- participação – 20%

- valores e atitudes – 10%
4. Psicologia
- cognitivo – 75%
 - sócio-afectivo – 25%
5. Matemática
- testes escritos – 80%
 - redacção matemática – 15%
 - atitudes e valores – 5%
6. Química
- testes – 75%
 - participação – 10%
 - trabalhos de casa, na aula e em grupo – 10%
 - valores e atitudes – 5%
7. TLB II e III
- testes – 35%
 - relatórios científicos – 30%
 - domínio de técnicas de laboratório – 15%
 - participação – 10%
 - valores e atitudes – 10%
8. TLQ II
- testes – 40%
 - actividades práticas, relatórios e trabalhos de grupo – 40%
 - participação na aula e trabalhos de casa – 10%
 - valores e atitudes – 10%
9. Educação Física
- psicomotor – observação directa e individual; testes práticos – 50%
 - cognitivo - observação directa e individual; testes teóricos – 25%
 - sócio-afectivo – observação directa e individual; auto-avaliação – 25%
10. Educação Moral e Religiosa Católica
- conhecimentos – 15%
 - trabalhos de casa e organização do caderno diário – 15%
 - fichas de trabalho e/ou trabalhos individuais e de grupo – 20%
 - atitudes e valores – 50%

Tendo em atenção os critérios definidos, os resultados da avaliação sumativa realizada traduzem-se em classificações positivas nas diversas disciplinas para a maioria dos alunos. Tal facto é particularmente evidente se nos ativermos aos resultados das classificações atribuídas no 3º período. Com efeito, no que respeita à turma do 12º ano, Agrupamento 1, as classificações positivas atribuídas pelas diferentes disciplinas oscilaram entre 40% (Francês I) e 100% do total (Biologia, Educação Física, ITI 2, Química e EMRC). Apenas no caso da disciplina de Francês I se regista a atribuição de menos de 50% de classificações positivas. Nos restantes casos, esta percentagem situa-se entre os 70 e os 100%.

No referente às turmas do 12º ano, Agrupamentos 1 e 4, a percentagem de classificações positivas atribuídas nas diferentes disciplinas foi de 100%.

Estes resultados estão em profunda contradição com as classificações obtidas pelos alunos nas provas de exame nacional, o que aponta para uma necessidade premente de uma reflexão profunda sobre critérios e formas de avaliação.

O Conselho Pedagógico não se encontra dividido em diferentes secções especializadas, de forma a promover estudos ou análises mais aprofundados sobre determinadas matérias, concretamente sobre os resultados da avaliação. No entanto, reconhecendo as potencialidades deste modo de organização, o órgão de gestão vai tentar proceder à sua implementação ainda no presente ano lectivo. Reconhece, contudo, que a passagem para este modo de organização não se realizará sem algumas dificuldades, designadamente sem algumas resistências da parte de alguns grupos.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

No ensino básico, a principal modalidade de apoios educativos ministrada é sob a forma de Apoios Pedagógicos Acrescidos (ver Quadro 3). A escola não disponibiliza apoios educativos aos alunos do ensino secundário.

QUADRO 3 – ALUNOS COM APA (Apoio Pedagógico Acrescido)

ANO	Nº de Turmas	Nº Alunos com APA
5º	2	10

6º	3	4
7º	3	5
8º	2	1
9º	2	3
TOTAL	12	23

São 6, os professores que prestam apoio pedagógico acrescido aos alunos constantes no quadro 3. No ensino secundário não há alunos com Apoio Pedagógico Acrescido (APA).

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

O Conselho Executivo refere o grande envolvimento dos pais/encarregados de educação e famílias dos alunos nas actividades em geral, como é o caso da participação nas diferentes reuniões/festas de carácter escolar, como na entrega das “fitas” no final do 12º ano ou de outros “prémios”.

A Câmara Municipal tem estado completamente ausente da vida da escola. Em determinadas alturas, quando é necessário conseguir chegar a um entendimento sobre alguns assuntos, tal não é possível (exemplo: caso da utilização do pavilhão gimnodesportivo de gestão conjunta – escola e autarquia). No entanto, a Junta de Freguesia presta um incondicional apoio sempre que é solicitada

A escola refere ainda a boa, mesmo excelente, relação que mantêm com as empresas, comércio e associações promotoras de festas, que contribuem através da atribuição de patrocínios. Destas associações merece destaque o papel desempenhado pela “Associação de Melhoramentos” e o “Clube TSU” (desportivo).

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados do desempenho dos alunos do 12º ano nos exames nacionais são percebidos como negativos. No entanto, referem que dentro da escola, ao nível das

estruturas pedagógicas competentes, nunca houve a preocupação de desenvolver estudos sobre este assunto.

O corpo docente é estável. Logo, não pode ser esta a razão explicativa para o baixo desempenho dos alunos nos exames nacionais.

Um número significativo de jovens ingressa, anualmente, no ensino secundário sem qualquer expectativa de prosseguir estudos no ensino superior. Se tivermos em atenção o número de jovens matriculados no 10º ano (51), e que frequentou o 12º ano em 2003/2004, verificamos que apenas 15 (29%) destes ingressaram num curso superior, prosseguindo deste modo os seus estudos. Os dados são os que constam do Quadro 4.

QUADRO 4

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO					
Agrupamento	Nº de alunos que iniciaram o 10º ano	Nº de alunos que iniciaram o 10º ano (1ª vez)	Nº alunos repetentes	Nº alunos a que ingressaram no ensino superior	%
1º Agrupamento C.C. Geral	24	18	6	12	50%
3º Agrupamento C.T. Administra.	15	15	0	0	0%
4º Agrupamento C.C. Geral	12	12	0	3	25%
TOTAL	51	45	6	15	8%

Existem na zona empresas de grandes dimensões – Mitsubishi, Hipermercados – que absorvem um número elevado de jovens que concluem, ou não, o ensino secundário. Estes jovens apresentam expectativas de ingressar no mercado de trabalho com alguma urgência.

O conselho executivo entende que o fenómeno do insucesso nos Exames Nacionais do 12º ano não pode ser imputável aos docentes que leccionam as disciplinas curriculares sujeitas a esta prova. Segundo o presidente do órgão de gestão, o envolvimento do corpo docente é total, existindo mesmo casos de professores que se disponibilizam para apoiar os alunos (responder a dúvidas/questões sobre a matéria) fora da escola, inclusive a qualquer hora.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

O órgão de gestão percebe o desempenho da escola como globalmente positivo e reconhecido pela comunidade educativa, como o demonstram os vários prémios que têm sido atribuídos pelos parceiros.

4. Aspectos positivos/negativos da escola

De um modo geral, o órgão de gestão entende que a qualidade do ensino ministrado é boa, sendo que os seus responsáveis directos – designadamente os docentes –, tendo em atenção o contexto e o perfil dos alunos, fazem o melhor que “podem e sabem”.

A assiduidade dos professores e dos alunos é regular e não constitui um problema. No entanto, a escola não dispõe de dados trabalhados e reflectidos sobre esta matéria. Não existe uma atitude muito rigorosa no referente à aplicação dos critérios de avaliação dos alunos. Quando muito, existe sim uma atitude “excessivamente benevolente” mas, se assim não fosse, provavelmente nenhum aluno reuniria condições para realizar os exames. Tal facto torna-se patente na análise dos resultados da avaliação sumativa interna dos alunos que frequentaram o 12º ano em 2003/2004 (3º período). Com efeito, no que respeita à turma do 12º ano, Agrupamento 1, as classificações positivas atribuídas pelas diferentes disciplinas oscilaram entre 40% (Francês I) e 100% do total (Biologia, Educação Física, ITI 2, Química e EMRC). Apenas no caso da disciplina de Francês I se regista a atribuição de menos de 40% de classificações negativas. Nos restantes casos, esta percentagem situa-se entre os 70 e os 100%.

No referente às turmas do 12º ano, Agrupamentos 1 e 4, a percentagem de classificações positivas atribuídas nas diferentes disciplinas foi de 100%.

A esmagadora maioria destes alunos ingressou no ensino secundário com média de 3 do ensino básico. O número de alunos e a respectiva média de ingresso são os que constam do Quadro 5:

QUADRO 5

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO							
Agrupamento	Nº de alunos no 10º ano	Média de ingresso Valores absolutos			Média de ingresso Valores percentuais		
		3	4	5	3	4	5
1º Agrupamento C.C. Geral	24	22	0	2	45	0	100
3º Agrupamento C.T. Administra.	15	15	0	0	31	0	0
4º Agrupamento C.C. Geral	12	12	0	0	24	0	0
TOTAL	51	49	0	2	100	0	100

Nota: Do número total de alunos (51), 49 (96%) ingressaram no 10º ano com média de 3 e 2 (4%) ingressaram com média de 5.

No que diz respeito à quantidade e qualidade dos equipamentos/instalações, apontam a necessidade urgente de adquirir duas fotocopiadoras e de substituir a rede/vedação exterior do estabelecimento (pedido que já foi várias vezes apresentado superiormente).

O clima relacional entre os diferentes agentes educativos que fazem parte da comunidade (professores, alunos, funcionários, pais) é bom, como atrás se refere.

No final do ensino secundário, um número elevado de alunos é absorvido pela oferta local de emprego. No entanto, a escola não dispõe de dados estatísticos sobre esta matéria.

5. Opinião sobre os rankings

A importância atribuída à publicação dos rankings é muito relativa, uma vez que conhecem as razões que podem conduzir à atribuição de uma boa, ou má, classificação. A posição anual da escola é sempre muito contingente (por exemplo, passaram da posição 239 em 2003, para a posição 573 em 2004). Os rankings são, na sua opinião, um mero instrumento de análise que, no seu caso, não apresenta expressividade atendendo ao reduzido número de alunos que se apresenta a exame. A escola não se encontra vocacionada para o ensino secundário, o número de alunos neste nível de ensino é pouco significativo.

No entanto, a nível interno, o sentimento geral causado pela publicação dos rankings é de profunda tristeza. Deve sublinhar-se, contudo, que os professores se apresentam de “consciência tranquila”, uma vez que, profissionalmente, tentam todos os modos de conseguirem que os seus alunos obtenham bons resultados. Acham que os maus resultados são fruto da desmotivação e do desinteresse dos alunos. Neste caso, os maus resultados traduzem-se numa diferença entre CIF e CE que pode ir de + 1,25 (caso da Sociologia) a – 75,17 (caso da Matemática). No cômputo geral, as disciplinas que apresentam piores resultados são a Matemática, a Química e a Biologia.

A reacção da comunidade educativa ao lugar ocupado pela escola também é bastante negativa. No entanto, não apresenta quaisquer reflexos no número de alunos matriculados, uma vez que os mesmos não têm condições para irem para outra escola, noutra localidade (os alunos são da vila ou arredores), pelo que não têm alternativa.

6. Predisposição para a mudança

O órgão de gestão não dispõe de quaisquer dados que permitam, de forma reflectida, perceber a necessidade de promover a mudança nas práticas educativas e organizacionais da escola, através da implementação de algumas medidas concretas. Também não consegue dar sugestões de medidas que visem a melhoria da eficácia da escola, ou sequer definir prioridades de actuação.

Existe, no entanto, disponibilidade, por parte da comunidade educativa, para a adopção de estratégias de melhoria. Tais estratégias não devem passar pela adopção de medidas de reforço curricular, traduzido num acréscimo de horas disciplinares nos horários dos alunos.

No entanto é de equacionar para as disciplinas mais problemáticas – Matemática, Biologia e Física – a adopção de formas organizadas de apoio, destinadas aos alunos que o desejem e não apenas aos alunos com mais dificuldades. De qualquer modo, teme-se uma fraca adesão dos alunos. Maiores benefícios poderiam obter-se através de acções de sensibilização dirigidas aos pais, alunos e docentes.

S2 – ESCOLA SECUNDÁRIA/3 MARQUÊS DE POMBAL – LISBOA

Data: 15.01.2005

Hora: 10:00

Local: Escola Secundária/3 Marquês de Pombal – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.3. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O presidente do Conselho Executivo – Filipe Baptista – está no exercício do cargo há já 28 anos. A vice-presidente – Sara Silva – está no órgão de gestão há 18 anos e o terceiro elemento, também vice-presidente – Abreu Correia – desempenha funções no mesmo há cerca de 20 anos sensivelmente. Todos os elementos da equipa têm formação especializada para o desempenho das tarefas.

1.4. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O órgão de gestão afirma ter o reconhecimento total do trabalho desempenhado, por parte da comunidade. Festejaram recentemente – no dia 17 de Novembro – os 120 anos da existência. Nas comemorações então realizadas estiveram presentes centenas de pessoas, desde actuais alunos e suas famílias, até antigos alunos. Estiveram presentes no evento pessoas com 80 e 90 anos.

A escola é Membro Honorário da Ordem de Instrução Pública. Foi a primeira escola técnica a nível nacional. Apresenta instalações com níveis de qualidade e quantidade “inigualáveis”, tanto em termos de espaço como de equipamentos. Essencialmente, e tendo em atenção o contexto da sua actuação educativa, desenvolve cursos de oferta própria ou percursos alternativos aos do ensino regular.

A actuação da escola foi marcada, desde sempre, por fortes dinâmicas de inovação, envolvendo-se em todas as “novas” propostas lançadas pelo Ministério da Educação (Currículos Alternativos, Gestão Flexível do Currículo, Cursos 15-18, Cursos 9º+1, Novos Percursos de Educação Formação, entre outros).

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

O projecto educativo constitui o documento de orientação estratégica da escola, visando dotar a sua actividade formativa de uma coerência e intencionalidade claras. Enquanto tal, define as prioridades de intervenção capazes de dar resposta aos problemas detectados e exprime os princípios e valores que orientam a sua acção educativa. Neste domínio, a escola assume os seguintes princípios:

- afirmação do cariz predominantemente tecnológico, através da oferta de formações de nível III e IV, que permitam a inserção dos seus alunos no mercado de emprego;
- promoção de uma progressiva diferenciação pedagógica, numa lógica de inclusividade, adequando-a às características e motivações dos alunos;
- valorização de processos de ensino-aprendizagem centrados nos alunos, suportados em materiais diversificados e direccionados para a aquisição de competências;
- promoção da realização de projectos e de actividades de complemento curricular, propiciadores da valorização social e cultural dos jovens e do desenvolvimento da sua autonomia;
- valorização da educação para o exercício de uma cidadania livre e responsável;
- desenvolvimento e consolidação das relações inter culturais que caracterizam a escola;
- promoção da certificação de conhecimentos e competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida;
- promoção do envolvimento das famílias no processo educativo e na participação na vida da escola;
- promoção de uma cultura de participação e de responsabilização dos membros da comunidade educativa;
- confirmação de que, pela sua história e tradições, a ESMP só pode ser uma escola de cariz essencialmente tecnológico, com potencialidades para poder transformar-se num estilo de ESCOLA/EMPRESA, vocacionada para ministrar cursos práticos e teórico-práticos, em regime de oferta própria.

Sem descurar os objectivos gerais enumerados na LBSE, a ESMP elege, como fundamentais para o exercício da sua função educativa, as seguintes metas:

- Preparar a comunidade educativa para a construção e vivência da autonomia da escola, no quadro de uma gestão partilhada, bem como da articulação dos vários órgãos e serviços previstos no novo modelo de gestão e administração dos estabelecimentos de ensino e dos representantes da comunidade social;
- Criar condições para tornar a Escola numa instituição com identidade própria e interveniente, aceite de pleno direito junto da comunidade social;
- Formar cidadãos dotados das competências que lhes permitam uma boa inserção no mundo do trabalho, considerando a importância da sua formação integral;
- Dar resposta, de forma adequada, aos alunos que procuram a nossa Escola e que pretendam continuar os estudos no Ensino Superior, mas sem comprometer o perfil tecnológico característico da escola.
- Melhorar significativamente as condições de trabalho de todos os elementos da comunidade escolar.

Estas metas foram definidas tendo em consideração as características da escola, dos alunos que esta recebe provenientes de mais de 50 escolas diferentes e do meio envolvente. Pretende-se dar resposta, por um lado, às necessidades de pessoal qualificado de nível intermédio sentidas no mercado de trabalho e, por outro, aos alunos que nos procuram e optem pela continuação de estudos nas áreas tecnológicas.

Trata-se de uma especialização que permite, se bem sucedida, que a escola dê continuidade ao bom nome que tem junto das empresas, e que progressivamente, tem sido posto em causa. A formação de cidadãos aptos para a entrada na vida activa não é atingível no âmbito do ensino regular, pelo que a escola deve empenhar-se em garantir o sucesso dos cursos de oferta própria que actualmente ministra e, sempre que considere oportuno e adequado, candidatar-se à leccionação de novos cursos, valorizando-os na medida da procura que vierem a suscitar no âmbito do mercado de trabalho.

Com vista à consecução do Projecto Educativo, foram definidos onze objectivos operacionais:

1º) Objectivo Operacional – Aprofundar e consolidar a oferta própria da Escola

Estratégias:

i) Uniformizar e monitorizar o funcionamento dos cursos; ii) Avaliar o seu desempenho; iii) Propor alterações à sua estrutura ou aos modos de funcionamento; iv) Preparar os dossiers de concurso a programas de financiamento; v) Fundamentar pareceres quanto à manutenção e abertura de novos cursos; vi) Preparar os dossiers de proposta de abertura de cursos às entidades de tutela.

2º) Objectivo Operacional - Promover externamente a imagem da Escola como Escola de perfil tecnológico

Estratégias:

i) Criar um Gabinete de marketing e divulgação que organize uma exposição itinerante (física ou virtual), representativa da história e tradições da Escola com a finalidade de a divulgar no exterior; ii) Organizar a divulgação dos cursos junto da comunidade no final de cada ano lectivo, na forma de exposição ou outras; iii) Organizar um Museu Tecnológico na Escola.

3º) Objectivo Operacional – Estabelecer parcerias com instituições, empresas e entidades representativas de empresários e trabalhadores

Estratégias:

i) Adotar uma política de parcerias que permita uma adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho; ii) Estabelecer parcerias sócio-educativas e protocolos de cooperação, visando o aprofundamento tecnológico da Escola, com Associações, Empresas, Instituições, Sindicatos, etc. iii) Gerir os cursos de forma articulada com as Empresas.

4º) Objectivo Operacional – Direcção da formação de professores no sentido de propiciar formação nas áreas de interesse prioritário para a Escola

Estratégias:

i) Fazer um levantamento das necessidades de formação da Escola, nomeadamente, nas áreas tecnológicas; ii) Desenvolver um plano de formação contínua, centrado na Escola e nas suas necessidades; iii) Facultar a participação em cursos de formação de outros Centros de Formação; iv) Promover debate, seminários, etc.

5º) Objectivo Operacional – Reduzir o insucesso global

Estratégias:

i) Incrementar, na sala de aula, práticas estimulantes, apoiadas em materiais de aprendizagem diversificados; ii) Dinamizar o Centro de Aprendizagens e a Biblioteca, com projectos que apoiem os alunos na aquisição de métodos de trabalho e organização do seu estudo e com projectos que implementem medidas de apoio educativo; iii) Institucionalizar as salas de estudo dentro do horário dos alunos; iv) Implementar actividades de substituição para turmas afectadas pela falta de professores; v) Atribuir compensações específicas a alunos cuja língua materna não é o Português; vi) Aumentar o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no processo educativo do seu educando; vii) Manter a mesma equipa pedagógica, no decurso dos cursos existentes na Escola; viii) Promover o gosto pela utilização correcta da Língua Portuguesa.

6º) Objectivo Operacional – Reduzir o absentismo e o abandono escolar

Estratégias:

i) Desenvolver um plano de dinamização do Centro de Aprendizagens com horário de funcionamento articulado com as necessidades dos alunos; ii) Apetrechar os espaços de ensino, de apoio e de lazer de modo a torná-los mais aprazíveis; iii) Organizar as aprendizagens numa perspectiva de diferenciação; iv) Organizar reuniões de pais periódicas e de implementação obrigatória; v) Realizar a semana cultural; vi) Responsabilizar os grupos, em geral, e os delegados de grupo, em particular, pela eficaz articulação pedagógica entre os professores (nomeadamente quanto a critérios de exigência e critérios de avaliação); vii) Promover a realização de Conselhos de Turma com a periodicidade necessária de modo a responderem activamente à praxis e dinâmica pedagógica, como efectivas estruturas de coordenação e integração dos alunos; viii) Promover actividades de complemento curricular de acordo com as motivações dos alunos.

7º) Objectivo Operacional – Estabelecer protocolos com entidades e empresas com vista à certificação de conhecimentos e competências

Estratégias:

i) Criação de uma equipa de coordenação que inventarie as áreas de certificação que a escola pode oferecer e os recursos humanos disponíveis e possa estabelecer contactos com entidades e empresas no sentido da divulgação da oferta da Escola e do estabelecimento de protocolos.

8º) Objectivo Operacional – Promover uma maior participação dos pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos

Estratégias:

i) Criar actividades expressamente dirigidas aos Encarregados de Educação: Festas de Natal, debates sobre assuntos do seu interesse, convívios desportivos, cursos de alfabetização e outros de índole prática, etc.; ii) Consagrar o dia 8 de Outubro (Dia Europeu dos Pais na Escola) para apresentação aos Encarregados de Educação - dado que é necessário que eles saibam o que os seus filhos andam a aprender – nomeadamente, do “Programa de Ensino”, dos “Objectivos” e do “Tipo de Avaliação”; iii) Estimular a participação de Encarregados de Educação em actividades escolares; iv) Incrementar a divulgação das actividades escolares junto dos Pais e Encarregados de Educação; v) Promover a organização e o funcionamento da Associação de Pais e Encarregados de Educação; vi) Responsabilizar os Pais no processo ensino/aprendizagem dos seus educandos.

9º) Objectivo Operacional – Aumentar o número de membros da comunidade educativa com participação e responsabilização nas tomadas de decisão

Estratégias:

i) Promover a efectiva participação dos alunos no seu próprio processo de aprendizagem e nos diferentes órgãos da Escola, nomeadamente nos Conselhos de Turma; ii) Incentivar e dinamizar, para os alunos da oferta própria, reuniões de esclarecimento sobre a integração no mundo da vida activa e os estágios em contexto real de trabalho; iii) Promover o debate e a reflexão das regras de funcionamento da Escola; iv) Dinamizar a criação de clubes e núcleos temáticos na Escola e outras actividades que promovam a auto-estima, a responsabilidade e constituam um desafio cognitivo, estético e ético; v) Incentivar e estimular a reactivação efectiva da Associação de Estudantes; vi) Implementar um sistema eficaz de controlo nos acessos à Escola; vii) Organizar acções de dinamização junto dos professores quanto à relevância da presença dos alunos em conselhos de turma; viii) Organizar acções para dinamização dos alunos no que toca à sua participação em conselhos de turma e à sua contribuição com temas ou assuntos para análise em Conselho Pedagógico; ix) Organizar acções de valorização da auto-estima das várias comunidades étnicas/nacionais/culturais presentes no tecido social dos alunos (festas, mostras de cultura, etc.); x) Dinamizar os funcionários auxiliares e os professores quanto ao seu papel de agentes educativos fora da sala

de aula; xi) Criar padrões de actuação de funcionários auxiliares e professores fora da sala de aula.

10º) Objectivo Operacional – Construir e celebrar um contrato de autonomia

Estratégias:

i) Criar uma equipa de avaliação interna para monitorizar e analisar os indicadores de funcionamento da escola; ii) Conceber a realização de acções de formação/sessões de esclarecimento para toda a comunidade educativa sobre o diploma da autonomia das escolas e suas implicações.

11º) Objectivo operacional – Dotar a Escola de infra-estruturas adequadas à sua oferta formativa

Estratégias:

i) Proceder a um levantamento dos recursos existentes e a um diagnóstico das necessidades; ii) Definir um plano de aquisição de materiais/equipamentos e respectivas formas de financiamento; iii) Constituir uma equipa para a formulação de candidaturas, acompanhamento, avaliação e divulgação do processo.

A avaliação do Projecto Educativo, que é permanente, deverá ser um instrumento que garanta a qualidade da proposta educativa e a renovação contínua da Escola. A avaliação do PEE é da competência da Assembleia de Escola através da Comissão Permanente do PEE cuja composição e competências se encontram definidas nos art.º 31º A e 31º B do Regulamento Interno. Esta avaliação deverá permitir a adequação dos nossos objectivos educativos à realidade concreta da Escola e o nível em que os referidos objectivos são alcançados. Deverá ainda fornecer dados que permitam a adopção de medidas de correcção e melhoria da eficiência e da eficácia da metodologia educativa, recursos pedagógicos aplicados, estratégias adoptadas e actividades realizadas em função do resultado final dos objectivos alcançados.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

De acordo com o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, de e tendo presente o Regulamento Interno da ES/3 Marquês de Pombal, as estruturas de orientação educativa constituídas são as seguintes:

1. Departamentos Curriculares

Os Departamentos Curriculares são as estruturas responsáveis pela articulação curricular no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. Os Departamentos Curriculares encontram-se constituídos do seguinte modo:

- a) *Línguas e Culturas Portuguesas e Estrangeiras*: Grupos 8A, 8ºB e 9º;
- b) *Ciências Sociais e Humanidades*: Grupos 7º, 10ºA, 10ºB, 11ºA, DPS e EMR;
- c) *Ciências Fundamentais e Aplicadas*: Grupos 4ºA, 4ºB, 11ºB e 1º;
- d) *Técnicas e Tecnologias*: Grupos 2ºA, 2ºB, 3º, 12ºA, 12ºB e 12ºE;
- e) *Tecnologias de Informação e Comunicação*: Grupos 39º e docente do CT de Comunicação;
- f) *Artes e Expressão Corporal*: Grupos Educação Física e 5º.

2. Núcleos de Apoio Pedagógico (NAP)

São estruturas de gestão intermédia dos Departamentos Curriculares que têm por objectivo favorecer a gestão de recursos e a articulação pedagógica e curricular entre os grupos disciplinares e/ou disciplinas, que constituem os respectivos Departamentos. Os NAP são constituídos pelo Coordenador do Departamento Curricular, os Delegados de Grupo e/ou disciplinas e os orientadores de estágio do respectivo Departamento Curricular.

Existem quatro Núcleos constituídos: o Núcleo de Coordenação dos Apoios e Complementos Educativos, o Núcleo de Coordenação dos Currículos Diferenciados, o Núcleo de Coordenação Pedagógica (Ano, Ciclo, Curso) e o Núcleo de Acompanhamento e Avaliação dos Projectos Pedagógicos.

3. Grupos Disciplinares

Os Grupos Disciplinares apoiam a orientação educativa, nomeadamente no domínio curricular e do seu desenvolvimento.

4. Conselho de Turma

O Conselho de Turma é constituído por todos os professores da turma e pelos representantes dos alunos, sob a presidência do Director de Turma.

5. Directores de Turma

O Director de Turma exerce funções de gestão pedagógica intermédia, sendo a sua designação da competência do Conselho Executivo.

6. Conselhos de Directores de Turma

Os Conselhos de Directores de Turma são constituídos separadamente, pelos Directores de Turma do 3º ciclo do ensino básico e pelos Directores de Turma do ensino secundário. As actividades desenvolvidas por estas estruturas visam apoiar a acção do Conselho Pedagógico, bem como as outras estruturas de orientação educativa.

Os Departamentos Curriculares reúnem formalmente uma vez por trimestre. Os Grupos disciplinares e o Conselho dos Directores de Turma reúnem formalmente e com periodicidade mensal. As restantes estruturas da organização da Escola reúnem formalmente e com a periodicidade estabelecida e aprovada pelo Conselho Pedagógico, sempre em acordo com o Regulamento Interno.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

De acordo com a programação definida para o ano lectivo em curso, e que consta do documento “Base Geral de Programação 2004/05”, a totalidade dos horários das turmas diurnas terão por base o período da manhã, leccionando-se da parte da tarde apenas as horas sobrantes. A leccionação das turmas do Ensino Secundário ficará, obrigatoriamente, a cargo de professores QND, à excepção das disciplinas atribuídas aos professores em formação. O critério da continuidade pedagógica constitui uma “prioridade absoluta”, caso o professor assim o entenda.

Cada Grupo Disciplinar deve definir os critérios específicos julgados convenientes e adequados, desde que não ponham em causa os critérios gerais definidos. Estes critérios específicos são comunicados ao Conselho Executivo/Comissão de Horários.

A tarde de Quarta-feira é reservada para reuniões e/ou trabalho colaborativo não sendo, por isso, considerada como espaço/tempo de leccionação.

A elaboração dos horários semanais das turmas pressupõe ainda a sistematização e organização da seguinte informação-base:

- o conteúdo curricular de cada turma;
- a identificação das disciplinas cuja leccionação pressupõe a utilização de espaços próprios e/ou específicos, bem como dos constrangimentos que se poderão colocar;
- a identificação das disciplinas que apresentam especificidades a respeitar, sua natureza e tipo de constrangimentos.

· Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)

A escola, nos últimos anos, tem vindo a desenvolver a sua função educativa num quadro geral de grandes contrariedades colocadas pela sociedade actual em permanente mutação. Uma dessas contrariedades, porventura a mais visível, é o elevado decréscimo de alunos que a frequentam. Acresce que os alunos que ultimamente nos têm procurado, inscrevendo-se no Ensino regular e nos diversos cursos de oferta própria, são possuidores do seguinte perfil: i) historial anterior com repetências e ausência de pré-requisitos fundamentais; ii) família de pertença de estrato socio-económico e cultural desfavorecido; iii) risco de abandono escolar precoce, frequentemente concretizado; iv) elevado nível de absentismo e insucesso escolar, associado frequentemente a «dificuldades de aprendizagem».

A escola dispõe de um levantamento de dados, bastante exaustivo, que revela o seguinte:

- desde 92/93 que a escola viu reduzido o número de alunos matriculados de modo significativo (1992 – 1095 alunos no total, 61% de rapazes e 39% de raparigas; 03/04 – 318 alunos no total, 82% rapazes e 18% de raparigas); consequentemente, o número de turmas foi também reduzindo, de 57 em 92/93, para 20 em 03/04;
- ao longo do mesmo período, a média de idades dos alunos tem aumentado progressivamente (exemplos: 7º ano – 13,50 a 15,54; 12º ano – 18,30 a 19,07);
- o grupo cultural luso tem perdido predominância. Em 92/93 este grupo representava cerca de 90% da população escolar; em 03/04 representa 63% da mesma. Esta tendência é acompanhada de um aumento do número de alunos pertencentes a outros grupos culturais,

como os angolanos e os cabo-verdianos. Estes grupos, actualmente, representam 11% e 13% (respectivamente) da população em análise;

- 43,71% dos pais/encarregados de educação apresenta como habilitação o 4º ano de escolaridade; 15,42% apresenta habilitação inferior aquela; 40,87% apresenta uma habilitação superior à mesma (5,97% - 6º ano; 12,89% - 9º ano; 14,48% - 12º ano; 7,23% - outras);
- Relativamente aos pais, os grupos profissionais mais representados são o dos trabalhadores de produção (27,04%) e o dos quadros técnicos (16,35%); no referente às mães, os grupos mais expressivos são o das empregadas domésticas (37,11%), o das trabalhadoras de produção (14,47%) e o das trabalhadoras administrativas (12,89%);
- 73,90% dos pais apresenta um emprego estável; no caso das mães, esta percentagem atinge os 82,39%;
- actualmente, os alunos são provenientes de 8 concelhos: Lisboa (35%), Almada, Amadora, Cascais, Loures, Oeiras, Seixal e Sintra (63%). Desde 92/93 que a percentagem de população do concelho de Lisboa tem variado entre este valor (mínimo) e 57,29%, valor máximo atingido em 99/00.

De acordo com o órgão de gestão, o decréscimo do número de alunos matriculados tem origem em vários factores, nomeadamente: o envelhecimento da população do meio envolvente; a situação geográfica da escola, condicionada pelo afastamento de diversas unidades industriais para a cintura exterior da cidade; o incremento desordenado de escolas secundárias existentes na mesma zona geográfica, com melhores acessos e oferecendo os mesmos cursos; e a desvalorização social e institucional da formação técnica qualificante.

Apesar das contrariedades, entende que têm vindo a desenvolver um trabalho digno e sério, no respeito pela história e pelas tradições da Escola, plenamente inserido no actual esforço de procura, redefinição e manifestação do seu perfil. Para continuarem a atingir o sucesso pretendido, acham imperioso encetar uma política de rigor e de exigência em toda a vida escolar e reforçar as políticas de integração dos alunos na escola, de formação contínua de professores, funcionários e auxiliares de acção educativa e de cooperação entre a escola e o meio.

Como principais estratégias de acção, com vista ao combate pelo sucesso educativo, a escola tem apostado em cursos com forte perfil tecnológico, como já atrás foi referido. A organização de uma rede educativa com características muito próprias, com base nesta

vertente tecnológica, levou a que tomassem a iniciativa de solicitar um encontro com a *AIP – Associação Industrial Portuguesa* no sentido de pedir ajuda para, em conjunto com as empresas, definir estratégias de revitalização da escola, preparando-a para um ensino tecnológico de qualidade, devida e realisticamente enquadrado nas necessidades do mercado. Da parte da AIP, verificaram uma total abertura e disponibilidade. O novo projecto educativo/formativo veio então a ser apresentado formalmente a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação, que entendeu por bem alargar o mesmo a uma outra entidade pública, o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

De novo se formou um outro grupo de trabalho, agora constituído por um elemento da Escola, outro da AIP, outro do IEFP e outro ainda em representação do ME. Concluído o trabalho, o protocolo veio a ser assinado em cerimónia pública no Centro de Congressos da AIP, no dia 19 de Maio, nas presenças dos Senhores Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho. Neste momento, este projecto aguarda homologação por parte do DGFV e IEFP.

O trabalho de promoção do sucesso passa também pela aposta num corpo docente motivado. Um professor motivado, científica e socialmente preparado, só precisa de ser “amparado” por um Projecto Educativo de Escola dinâmico, inovador e elaborado de acordo com o público alvo a que se destina – os seus alunos. Ao nível de projectos concretos dirigidos aos alunos, a escola desenvolve múltiplas actividades de enriquecimento curricular e apoio educativo. No entanto, deve sublinhar-se o trabalho desenvolvido pelo *Centro de Aprendizagens*, integrado no Centro de Recursos, que visa a criação de um espaço polivalente destinado a acolher todos os alunos que o pretendam utilizar para aprofundar conhecimentos e/ou participar em actividades de complemento das actividades lectivas e/outras. Este Centro procura enquadrar as medidas de apoio e complemento educativos. Não pretende substituir as APA, já que se recomenda que estas aulas sejam leccionadas pelo professor da disciplina e incluídas nos horários de alunos e professores. O projecto destina-se a todos os alunos, preferencialmente os do 3º ciclo e 10º anos. Neste momento, dispõe dos seguintes espaços curriculares: Português/Filosofia; Línguas Estrangeiras (Francês, Inglês, Alemão), Matemática, Ciências Aplicadas (Físico-Químicas/Química/Física/Biologia/Ciências Naturais). O período de funcionamento decorre das 9:30 às 17:30, ininterruptamente.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de um Gabinete SPO – Serviços de Psicologia e Orientação. A sua actividade pauta-se essencialmente pela orientação escolar dos alunos do 9º ano, além de apoiar os casos para os quais é solicitado. O órgão de gestão refere o trabalho bem sucedido que tem vindo a ser desenvolvido pela psicóloga, que se tem mostrado muito colaborante no desempenho das actividades da escola.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

Como já foi referido, a escola tem vindo a apostar, desde há já algum tempo, numa oferta de cursos de perfil marcadamente tecnológico, como forma de responder às solicitações do meio e às expectativas dos alunos que a procuram. O projecto educativo apresenta-se muito centrado no aluno, nos seus interesses, na sua valorização pessoal e social, no desenvolvimento das competências de cidadania responsável.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

Nesta conformidade construiu-se a Rede Educativa dos últimos dois anos, tal como consta dos Quadros 1 e 2:

Quadro 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	CURSO	Nº Turmas	Nº Alunos	APROVADOS		NÃO APROVADOS	
				Valores Absolutos	%	Valores Absolutos	%
7º ANO	PEETI	1	11	11	100	0	0
	Op. Inform. (Esp. 279/02)	1	21	21	100	0	0
	Elect. Inst. (Esp. 279/02)	2	30	30	100	0	0
8º ANO	Elect. Inst. (Esp. 279/02)	2	17	17	100	0	0
	Desenho de Medições (Esp. 279/02)	2	14	14	100	0	0
9º ANO	Ensino Regular	1	8	8	100	0	0
	C.T.Construção Civil	1	25	21	84	4	16
	Projecto 15 - 18	3	30	30	100	0	0

	Opa. Informe. (Disp. 279/02)	1	15	15	100	0	0
10º ANO	C. Tecnológico Electrotecnia/ Electrónica	1	21	18	86	3	14
	Curso Tecnológico de Informática	1	21	19	90	2	10
10º Profissionalizante	Electricista de Instalações	1	10	5	50	5	50
	Mecânico – Auto	1	5	5	100	0	0
11º ANO	Curso Tecnológico Const. Civil	1	13	13	100	0	0
	Curso Tecnológico de Informática	1	9	9	100	0	0
	Curso Tecnológico de Mecânica	1	6	6	100	0	0
	C. Tecnológico Electrotecnia/ Electrónica	1	7	7	100	0	0
	Curso Tecnológico de Comunicação	1	15	15	10	0	0

12ºANO	Curso Tecnológico de Mecânica	1	4	1	25	3	75
	C. Tecnológico Electrotecnia/ Electrónica	1	5	4	80	1	20
	Curso Tecnológico de Informática	1	6	5	83	1	17
	Curso Tecnológico Const. Civil	1	14	9	64	5	36
	Curso Tecnológico de Comunicação	1	9	6	67	3	33
	Curso Especialização Tecnológica de Construção Civil	2	24	(1)	-	-	-
Curso Especialização Tecnológica de Energia e Automação	1	9	(1)	-	-	-	
Dados Globais		31	349	289	82	27	8

(1) O curso ainda não terminou, uma vez que tem uma matriz curricular muito rígida quanto ao cumprimento de horas.

Nota: Dos 38 alunos do 12º ano, 25 (66%) obtiveram aprovação.

Quadro 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
AN O	CURSO	Nº Turmas	Nº Alunos
7º ANO	PEETI	2	16
	Ensino Básico Regular	2	37
	Electricista Instalações (Desp. 279/02)	1	16
8º ANO	Electricista Instalações (Desp. 279/02)	2	20
	Operador de Sistemas Informáticos (Desp. 279/02)	1	10
10º ANO	C. Tecnológico Electrotecnia/ Electrónica	1	7
	Curso Tecnológico de Informática	1	15
10º Profissionalizante	Electricista de Instalações	1	21
	Operador de Informática	1	17
	Mecânico – Auto	1	18
11º ANO	Curso Tecnológico Const. Civil	1	21
	Curso Tecnológico de Informática	1	19

	C. Tecnológico Electrotecnia/ Electrónica	1	17
12ºANO	Curso Tecnológico de Mecânica	1	5
	C. Tecnológico Electrotecnia/ Electrónica	1	9
	Curso Tecnológico de Informática	1	13
	Curso Tecnológico Construção Civil	1	15
	Curso Tecnológico de Comunicação	1	13
	Curso Especialização Tecnológica de Instalação e Manutenção de Redes Informáticas	1	13
	TOTAL	22	302

NOTA: A escola tem em funcionamento o Ensino Recorrente por unidades Capitalizáveis

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, que permite uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens. A avaliação de um aluno é um processo de estímulo e incentivo à sua aplicação e à exploração das suas capacidades e não uma forma de penalização. Por isso, é necessária a maior consistência entre os processos de avaliação utilizados e as aprendizagens e competências pretendidas. Considera-se que a avaliação “é um trabalho de rigor, sem lugar a facilitismos ou permissividades que, mais cedo ou mais tarde, só poderão prejudicar o próprio aluno, a instituição escolar e o próprio sistema de ensino”. Havendo esse rigor, não faz sentido que artificialmente se promova a progressão de um aluno que não adquiriu suficientemente os conhecimentos e as competências previamente estabelecidas para determinado nível de frequência.

Nesta conformidade, a escola produziu um documento que submeteu ao Conselho Pedagógico, após o que foi divulgado junto dos Directores de Turma, visando uma “uniformização de critérios de avaliação”. Os Departamentos Curriculares ficaram incumbidos de estabelecer, no domínio concreto de cada disciplina, as competências a exigir aos alunos de cada ano, ou ciclo de estudos, privilegiando a transparência do processo de

avaliação (formativa e sumativa), nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adoptados. Para cada disciplina, todos os professores têm de definir os mesmos critérios e o mesmo nível de exigência.

Esta definição de critérios encontra-se definida, tendo em atenção as características reveladas e a definição qualitativa e quantitativa dos níveis atingidos, articulando os dois níveis de ensino: básico e secundário.

A aplicação destes critérios não deverá ser “absolutizada”, uma vez que os mesmos se aplicam a situações onde se faz sentir a influência de factores que são, por vezes, aleatórios e subjectivos. Os critérios têm um valor relativo, devendo cada professor usá-los como um instrumento de formação, ao serviço do sucesso do aluno, e não como um meio que vise promover a selecção escolar.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A escola não dispõe de docentes especificamente de Apoio Educativo. Dispõe, sim, de um docente que faz o despiste dos casos dos alunos que necessitam de Apoio Pedagógico Acrescido e que, em consonância com o Conselho Executivo, atribui as mesmas, de acordo com as necessidades e os recursos existentes (horas). No ano lectivo 2003/2004, a escola apenas teve quatro alunos com NEE que beneficiaram de Apoio Pedagógico Acrescido, prestado apenas por um professor.

Não realizaram nenhum estudo sobre a eficácia dos apoios prestados aos alunos, mas existe a convicção de que o trabalho desenvolvido pelo docente é bastante eficiente.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

A escola recebe alunos com muito fracas condições, tanto do ponto de vista social como económico. São alunos que, muitas vezes, “andam na rua e que não estão motivados, abandonam a escola com muita facilidade”. Integra alunos provenientes de vários países, abarcando uma multiplicidade cultural considerável. Deste modo, torna-se muito difícil chamar os pais à escola. Contudo, no presente ano lectivo, efectuaram duas sessões com os pais dos alunos. Na primeira sessão, estiveram presentes apenas vinte encarregados de educação; na segunda sessão, estiveram já cerca de cinquenta presentes. Até ao final do ano, vão continuar a fazer sessões com os pais, no sentido de os envolver cada vez mais na escola.

As relações que a escola mantém com a comunidade são óptimas, nomeadamente com a Junta de Freguesia, com a qual desenvolvem uma excelente colaboração. Para além desta, mantêm relações de colaboração com todo o tipo de entidades, tanto a nível particular, como a nível oficial (nomeadamente com empresas, institutos superiores), excepto com a Presidência da República. Neste caso, referem ter já efectuado vários convites e tentativas de contacto, mas todas elas resultaram em fracassos.

Desenvolvem também parcerias/protocolos com várias entidades, tanto individuais como colectivas. A prova deste facto reside na “bolsa de estágios” que é facultada a todos os alunos que integram a escola e que necessitam de formação em contexto de trabalho.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os alunos não apresentam bons resultados de desempenho nos exames de 12º ano. Contudo, há que salientar que, na esmagadora maioria dos casos, os mesmos não têm expectativas de ingressar no ensino superior. A prova deste facto reside nos resultados do Concurso Geral de Acesso ao Ensino Superior 2004, que no caso da ES/3 Marquês de Pombal são os que constam do Quadro 3:

Quadro 3

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase
95	67	11	8
	71%	10%	73%

Pode verificar-se que, dos 95 alunos inscritos para exame, apenas 8 foram colocados na 1ª fase. Deste modo, ao procurarem este estabelecimento, as expectativas dos alunos vão mais no sentido da escola lhes possibilitar o ingresso no mundo do trabalho. Os jovens que

concluem os cursos e frequentam os estágios proporcionados pela escola, normalmente, acabam por ficar a trabalhar nas instituições onde recebem a formação “em contexto”.

Todo o corpo docente se tem envolvido no percurso da escola. Tal como já foi referido, sempre que surge qualquer projecto inovador, os docentes aderem. A escola tem sido sempre pioneira na implementação de projectos inovadores.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

(Ver 1.2.)

4. Aspectos positivos/negativos da escola

O órgão de gestão refere que a qualidade de ensino ministrada é francamente boa, tendo em atenção a especificidade dos cursos que aqui são leccionados.

No referente à assiduidade dos professores, não se detectam quaisquer problemas, visto que o corpo docente é estável. A escola integra 116 professores QND, 18 na situação de mobilidade (11 requisitados e 7 destacados). No referente às habilitações, 95 professores apresenta como habilitação académica uma licenciatura, 13 um mestrado, 7 um bacharelato. 97 docentes encontram-se no 10º escalão. A média de idades situa-se nos 51,6 e o tempo de serviço nos 26,3 anos.

Os alunos dos cursos CEF não evidenciam falta de assiduidade porque este tipo de cursos apresenta um regime de assiduidade diferente – mais rigoroso – comparativamente com o regime que vigora no ensino regular. Os alunos têm de cumprir a assiduidade prevista, caso contrário não podem ser certificados. No ensino básico regular existem problemas de falta de assiduidade/abandono, decorrentes da grande falta de motivação que os alunos apresentam.

No que respeita à avaliação das aprendizagens e classificação dos alunos, reconhece-se que, no Ensino Básico, existe alguma “permissividade” na avaliação que é desenvolvida. O mesmo já não se detecta no Ensino Secundário, onde impera um maior rigor. A necessidade de imprimir um cunho mais rigoroso na avaliação prende-se com a necessidade de colocar os alunos nos estágios profissionais. Portanto, está aqui em causa também “o brio profissional”

dos docentes que vão acompanhar os alunos nesses estágios, que, por sua vez, são os mesmos que estabelecem os contactos para a celebração de protocolos.

Ainda no que se refere à avaliação interna das aprendizagens, neste caso, dos alunos que frequentaram o 12º ano em 2003/04, e tendo como referência os resultados da avaliação sumativa realizada no 3º período, no ano lectivo 2003/2004, a média de avaliações inferiores a 10 oscilou entre 0% (Desenho Técnico de Mecânica, Francês 3, Francês 1 e Psicologia) e 100% (Matemática). As disciplinas que atribuíram classificações negativas, para além da Matemática, são o Português (25%), a Educação Física (6,2%), o Francês 4/6 (80%), a Física (37,5%) e o Desenho Técnico de Construção Civil (15,4%). A média de desempenho das cinco turmas do 12º ano oscila entre 9,69 e 11,79, sendo a média global de 10,8.

Os alunos inscritos para exames nacionais no ano 2004 realizaram provas apenas a quatro disciplinas: Português B, Psicologia, Física e Matemática. Na disciplina Português B realizaram exame apenas 44 alunos cuja média CIF foi de 111,82 e a média CE foi de 68,48. Deste modo, a diferença entre CIF e CE foi de -43,34. A percentagem de reprovações foi de 38%.

Na disciplina de Psicologia, o número de provas realizadas foi de 8. Os alunos apresentavam média CIF de 115, obtendo a média CE de 70,75. A diferença entre CIF e CE, neste caso, situa-se em -44,25. A percentagem de reprovações na disciplina foi de 50%.

Na disciplina de Física, do mesmo modo que na disciplina de Filosofia, realizaram provas apenas 8 alunos, cuja média CIF era de 116,25. A média da CE obtida foi de 52,50. A diferença entre CIF e CE foi de -63,65. Neste caso, a percentagem de reprovações foi de 25%.

Finalmente, no caso da disciplina de Matemática realizaram provas apenas 5 alunos, cuja média CIF era de 122. A média CE obtida situa-se nos 55. A diferença entre CIF e CE, neste caso, atinge o valor de -67. No entanto, a disciplina não registou reprovações.

Relativamente às médias do 9º ano dos alunos que frequentaram o 12º ano em 2003, há que ter presente que, neste ano, realizaram exames nacionais de 12º ano 53 alunos. Transitaram quinze com nível inferior a 3 na disciplina de Matemática e seis transitaram com nível inferior a 3 na disciplina de Português. Todas as turmas que integravam as turmas do 12º ano, do ano lectivo 2003/2004, concluíram o 9º ano com média final de 3.

No que se refere qualidade e quantidade de equipamentos e instalações, o Conselho Executivo refere a sua boa qualidade, por todos reconhecida. Inclusive, quando há pequenos “arranjos” ou “reparações” a fazer, os alunos dos Cursos Tecnológicos de Construção Civil realizam essas tarefas.

Ao nível do clima relacional existente, o mesmo também é francamente bom. Existe um bom relacionamento entre todos, professores, alunos, funcionários, pais, parceiros, entre outros.

5. Opinião sobre os rankings

Na opinião do órgão de gestão, em termos estatísticos, a ES/3 Marquês de Pombal não deveria integrar um ranking desta natureza.

Os principais objectivos educativos da escola devem ser avaliados tendo em atenção os processos desenvolvidos, a evolução demonstrada na aquisição de competências e aprendizagens dos alunos, sempre tendo em atenção o ponto de partida. Os alunos entram, praticamente, “selvagens” e, quando saem, são portadores de um conjunto de competências pessoais, sociais e profissionais. Acabam por conseguir assegurar um emprego nas empresas que lhes proporcionaram o estágio e “fazem boa figura”. Em suma: “sabem estar, sabem portar-se em sociedade”.

A propósito dos rankings de escolas, cumpre referir uma parte do discurso efectuado pelo presidente do conselho executivo, no passado dia 17 de Novembro, por altura da comemoração dos 120 anos do estabelecimento:

Os rankings constituem um sistema comparativo muito pobre, que parte de um indicador muito frágil, que compara o que não é comparável, que tenta extrapolar o que não é extrapolável. Se os exames, em si, podem constituir um indicador possível, entre outros, nada dizem sobre o contexto das escolas, sobre a origem dos alunos, sobre a sua progressão em cada ano lectivo, ou sobre o seu passado escolar.

Nesta escola, por exemplo, quantos alunos têm explicador de Matemática? E a Matemática e a Português? E em todas as disciplinas sujeitas a avaliação sumativa? E se os nossos alunos fossem trocados, por exemplo com os do colégio melhor posicionado no ranking, o que se observaria?

É óbvio que o resultado também demonstraria que a ordenação elaborada e publicitada não qualifica as escolas (no sentido da sua organização, exigência, ou qualidade dos seus professores), mas sim a proveniência sócio-cultural dos que a frequentam.

Se uma escola começar a trabalhar para o ranking, uma das formas mais fáceis de o fazer é começar a escolher os alunos, só admitirmos os melhores, excluindo um conjunto de alunos difíceis e problemáticos... São efeitos conhecidos em todo o mundo.

Mas a pobreza ideológica e a falta de profissionalismo que o justificaria, na nossa escola nunca aconteceu. Nem quando a Escola Marquês de Pombal tinha 4000 pedidos de matrícula em cada ano lectivo.

Noto ainda que não se constroem estatísticas sobre amostragens de meia dúzia de elementos. Por hipótese e por caricato, imaginemos que determinada escola só tem um aluno a exame do 12º ano. Esse aluno é particularmente bom. Teve média de 19 valores. Conclusão: essa escola é a melhor do país.

Por norma, a publicitação dos rankings não suscita por parte dos alunos qualquer reacção digna de registo. Os alunos gostam verdadeiramente da escola e têm a noção que, naquilo que fazem, são “bons”. Os docentes estão de “consciência tranquila”, porque fazem sempre muito mais do que podem pelos alunos, que não apresentam, na sua grande maioria, qualquer expectativa de aceder ao Ensino Superior.

Deviam existir rankings específicos para escolas que oferecem cursos exclusivamente tecnológicos. Num ranking destes, certamente a escola ficaria posicionada no topo da classificação... E atenção: uma escola na qual os alunos realizam exames em apenas 4 disciplinas não tem qualquer expressividade num ranking desta natureza. Por isso, não estão preocupados.

Os rankings só têm interesse como objecto de análise, e exclusivamente no caso das escolas vocacionadas para preparar os alunos para o ensino superior. Neste caso, sim, as más classificações poderão constituir motivo de preocupação e reflexão.

Ao nível da procura, o órgão de gestão entende que os rankings não têm quaisquer reflexos. O número de alunos tem vindo progressivamente a diminuir, tendência que se tem verificado desde há alguns anos a esta parte e que não pode ser justificada por este tipo de acontecimento.

7. Predisposição para a mudança

O órgão de gestão apela a um rigoroso cumprimento do legalmente estabelecido sobre matrículas e constituição de turmas (Despacho Conjunto nº373/2002, de 23 de Abril, com as

alterações introduzidas pelo Despacho nº13765/2004, de 13 de Julho). “Não se pode permitir que existam escolas que seleccionem os alunos”.

Por outro lado, há que rever os critérios de elaboração da Rede Escolar: naquela zona, existe demasiada oferta de Ensino Secundário. Foram construídas várias escolas na área sem que realmente existissem necessidades ao nível da demografia e do ordenamento do território. Exemplos: a construção das Escolas Secundárias do Restelo, de Miraflores, de Linda-a-Velha e de Belém-Algés (actualmente Escola Secundária Amélia Rey Colaço).

As estratégias a desenvolver com vista a uma melhoria e qualificação das escolas passam ainda pela oferta de cursos orientados para certificação tecnológica e profissional, promovendo a inserção dos alunos no mercado de trabalho com mais escolaridade e mais qualificação. Neste sentido, o órgão de gestão apela para que se clarifique o ponto da situação do Projecto do Ministério da Educação de constituir, até 2006, uma rede nacional (REDE EDUTECH) de 15 a 20 escolas de referência, identificadas por projectos inovadores de educação e formação, rede para a qual a Escola Secundária Marquês de Pombal foi seleccionada no seguimento de uma visita de Sua Ex.^a o então Ministro da Educação David Justino.

Considera fundamental que os “novos cursos”, criados no âmbito do referido Projecto, em parceria com a AIP, possam avançar, dando-se assim seguimento ao protocolo já assinado pela escola, pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pela Associação Industrial Portuguesa.

Estava Previsto que os referidos cursos entrassem em funcionamento no corrente ano lectivo, mas tal não se concretizou devido a atrasos na sua homologação. Em resultado disso, a escola sente que ficou prejudicada pois acabou por receber menos turmas na distribuição de rede porque iria ter as turmas do Projecto. A título de exemplo, referiu que não lhe foi atribuída uma turma de Ensino Recorrente de Electricidade-Electrónica, que tinha todas as condições para receber.

Relativamente a outro tipo de medidas, e especificamente para os alunos do 12º ano, a escola tem já organizado um projecto a que chamou ”Horas de explicação”. Estes tempos estão a ser preparados para começar em Janeiro (não designam estas horas como “apoios” para não diminuir os alunos). Entendem não ser necessário aumentar o número de horas de reforço curricular, uma vez que já dispõem de horas suficientes (utilização do tempo superveniente previsto no Despacho nº13781/2001, de 3 de Julho).

S3 - ESCOLA SECUNDÁRIA/3 D. JOÃO II – SETÚBAL

Data: 17.01.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária/3 D. João II – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.5. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

A Presidente do Conselho Executivo encontra-se em funções, no exercício deste cargo, há seis anos. Esteve, anteriormente, a desempenhar o cargo de vice-presidente do mesmo órgão também durante seis anos.

1.6. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O Conselho Executivo entende que o trabalho que tem vindo a desenvolver é reconhecido pela comunidade educativa, uma vez que os objectivos que perseguem são muito exigentes e requerem muito investimento pessoal e profissional da sua parte. A escola fica localizada numa zona marginal da cidade de Setúbal, integrando uma população maioritariamente constituída por alunos provenientes de famílias de estrato socio-económico baixo, com muitas dificuldades, de perfil multiracial. A população escolar do ensino básico provém de estratos pouco favorecidos do bairro da Camarinha, embora também receba alunos vindos de zonas rurais limítrofes. Quanto aos alunos do secundário, provém de todas as zonas da cidade de Setúbal, por força da oferta curricular neste ensino. No bairro não existem espaços destinados a actividades de âmbito cultural, nem tradições históricas. A população é heterogénea e sem grande motivação para “actividades de bairro”.

No ensino básico, a meta definida no PEE foi o combate à indisciplina e a promoção das competências pessoais e sociais da população escolar. A consecução desta meta foi obtida graças ao investimento em determinadas medidas, tais como a criação do GOID – Gabinete de Orientação e Intervenção Disciplinar (Gabinete de acompanhamento aos alunos que manifestam problemas de integração no espaço escolar) e a implementação de uma nova política de horários. Esta teve em vista organizar os horários das turmas do ensino básico exclusivamente no período da manhã, organizando os horários das turmas do ensino secundário exclusivamente no período da tarde.

Em termos gerais, o conselho executivo percebe o seu papel como muito positivo, e entende que o clima relacional com os diversos agentes da comunidade educativa é bastante satisfatório. Verifica-se, no entanto, um certo atrito nas relações entre os funcionários e entre estes e os alunos (os alunos por vezes não respeitam os funcionários).

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio (pedir documentos)

O Projecto Educativo anterior foi elaborado “em formação”. Neste momento, a sua revisão encontra-se prevista para ocorrer no decurso de uma acção de formação calendarizada para Janeiro (Oficina de Estudos). O primeiro documento foi elaborado após diagnóstico produzido por um grupo de trabalho, com base na recolha de dados obtida através de inquéritos feitos no 1.º semestre /97 e distribuídos aos funcionários e encarregados de educação, na análise ao trabalho desenvolvido no ano lectivo anterior e nos contributos de vários representantes da comunidade escolar. Inclui um quadro de princípios orientadores em conformidade com as grandes opções da política educativa segundo os valores determinados, as estratégias de intervenção, tendo em conta os meios disponíveis e a experiência do pessoal docente, bem como a tipificação das áreas complementares do currículo.

Os objectivos do Projecto Educativo referem-se ao bem-estar, relacionado com a segurança, a disciplina e as relações interpessoais, e ao desenvolvimento de competências nos alunos, no âmbito do saber e do saber fazer. Não se encontram definidos, de forma aprofundada, os dispositivos de avaliação, embora estejam previstas avaliações parcelares por área intervencionada, e uma avaliação no final de cada ano lectivo.

O Plano de Actividades constitui-se como uma soma de propostas de actividades emanadas dos coordenadores das estruturas de orientação educativa, razoavelmente articuladas com o Projecto Educativo, contemplando todos os sectores da escola, inclusive actividades do serviço especializado de apoio escolar e do centro de recursos.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, de 27-07, do seguinte modo:

a) Departamentos Curriculares, nos quais se encontram representados os agrupamentos de disciplinas e áreas disciplinares, de acordo com os cursos leccionados, o número de docentes por disciplina e as dinâmicas a desenvolver pela escola. Os Departamentos Curriculares são coordenados por professores do quadro da Escola, profissionalizados, eleitos de entre os docentes que os integram. Os Departamentos criados são os seguintes:

- Língua Materna – Português – 8º A e 8º B; Latim
- Línguas Estrangeiras – Francês – 8ºB; Inglês – 9º; Alemão – 9º
- Ciências Experimentais – Física/Química – 4ºA/4ºB; Biologia/Geologia – 11ºB
- Artes e Tecnologias – Educação Visual /Artes – 5º; Construção Civil – 3º; Educação Tecnológica – 12º (Grupo A – Produção Vegetal; Grupo B – Produção Animal)
- Ciências Sociais e Humanidades – Sociologia – 7º; História – 10ºA; Filosofia/Psicologia – 10ºB; Geografia – 11ºA; Educação Moral e Religiosa; Desenvolvimento Pessoal e Social
- Educação Física e Desporto – Educação Física
- Matemática e Informática – Matemática – 1º; Contabilidade – 6º; Introdução às Tecnologias de Informação

b) Subdepartamentos Curriculares em função da complexidade organizacional de cada Departamento são constituídos pelos docentes da mesma área disciplinar. A criação de qualquer Subdepartamento ocorre desde que seja constituído pelo menos por quatro docentes. A coordenação do Subdepartamento é feita por um Subcoordenador. O Subdepartamento reúne ordinariamente uma vez por ano, em Junho, para adopção dos manuais escolares,

reunindo por indicação do Coordenador do Departamento, por iniciativa do Subcoordenador, ou a pedido de 50% dos seus membros, podendo as reuniões ser sectoriais.

Em casos excepcionais, quer a criação de Direcção de Instalações, quando não exista Sub-departamento, quer a separação das funções de Subcoordenador e Director de Instalações, poderão ser aceites a partir de propostas devidamente fundamentadas e aprovadas pela Assembleia

c) Coordenação de Ciclo: tem por finalidade a articulação das actividades dos Directores de Turma. Os Coordenadores de Ciclo são eleitos por todos os professores da Escola, obedecendo a um regimento próprio elaborado pelo Conselho dos Directores de Turma

d) Conselhos de Directores de Turma: são constituídos pelos Directores das Turmas do respectivo ciclo.

e) Conselhos de Turma: é constituído pelos Professores da Turma, pelo Delegado dos Alunos e por um representante dos Pais e Encarregados de Educação dos alunos da turma, excepto quando se trate exclusivamente de avaliação sumativa. O representante dos Pais e Encarregados de Educação nunca pode ser aluno da turma. O funcionamento dos Conselhos de Turma rege-se por regimento próprio elaborado pelo Conselho de Directores de Turma.

f) Conselho de Formação: é o órgão responsável pela planificação e gestão da formação, a nível de Escola.

As reuniões de coordenação pedagógica do ensino básico têm sempre lugar às Quartas-Feiras, no período da tarde. No respeitante ao ensino secundário, as reuniões de Departamento têm lugar na terceira Quarta de cada mês (tarde; 17:30); as reuniões de Conselho Pedagógico estão marcadas para as segundas Quartas do mês.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

Nos termos da alínea l) do artº33º do Regulamento Interno, os horários das turmas do ensino básico são organizados no período da manhã; os horários das turmas do ensino secundário são organizados à tarde. Na organização das turmas, prevalecem os critérios da continuidade pedagógica, desde o 7º ano até ao 12º ano. Este princípio foi aplicado de forma muito rígida ao longo destes anos, o que provavelmente terá sido um erro pedagógico. Uma vez que as turmas do secundário funcionam todas num mesmo turno, torna-se muito difícil poder facultar as matérias cumulativas.

Por outro lado, a continuidade pedagógica é levada ao extremo pois é implementada desde o 7º ao 12º ano o que impede uma certa especialização do professor, a qual pode ser necessária, sobretudo a nível do 12º ano.

- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes)*

A escola tem produzido diversas estatísticas sobre os dados da classificação atribuídos aos alunos nos momentos de avaliação sumativa. Estes dados procuram fazer o levantamento das percentagens de níveis negativos atribuídos, por disciplina e no geral (média). Estes dados são produzidos relativamente às turmas dos ensinos básico e secundário. Posteriormente, estas estatísticas são distribuídas a cada um dos Departamentos Curriculares, para que o mesmo possa reflectir sobre os dados e propor estratégias para ultrapassar problemas detectados. O Conselho Pedagógico, até à data, não produziu nenhum estudo sobre esta matéria com base nos dados recolhidos.

Ao nível do trabalho desenvolvido por cada turma, a escola conta ainda com a informação disponibilizada nos relatórios elaborados por cada um dos Directores de Turma (alínea f) do artº7º do Decreto Regulamentar nº10/99, de 21-7).

No desempenho destas tarefas o conselho executivo conta com um corpo docente estável, pelo que o trabalho encontra-se facilitado.

No referente à prestação de medidas de apoio educativo, o órgão de gestão refere que, em cada ano que passa, aumenta o número de alunos sinalizado com NEE. Este ano, o número de alunos nesta situação é de cerca de 80 (no ensino secundário existem 3 casos no total). Deste

modo, as horas a disponibilizar do crédito global para o desenvolvimento de apoios educativos são manifestamente insuficientes. A escola apenas dispõe de um docente de Apoios Educativos que, por sua vez, faz o acompanhamento de mais dois estabelecimentos (estes também com um número elevado de alunos com NEE).

Com vista ao sucesso dos alunos, favorecendo as suas aprendizagens, a escola desenvolve uma série de projectos e clubes como as actividades de Animação da Leitura no CRE, a semana da Matemática, o Web Quest e vários jornais da escola.

Merecem destaque alguns projectos, a saber:

- *Recuperar o Sonho*: este tem como objectivo a diminuição do insucesso/absentismo escolar, intervindo directamente em 14 jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos – em colaboração com as respectivas famílias – residentes nos Bairros da Liberdade (Cova) e Afonso Costa, em Setúbal. As actividades incluem natação, animação, orientação para o estudo, orientação vocacional, dinamização do espaço “à Descoberta das Profissões”, apoio psicológico e psicopedagógico, actividades de intervenção social, oficinas de pré-profissionalização, entre outras. O projecto é promovido pelo LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade (IPSS) e é avaliado por uma entidade externa.
- *Atelier de Língua Portuguesa – “Português – Segunda Língua”*: este projecto destina-se a abranger alunos oriundos de países lusófonos e outros que fazem parte de grupos linguísticos minoritários, de forma a desenvolver competências gerais de língua portuguesa.
- *Educação Sentimental*: tem como objectivo educar os sentimentos, apresentando-os como algo que tem de ser ensinado e aprendido. A educação sexual é integrada no todo mais vasto da educação sentimental. A proposta inspira-se numa experiência italiana levada a efeito no âmbito do Projecto Inter cultural de Línguas Europeias inserido no Programa Sócrates e Leonardo da Vinci – *L’Alfabeto del silenzio. Il difficile sentiero dell’educazione sentimentale*.

Por último, deve assinalar-se que a escola desenvolve várias actividades no âmbito do Desporto Escolar (andebol, futsal, xadrez, dança, golfe...)

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A equipa técnica do SPO é constituída por um Psicólogo e está sediada na Escola Secundária D. João II. São suas atribuições acompanhar os alunos, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo e contribuir para o seu desenvolvimento integral. O SPO assegura, em colaboração com outros serviços competentes, designadamente os de educação especial, a detecção de alunos com necessidades educativas especiais, a avaliação da sua situação e o estudo de intervenções adequadas.

Este serviço desenvolve ainda acções que possam contribuir para a identificação dos interesses e aptidões dos alunos, de acordo com o seu nível etário, promove actividades específicas de informação escolar e profissional e desenvolve acções de aconselhamento psicossocial e vocacional dos alunos. Ao nível do 9º ano, estas sessões são marcadas ao longo do ano, promovendo o encaminhamento dos alunos para o ensino profissional, nos casos que o justificam. Relativamente ao 12º ano, o acompanhamento do psicólogo é feito sempre que o aluno apresente muitas dúvidas sobre a construção do seu projecto de vida. O encaminhamento dos casos é sempre feito pelo Director de Turma.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

A maior parte dos alunos da escola não têm expectativas de prosseguir estudos no ensino superior. Os que apresentam candidatura fazem-no preferencialmente para o Ensino Politécnico, em Setúbal.

Grande parte da população escolar é proveniente de estratos socio-económicos pouco favorecidos, sendo frequentes as situações de marginalidade. Sabe-se que este é um dos bairros da cidade conhecidos pela venda e consumo de droga. No entanto, apesar deste problema ser visível no bairro, dentro da escola, a situação está perfeitamente controlada.

Os alunos do ensino básico provêm, maioritariamente, desta zona, vindo alguns de zonas rurais limítrofes. Os alunos do secundário são provenientes de toda a cidade e arredores, sobretudo pelo facto de escolherem cursos que só este estabelecimento possui, ao nível da cidade.

A escola debate-se com vários problemas, tais como o elevado número de alunos por turma, as questões disciplinares, com algumas dificuldades nas relações interpessoais, em especial no 3º ciclo. A este propósito, convém referir que o grande objectivo do Projecto Educativo de Escola visa a criação de uma escola de qualidade, e com qualidade de vida, objectivo que é cada vez mais prioritário. Com vista a conseguir atingir este grande objectivo a escola tem investido em projectos com grande alcance sócio-educativo, e que já foram referidos anteriormente.

Apesar destas dificuldades, a maior parte da comunidade educativa parece sentir-se bem nesta escola. É que os aspectos positivos são franca e significativamente superiores aos negativos:

- um corpo docente maioritariamente motivado e empenhado no sucesso educativo dos seus alunos;
- núcleos e ateliers para a ocupação dos tempos livres dos alunos;
- núcleos de estágio, motivando frequentemente alguma inovação;
- espaços onde os alunos podem passar os seus tempos de lazer ou de estudo;
- espaços exteriores ajardinados e cuidados;
- integração de alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- abertura de turmas de currículo alternativo, numa perspectiva de valorização do aluno.

Por tudo isto pode considerar-se que esta é uma escola adaptável às mudanças constantes da sociedade, e onde o sucesso educativo é a prioridade mais premente.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

No referente ao 12º ano, os dados relativos à oferta de cursos e respectiva frequência, são os referidos no Quadro 1 e 2, respectivamente para os anos lectivos 2003/2004 e 2004/2005.

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
7º	Ensino Básico	10	243	175	72	68	28
8º	Ensino Básico	8	196	171	87	25	13
9º	Ensino Básico	7	167	147	88	20	12
10º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	4	112	80	71	32	29
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	25	16	62	9	38
	2º Agrupamento C.T.Design	1	28	17	59	11	41
	4º Agrupamento C.C. Geral	2	49	35	71	14	29
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	82	62	75	20	25
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	20	15	75	5	25
	2º Agrupamento C.T.Design	1	18	11	61	7	39

	4º Agrupamento C.C. Geral	2	46	35	75	11	25
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	80	80	100	0	0
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	16	13	82	3	18
	2º Agrupamento C.T.Design	1	12	11	95	1	5
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	28	27	95	1	5
Dados Globais		46	1122	895	80	227	20

Nota: Dos 136 alunos do 12º ano, 131 (96%) obtiveram aprovação.

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
7º	Ensino Básico	8	200
8º	Ensino Básico	10	222
9º	Ensino Básico	7	174
10º	Curso de Ciências e Tecnologias	4	101

	Curso de Artes Visuais	1	25
	Curso Tecnológico de Multimédia	1	28
	Curso de Línguas e Literaturas	1	20
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	4	184
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	15
	2º Agrupamento C.T. Design	1	19
	4º Agrupamento C.C. Geral	2	35
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	71
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	16
	2º Agrupamento C.T. Design	1	7
	4º Agrupamento C.C. Geral	2	44
TOTAL		47	1161

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

O sucesso educativo passa também pelo desenvolvimento de um sistema de avaliação de alunos coerente com os princípios curriculares e baseado em critérios definidos pelo Conselho Pedagógico. No caso do ensino secundário, e designadamente no que se refere ao 12º ano, a definição de critérios por disciplina é a seguinte:

7. Português

- testes, produções escritas e orais – 90%
- atitudes e valores – 10%

8. *Línguas Estrangeiras*

- competências de comunicação (ouvir, falar, ler, escrever) – 80%
- competências sociocultural e de aprendizagem – 20%

9. *Biologia, Química, Física e Geologia*

- testes – 80%
- atitudes e valores – 10%
- desempenho – 10%

10. *Ciências da Terra e da Vida, Física, Química A*

- fichas de avaliação – 45%
- atitudes e valores – 15%
- desempenho – 40%

11. *Matemática*

- testes de avaliação – 75%
- trabalhos realizados na aula e participação – 20%
- comportamentos, atitudes e valores – 5%

12. *História*

- testes – 65%
- assiduidade, pontualidade e autonomia – 35%

13. *História da Arte*

- conhecimentos/competências – 90%
- participação e empenho – 5%
- atitudes, comportamentos e valores – 5%

8. *Geografia*

- testes – 70%
- trabalhos individuais, de grupo, realizados na aula ou em casa – 20%
- atitudes, comportamentos e participação – 10%

9. *Filosofia, Psicologia*

- testes – 80%
- trabalhos diversos (comentários, análises, sínteses....) – 10%
- atitudes/comportamentos – 10%

10. *Desenho e Geometria Descritiva A e B, Teoria do Design*

- conhecimentos/competências – 90%
- participação e empenho – 5%
- atitudes, comportamentos e valores – 5%

11. Educação Física

- capacidades físicas e destrezas motoras – 60%
- capacidades cognitivas – 20%
- sócio-afectivo – 20%

10. Educação Moral e Religiosa Católica

- conhecimentos – 30%
- capacidades e aptidões – 30%
- atitudes e valores – 40%

Tendo em atenção os critérios definidos, os resultados da avaliação sumativa realizada traduzem-se em classificações positivas nas diversas disciplinas para a maioria dos alunos. Tal facto é particularmente evidente se nos ativermos aos resultados das classificações atribuídas no 3º período de 2004 (12º ano). Com efeito, a análise realizada revela que a percentagem de classificações negativas atribuídas oscila entre 0% (nas disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Teoria do Design, Técnica do Design, Oficina de Design, Oficina das Artes, Desenho e Geometria Descritiva B, Desporto, ITI 1 e 2) e 38% (na disciplina de Francês). A média percentual de negativas atribuídas é de 6,6%, um valor baixo. Apenas as disciplinas de Francês (38%), Desenho e Geometria Descritiva A (25%) e História da Arte (21%) atribuíram negativas numa percentagem superior a 20%.

Estes resultados estão em contradição com as classificações obtidas pelos alunos nas provas de exame nacional, o que aponta para a necessidade de uma reflexão profunda sobre critérios e formas de avaliação.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A principal modalidade de apoio educativo é as aulas de apoio pedagógicos acrescido, que são dirigidas preferencialmente aos alunos do ensino básico. No ensino secundário, esta modalidade de apoio abrange apenas três alunos sinalizados com NEE.

Os APA são imprescindíveis, em muitos casos, para o desenvolvimento das competências consideradas essenciais. A escola não dispõe, contudo, de dados que permitam avaliar com

rigor o impacto desta medida no desempenho escolar dos alunos. No entanto, possui um levantamento rigoroso do número de alunos com NEE, segundo o sexo, o nível de ensino e o tipo de deficiência (Modelo GIASE nº500 – Estatísticas da Educação 2003-2004). Este ano lectivo, o número de alunos com necessidade de prestação de medidas de apoio é de cerca de 80. No ano lectivo anterior os alunos que se encontravam abrangidos por APA são os constantes no quadro que se segue:

QUADRO 3 – ALUNOS COM APA (Apoio Pedagógico Acrescido)

ANO	Nº de Turmas	Nº Alunos com APA
7º	4	8
8º	2	4
9º	1	1
10º	1	1
11º	1	1
12º	-	-
TOTAL	9	15

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

A escola possuía uma Associação de Pais/Encarregados de Educação com um papel bastante activo e dinâmico, que muito apoiava a acção desenvolvida pelo órgão de gestão. No ano anterior, os dirigentes mudaram, pelo que a postura que a Associação mantém actualmente é diferente, caracterizada por uma certa apatia (raramente os representantes participam nas reuniões do Conselho Pedagógico). Consequentes, não dispõem de grande poder mobilizador junto dos pais dos alunos que representa.

Com a Autarquia e, sobretudo, com a Junta de Freguesia, a escola tem estabelecido boas relações. Os seus representantes comparecem sempre nas reuniões para que são convocados. A sua participação tem-se revelado em diversos apoios a projectos desenvolvidos, tal é o caso do projecto “Educação Sentimental” (já referido).

A parceria com a LATI – Liga de Amigos da Terceira Idade – também se tem mostrado bastante frutuosa, sobretudo tendo em conta o apoio concedido ao projecto “Recuperar o Sonho” (já referido). Com efeito, esta associação disponibiliza as suas instalações (piscina, infantário, sala de conferências) para que os alunos da escola possam desenvolver actividades nestes espaços.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados do desempenho dos alunos do 12º ano nos exames nacionais são percebidos como negativos, francamente “maus”. No entanto, o órgão de gestão chama a atenção para as prioridades definidas no seu projecto educativo: combater a indisciplina que muitos alunos do ensino básico revelam quando ingressam na escola. Este é um combate que a escola trava desde há cerca de seis anos, aproximadamente.

Um número significativo de jovens ingressa no secundário sem qualquer expectativa de prosseguir estudos no ensino superior. No ano 2004, dos 284 alunos inscritos para exame, 244 tencionavam candidatar-se ao ensino superior, mas apenas 91 apresentou candidatura. Destes 91 alunos, 65 foram colocados na 1ª fase. Estes dados são os que constam do Quadro 4:

QUADRO 4

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO					
CURSO	Nº de alunos que iniciaram o 10º Ano 2001/2002	Nº de alunos que ficaram retidos ou abandonaram	Nº de alunos no 12º Ano	Alunos que ingressaram no ensino superior	
				Valores Absolutos	%
1º Agrupamento C.C. Geral	154	70	84	65	44,8
2º Agrupamento C.C. Geral	29	5	24		
2º Agrupamento C.T. Design	31	19	12		
4º Agrupamento C.C. Geral	27	2	25		
TOTAL	241	96	145		

Existem na zona empresas de grandes dimensões – Hipermercados como o Jumbo – que absorvem um número elevado de jovens que concluem, ou não, o ensino secundário. Estes jovens apresentam expectativas de ingressar no mercado de trabalho com alguma urgência. Algumas raparigas manifestam tendência para casar cedo. Acabando por desistir dos estudos.

O fenómeno do insucesso nos Exames Nacionais do 12º ano não pode ser imputável aos docentes que leccionam as disciplinas curriculares sujeitas a esta prova. Os professores preocupam-se bastante com o cumprimento dos programas e com o normal desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Mesmo em tempo de férias, os docentes estão disponíveis para corrigir as provas, antes de os alunos apresentarem qualquer recurso.

Também não se registam problemas de absentismo docente, pelo que este factor não pode ser apontado como justificativo dos maus resultados obtidos.

Este ano, pela primeira vez, alguns docentes conheceram a experiência do insucesso dos seus alunos. Em anos anteriores, estes profissionais estavam habituados a um bom/razoável nível de desempenho da parte destes. Esta experiência deixou-os profundamente preocupados.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

O órgão de gestão percebe o desempenho da escola como globalmente positivo e reconhecido pela comunidade educativa. A escola, segundo o mesmo, é bem conceituada, os pais gostam que os filhos frequentem o estabelecimento. No entanto, há que reconhecer que estes alunos estão claramente em desvantagem relativamente a outros que frequentam escolas que ficam posicionadas nos primeiros lugares dos rankings divulgados pelos media. São alunos provenientes de famílias desfavorecidas que precisam, antes de mais, de medidas de apoio social. Assim sendo, se tivermos em atenção os objectivos educativos definidos, e que têm em conta o perfil socio-económico e cultural da população escolar, podemos concluir que a qualidade do ensino ministrado é francamente boa (refira-se, a este propósito, as diferenças sociais relativamente a um estabelecido de ensino próximo – a Escola Secundária de Bocage – que, integrando alunos de estratos socio-económicos mais favorecidos, ocupa nos rankings posições mais favoráveis).

4. Aspectos positivos/negativos da escola

Embora não disponha de dados sistematizados, entendem que a generalidade dos docentes falta muito pouco, não existindo problemas de assiduidade da parte destes, pelo que este aspecto não pode ser apontado como razão explicativa para os baixos níveis de desempenho nos exames. O mesmo não se pode dizer dos alunos. Estes sim apresentam índices de absentismo bastante elevados. Um número significativo de alunos do ensino secundário acaba por ficar excluído por faltas (aplicação da alínea b) do artº 22º da Lei nº30/2002, de 20-12).

Outros, também em número significativo, abandonam a escola para poder aceitar oportunidades de trabalho.

De um modo geral, reconhece-se que o nível de exigência é “baixo”, não há muito rigor. Os docentes, na aplicação dos critérios de avaliação, são bastante permissivos. O nível das aprendizagens conseguidas pelos alunos que concluem o ensino básico e ingressam no 10º ano é bastante baixo, pelo que os professores sentem-se mesmo obrigados a “baixar a fasquia”. Os alunos sentem isso e comentam que a escola “é uma maravilha”.

No referente aos recursos físicos das escola, há alguns aspectos a apontar francamente negativos: algumas salas que necessitam de obras no telhado (para evitar que chova dentro delas); os esgotos e canalizações que carecem de reparações; o equipamento informático que está obsoleto. Os laboratórios encontram-se bem apetrechados, sendo esta uma nota positiva a salientar.

No referente aos recursos humanos, o destaque vai para a carência de pessoal auxiliar de acção educativa. Algumas funcionárias estão a atingir a idade da reforma e faltam muitas vezes, o que gera situações bastante complicadas. Basta faltar uma delas para que todo o serviço tenha que ser reorganizado, facto que está na origem de diversos conflitos dentro do grupo, e entre este e o conselho executivo.

No geral, a escola mantém uma boa relação com os diversos agentes da comunidade educativa, como já atrás foi referido.

QUADRO 5

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO						
Nº de alunos que ingressaram no 10º Ano (1ª vez)	Média de ingresso Valores absolutos			Média de ingresso Valores percentuais		
	3	4	5	3	4	5
152	139	13	0	91	9	0

5. Opinião sobre os rankings

De acordo com o órgão de gestão, os rankings não podem constituir um indicador a utilizar nesta escola. Os dados divulgados são preocupantes, mas há que ter em conta que os objectivos prioritários definidos no PEE não são os de preparar os alunos para o acesso ao ensino superior, também porque não é essa a expectativa dos alunos. Nesta medida, os alunos efectivamente desenvolvem competências na escola que não são avaliáveis através de um exame externo. Daqui se conclui que o maior investimento educativo da escola não tem qualquer impacto ou influência na posição que a escola assume nos rankings de escolas baseados nestes resultados.

O que verdadeiramente preocupa o conselho executivo e a escola não é a no ranking, mas sim a diferenças entre a CIF e CE. Com efeito estas diferenças oscilam entre 6,38, na disciplina de Desenho e Geometria Descritiva A, e 75,90, na disciplina de História. As disciplinas de Matemática (69,92), Biologia (56,42), Química (54,05) e Física (52,79) apresentam também valores muito elevados. A média geral das diferenças é de 41,50. A percentagem de reprovações oscila entre os 0% das disciplinas de História e Geografia e os 37% da disciplina de Física.

Na comunidade educativa não se registaram reacções à publicação dos rankings, excepto da parte dos docentes que estão verdadeiramente preocupados com os resultados do ano passado, uma vez que foram bastante piores que no ano anterior. Os Departamento Curriculares desenvolveram algum trabalho de análise em torno dos resultados dos exames. Ao nível da procura, a escola não sentiu quaisquer diferenças. A escola continua a ser bastante solicitada pelos alunos e encarregados de educação que pretendem renovar a matrícula neste estabelecimento. Existe uma “lista de espera” com mais de 200 candidatos.

6. Predisposição para a mudança

O conselho executivo entende que uma intervenção ao nível dos espaços físicos é muito importante, designadamente algumas pinturas e arranjos, de forma a tornar a escola num lugar mais agradável. O facto de não terem apoio para estas intervenções leva a que a escola se

sinta algo “marginalizada”. Este sentimento é justificado pelo facto de saberem que a ES/3 de Bocage, e outros estabelecimentos de edificação mais recente, já foram intervencionados.

Entende também que seria importante promover momentos de formação – na modalidade de círculo de estudos – o que talvez consigam até ao final do ano.

A escola está disponível para aceitar uma proposta que vise promover uma intervenção dos serviços centrais, ou regionais, junto dos docentes. Por exemplo, seria importante a dinamização de um seminário com o propósito de reflectir e incentivar novas estratégias de avaliação (eventualmente outras temáticas afins). Defende que é preciso mudar muita coisa no sistema de avaliação, “romper com as rotinas”...

S4 – ESCOLA SECUNDÁRIA/3 POETA JOAQUIM SERRA – MONTIJO

Data: 19.01.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária/3 Poeta Joaquim Serra – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.7. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O presidente do Conselho Executivo encontra-se a cumprir o seu primeiro mandato, e exerce o cargo há cerca de 2 anos. Frequentou o Curso de Gestão e Administração Escolar, em Setúbal.

1.8. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O órgão de gestão sente que o seu trabalho é reconhecido por parte da comunidade escolar, em particular pelos alunos. A imagem exterior que a escola mantém é boa. A posição ocupada no ranking “não abalou o sentimento de auto estima da escola”. Contam com o apoio da Associação de Pais/Encarregados de Educação, com a qual mantêm um excelente relacionamento.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

O Projecto Educativo da ES/3 Poeta Joaquim Serra encontra-se actualmente em reformulação.

O documento orientador desta revisão encontra-se já elaborado e define os seguintes campos de actuação:

1. Prática pedagógica aplicada: este ponto refere a realização de um trabalho de grupo/disciplinar criterioso, articulado, concertado e criativo, no que se refere à gestão

programática e aos processos de operacionalização; a implementação de metodologias activas, que privilegiem a aprendizagem pela descoberta e que tornem o aluno o agente motor de todo o processo; o incentivo à partilha de saberes e à cooperação; a criação de instrumentos de auto e hetero-avaliação formativa; a reavaliação contínua de estratégias, em função de necessidades, respeitando os ritmos individuais da aprendizagem; a actualização pedagógica contínua e os momentos de controlo e avaliação.

2. Gestão de espaços e recursos: onde se referem os pontos: aquisição de material (informático, laboratorial, didáctico); a definição de uma estratégia conjunta, que permita rentabilizar os materiais; a reavaliação do actual plano de ocupação dos espaços disponíveis; e a dinamização planificada dos espaços pedagógicos existentes.
3. Formação de professores: neste ponto, serão consideradas as relações com o centro de formação, de modo a que o mesmo possa responder às necessidades e interesses dos docentes; e a reformulação do processo de selecção em vigor.
4. Direcção de Turma: aqui serão consideradas algumas estratégias que visam reforçar a intervenção pedagógica do Director de Turma, além das atribuições do próprio cargo que se encontram consagradas nos normativos em vigor.
5. Actividades Curriculares: este ponto considera: a gestão programática, as visitas de estudo, a área – escola, e a divulgação de trabalhos e as publicações autónomas.
6. Actividades de complemento curricular: aqui se prevê a criação do cargo de coordenador dos APA, com representação no CP; a elaboração de planificações com a participação nos conselhos de turma; a criação de mecanismos de controlo do absentismo e das taxas de abandono e de insucesso; bem como a articulação directa entre a coordenação das APA e os DT e CDT.
7. Actividades extracurriculares: as estratégias a definir neste campo visam a optimização dos clubes em funcionamento, atendendo aos interesses dos alunos; e a diversificação das actividades existentes (clubes, oficinas, ateliers...).

8. Projectos comunitários: neste ponto, pretende-se reavaliar os projectos já implementados, de forma a efectivar a participação da comunidade educativa, casos do “Viva a Escola” e “Univa”; a manutenção do projecto “Tuna Académica”; a implementação de projectos editoriais (revistas e outras publicações periódicas); a criação do projecto “Ciclo Cultural”, com actividades diversas (exposições, colóquios, conferências, jornadas, encontros desportivos, entre outras); e o estabelecimento de protocolos de colaboração, com vista à gestão de recursos e à recuperação dos espaços.

Qualquer um destes campos de actuação definidos prevê a definição de momentos de controlo e intervenção.

Prevê-se ainda a definição de medidas de avaliação do sistema, que visem a definição de métodos e momentos específicos de avaliação dos processos e dos produtos; a criação de instrumentos de avaliação adequados à realidade em observação; a aplicação e tratamento dos dados recolhidos e a reformulação sistémica do projecto.

Definem-se, ainda, os princípios de uma gestão eficaz, a saber:

- gestão com base em princípios e objectivos gerais claramente definidos;
- reconhecimento da margem de autonomia do professor, para planificar e gerir o processo de ensino-aprendizagem;
- existência de uma liderança capaz de coordenar, organizar e motivar;
- estabilidade do corpo docente;
- articulação e organização do currículo, a partir de objectivos claramente definidos e adequados à população escolar;
- desenvolvimento profissional dos docentes, na base de um permanente compromisso de actualização;
- maximização do tempo de aprendizagem;
- reconhecimento do êxito dos alunos;
- participação dos encarregados de educação.

Em suma, aluno é o centro do Projecto Educativo da Escola. A política levada a efeito tem como principal preocupação a integração de todos os alunos, promovendo a continuidade de percursos no sentido de combater o abandono. Nessa medida, consideram importante proporcionar aos alunos que terminam o ensino secundário uma qualificação que prepare o

seu ingresso na vida activa. Relativamente aos alunos que aspiram ao ingresso no ensino superior, a preocupação primeira também é a sua integração, para que não sejam prejudicados.

Quanto ao Projecto Curricular de Escola, o mesmo apresenta-se centrado em três linhas de acção fundamentais: a) melhoria das aprendizagens, conducentes ao sucesso escolar e formação integral do aluno; b) aumento da qualidade no desenvolvimento/realização pessoal de professores e funcionários; c) melhoria no desenvolvimento organizacional da escola.

Face aos problemas detectados a intervenção a desenvolver no ensino secundário visa:

- privilegiar a sua função de recurso a explorar, nomeadamente em trabalhos de investigação ou de complemento de formação, com o meio exterior;
 - promover a igualdade de oportunidades de sucesso escolar, não só através do desenvolvimento do apoio individualizado, mas também através da diversificação de ofertas educativas que possibilitem a aproximação e inserção dos jovens na vida activa, através da implementação de cursos de educação-formação e cursos profissionalizantes;
 - organizar actividades de CC, as quais são essenciais para incentivar e valorizar os alunos, em áreas menos trabalhadas nas actividades curriculares, para além do aspecto lúdico – ludoteca, clube das línguas estrangeiras, rádio escolar, desporto escolar...
 - promover mecanismos de ligação com as Associações Empresariais, as Instituições Sociais e Culturais e as Empresas do Meio, através de protocolos – de modo a criar uma “bolsa de empresas e instituições dispostas a proporcionar aos alunos do Ensino Secundário Tecnológico o contacto efectivo com o mundo do trabalho e a possível realização de estágios incluídos nos seus desenhos curriculares, bem como a concepção e a realização de projectos comuns, e ainda a oferta ou prestação de serviços por parte da escola.
-
- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

Estruturas de Orientação Educativa seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, do seguinte modo:

1. Departamentos Curriculares

Os Departamentos Curriculares são estruturas que, a nível intermédio da gestão escolar, desempenham funções específicas no que se refere à articulação curricular e à coordenação pedagógica dos grupos disciplinares. Fazem parte de cada Departamento Curricular todos os docentes dos Grupos Disciplinares que o integram. Os Departamentos Curriculares constituídos por mais do que um grupo disciplinar, organizam-se em Secções de Grupo Disciplinar, a fim de permitir o tratamento de assuntos específicos de cada disciplina.

Cada Departamento Curricular reúne, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Os Departamentos Curriculares existentes são os seguintes:

a) *Línguas e Literaturas Portuguesa e Latina*, que integra as disciplinas de Língua Portuguesa, Português A, Português B e Latim (8ºA Grupo);

b) *Língua Francesa*, que integra as disciplinas de Francês e Técnicas de Tradução de Francês (8ºB Grupo);

c) *Língua Inglesa*, que integra as disciplinas de Inglês e Técnicas de Tradução de Inglês (9º Grupo);

d) *Ciências Humanas e Sociais I (do Homem)*, que integra as disciplinas de História, Comunicação e Difusão, Geografia e Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (10ºA e 11ºA Grupos);

e) *Ciências Humanas e Sociais II (do Pensamento)*, que integra as disciplinas de Introdução à Filosofia, Filosofia, Psicologia, EMR e Desenvolvimento Pessoal e Social (Grupos 10ºB e EMR);

f) *Ciências Humanas, Económicas e das Novas Tecnologias*, que integra as disciplinas de Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social, Comunicação e Difusão, Introdução à Economia, Sociologia, Introdução ao Direito e Tecnologias, Trabalhos de Aplicação, Técnicas de Organização Empresarial e Métodos Quantitativos, Introdução às TIC, Técnicas de Linguagem e Programação, Estrutura, Organização e Tratamento de Dados e Aplicações Informáticas (6º, 7º Grupos e Informática);

g) *Ciências Matemáticas*, que integra as disciplinas de Matemática e Métodos Quantitativos (1º Grupo);

h) *Ciências Físico-Químicas*, que integra as disciplinas de Físico-Químicas, Ciências Físico-Químicas, Química, Técnicas Laboratoriais de Química, Técnicas Laboratoriais de Física e Física (Grupos 4ºA e 4ºB);

i) *Ciências da Terra e da Vida*, que integra as disciplinas de Ciências Naturais, Biologia, Geologia, Ciências da Terra e da Vida, Técnicas Laboratoriais de Biologia e Técnicas Laboratoriais de Geologia (Grupos 11ºB e A);

j) *Educação Visual e Tecnológica*, que integra as disciplinas de Educação Tecnológica e Educação Visual (12º e 5º Grupos);

k) *Educação Física*, que integra a disciplina de Educação Física (EF Grupo).

2. Secção de Grupo Disciplinar

A Secção de Grupo Disciplinar é uma estrutura que, a nível intermédio da gestão curricular, desempenha funções específicas no âmbito do Grupo Disciplinar. As secções são constituídas quando o Departamento é constituído por dois, ou mais, grupos disciplinares. A Secção é composta por todos os professores que leccionam no mesmo grupo disciplinar.

3. Conselhos de Directores de Turma

O Conselho de Directores de Turma é uma estrutura que, a nível intermédio de gestão escolar, desempenha funções específicas, no âmbito da organização das actividades das turmas e da coordenação pedagógica do 3º ciclo de escolaridade e dos cursos do Ensino Secundário. Os Conselhos de Directores de Turma dos ensinos básico e secundário são compostos por todos os Directores de Turma do respectivo ciclo. Estas estruturas reúnem, ordinariamente, uma vez por período e, extraordinariamente, sempre que necessário.

4. Conselhos de Turma

Os Conselhos de Turma são estruturas que, a nível intermédio da gestão escolar, desempenham funções específicas, no que se refere à organização, acompanhamento e avaliação das actividades das turmas. Os Conselhos de Turma podem ser de avaliação, intercalares ou disciplinares. O Conselho de Turma de avaliação reúne, ordinariamente, no final de cada período lectivo. Os Conselhos de Turma Intercalares reúnem, pelo menos, uma vez por período e sempre que se considere necessário. Os Conselhos de Turma Disciplinares são marcados sempre que necessário e, preferencialmente, em horário posterior ao final do turno da tarde.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

A constituição das turmas segue as orientações da legislação em vigor. A nível interno, encontram-se ainda definidos os seguintes critérios:

- sempre que o número de alunos exceder o número máximo previsto na lei, dever-se-á proceder à sua redistribuição, por forma a constituir turmas mais equilibradas;
- respeitar as orientações elaboradas pelos conselhos de turma no final de cada ano lectivo;
- manter equilibrada a distribuição dos alunos quanto à idade e sexo;
- manter a constituição do grupo-turma sempre que não existam solicitações em contrário.

No referente à elaboração de horários – que se encontram organizados em blocos de 90 minutos –, além de existir o cuidado de seguir as orientações gerais emanadas do ME, observam-se ainda os seguintes aspectos:

- as aulas decorrem em dois turnos (manhã e tarde);
- o turno da manhã começa às 8:30 e termina às 13.25;
- o turno da tarde começa às 13:30 e termina às 18:30;
- cada turma deverá ter uma sala própria (sala base);
- as aulas de Educação Visual, Educação Tecnológica, Área de Projecto e disciplinas com carácter laboratorial devem ser leccionadas em salas específicas;
- nos dias com quatro blocos de aulas, pelo menos um dos blocos será obrigatoriamente utilizado em aulas práticas/laboratoriais;

- nos dias com turno de manhã e tarde, as aulas devem ser distribuídas de forma equilibrada pelos dois turnos;
 - nos dias com um único turno de aulas, em três blocos, é recomendável que um deles corresponda a aulas práticas;
 - no sentido de permitir a organização sistemática de actividades culturais/desportivas/outras do interesse dos alunos/escola como assembleias de alunos, pais, etc. Não deve haver actividades lectivas nas tardes de 4ª e 6ª feiras, para os alunos do 3º ciclo e secundário, respectivamente;
 - para os alunos do ensino secundário, especialmente para o 12º ano, as aulas devem estar concentradas, preferencialmente, no turno da manhã.
- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)*

A escola desenvolve um trabalho intensivo ao nível da produção de documentos estatísticos que lhe permitam realizar uma auto-avaliação sobre as actividades que desenvolve. Refira-se, a título de exemplos, os levantamentos de resultados ao nível da avaliação dos alunos, tanto interna como externa e os trabalhos produzidos pelos vários grupos de trabalho que integram o “Observatório da Escola”. Estes grupos irão trabalhar vários instrumentos que permitem o levantamento de dados que permitam fazer o “controlo de qualidade”. Esta iniciativa inscreve-se no Programa CAF – Common Assessment Framework, da Direcção Geral da Administração Pública. Alguns instrumentos foram já produzidos, tais como:

- questionário sobre horários (alunos e professores);
- questionário sobre ensino-aprendizagem no ensino secundário (alunos e professores do ensino secundário);
- questionário sobre ensino-aprendizagem no ensino básico (alunos do ensino básico);
- questionário sobre processos de liderança – conselho executivo;
- questionário sobre clubes-projectos.

Todos os documentos estatísticos produzidos são utilizados para reflexão interna nas reuniões das diferentes estruturas pedagógicas.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

Os Serviço de Psicologia e Orientação existem na escola e estão a funcionar em pleno. A escola dispõe de dois psicólogos que partilha com a Escola Secundária/3 Jorge Peixinho. O programa de orientação vocacional, no 9º ano, tem sido muito bem conduzido e está a obter bons resultados.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas - educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

Como já foi referido atrás, a grande preocupação da escola, e que o PEE traduz, é a integração dos alunos que ingressam na escola. Com vista à consecução deste objectivo, têm sido desenvolvidos diversos projectos dirigidos aos alunos dos ensinos básico e secundário. Especificamente dirigidos aos alunos do ensino secundário, podemos referir o projecto *Vencer Exame*, que visa desenvolver actividades de apoio aos alunos do 12º ano, especificamente na disciplina de Matemática; e o projecto *Laboratório Vivo*, que se destina a desenvolver actividades de carácter experimental, nas áreas da Física e da Química. Existem ainda projectos mais abrangentes, destinados aos alunos tanto do ensino básico como do secundário, como a *Sala de Apoio ao Aluno* e o *Clube de Línguas*. Especificamente vocacionados para o básico são os projectos *Atelier de Artes*, *Cantinho da Matemática*, *Biblioteca Escolar*, *Clube do Ambiente*, *Projecto Sócrates/Comenius* e o *Laboratório de Fotografia*.

A escola desenvolve ainda uma série de actividades no âmbito do Desporto Escolar e tem em funcionamento um Projecto que designaram “Observatório Estatístico” que consiste na

existência de grupos de trabalho que analisam diferentes temas e que tentam promover o aperfeiçoamento de todas as estruturas da escola.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

No referente ao 12º ano, os dados relativos à oferta de cursos e respectiva frequência, são os referidos no Quadro 1 e 2, respectivamente para os anos lectivos 2003/2004 e 2004/2005.

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
7º	Ensino Básico	9	204	180	88	24	12
8º	Ensino Básico	7	146	135	92	11	8
9º	Ensino Básico	7	155	141	91	14	9
10º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	86	58	67	28	33
	1º Agrup. C.T.Informática	1	27	18	67	9	33
	3º Agrup. C.T.Serv. Comerc.	1	32	21	66	11	34
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	30	20	67	10	33
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	2	55	42	76	13	24

	1º Agrup. C.T.Informática	1	24	18	75	6	25
	3º Agrup. C.T.Serv. Comerc.	1	17	13	76	4	24
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	22	17	77	5	23
	4º Agrup. C.T. Comunicação	1	12	9	75	3	25
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	2	56	31	56	25	44
	1º Agrup. C.T. Informática	1	24	14	58	10	42
	3º Agrup. C.T.Serv. Comerc.	1	19	11	58	8	42
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	18	10	58	8	44
	4º Agrup. C.T. Comunicação	1	4	2	50	2	50
	Dados Globais	41	931	739	79	192	21

Nota: Dos 121 alunos do 12º ano, 68 (56%) obtiveram aprovação.

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
7º	Ensino Básico	7	162
8º	Ensino Básico	8	162
9º	Ensino Básico	6	125
10º ANO	Curso de Ciências e Tecnologias	2	38
	Curso de Ciências Sociais e Humanas	1	22
	Curso Tecnológico de Informática	1	17
	Curso Tecnológico de Acção Social	1	27
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	60
	1º Agrup. Curso Tecnológico de Informática	1	15
	3º Agrup. C.Tecnol. Serviços Comerciais	1	15
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	16
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	2	57
	1º Agrup. Curso Tecnológico de Informática	1	22
	3º Agrup. C.Tecnol. Serviços Comerciais	1	16

	4º Agrupamento C.C. Geral	1	17
	4º Agrup. C.T. Comunicação	1	9
	TOTAL	38	780

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

O sucesso educativo passa também pelo desenvolvimento de um sistema de avaliação de alunos coerente com os princípios curriculares e baseado em critérios definidos pelo Conselho Pedagógico.

Relativamente aos conhecimentos, capacidades e valores que a escola deve transmitir, os parâmetros globais de avaliação e respectivas percentagens, no ensino secundário, são os seguintes:

1. Dimensão sócio-afectiva – atitudes e valores – 10%

- Assiduidade/pontualidade
- Comportamento/cumprimento de normas
- Atenção/empenho/participação
- Responsabilidade/autonomia
- Tolerância/inter-ajuda
- Apresentação e organização do material necessário

2. Dimensão Cognitiva – Capacidades e Aptidões – 90%

- Domínio funcional da Língua Portuguesa;
- Aquisição e mobilização de conhecimentos
- Intervenção/participação no processo de ensino-aprendizagem
- Auto-regulação da aprendizagem

Os instrumentos de avaliação a utilizar são os seguintes: grelhas de observação, fichas, trabalhos de pesquisa, trabalhos de grupo, testes escritos, trabalho experimental e desempenho

motor. Os factores de ponderação são definidos no início de cada ano lectivo por cada departamento curricular.

Os resultados da avaliação sumativa realizada traduzem-se em classificações positivas nas diversas disciplinas para a maioria dos alunos. Se nos reportarmos à avaliação sumativa do 3º período, no caso dos 112 alunos que frequentaram o 12º ano, verificamos que, das 19 disciplinas curriculares, a percentagem de negativas oscila entre 0% (casos de Educação Física, Biologia, Física, Francês 4/6, Química, Técnicas Laboratoriais de Biologia, Técnicas Laboratoriais de Química, Alemão, IDES e ITI2) e 57% (caso de Francês 1/3). As disciplinas que apresentam níveis negativos atribuídos na avaliação final são Francês 1/3 (57%), Português B (10%), Matemática (32%), e Psicologia (10%).

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

Como forma de dar resposta aos problemas e dificuldades dos alunos que apresentam necessidades educativas individuais, a escola assegura programas educativos individuais, de apoio pedagógico acrescido, de apoio directo com o professor de ensino especial, adaptações curriculares com condições especiais de avaliação. O apoio contempla ainda o desenvolvimento de metodologias diferenciadas e as adaptações materiais, de acordo com a especificidade de cada caso.

Complementarmente, é também desenvolvido um trabalho de articulação com os pais/encarregados de educação e com técnicos especializados nas áreas da Saúde e da Assistência Social, bem como com outras entidades e organismos públicos.

Na linha da filosofia subjacente à criação do “Observatório”, as APA são objecto de um rigoroso processo de controlo / acompanhamento / avaliação graças a um conjunto de instrumentos criados para o efeito: pedido de apoio com referência às dificuldades diagnosticadas (elaborado pelo professor da disciplina e pelo Director de Turma), relatório de assiduidade (elaborado pelo professor de apoio e pelo director de turma), relatório do apoio pedagógico acrescido, com referência aos resultados obtidos, indicando a necessidade de manter ou retirar o(s) apoio(s) frequentado(s) e documento de balanço final, que permite comparar os níveis de classificação obtidos no 1º e 2º períodos, e entre o 2º e o 3º períodos, por parte dos alunos apoiados.

QUADRO 3 – ALUNOS COM APA (Apoio Pedagógico Acrescido)

ANO	Nº de Turmas	Nº Alunos com APA
7º	5	7
8º	7	10
9º	4	8
10º	-	-
11º	-	-
12º	1	1
TOTAL	17	26

Têm apenas um docente a apoiar estes alunos, na medida em que não são situações de deficiência profunda.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

A Associação de Pais/Encarregados de Educação mantém com a escola uma boa relação. Este órgão conta já com 17 anos de existência, cumpridos no passado dia 8 de Outubro. As comemorações levadas a efeito nessa data contaram com a presença da Sr.^a Ministra da Educação. Na ocasião, foram entregues os diplomas aos alunos que concluíram o 12ºano.

As relações que a escola mantém com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia também são bastante positivas. Refira-se como exemplo o “Programa Aventura” que a Câmara Municipal do Montijo desenvolve, destinado aos mais jovens, com o objectivo de promover “hábitos saudáveis”.

Ainda no âmbito dos projectos autárquicos desenvolvidos em colaboração com a escola, merecem também referência o projecto “PISCA – Projecto de Intervenção Social da Carreira e Estevas”, no âmbito do qual a escola fornece, periodicamente, dados relativos aos alunos que vivem nestes bairros à psicóloga responsável.

Existe também uma parceria com a CERCI, que faz o acompanhamento da terapia da fala aos alunos com NEE, além de disponibilizar consultas de pedopsiquiatria aos alunos encaminhados para este tipo de acompanhamento.

No âmbito do Curso Tecnológico de Acção Social, foram celebrados protocolos com o Centro Social de S. Pedro, Santa Casa da Misericórdia e União Mutualista de N.ª Sr.ª da Conceição. Do mesmo modo, a oferta do Curso de Educação e Formação de Jardinagem (nível II) e dos Cursos Tecnológicos de Informática, Administração e Acção Social conduziram à celebração de protocolos com a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e empresas da zona, com o objectivo de organizarem os estágios dos alunos.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados do desempenho dos alunos do 12.º ano nos exames nacionais são percebidos como negativos, francamente “maus”. No entanto, o órgão de gestão refere a existência de um aluno que conseguiu tirar nota 20 no exame de Física.

QUADRO 4

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO					
CURSO	Nº de alunos que iniciaram o 10º Ano 2001/2002	Nº de alunos que ficaram retidos ou abandonaram	Nº de alunos no 12º Ano	Alunos que ingressaram no ensino superior	
				Valores Absolutos	%
1º Agrupamento C.C. Geral	69	27	42	20	31,7
3º Agrupamento C.T. Serv. Com.	28	17	11		
4º Agrupamento C.C. Geral	22	12	10		
TOTAL	119	56	63		

Existem na zona empresas de grandes dimensões – Hipermercados – que absorvem um número elevado de jovens que concluem, ou não, o ensino secundário.

De um modo geral, a comunidade mostra-se preocupada com os resultados do desempenho dos alunos, e também com o facto de poucos ingressarem no ensino superior. Do total de alunos do 12º ano, provavelmente só 20 ou 30 é que pretende candidatar-se ao ensino superior. Na escola, o desenvolvimento dos projectos já referidos – “Vencer o Exame”, “Sala de Apoio” – surgem como resultado da preocupação dos docentes, e como tentativa de inverter a situação.

Os alunos não estão preocupados com os rankings porque têm outro tipo de expectativas. No fundo, estes alunos têm outras preocupações que os condicionam na sua postura enquanto alunos.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

O órgão de gestão percebe o desempenho da escola como globalmente positivo e reconhecido pela comunidade educativa, em particular pelos alunos. A imagem exterior que a escola mantém é boa. A posição ocupada no ranking “não abalou o sentimento de auto estima da escola”. Contam sempre com o apoio da Associação de Pais/Encarregados de Educação, com a qual mantêm um excelente relacionamento.

4. Aspectos positivos/negativos da escola

De um modo geral, o órgão de gestão entende que a qualidade do ensino ministrado é boa, no entanto, é algo que pode melhorar. A assiduidade dos professores e dos alunos é regular e não constitui um problema. As situações de docentes com falta de assiduidade constituem situações pontuais, sem expressividade.

O rigor e a exigência têm vindo a aumentar no referente à definição de critérios de avaliação e sua aplicação. Os valores entre CIF e CE apresentam discrepâncias significativas porque o

desenvolvimento das atitudes e valores tinha um peso de 30% em termos de avaliação, enquanto o desenvolvimento dos conhecimentos, capacidades e competências tinha um peso de 70%. Posteriormente, estes valores passaram para 20% e 80%, até que, no presente ano lectivo, passaram para 10% e 90%, respectivamente.

No que respeita aos recursos físicos da escola, apontam alguns problemas: o sistema eléctrico, a iluminação dos espaços exteriores, o sistema de gás. Apontam também o preço elevado dos contratos de aluguer dos equipamentos de impressão e cópia (750 euros/mês).

O clima relacional entre os diferentes agentes educativos, que fazem parte da comunidade (professores, alunos, funcionários, pais) é bom, como atrás se refere. Com a comunidade envolvente, também existe uma boa relação, de confiança e cooperação, traduzida no estabelecimento de diversas parcerias e protocolos de cooperação.

Os resultados da avaliação interna são francamente satisfatórios. Se nos reportarmos à avaliação sumativa do 3º período, no caso dos 112 alunos que frequentaram o 12º ano em 2003/2004, verificamos que, das 19 disciplinas curriculares, a percentagem de negativas oscila entre 0% (casos de Educação Física, Biologia, Física, Francês 4/6, Química, Técnicas Laboratoriais de Biologia, Técnicas Laboratoriais de Química, Alemão, IDES e ITI2) e 57% (caso de Francês 1/3). As disciplinas que apresentam níveis negativos atribuídos na avaliação final são Francês 1/3 (57%), Português B (10%), Matemática (32%), Psicologia (10%).

5. Opinião sobre os rankings

Os alunos gostam muito da escola, pelo que a importância atribuída à publicação dos rankings é muito relativa, uma vez que conhecem as razões que podem conduzir à atribuição de uma boa, ou má, classificação. Valorizam muito o que fazem na escola, a nível interno, embora manifestem alguma preocupação. Os pais/encarregados de educação aceitam perfeitamente os resultados porque conhecem a realidade da zona (essencialmente fabril).

O conselho executivo manifesta uma clara consciência da evolução dos resultados dos rankings publicados, mas entende que tal posição é indiferente. Por exemplo, no ano anterior, posicionaram-se a meio da tabela.

No caso das disciplinas sujeitas a exame nacional – Matemática, Português A, Português B, Psicologia, Biologia, Química, Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social, História e Física – os resultados obtidos são percebidos como francamente negativos. A média da

classificação externa varia entre 50,15 (Matemática) e 116,63 (Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social), com resultado médio global de 81,22. A diferença entre classificação interna e externa varia entre 1,37 (Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social) e -74,41 (Química), com resultado médio global de 41,77. A percentagem de reprovações oscila entre 0% (Português A) e 47% (Matemática), com resultado médio de 19%. As disciplinas com maior percentagem de reprovações são Matemática (47%) e Biologia (43%). As disciplinas de Física e Química vêm a seguir, com percentagens inferiores a 30% (28 e 29%, respectivamente).

Estas matérias irão certamente ser objecto de análise pelas equipas que integram o “Observatório”, uma vez que merecem alguma reflexão.

Os resultados dos rankings divulgados na imprensa não têm nenhum efeito negativo na procura, antes pelo contrário. No presente ano, aumentou o número de alunos que procurou a escola para obter vaga num Curso Tecnológico.

6. Predisposição para a mudança

O órgão de gestão entende que a definição de medidas, a sua implementação e a definição de prioridades só serão possíveis após o trabalho a desenvolver pelo “Observatório”. Referem que as medidas a adoptar não podem passar pelo aumento das cargas horárias, uma vez que estas não suscitam a adesão dos alunos (já utilizam os tempos supervenientes para dotar as quase todas as disciplinas de um “substancial” reforço). No referente a apoios a disponibilizar, sempre que é necessário, o conselho executivo disponibiliza horas do crédito global. Consideram que será importante questionar os conselhos de turma sobre as medidas que consideram importantes e prioritárias de forma a alterar os resultados negativos da avaliação (cada turma pode exigir uma solução diferenciada)

Entendem que seria importante garantir mais estabilidade na educação, uma vez que as escolas não aguentam o desgaste das mudanças impostas com excessiva frequência. A auto-estima das escolas passa muito pela valorização da educação. Existem algumas circunstâncias que geram sentimentos e reacções sociais negativos. Até os próprios alunos desrespeitam a profissão docente porque raciocinam do seguinte modo “para quê estudar se, no sector imobiliário, posso ganhar o que quero?”. Começa a verificar-se, embora não de uma forma generalizada o fenómeno da xenofobia, alimentada em relação aos imigrantes de leste. Depois existe o fenómeno da xenofobia, alimentada em relação aos imigrantes de leste. Estes são portadores de uma formação e, quando se instalam na zona, rapidamente atingem lugares de

chefia, o que provoca sentimentos de revolta. Os alunos provenientes dos países de leste também conseguem atingir, ao fim de pouco tempo, muito bons resultados escolares, provocando o mesmo tipo de sentimentos em alguns dos alunos provenientes das populações locais.

S5 – ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTE D. PEDRO – ALVERCA

Data: 21.01.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária Infante D. Pedro – Gabinete do Conselho Executivo

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.9. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O Presidente do Conselho Executivo encontra-se a iniciar o seu mandato (primeiro ano). No ano anterior, estiveram em funções como Comissão Provisória.

1.10. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O Conselho Executivo entende que, quando a equipa se assumiu como órgão de gestão, teve de enfrentar um período muito difícil, pois não tinham experiência nem antecedentes. Valeu-lhes o apoio de outros docentes mais experientes, designadamente os anteriores membros do Conselho Executivo. No ano passado, a lista de nomes para integrar a Comissão Instaladora foi a votos, tendo obtido 80% de votos a favor. Mais tarde, quando foram eleitos para os cargos, essa percentagem foi de 87%, que consideram bastante expressiva, constituindo um bom indicador do seu desempenho.

A escola já tem, neste momento, constituída uma Associação de Pais/Encarregados de Educação, que consideram uma “aquisição” sua, já que no ano anterior ela ainda não tinha sido criada. A APEE tem-se mostrado bastante activa, além de colaborar bastante na resolução dos problemas e das necessidades que o estabelecimento apresenta.

No que se refere aos alunos, deve sublinhar-se que, na sua maioria, os jovens que frequentam o estabelecimento estão mais orientados para escolher os cursos tecnológicos do Ensino Secundário. A escola ao lado apresenta uma oferta de cursos mais orientados para o prosseguimento de estudos. O Presidente do Conselho Executivo conhece “praticamente” todos os seus alunos, pois a escola, além de ser pequena, só oferece o ensino secundário.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio (pedir documentos)

O projecto educativo encontra-se actualmente em reformulação. A reformulação encontra-se em curso desde o ano 2002/2003, mas ficou suspensa, uma vez que se colocava a hipótese de encerramento da escola. A escola conta finalizar a revisão do projecto ainda no decurso deste ano, tornando-o mais eficaz e adequado às necessidades da comunidade educativa. Neste momento, a informação de que dispõem ainda não se encontra sistematizada.

No entanto, numa lógica de continuidade com o anterior projecto educativo, ter-se-á em conta a situação da escola, localizada numa área de forte implantação industrial e com uma população geralmente desenraizada dos seus locais de origem e das suas tradições culturais, leva a que este projecto se proponha agir numa vertente ligada à consciencialização ecológica e cívica, que possa unir interesses de uma comunidade escolar heterogénea, como é a desta escola, e ir ao encontro de uma das tarefas mais importantes do homem actual. Deverá, portanto, promover-se a transmissão eficaz de informação e ideias de índole ecológica, bem como o desenvolvimento de práticas que sejam a concretização dessas ideias, partindo do princípio de que pequenas iniciativas podem vir a modificar atitudes.

A promoção da educação cívica deverá ser outra área de acção da escola, estimulando a participação responsável de todos.

Atendendo à diversidade geográfico-cultural da qual os alunos provêm, propõe-se a realização de acções que visem maior intercâmbio entre eles, principalmente porque muitos são oriundos de países africanos com língua oficial portuguesa e esse intercâmbio, sempre enriquecedor, permitiria o melhor conhecimento de realidades distantes da portuguesa.

Tendo em conta o número de alunos que temos e a oferta curricular da escola, pode dizer-se que esta é diversificada e que lhes permite ter hipóteses razoáveis de escolha. Os estágios que a escola oferece no âmbito dos cursos tecnológicos permitem ir ao encontro dos interesses dos alunos, de modo a proporcionar uma entrada mais fácil na vida activa a todos aqueles que o desejarem.

Tendo em atenção o insucesso escolar que se tem verificado no 10º ano, a exemplo do que acontece no geral das escolas do país, pensamos que deve continuar a reflexão que, nos últimos anos, se tem feito na escola sobre esta questão, continuando com o desenvolvimento de acções que visam esta abordagem.

As actividades de complemento curricular são, regra geral, do agrado e interesse dos alunos, tendo-se já realizado através da escola visitas de estudo a locais onde dificilmente poderiam ir de outra maneira. Por outro lado, assim estaríamos em consonância com o gosto do Infante pelas viagens, que o levaram a deslocar-se bastante, numa época em que isso era muito difícil, além de que se fomentaria uma visão mais viva dos fenómenos que constituem o objecto dos conhecimentos escolares e que, por vezes, estão de tal maneira desligados das coisas a que dizem respeito que parecem não ser uma e a mesma realidade. Assim, propõem-se que o Plano de Actividades da Escola tenha em conta a pouca possibilidade que muitos alunos têm, fora do âmbito escolar, de ter acesso a realizações de ordem cultural.

Tendo em conta que, para muito do pessoal da escola, se torna por vezes difícil a deslocação para frequentar acções de formação, propõe-se o fomento de acções a nível da escola, podendo para isso auscultar-se quais os interesses dos visados.

Sabendo-se da situação de precariedade da escola, é difícil pensarmos na sua remodelação, tendo que nos sujeitar a simplesmente mantê-la de pé. No entanto, propõe-se que se continue a tendência para melhorar e embelezar. Quanto ao bufete, (uma vez que não existe refeitório) propõe-se que, dentro de limitadíssimas condições, continue a melhorar a oferta alimentar, procurando oferecer maior diversidade de escolha, com alimentos o mais possível correctos do ponto de vista alimentar.

De modo a pôr em prática as linhas orientadoras do projecto, que se prevê vigorar por três anos, propõem-se os seguintes objectivos:

- dar continuidade a projectos que sejam do interesse dos alunos, nomeadamente que promovam viagens a outros pontos do país e estrangeiro, promovendo o contacto com outras realidades;
- incrementar a formação contínua de professores e de pessoal não docente nas instalações da escola;
- prosseguir com a preocupação de dar apoio diversificado aos alunos, nomeadamente com a continuação do projecto “Aprender a Aprender”, como dinamizador do apoio a alunos e como promotor de formação para professores, particularmente directores de turma;
- estabelecer uma relação mais directa com organizações que possam facilitar os estágios dos alunos, contribuindo também para uma melhor colaboração escola-meio;

- alertar a comunidade escolar para a problemática do Ambiente e promover a consciência cívica;
- estreitar os laços entre a comunidade escolar e os países africanos de língua oficial portuguesa;
- solicitar a intervenção da autarquia, no sentido de manter cuidados os espaços abertos da escola;
- continuar a proporcionar à comunidade escolar o contacto com novas tecnologias de informação.

No que respeita à avaliação, no final de cada ano lectivo, deverá a Assembleia de Escola fazer o balanço das actividades realizadas, e decidir quais as práticas que se devem manter e quais as mudanças a introduzir, devendo ser pedida a colaboração do Conselho Pedagógico e outros órgãos da escola para alterações que possam enriquecer este projecto.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, do seguinte modo:

5. Departamentos Curriculares

Os Departamentos Curriculares são estruturas que, a nível intermédio da gestão escolar, desempenham funções específicas no que se refere à articulação curricular e à coordenação pedagógica dos grupos disciplinares. Nos Departamentos Curriculares encontram-se representados os agrupamentos de disciplinas e áreas disciplinares, de acordo com os cursos leccionados e as dinâmicas a desenvolver pela escola. As reuniões desta estrutura ocorrem, ordinariamente, uma vez por mês. O Coordenador de cada Departamento realiza as tarefas de coordenação.

Os Departamentos Curriculares existentes são os seguintes:

- a) *Matemática*

- b) *Física e Química*
- c) *Artes Plásticas / Expressão Dramática*
- d) *Contabilidade e Administração*
- e) *Economia*
- f) *Português e Latim*
- g) *Francês*
- h) *Inglês e Alemão*
- i) *História*
- j) *Filosofia*
- k) *Geografia*
- l) *Informática*
- m) *Educação Física*

6. Conselho de Directores de Turma

O Conselho de Directores de Turma é uma estrutura que, a nível intermédio de gestão escolar, desempenha funções específicas, no âmbito da organização das actividades das turmas e da coordenação pedagógica dos cursos do Ensino Secundário. Os Conselhos de Directores de Turma são compostos por todos os Directores de Turma. Esta estrutura reúne, ordinariamente, antes das reuniões de avaliação de cada período e, extraordinariamente, quando o Coordenador dos Directores de Turma entender necessário, por solicitação do Conselho Executivo, ou da maioria dos Directores de Turma

7. Conselhos de Turma

Os Conselhos de Turma são estruturas que, a nível intermédio da gestão escolar, desempenham funções específicas, no que se refere à organização, acompanhamento e avaliação das actividades das turmas. A coordenação das actividades das turmas é realizada pelo Director de Turma.

Consideram-se reuniões ordinárias do Conselho de Turma as reuniões de avaliação a realizar no final de cada período lectivo. Estas reuniões são convocadas pelo Conselho Executivo.

As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Conselho Executivo (por sua iniciativa, do Director de Turma ou dos professores titulares da turma), pelo Director de

Turma (no caso em que os delegados ou os subdelegados o solicitarem) ou pelo Conselho Pedagógico (no caso dos Conselhos de Turma Intercalares).

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

A ES Infante D. Pedro funciona em dois turnos: manhã e tarde. A primeira aula da manhã tem início às 8:15; a primeira aula da tarde tem início às 13:25.

Para além dos critérios legalmente definidos, a escola tem como preocupação estabelecer critérios de continuidade pedagógica e de organizar a mancha horária dos alunos com manhãs, ou tardes, livres.

Existe uma ficha fornecida por cada Departamento Curricular para ajudar na elaboração dos horários.

- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes)*

A escola faz alguma reflexão sobre os resultados da avaliação dos alunos. É feito o tratamento estatístico das classificações de final de período, o qual é objecto de análise a nível das diversas estruturas educativas.

No que concerne à adopção de medidas que visem o combate ao insucesso escolar, cada Departamento elabora as suas propostas que são reflectidas e discutidas no Conselho Pedagógico. Caso existam condições para serem implementadas, elas avançam, na expectativa de obter os melhores resultados! Só que alguns alunos aproveitam estas medidas, outros não se interessam, ou não conseguem.

Como exemplos de medidas que a escola tem desenvolvido com o objectivo de promover o sucesso dos alunos podem referir-se:

- *Projecto “Aprender a Aprender”*: este projecto é desenvolvido por cada Director de Turma do 10º ano, graças a mais uma hora que lhe é atribuída – a 3ª hora do DT – destinada a criar um espaço de acompanhamento individual aos seus alunos, sobretudo ao nível do desenvolvimento de métodos de estudo;

- *Projecto “À conquista da Matemática”*: este projecto é desenvolvido com recurso ao tempo superveniente dos professores (tempos sobrantes) e a algumas horas de crédito global. Deste modo, são constituídos grupos de professores que estão disponíveis para apoiar os alunos, numa determinada sala, a determinadas horas;
- *Projecto “Programa de Pré-Requisitos”*: este programa foi criado especificamente na disciplina de Inglês, e destina-se a alunos que revelam alguma falta de pré-requisitos na mesma;
- *Projecto Bolsa de Recursos na Biblioteca*: este projecto funciona com recurso a professores com horas de redução (uma ou duas) e a professores com horários zero, numa lógica de optimização dos recursos. Estes docentes estão disponíveis na Biblioteca para dar “explicações” aos seus próprios alunos. Nesta conformidade, foi elaborado e divulgado o calendário para realizar as sessões de atendimento aos alunos;
- *Projecto “Jovens Repórteres para o Ambiente – Concurso Nacional*: este projecto é dinamizado por um grupo de cerca de 20 alunos. Estes estão ligados a um jornal local que disponibiliza, uma vez por mês, uma das suas páginas para publicar as notícias por eles recolhidas.

A escola dinamiza ainda outras actividades como o núcleo de Teatro “Os Infantes”, que é coordenado por um professor e conta com o apoio de outro, ou outros, e com um grupo de alunos voluntários (C. T. Animação Social) que todos os anos representam uma, ou mais, peças de teatro para a comunidade escolar e participam em programas da responsabilidade da C.M. Vila Franca de Xira, ou de outros organismos. Existe também o núcleo de Desporto Escolar, orientado pelo grupo de professores de Educação Física, que promove várias actividades.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de Serviço de Psicologia e Orientação, que partilha com outros dois estabelecimentos. Faz o acompanhamento pontual de casos, sempre que é solicitado para tal. O acompanhamento que desenvolve é realizado mais ao nível do 12º ano, com vista a orientar as saídas profissionais ou o prosseguimento de estudos.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

No que se refere aos alunos, deve sublinhar-se que, na sua maioria, os jovens que frequentam o estabelecimento estão mais orientados para escolher os cursos tecnológicos do Ensino Secundário. Ora, sabemos que os alunos que enveredam por esta via são os que apresentam os níveis mais baixos de desempenho escolar. Alguns alunos apresentam a expectativa de ingressar no Ensino Superior, mas são em número muito reduzido. Normalmente, estes alunos começam logo no 10º ano a trabalhar com esse objectivo. Na esmagadora maioria, os alunos ingressam na escola apenas para concluir o Ensino Secundário. Destes, um número diminuto ainda tenta a entrada no ensino superior, uma vez que “como o não é mais que certo, vão tentar procurar um sim”. Claro que muitos não conseguem concluir com sucesso esta etapa. Os professores tentam preparar os seus alunos o melhor que podem, e sabem, mas atendendo às suas características, a tarefa acaba por se revelar muito complexa. Acresce ainda o facto de algumas turmas do 12º ano, em certas disciplinas integrarem um elevado número de alunos. Exemplos: História e Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social, em ambos os casos com 29 alunos.

Deve salientar-se que a escola é muito procurada pelos Cursos Tecnológicos porque como desenvolve componentes de estágio no 12º ano, grande parte dos alunos acaba por ser “absorvida” pelos locais onde trabalhou durante o estágio.

(os projectos desenvolvidos encontram-se referidos no ponto “medidas de promoção do sucesso escolar”)

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

No ano lectivo 2003/2004, a oferta de cursos e a organização das turmas é que consta do Quadro nº 1.

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
10º ANO	Curso Tecnológico de Informática	2	44	34	77	10	23
	Curso Tecnológico de Artes e Ofícios	1	19	16	84	3	16
	Curso Tecnológico de Administração	1	32	25	78	7	22
	Curso Tecnológico de Animação Social	2	53	47	89	6	11
11º ANO	Curso Tecnológico de Informática	2	35	22	63	13	37
	Curso Tecnológico de Artes e Ofícios	1	14	13	93	1	7
	Curso Tecnológico de Administração	1	16	14	88	2	12
	Curso Tecnológico de Animação Social	2	59	54	92	5	8
12º ANO	Curso Tecnológico de Informática	1	20	12	60	8	40
	Curso Tecnológico de Artes e Ofícios	1	9	2	22	7	78

	Curso Tecnológico de Administração	1	18	12	67	6	33
	Curso Tecnológico de Animação Social	2	36	19	53	17	47
	Dados Globais	17	355	270	76	85	24

Nota: Dos 83 alunos do 12º ano, 45 (54%) obtiveram aprovação.

No ano lectivo em curso, a oferta de cursos e a organização das turmas é que consta do Quadro nº 2.

QUADRO 2 – Rede Escolar 2004/2005

10º ANO		
Cursos	Turmas	Nº Alunos
Curso Científico-Humanístico de Artes Visuais	10ºA	21
Curso Tecnológico de Informática	10ºB	22
Curso Tecnológico de Informática	10ºC	27
Curso Tecnológico Design e Equipamento	10ºD	14
Curso Tecnológico de Acção Social	10ºE	24
Curso Tecnológico de Acção Social	10ºF	23
Curso Tecnológico de Acção Social	10ºG	29

SUB-TOTAL:	7	160
11º ANO		
Curso Tecnológico de Informática	11ºA	18
Curso Tecnológico de Informática	11ºB	18
Curso Tecnológico de Artes e Ofícios	11ºC	11
Curso Tecnológico de Administração	11ºD	15
Curso Tecnológico de Animação	11ºE	25
Curso Tecnológico de Animação	11ºF	19
SUB-TOTAL:	6	106
12º ANO		
Curso Tecnológico de Informática	12ºA	37
Curso Tecnológico de Artes e Ofícios	12ºB	19
Curso Tecnológico de Administração	12ºC	28
Curso Tecnológico de Animação	12ºD	31
Curso Tecnológico de Animação	12ºE	30
SUB-TOTAL:	5	145
TOTAL:	18	411

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

Em consonância com o DN nº338/93, de 21 de Outubro, em termos de avaliação, foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

- no domínio cognitivo: conhecimento, memorização, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação;
- no domínio afectivo: assiduidade e pontualidade; sentido crítico; trabalho individual e em equipa; capacidade de intervir oportunamente; posse do material necessário; realcionamento interpessoal; abertura de espírito, tolerância e respeito pela diferença;
- no domínio psicomotor: habilidade motora; coordenação motora; rapidez e fluência de movimentos; coordenação de movimentos.

Os diferentes elementos de avaliação deverão assentar em: fichas de avaliação sumativa, fichas individuais de trabalho, trabalhos individuais ou em grupo, intervenções orais do aluno, participação do aluno em projectos (área-escola⁹, trabalhos realizados no campo psicomotor, entre outros.

No referente aos critérios de avaliação definidos, eles são os que seguidamente se referem:

1. Português

- a) Domínio Cognitivo – 90%
 - Testes (80%)
 - Participação oral; participação escrita; trabalhos de casa (10%)
- b) Domínio sócio-afectivo – 10%
 - assiduidade/pontualidade
 - material solicitado
 - comportamento
 - realização das tarefas propostas
 - área-escola

2. Matemática e Métodos Quantitativos

- a) Domínio cognitivo – 92%
 - Testes (70%)

- Outros (12%)
- Participação Oral (10%)
- b) Domínio afectivo e psico-motor – 8%

3. *Geografia*

- a) Conhecimentos/capacidades – 95%
 - Testes de avaliação sumativa (75%)
 - Trabalhos individuais/grupo (20%)
- b) Atitudes e comportamentos – 5%
 - Sentido de responsabilidade
 - Tolerância e cooperação
 - Participação/empenho revelado nas tarefas propostas
 - Autonomia e espírito de iniciativa

4. *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*

- a) Conhecimentos/capacidades – 95%
 - Testes de avaliação sumativa (80%)
 - Trabalhos individuais/grupo (15%)
- b) Atitudes e comportamentos – 5%
 - Sentido de responsabilidade
 - Tolerância e cooperação
 - Participação/empenho revelado nas tarefas propostas
 - Autonomia e espírito de iniciativa

5. *Informática*

- a) Domínio cognitivo – 90%
 - Testes + trabalhos práticos (85%)
 - Participação oral (5%)
- b) Domínio Afectivo – 7%
 - Sentido de responsabilidade
 - Cooperação
 - Empenho nas actividades
 - Assiduidade
 - Pontualidade

- c) Domínio psicomotor – 3%
- Utilização adequada do material requerido

6. Inglês

- a) Domínio cognitivo – 75%
- Competências: ler/ouvir; escrever/falar (25%)
- Testes (50%)
- b) Domínio Afectivo – 25%
- Assiduidade/pontualidade (2,5%)
- Empenhamento (5%)
- Autonomia/investigação/área-escola/TPC (7,5%)
- Comportamento (5%)
- Material (5%)

7. Francês

- a) Domínio cognitivo – 90%
- Testes (80%)
- Participação oral + participação escrita + trabalhos de casa + área-escola (10%)
- b) Domínio Sócio-Afectivo – 10%
- Assiduidade/pontualidade
- Realização das tarefas propostas
- Comportamento
- Material solicitado

8. Física e Química

- Testes e fichas de avaliação sumativa/trabalhos experimentais/relatórios – 85%
- TPC/participação nas aulas/comportamento/material solicitado – 10%
- Área-Escola – 5%

9. História e História da Arte

- Testes – 50%
- Trabalhos individuais e de grupo – 20%
- Intervenções orais / debates – 20%
- Atitudes / hábitos de responsabilidade / interesse (10%)

(incluindo a área-escola, que se integra nos itens 2, 3 e 4, de acordo com a natureza dos projectos)

10. Tecnologias de Animação

- Testes sumativos – 50%
- Trabalhos – 35% (individuais, em grupo, teóricos, práticos, área-escola)
- Participação – 15% (assiduidade, pontualidade, atitudes)

11. Introdução à Filosofia

- Testes sumativos – 70%
- Trabalhos – 20% (individuais, em grupo, casa, investigação, área-escola)
- Participação – 10% (assiduidade, pontualidade, interesse, motivação)

12. Educação Física

- a) Domínio Psicomotor – 50%
- b) Domínio Cognitivo – 15%
- c) Domínio Sócio-Afectivo – 35%
- Assiduidade (15%)
- Pontualidade (10%)
- Empenhamento (5%)
- Comportamento (5%)

13. Economia

- Fichas de avaliação sumativa e trabalhos escritos – 80%
(trabalhos individuais ou em grupo, área-escola)
- Qualidade de participação – 12,5%
(sentido crítico, utilização da língua, domínio das capacidades, posse de material)
- Relacionamento interpessoal – 7,5%
(abertura de espírito, tolerância, solidariedade, respeito)

14. Tecnologias

- a) Domínio cognitivo – 80%
- testes de avaliação sumativos

- trabalhos individuais ou em grupo
- fichas formativas
- participação/intervenção oral
- outros

b) Domínio sócio-afectivo – 20%

(sentido crítico, utilização da língua, domínio das capacidades, posse de material)

14. Trabalhos de Aplicação

a) Domínio cognitivo – 70%

- testes de avaliação sumativos
- trabalhos individuais ou em grupo
- fichas formativas
- participação/intervenção oral
- outros

b) Domínio sócio-afectivo – 20%

c) Domínio psicomotor – 10%

15. Desenho e Geometria Descritiva A

- Testes sumativos – 75%
- Resolução de fichas de aplicação – 10%
- Resolução de TPC – 10%
- Actividades da Área-Escola – 5%

16. Teoria da Arte e do Design

- Testes sumativos – 35%
- Trabalhos individuais de aplicação – 35%
- Trabalhos de pesquisa / relatórios – 10%
- Capacidades do domínio afectivo – 15%
- Actividades da Área-Escola – 5%

17. Oficina da Arte, Tecnologias da Arte

- Trabalhos práticos realizados na aula – 60%
- Trabalhos de pesquisa, relatórios, testes sumativos – 15%

- Capacidades do domínio afectivo – 15%
- Actividades da Área-Escola – 10%

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A escola não disponibiliza apoios educativos aos alunos.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

O Conselho Executivo refere o papel por si desempenhado na constituição da APEE, numa tentativa de reforçar o envolvimento dos pais na escola.

Com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal, também mantêm boas relações. A Junta de Freguesia participa bastante, apoiando actividades e projectos que visem a manutenção dos espaços; a Câmara Municipal dinamiza anualmente o chamado “Fórum das Escolas”, no qual a escola também participa.

As boas relações que a escola mantém com a comunidade também se traduzem na elaboração de diversos protocolos com empresas e instituições locais, com vista à organização dos estágios dos alunos que frequentam o 12º ano dos Cursos Tecnológicos.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, a comunidade percebe os resultados escolares obtidos nos exames nacionais como francamente negativos. Para utilizar as palavras do Presidente do CE, “os resultados que conseguem são maus”. No entanto, por exemplo os pais, não se mostram nada preocupados com este facto. Quanto aos alunos, ficam “decepcionados”, “desagrados”, mas acabam por relativizar porque as suas expectativas são mais orientadas para a conclusão de um curso tecnológico. Inclusivamente, não se manifesta nenhum espírito de competitividade, com vista à obtenção de “boas notas”. Como já atrás foi referido, na maior parte dos casos, os alunos ingressam na escola sem expectativas de ingressar no ensino superior. Existem casos de alunos que pretendem ingressar naquele patamar de ensino, mas são excepções.

Os resultados do concurso de acesso ao ensino superior 2004 são os que constam do Quadro 3.

QUADRO 3

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase	Opção média de colocação
152	109	23	20	1,55
	72%	21%	87%	

Como se pode verificar, apenas 23 alunos do total de 152 inscritos para exame (15%) apresentaram candidatura ao ensino superior. Daqueles, 20 (87%) conseguiu obter colocação.

Os alunos que não tentam, ou não conseguem, o ingresso no ensino superior acabam por permanecer nos locais onde realizaram o estágio, que lhes oferecem oportunidades de emprego. Com efeito, a empregabilidade destes alunos tem sido muito boa, o que acaba por se tornar num atractivo para procurar estes cursos. Os jovens procuram o estabelecimento porque sabem que os cursos que oferece vão proporcionar oportunidades de emprego.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

O trabalho que a escola tem desenvolvido tem sempre como objectivo, primeiro e último, apoiar os alunos, integrá-los, quase “andar com eles ao colo”. A este propósito, convém recordar que a escola é de pequenas dimensões, os alunos e os professores conhecem-se bem, portanto, existe um clima de grande proximidade. O próprio Presidente do Conselho Executivo afirma conhecer “praticamente” todos os alunos.

Os alunos gostam muito da escola e dos docentes. Não se manifestam problemas disciplinares, apesar de muitos alunos serem provenientes da Escola Básica 2,3 de Vialonga, estabelecimento que serve uma população escolar oriunda de estratos sociais desfavorecidos. Com efeito, muitos alunos provêm de famílias que imigraram dos PALOP. São famílias

alargadas, com muitas carências, o que os leva a assumir muitas responsabilidades e não estar 100% disponíveis para estudar.

4. Aspectos positivos/negativos da escola

O Conselho Executivo defende que o ensino ministrado pela escola é de qualidade. Tendo em atenção o contexto social dos mesmos, e os objectivos a atingir, só pode retirar essa conclusão. Nota-se que os professores fazem um grande “esforço” de adaptação aos alunos, organizando processos de ensino-aprendizagem que consigam captá-los para o estudo das matérias.

Não se manifestam problemas de exclusão por faltas ou de abandono escolar, embora, pontualmente, possa surgir um ou outro caso. Também não se registam problemas de assiduidade por parte do corpo docente, pelo que este aspecto não pode ser apontado para o insucesso nos exames nacionais.

A avaliação dos alunos recorre a critérios bem definidos, mas a sua aplicação pode ser mais adaptável, a fim de poder valorizar outras aprendizagens adquiridas pelos alunos. No fundo, as características dos alunos, o seu perfil de desempenho, podem levar os docentes “a baixar a fasquia” da avaliação, para que os mesmos não sejam prejudicados.

No referente aos equipamentos e instalações, o órgão de gestão deixa um apelo “precisam de uma escola nova”, no caso de o estabelecimento de ensino se manter como tal. A escola, efectivamente, apresenta muito más condições físicas. Alguns problemas têm sido resolvidos no âmbito dos projectos desenvolvidos na “Área-Escola” (professores, alunos e funcionários têm feito alguns arranjos nos telhados, pinturas, etc.). Na sua origem, o edifício foi cedido a partir das instalações da OGMA, logo após 1974. No entanto, apesar das condições existentes não serem particularmente estimulantes para as actividades de ensinar e aprender, o conselho executivo afirma não existir qualquer relação entre a degradação dos espaços físicos e os baixos níveis de desempenho conseguidos nos exames nacionais.

Quanto ao clima relacional, todas as referências vão no sentido de este ser bastante positivo e muito favorável a um bom ambiente escolar.

Tendo em atenção os critérios definidos, os resultados da avaliação sumativa realizada traduzem-se em classificações positivas nas diversas disciplinas para a maioria dos alunos.

Tal facto é particularmente evidente se nos ativermos aos resultados das classificações atribuídas no 3º período no ano lectivo anterior. Com efeito, no que respeita à turma do 12º A as classificações negativas atribuídas pelas diferentes disciplinas oscilaram entre 0% (Francês, Educação Física,) e 20% do total (Matemática); na turma 12ºB, estes valores oscilam entre 0% (Francês, Educação Física, Matemática, HAR4,) e 67% (DGD-A); na turma 12ºC, as classificações negativas cifram-se entre 0% (Francês, Matemática) e 35% (Português,); na turma 12ºD, as percentagens variam entre 0% (Educação Física) e 35% (Português). A média de classificações negativas é de 11,6%. Nos casos das disciplinas em que foram atribuídos níveis negativos, a percentagem destes é sempre inferior a 40%, com excepção do caso de DGD-A (12ºB), em que o número de alunos é de apenas 6, logo, a situação é estatisticamente irrelevante.

Estes resultados estão em contradição com as classificações obtidas pelos alunos nas provas de exame nacional, o que aponta para a necessidade premente de uma reflexão profunda sobre critérios e formas de avaliação.

QUADRO 4

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO						
Nº de alunos que ingressaram no 10º Ano (1ª vez)	Média de ingresso Valores absolutos			Média de ingresso Valores percentuais		
	3	4	5	3	4	5
78	66	11	1	85	14	1

5. Opinião sobre os rankings

A importância atribuída aos rankings publicados nos órgãos de comunicação social é muito relativa. Segundo a opinião do presidente do órgão de gestão “o ranking é uma foto daquilo que é a escola”, portanto, é uma certa “imagem pública” que a escola dá de si mesma. Quando os resultados são publicados, desencadeia-se uma série de sentimentos desagradáveis. Não é fácil para a escola constatar que aparece sempre no fim da lista. No entanto, existe a

consciência clara de que a escola necessita de ser analisada internamente, e não apenas externamente. Esta consciência acaba por exercer um efeito tranquilizador.

Seria importante a opinião pública tomar conhecimento de outras realidades. Por exemplo, qual é a realidade desta escola? Que alunos a frequentam? Quais as expectativas que apresentam relativamente ao futuro? Claro que, muitas vezes, as pessoas comentam os resultados dos rankings, mas acabam por reconhecer que a publicação destas classificações é injusta, porque não traduz a realidade da escola tal como ela é.

A diferença entre a CIF e a CE pode assumir uma dimensão preocupante, dependendo do professor que lecciona a disciplina. No caso das disciplinas sujeitas a exame nacional – Matemática, Português B, Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social, História, Física e Desenho e Geometria Descritiva A - os resultados obtidos são percebidos como francamente negativos. A média da classificação externa varia entre 90,29 (Matemática) e 57,80 (Desenho e Geometria Descritiva A), com resultado médio global de 73,16. A diferença entre classificação interna e externa varia entre – 62,20 (Desenho e Geometria Descritiva A) e –26,81 (Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social), com resultado médio global de -45,22. A percentagem de reprovações oscila entre 9% (Matemática) e 40% (Desenho e Geometria Descritiva A), com resultado médio de 26%. As disciplinas com maior percentagem de reprovações são Desenho e Geometria Descritiva (40%), Física (36%) e Português B (31%). As disciplinas de Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social e Matemática apresentam as taxas de reprovação mais baixas, com percentagens inferiores de 11% e 9%.

Como afirma o presidente do conselho executivo “os alunos são levados a exame para concluírem o ensino secundário; caso estes alunos frequentassem outra escola, certamente os professores não os levariam a exame”. Os rankings só são válidos como instrumento de análise externa. Os seus resultados não interferem com a vida da escola, com a sua auto-estima ou com a sua cultura. Também não se reflectem na procura de matrículas. Relativamente ao ano passado, a escola foi ainda mais procurada pelos alunos (passaram de 6 turmas para 7 turmas, no 12º ano).

6. Predisposição para a mudança

O órgão de gestão entende que uma das medidas a adoptar poderia ser a diminuição do número de alunos por turma. Entende que é “completamente irrazoável” juntar 28, 29 ou 30

alunos numa mesma turma, tendo em atenção que a gestão do processo de ensino-aprendizagem tem de ser centrada nos conteúdos, uma vez que é sobre estes que vai incidir a avaliação externa. A turma já foi desdobrada na disciplina de Física. No caso da Matemática, não há desdobramentos porque o número de alunos é inferior. No que se refere ao reforço curricular, as horas já estão todas distribuídas.

O desenvolvimento de medidas que visem combater o mau desempenho nos exames nacionais não pode passar pela atribuição de mais horas, uma vez que os professores já têm os horários completos e os alunos já se encontram também sobrecarregados.

Para além disso, como já foi dito anteriormente, a escola já está a implementar uma série de medidas de apoio que visam o sucesso escolar e em particular o sucesso nos exames do 12º ano. Exemplos dessas medidas são os projectos “À Conquista da Matemática”, o projecto “Bolsa de Recursos na Biblioteca”, entre outros.

Uma medida que consideram crucial para poderem planificar o seu projecto educativo é a clarificação da situação futura da escola: no próximo ano, a escola irá manter-se em funcionamento?

S6 – ESCOLA SECUNDÁRIA/3 LIMA DE FREITAS - SETÚBAL

Data: 16.02.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária/3 Lima de Freitas – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.11. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

A presidente do Conselho Executivo encontra-se no exercício de funções, neste estabelecimento, há cerca de 10 anos.

1.12. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O órgão de gestão sente que a escola tem vindo a melhorar o seu desempenho, apesar embora os resultados do último ranking. Para este facto, tem contribuído a entrada na escola de alunos provenientes de estratos sociais mais elevados, consequência da construção de bairros onde não vivem só pescadores. Antigamente, quando a escola abriu há 12 anos atrás, a escola era frequentada quase exclusivamente por filhos de pescadores.

Existe, por parte da comunidade educativa, o reconhecimento do trabalho feito pelo Conselho Executivo, “a 100%”, tanto da parte dos alunos como da parte dos encarregados de educação. Os funcionários prestam-lhe um “apoio incondicional”. Da parte dos professores, basta dizer que da última vez que foram a votos conseguiram o apoio de 70% destes, resultado que considera bastante expressivo. Refere, no entanto, haver um núcleo de professores, minoritário caracterizado por “ser sempre do contra”.

Mas a maior prova de reconhecimento do trabalho surge na época do Natal, ocasião em que a escola organiza o jantar de Natal, confeccionado pela presidente do Conselho Executivo. No último ano participaram no evento cerca de 120 pessoas, professores, funcionários, entre outros elementos da comunidade educativa.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

Actualmente, o projecto educativo encontra-se em reformulação, tendo sido constituída uma secção do Conselho Pedagógico para trabalhar exclusivamente nesta matéria. O trabalho deverá ficar concluído até Maio de 2005.

O grande objectivo do projecto educativo, em reformulação era desenvolver a autonomia de aprendizagem dos alunos, o que a presidente do Conselho Executivo reconhece não estar a ser conseguido. Actualmente estão a centrar-se mais nas questões do insucesso. “A escola andou um bocado perdida e agora tem que se encontrar”.

De acordo com os trabalhos desenvolvidos em anos anteriores, bem como nos resultados obtidos na avaliação, nos últimos anos, foram salientados os seguintes problemas escolares que afectam os alunos e que se interinfluenciam, não sendo possível destacar o que são causas e o que são consequências: insucesso, falta de pré-requisitos, desmotivação, falta de acompanhamento dos encarregados de educação na vida escolar dos educandos e iliteracia.

No Ensino Básico, através do Projecto Curricular de Escola, a preocupação é a de adaptar o currículo nacional às características dos alunos, apresentando estratégias que visem a alteração deste panorama, onde se salienta como resultado único uma significativa taxa de insucesso escolar. Assim, a escola tem feito um esforço de adaptação curricular com vista ao desenvolvimento das competências consagradas no Currículo Nacional do Ensino Básico (ME/DEB, 2001).

Os dois grandes princípios que orientam a construção do futuro projecto educativo são: i) o combate ao insucesso escolar; ii) o desenvolvimento da autonomia dos alunos ao longo do processo de aprendizagem.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, do seguinte modo:

1. Departamentos Curriculares

De acordo com a legislação em vigor, a articulação curricular é assegurada pelos departamentos curriculares, que integram um ou mais grupos disciplinares. Os Departamentos constituídos são os seguintes:

a) *Língua e Literatura Portuguesa e Filosofia*: 8ºA, 10ºB, Comunicação e Difusão e Trabalhos de Aplicação de Comunicação;

b) *Expressões*: 5º, Educação Tecnológica e Educação Artística, História da Arte, DGD;

c) *Ciências Humanas e Sociais*: 6º, 7º, 10ºA, 11ºA, EMRC;

d) *Línguas e Literaturas Estrangeiras*: 8ºB e 9º;

e) *Ciências Aplicadas*: 1º, 2º, 12º, Informática, Trabalhos de Aplicação e Métodos Quantitativos;

f) *Ciências Experimentais*: 4º e 11ºB;

g) *Educação Física e Desporto*: Educação Física.

Cada Departamento Curricular é assegurado pelo respectivo Coordenador de Departamento, que representa o mesmo no Conselho Pedagógico. Este é eleito de entre todos os professores profissionalizados que o integram, tendo em conta a sua competência científica e pedagógica, bem como a sua capacidade de relacionamento e liderança.

2. Conselho de Grupo

O Conselho de Grupo é formado pelos professores das diversas disciplinas que o integram. Cada Conselho de Grupo possui o seu próprio Delegado, eleito entre os seus membros, devendo ser portador de habilitação própria de preferência profissionalizado tendo em conta a sua competência científica e pedagógica, bem como a sua capacidade de relacionamento e

liderança. No grupo de onde sai o Coordenador de Departamento, este assume o cargo de Delegado, não havendo lugar à sua eleição.

3. Conselho de Turma

O Conselho de Turma é constituído pelos professores da turma, pelo Delegado de Turma, pelo representante dos Pais e Encarregados de Educação da Turma, e pelo representante dos Serviços Especializados de Apoio Educativo, sempre que se justifique.

Nas reuniões de Conselhos de Turma de avaliação, apenas participam os membros docentes e o representante dos Serviços Especializados de Apoio Educativo, sempre que se justifique.

4. Directores de Turma

A designação dos Directores de Turma é feita pelo Conselho Executivo e deverá obedecer a critérios de qualificação (integração no quadro; anos de profissionalização).

5. Coordenador dos Directores de Turma

A coordenação do Conselho de Directores de Turma é assegurada por um Coordenador para o 3º ciclo do Ensino Básico e um para o Ensino Secundário. Os Coordenadores são propostos pelo Conselho Executivo, no final de cada ano lectivo, de acordo com critérios de qualificação (situação profissional, competência pedagógica, relacionamento e liderança).

As competências de cada uma das estruturas são as que se encontram definidas na legislação em vigor. O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês; os Conselhos de Turma de avaliação reúnem no final de cada período lectivo; nas restantes situações, as estruturas reúnem sempre que necessário.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

- A constituição das turmas segue as orientações da legislação em vigor, privilegiando-se o critério da continuidade pedagógica, que se sobrepõe aos critérios da idade e tempo de serviço dos docentes.

Os horários estão organizados em blocos de 90/45m para todos os anos de escolaridade. As aulas têm início às 8:25 e terminam às 18:25m. Estão previstos quatro intervalos: dois no período da manhã e dois no período da tarde.

Durante a semana, existem dois dias em que, no turno da tarde não se realizam actividades lectivas, destinando-se estes períodos à realização de actividades de Desporto Escolar e de reuniões pedagógicas dos docentes.

- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)*

Não tem sido prática da escola a implementação de mecanismos que propiciem uma avaliação sistémica dos resultados das classificações de final de período. Normalmente era solicitado aos Departamentos e grupos disciplinares que analisassem os resultados e tomassem medidas, mas em seguida não havia *feed-back* ao Conselho Pedagógico.

Este ano a escola está a enveredar por uma política de acompanhamento dos resultados de avaliação dos alunos, mais sistémica envolvendo todas as estruturas pedagógicas.

No entanto, com vista à promoção do sucesso escolar, a escola tem vindo a desenvolver diversas actividades de apoio educativo e enriquecimento curricular. No presente ano lectivo encontram-se em funcionamento as seguintes actividades/projectos:

- Gabinete de Atendimento a Jovens a);
- Biblioteca Escolar;
- Clube Europeu;
- Clube das Ciências Naturais;
- Clube das Ciências Físico-Químicas;
- Desporto Escolar;
- Clube de Snooker;
- Sala de Estudo b);
- Atelier de Artes Plásticas.

Os projectos assinalados com as alíneas a) e b) merecem uma referência especial. O Gabinete de Atendimento a Jovens desenvolve actividades que se integram nos domínios da Biologia Humana, Medicina, Psicologia e Sociologia, e com elas se pretende orientar a tomada de decisões conscientes e responsáveis, promovendo assim o desenvolvimento psicossocial dos jovens. A equipa é constituída por uma psicóloga, duas professoras de Biologia e Ciências Naturais, uma enfermeira e um professor de Informática. Estes elementos desenvolvem o seu trabalho de acordo com a sua formação de base e formações específicas que adquiriram na área da sexualidade.

A Sala de Estudo é um projecto que se tem revelado de uma importância crucial no desenvolvimento de estratégias de acompanhamento e recuperação dos alunos, com vista ao seu sucesso educativo. Neste momento, já estão propostos mais de 50 alunos para a frequentar, a fim de serem apoiados nas disciplinas de Português, Inglês, Matemática e Francês). Os alunos abrangidos pelos apoios apresentam, ou não, NEE, e são tanto do ensino básico como do ensino secundário.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de Serviços de Psicologia e Orientação. Este serviço planifica anualmente as suas actividades no âmbito do apoio psicopedagógico; apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa; e orientação escolar e profissional. De acordo com a perspectiva do órgão de gestão, este serviço tem funcionado “muitíssimo bem”. No âmbito das actividades de orientação escolar e vocacional, o destaque vai para a “Semana Aberta”, destinada aos alunos do 9º e 12º anos, ao longo da qual participam ESES, Universidades, Força Aérea, entre outros. O objectivo é divulgar o trabalho destas instituições/organismos, informando os alunos, levando-os a fazer opções mais conscientes.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. *Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)*

Como já foi referido, a escola serve uma população que inclui um número elevado de alunos provenientes de contextos sociais mais desfavorecidos. A título de exemplo, convém referir que dos cerca de 700 alunos que frequentam o estabelecimento, 300 são subsidiados pelo SASE.

De um modo geral, pode dizer-se que a escola se encontra vocacionada tanto para o Ensino Básico como para o Ensino Secundário. No entanto, há que reconhecer que a maior parte dos projectos em curso se destinam aos alunos do Ensino Básico. O primeiro objectivo de toda a acção pedagógica desenvolvida é levar a que os alunos não abandonem os estudos até concluírem o 9º ano. Como muitos alunos não têm qualquer apoio em casa, torna-se necessário que escola desempenhe o papel que, normalmente, está acometido à família. Se não for a escola a investir nos alunos, a dar-lhes o incentivo para prosseguir, os alunos chegam ao final do 9º ano e não prosseguem estudos, uma vez que, frequentemente, a própria família os desincentiva de estudar.

3.1.2. *Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)*

No referente ao 12º ano, os dados relativos à oferta de cursos e respectiva frequência, são os referidos no Quadro 1 e 2, respectivamente para os anos lectivos 2003/2004 e 2004/2005.

QUADRO 1- Rede Escolar 2003/2004

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
7º	Ensino Básico	6	163	79	48	84	52

8º	Ensino Básico	4	86	60	70	26	30
9º	Ensino Básico	5	123	100	81	23	19
10º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	2	47	28	60	19	40
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	23	8	35	15	65
	3º Agrupamento C.C. Geral	1	20	11	55	9	45
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	27	13	48	14	52
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	50	37	74	13	26
	3º Agrupamento C.C. Geral	1	17	13	76	4	24
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	14	8	57	6	43
	4º Agrup. C.T. Comunicação	1	16	13	81	3	19
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	66	23	35	43	65
	3º Agrupamento C.C. Geral.	1	9	0	100	9	0

4º Agrupamento C.C. Geral	1	31	6	19	25	81
4º Agrup. C.T. Comunicação	1	10	1	10	9	90
Dados Globais	30	702	400	57	302	43

Nota: Dos 116 alunos do 12º ano, 30 (26%) obtiveram aprovação.

QUADRO 2 - Rede Escolar 2004/2005

Ensino Básico

Ano	Nº Turmas	Nº Alunos
7º ano	9	202
8º ano	6	139
9º ano	3	66
TOTAL:	18	407

Ensino Secundário

10º ANO		
Cursos	Turmas	Nº Alunos
Curso Geral de Ciências e Tecnologias	10ºA	24
Curso Geral de Ciências e Tecnologias	10ºB	25
Curso Geral de Ciências	10ºC	20

Sociais e Humanas		
Curso Tecnológico de Informática	10ºD	25
Curso Tecnológico de Electrotecnia	10ºE	26
Curso Tecnológico de Administração	10ºF	21
SUB-TOTAL:	6	141
11º ANO		
Curso Geral Agrupamento 1	11ºA	29
Curso Geral Agrupamento 2	11ºB	11
Curso Geral Agrupamento 3	11ºC	11
Curso Geral Agrupamento 4	11ºD	14
SUB-TOTAL:	4	65
12º ANO		
Curso Geral Agrupamento 1	12ºA	26
Curso Geral Agrupamento 2	12ºB	36
Curso Geral Agrupamento 3	12ºC	19
Curso Geral Agrupamento 4	12ºD	23

Curso Tecnológico de Comunicação	12ºE	13
SUB-TOTAL:	5	117
TOTAL:	15	223

A escola apresenta um total de 33 turmas, 18 do Ensino Básico e 15 do Ensino Secundário, num total de 730 alunos.

A escola oferece ainda os seguintes cursos de educação-formação: Curso de Assistente Administrativo – tipo 4, a concluir em 2005; Curso de Electricidade de Instalações e Desenho de Construções Mecânicas, ambos de tipo 2, a iniciar no presente ano lectivo.

Foi também autorizada uma turma de Currículo Alternativo ao abrigo do Despacho nº22/SEEI/96, de 19 de Junho, para o 7º ano.

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

Neste momento, ao nível do Ensino Secundário, apenas uma disciplina definiu critérios de avaliação, atribuindo 90% à aquisição de competências nucleares (compreensão, expressão oral, expressão escrita, leitura, funcionamento da língua) e 10% às atitudes (cumprimento de regras, tarefas e prazos; organização do trabalho). Nos restantes Departamentos, as disciplinas ainda não realizaram este trabalho.

O órgão de gestão refere que, de um modo geral, os professores do Ensino Secundário cultivam um certo “individualismo”, não gostam de trabalhar em grupo, contrariamente aos professores do Ensino Básico, que gostam de se envolver em tarefas. Por outro lado, a escola exerce muita pressão sobre os docentes que leccionam disciplinas que são objecto de exame nacional, dentro do espírito que pode designar-se “o professor responsável”. Quando a disciplina é objecto de exame final nacional, os professores preparam-se cuidadosamente a si próprios – isto é, psicologicamente – além de preparem pedagogicamente os seus alunos.

A distribuição das turmas do 12º ano é sempre feita aos professores do quadro da escola, com algum critério para salvaguardar uma preparação rigorosa dos alunos. Ora, como faz notar a presidente do Conselho Executivo, qualquer opção comporta riscos e “nem sempre as coisas correm como a gente quer”. Este ano, foi já constituído um grupo de reflexão para elaborar um estudo sobre os resultados dos exames, para, entre outros objectivos, analisar as razões

que justificam os baixos níveis de desempenho. Os resultados têm vindo a baixar, pelo que nos rankings o estabelecimento também aparece “em queda” ano 2003 – posição 419; ano 2004 – posição 583).

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

QUADRO 3 - ALUNOS COM APA (Apoio Pedagógico Acrescido)

ANO	Nº de Turmas	Nº Alunos com APA
7º	3	6
8º	0	0
9º	0	0
10º	1	1
11º	1	0
12º	0	0
TOTAL	4	7

O Núcleo de Apoios Educativos tem funcionado de forma muito positiva. A escola dispõe apenas de um docente de Apoio Educativo, que trabalha “em rede” com outro estabelecimento (o seu horário na escola é de apenas 3 horas/semana). Deste modo, a escola tem recorrido a um outro docente com horário incompleto, que permanece na Sala de Estudo para prestar os apoios. A sua acção desenvolve-se em articulação com o professor de apoio, e conta ainda com a colaboração da psicóloga dos SPO.

Existe o cuidado de, na elaboração dos horários, salvaguardar a existência de um bloco, à hora de almoço. Deste modo, este tempo pode ser aproveitado para a prestação de apoios educativos, frequência de projectos, etc. Se assim não fosse, os alunos iriam embora, mal acabassem as actividades lectivas.

Cada aluno que é apoiado possui o seu próprio dossier, que está sempre a ser actualizado. A recuperação das aprendizagens tem sido uma realidade para muitos alunos. No entanto, não dispõe de nenhum estudo feito sobre esta matéria.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

A escola não tem constituída uma Associação de Pais/Encarregados de Educação. Com efeito, o órgão de gestão refere que não tem sido possível organizar esta Associação porque, na sua grande maioria, não dispõem de tempo e disposição para vir à escola. Estão a envidar todos os esforços para que cada turma tenha o seu representante dos pais eleito. Existe apenas uma fase do ano em que os pais participam mais activamente nas actividades escolares – no Verão, mais concretamente nos “ateliers” que são organizados para ocupar os tempos livres dos alunos (em funcionamento até 25 de Julho, para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico).

A escola tem estabelecido algumas parcerias, designadamente com a Junta de Freguesia e Câmara Municipal, que patrocina algumas actividades escolares, e com a Artesete – Associação de Artistas, que atribui uma bolsa de estudo para docentes. A escola desenvolve ainda protocolos com diversas empresas, com vista à organização de estágios profissionais dos cursos de educação-formação.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados conseguidos nos exames nacionais são percebidos como francamente negativos. A este propósito, está a ser elaborado um documento de reflexão para ser analisado e debatido no Conselho Pedagógico em Janeiro. Nas disciplinas de Matemática e Português, os professores titulares das turmas de 12º ano manifestaram alguns problemas de saúde, tendo sido posteriormente substituídos. Ora, acontece que os professores substitutos não tinham nem a experiência, nem os conhecimentos dos anteriores...e atrasaram-se na leccionação dos conteúdos programáticos. Ao regressarem, os docentes responsáveis “entraram em pânico”, porque se aperceberam deste atraso. Esta razão pode explicar alguns “maus” resultados obtidos nestas duas disciplinas. O trabalho que está a ser preparado foi quase “imposto” pela presidente, constatando a mesma que a escola não tem grande apetência pelo trabalho de grupo alargado. Os grupos são activos dentro das suas “capelinhas”, dentro

do seu território próprio; mas depois, não há partilha nem articulação entre os diferentes grupos.

Um número significativo de alunos que frequenta o 12º ano não ingressa no Ensino Superior. No ano anterior, dos cerca de 200 alunos que frequentaram este ano de escolaridade, apenas 160 se inscreveu para exame. Destes, embora 127 (79%) tencionassem apresentar candidatura, apenas 41 acabou por fazê-lo (32%). Os resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior são os que figuram no Quadro 2.

QUADRO 4

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase	Opção média de colocação
160	127	41	32	1,59
	79%	32%	78%	

Os jovens que não prosseguem estudos acabam por procurar emprego junto de grandes empresas (exemplo: hipermercados), bares e pouco mais.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

O órgão de gestão percebe o desempenho da escola como globalmente positivo e reconhecido pela comunidade educativa, em particular pelos alunos (ver ponto 1.2). De um modo geral, os encarregados de educação reconhecem o trabalho que têm desenvolvido em prol dos alunos. Acham também que a escola é um lugar “seguro”, livre de problemas, como por exemplo, a droga, e que desenvolve múltiplas actividades para os alunos. Na escola, também não se manifestam problemas de indisciplina. Pontualmente, regista-se um caso ou outro de indisciplina, sobretudo nas turmas do 7º ano.

4. Aspectos positivos/negativos da escola

De acordo com a presidente do Conselho Executivo, e no que se refere à qualidade do ensino ministrado no estabelecimento, os professores continuam a utilizar as mesmas estratégias utilizadas antigamente. Portanto, o ensino é marcadamente “tradicional”, denotando pouca evolução nos métodos e técnicas a que recorre. Por exemplo, a escola possui um Laboratório de Línguas que, praticamente, não é utilizado... No entanto, reconhece que generalizar esta apreciação pode acarretar injustiças. Afinal, também existem docentes que procuram “dar o seu melhor”. Em suma: muito difícil avaliar a qualidade de ensino.

No referente à assiduidade dos professores, manifestam-se alguns problemas no Ensino Básico. No Ensino Secundário este tipo de problemas só se manifesta pontualmente. Os que têm a seu cargo as turmas do 12º ano não faltam, a não ser por razões de força maior. Muitos alunos também apresentam problemas de falta de assiduidade e abandono, sobretudo no Ensino Básico. No Ensino Secundário, quando os alunos abandonam é, regra geral, para aceitarem uma oportunidade de trabalho.

Ao nível da avaliação e classificação dos alunos, existe algum “excesso de benevolência”, sobretudo no Ensino Básico.

Ao nível da quantidade e qualidade de equipamentos e instalações, a apreciação que o órgão de gestão faz é positiva, fazendo notar que é urgente “pintar a escola”, “substituir os quadros eléctricos” e “implementar o cartão electrónico”, para evitar que os alunos – do Ensino Básico – saiam da estabelecimento.

O clima relacional entre professores, alunos, funcionários e pais/encarregados de educação, no geral, é bastante satisfatório, mesmo bom. Pontualmente, manifestam-se algumas situações de descontentamento, que fazem parte do dia-a-dia escolar.

A escola não dispõe de dados relativos à taxa de empregabilidade dos alunos, médias de ingresso no secundário (9º ano) e taxas de aprovação nas disciplinas (excepto nos caso das disciplinas submetidas a exames nacionais – 12º ano).

QUADRO 5

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO						
Nº de alunos que ingressaram no 10º Ano(1ª vez)	Média de ingresso Valores absolutos			Média de ingresso Valores percentuais		
	3	4	5	3	4	5
58	41	14	5	70	24	6

5. Opinião sobre os rankings

No caso das disciplinas sujeitas a exame nacional – Matemática, Psicologia, Português A e B, Biologia, Química, Sociologia, História e IEDS - os resultados obtidos são percebidos como francamente negativos. A classificação externa varia entre 106,31 (IDES) e 55,35 (Matemática), com resultado médio global de 81,43. A diferença entre classificação interna e externa varia entre -28,31 (IDES) e -78,61 (Biologia), com resultado médio global de -48,05. A percentagem de reprovações oscila entre 0% (IDES) e 44% (Matemática), com resultado médio de 29,7%. As disciplinas com maior percentagem de reprovações são Matemática (44%), História (25%) e Química (18%). As disciplinas de IDES (0%, Sociologia (2%) e Português A (7%) apresentam as taxas de reprovação mais baixas.

Para a presidente do Conselho Executivo, a publicação dos rankings “não tem nenhuma importância”. Comparar este estabelecimento com a Escola Secundária de Bocage é impensável, uma vez que a população que recebe apresenta características completamente diferentes desta, com boas condições sócio-económicas (normalmente, os alunos provêm de estratos sociais mais favorecidos – médicos, professores, etc.) e também familiares (beneficiam de mais apoio e acompanhamento em casa). Logo, é natural que esta realidade produza efeitos nos resultados escolares dos alunos. Ora, como já foi anteriormente referido, a

população escolar é predominantemente constituída por alunos proveniente de estratos sociais mais desfavorecidos, os “filhos de pescadores”. No entanto, esta realidade tem sofrido algumas transformações, resultantes da construção de bairros novos que são habitados pela classe média que também procura esta escola para os seus filhos estudarem.

Quando os rankings são divulgados na imprensa, alguns professores ficam “chocados”, mas, de um modo geral, ninguém manifesta uma excessiva preocupação. A principal preocupação é criar dinâmicas de mudança a partir do interior da própria escola – mudar a partir de dentro. É isso que se está a tentar fazer, pedindo aos Departamentos para reflectirem e tomarem posições no Conselho Pedagógico de Janeiro. Nesta conformidade, os resultados dos rankings podem interessar como objecto de análise.

Ao nível da procura, a escola não sente quaisquer efeitos como resultado da publicação dos rankings. Antes pelo contrário: a procura tem aumentado nos últimos anos.

6. Predisposição para a mudança

Como já atrás foi referido a escola manifesta total disposição para implementar mudanças que visem melhorar o seu desempenho global. Vê com agrado a intervenção de uma equipa do ME que possa ajudar a escola a promover a sua própria auto-avaliação (os intervenientes directos não conseguem realizar uma auto-avaliação satisfatória).

Ao nível da atribuição de horas de reforço curricular, este seria importante em disciplinas como a Matemática, a Química e a Biologia. No entanto, a implementação desta medida implica o pagamento de horas extraordinárias aos docentes.

O órgão de gestão entende ainda que não vale a pena investir em mais horas de apoio pedagógico. A Sala de Estudo disponibiliza estes apoios, mas só um reduzido número de alunos do Ensino Secundário adere a esta estratégia.

S7 - ESCOLA SECUNDÁRIA/3 DA MOITA – MOITA

Data 18.02.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária da Moita – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.13. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O presidente do Conselho Executivo encontra-se no exercício de funções, neste estabelecimento, há cerca de 7 anos (desempenhou o mesmo cargo, noutra estabelecimento, durante 2 anos).

1.14. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O órgão de gestão entende que a relação da escola com o meio é “muito boa”, uma vez que a comunidade sente que a sua acção responde às suas necessidades educativas. O trabalho que desempenham é reconhecido, apesar embora os condicionalismos logísticos que a escola apresenta. O reconhecimento por parte dos docentes é algo mais relativo.

O Presidente do Órgão de Gestão manifestou algum cansaço, mesmo “saturação”, relativamente às funções desempenhadas, tendo em atenção alguns problemas pessoais e profissionais que tem vivenciado.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

A escola tem como lema “servir a comunidade”.

O Projecto Educativo da ES da Moita encontra-se actualmente em reformulação. O documento orientador desta revisão encontra-se já elaborado e define os seguintes princípios orientadores:

- i) promover a escola - dando a conhecer a sua imagem na comunidade; inquirindo sobre a escola que desejam os agentes educativos; estabelecendo ligações escola-comunidade; rentabilizando os recursos disponíveis;
- ii) conhecer e aplicar a autonomia – aferindo qual o conhecimento da autonomia na comunidade educativa; promovendo o seu conhecimento; fomentando a formação de agentes neste domínio concreto;
- iii) elevar o nível cultural da comunidade educativa – conhecendo o nível de escolaridade da população concelhia; possibilitando a aquisição da escolaridade obrigatória em ligação com a vida activa; desenvolvendo acções de dinamização cultural e educativa abertas à comunidade;
- iv) apoiar de forma sustentada a aprendizagem – desenvolvendo os necessários meios de apoio; oferecendo um ensino desejado pela qualidade e profissionalismo; preparando para o prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa; investindo num ensino tecnológico possível e viável no mercado de trabalho.

Com o objectivo de elaborar o PEE, foi já nomeada uma comissão que, entre outras tarefas, procedeu à recolha da informação necessária. Os dados recolhidos permitiram concluir que toda a comunidade tem o mesmo anseio: ver construída uma nova escola. Até hoje, o Conselho Executivo acha inexplicável o que aconteceu. No ano 2000, foram disponibilizados 80 000 contos para a construção de um novo edifício; no ano 2001, foram disponibilizados mais 60 000 contos (verbas inscritas no PIDDAC). Na última reunião de Rede Escolar, em Maio de 2004, na presença da Dr.^a Isabel Soares Carneiro – Directora Regional – e do Dr. Carlos Dantas – Director Adjunto – foi reiterada a promessa de uma escola nova para breve, mas, até hoje, estas promessas continuam sem se concretizarem, sem qualquer explicação.

Ao nível da oferta educativa, a escola oferece o que as restantes não podem oferecer, em consonância com as necessidades da comunidade que serve. Os cursos que oferece são diversificados, não sendo orientados para nenhuma área específica. No entanto, deve registar-se que o Curso Tecnológico de Informática tem registado uma procura crescente.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa constituídas seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99. No entanto, as mesmas não se encontram explicitadas no Regulamento Interno (o documento data de 1998).

Através da constituição do Conselho Pedagógico, ficamos a saber da existência de treze Departamentos Curriculares que integram os seguintes grupos de docência:

- 1º e 2º Grupo Disciplinares;
- 3º, 5º e 12º Grupos Disciplinares;
- 4º Grupo Disciplinar;
- 6º, 12ºC e 39º Grupos Disciplinares,
- 7º Grupo Disciplinar;
- 8ºA Grupo Disciplinar;
- 8ºB Grupo Disciplinar;
- 9º Grupo Disciplinar;
- 10ºA Grupo Disciplinar;
- 10ºB e EMRC Grupos Disciplinares;
- 11ºA Grupo Disciplinar;
- 11ºB Grupo Disciplinar;
- 38º e OED Grupos Disciplinares.

Ao nível das Estruturas de Orientação Educativa encontra-se constituída uma secção de acompanhamento de alunos, a qual tem por objectivo a promoção do sucesso educativo, nas vertentes de aproveitamento e comportamento, colaborando com os Conselhos Executivo e Pedagógico, órgãos de quem esta secção ficará directamente dependente. Integram esta secção dez elementos efectivos e cinco suplentes, todos eles docentes do quadro da escola e profissionalizados. Fazem parte também, obrigatoriamente, o Coordenador dos Directores de Turma e o vice-presidente do Conselho Executivo que tiver a seu cargo os apoios e complementos educativos.

Uma vez que as reuniões do Conselho Pedagógico têm uma periodicidade mensal, as reuniões dos Grupos Disciplinares ocorrem antes e depois do mesmo.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

A elaboração das turmas segue as orientações da legislação em vigor. A nível interno, procura-se ainda respeitar os seguintes critérios:

- continuidade pedagógica: os grupos constituídos no ano anterior são respeitados, mesmo quando são originários de outros estabelecimentos;
 - indicações dos Conselhos de Turma e Departamentos Curriculares: todos os anos são emitidas orientações, de carácter geral ou específico, que se procura fazer respeitar.
- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)*

O trabalho desenvolvido a este nível encontra-se devidamente enquadrado pelas estruturas existentes, previstas no Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio. Deve sublinhar-se o papel das “planificações por ano e disciplina”, que são analisadas em reuniões formais, com periodicidade mensal. Nestas reuniões, é analisada a situação global, para aferir o cumprimento, ou não, do programa definido.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de Serviços de Psicologia e Orientação, que desenvolvem actividades ao nível do aconselhamento escolar e profissional, incluindo a reorientação dos alunos no 10º ano. Os casos de abandono escolar também são objecto de acompanhamento por parte dos SPO.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

A escola desenvolve os seguintes projectos: a Biblioteca Escolar/Centro de Recursos; o Núcleo de Animação Teatral da Escola (NATE), os projectos “Trabalhar Seguro – Melhor Futuro” (Programa Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho), “O Jardim da Escola”, “Clube Ambiente XXI” e “Laboratório de Matemática”.

Desenvolve ainda o projecto “Sala de Estudo”, onde são ministrados os Apoios Educativos e TOAS. O horário de funcionamento da mesma é das 8:30 às 23:40, de Segunda a Quinta; e das 8:30 às 21:20 à Sexta-feira.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

Ao nível da oferta educativa, os dados relativos ao ano de 2003/2004 e de 2004/2005 são os que constam dos Quadros 1 e 2.

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
10º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	5	107	88	82	19	18
	2º Agrup. C.T. Informática + Construção Civil	3	53	39	74	14	26
	3º Agrupamento C.C.Geral	1	17	13	76	4	24
	3º Agrup. C.T.Administração	1	19	14	74	5	26
	4º Agrupamento C.C. Geral	2	40	34	85	6	15
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	4	94	79	84	15	16

	2º Agrup. C.T. Informática	1	15	12	80	3	20
	3º Agrup. C.T.Administração	1	33	27	82	6	18
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	25	21	84	4	16
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	84	76	90	8	10
	2º Agrup. C.T. Informática	1	26	23	88	3	12
	3º Agrup. C.T.Administração	1	25	24	96	1	4
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	27	27	100	0	0
Dados Globais		25	565	477	-	88	-

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
10º ANO	Curso de Ciências e Tecnologias	4	94
	Curso Tecnológico de Informática	2	56
	Curso de Ciências Sócio-Económicas	1	21
	Curso Tecnológico de Administração	1	20
	Curso de Ciências Sociais e Humanas	2	48

	Curso de Línguas e Literaturas	1	18
11º ANO	1º Agrupamento - C.C. Geral	4	101
	2º Agrupamento – C.T. de Informática + Const. Civil	2	52
	3º Agrupamento – C.C. Geral + Técn. Administração	1	24
	4º Agrupamento C.C. Geral	2	35
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	3	76
	2º Agrupamento C.T. de Informática	1	21
	2º Agrupamento C.T. de Const. Civil	1	20
	3º Agrupamento – C.C. Geral + Técn.de Administração	1	28
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	28
TOTAL		27	642

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

Os critérios de avaliação definidos consideram duas dimensões: a dimensão cognitiva, que detém um peso avaliativo de 80 a 90%; e a dimensão atitudinal, com um peso de 10 a 20%. A escola disponibilizou documentos exemplificativos, onde se encontram explicitados os critérios de avaliação adoptados na disciplina de Matemática, de acordo com o supra exposto. No documento, encontram-se também definidos parâmetros de análise e os instrumentos de avaliação a utilizar.

Encontra-se constituída uma secção do Conselho Pedagógico que, entre outras tarefas, procede à análise dos resultados da avaliação e propõe medidas/sugestões de actuação.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

Como já foi referido atrás, a escola desenvolve o projecto “Sala de Estudo”, onde são ministrados os Apoios Educativos. O horário de funcionamento da sala é bastante alargado, de forma a satisfazer as necessidades e interesses dos alunos.

Por regra, ao nível do Conselho de Turma são identificados os alunos que apresentam maiores dificuldades em conseguir resultados positivos, propondo que frequentem as aulas de apoio pedagógico como estratégia de superação. Há um controlo de assiduidade que cada aluno deve fazer, e que lhe é proposto que faça, como estratégia de responsabilização.

O Clube da Matemática, também já referido, desenvolve igualmente actividades de apoio para os alunos que o desejarem.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

Neste momento, não se encontra constituída Associação de Pais/Encarregados de Educação. O envolvimento dos pais na escola é considerado “normal”: estão presentes nas reuniões, mas não se envolvem muito nas actividades escolares.

No referente à Autarquia, deve sublinhar-se a melhoria da sua relação com a escola, facto que se tem verificado nos últimos tempos. No entanto, existe a consciência de que este estabelecimento não constitui propriamente uma “preocupação” autárquica, o que talvez se justifique pelo facto dos órgãos autárquicos se focalizarem mais nos problemas das escolas que ministram o Ensino Básico.

A escola não tem parcerias estabelecidas com nenhuma entidade. No entanto, em situações pontuais, já têm sido constituídas, como no caso da organização da componente de estágios nos Cursos do 10º Ano Profissionalizante.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados do desempenho dos alunos do 12º ano nos exames nacionais são percebidos como negativos. O Conselho Executivo entende que os maus resultados são consequência do nível médio dos alunos que frequenta o Ensino Secundário. Como afirma o presidente: “o Ensino Secundário não tem regras de entrada, mas tem regras de saída”, facto que considera grave. Existe uma percentagem de alunos que não consegue concluir o Ensino Secundário, embora a escola desenvolva uma série de estratégias que visam contrariar esta situação. Este assunto tem sido por diversas vezes analisado pelo Conselho Pedagógico, mas a escola não consegue encontrar uma solução eficaz para o problema.

De um modo geral, os professores envolvem-se bastante nas diversas actividades escolares e participam activamente. Existem excepções, mas a escola não pode obrigar todos os docentes a participar com o mesmo grau de envolvimento.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

(ver ponto 1.2)

4. Aspectos positivos/negativos da escola

O órgão de gestão entende que a qualidade do ensino ministrado é “boa”, atendendo aos condicionalismos específicos que já foram referidos.

A assiduidade é regular, tanto da parte dos docentes como dos discentes. O corpo docente é estável. Nos casos dos alunos que registam um número elevado de faltas, ainda que justificadas, as mesmas acabam por ter efeitos no seu aproveitamento.

Ao nível do rigor e exigência, consideram que os docentes “são muito rigorosos ao nível da avaliação” porque a escola integra exclusivamente alunos do Ensino Secundário, isto é, os docentes não têm quaisquer contactos com a realidade do Ensino Básico, aspecto que consideram bastante negativo. Muitos alunos ingressam com um nível de aprendizagens

médio ou médio-baixo (muitas vezes transitaram com disciplinas nas quais obtiveram nível 2). Um número significativo concluiu o Ensino Básico graças à frequência de uma turma de Currículo Alternativo (Despacho nº22/SEEI/96, de 19 de Junho), portanto, não têm perfil para cursos do Ensino Secundário orientados para o prosseguimento de estudos (ver Quadro 3).

QUADRO 3

ANO LECTIVO 2003/2004 – 12º ANO						
Nº de alunos que ingressaram no 10º Ano *	Média de ingresso do E.B. Valores absolutos			Média de ingresso Valores percentuais		
	3	4	5	3	4	5
29	19	9	1	66	31	3

* Alunos que realizaram exames nacionais em 2003/04 (dados das Fichas de Classificação)

O rigor e a exigência que a escola procura imprimir no ensino ministrado também tem muito a ver com a exigência do cumprimento dos programas. A este propósito, refira-se que as Classificações Internas de Frequência atribuídas nas diferentes disciplinas apresentam valores muito aproximados dos valores médios nacionais, com diferenças que oscilam entre -12,04 e +4,97. A percentagem de aprovações, no ano anterior – no caso das turmas do 12º ano – situou-se entre os 88 e os 100%. Pode concluir-se que os resultados da avaliação interna, por contraste com a avaliação externa, são francamente positivos.

Ao nível das instalações, as mesmas apresentam condições péssimas. O edifício apresenta um estado de degradação muito avançado (já tem mais de 30 anos de existência). Os equipamentos informáticos e os laboratórios são bastante razoáveis quanto à qualidade que apresentam.

O clima relacional que a escola apresenta é “bom”, não existem problemas a registar.

5. Opinião sobre os rankings

Os rankings de escolas procuram comparar aquilo que é incomparável, isto é, a realidade de cada escola. As listagens de classificações acabam por “meter no mesmo saco” escolas sem qualquer paralelismo ou afinidade, o que é lamentável. Parece que há um objectivo claro de denegrir o ensino público, ao mesmo tempo que se promove o ensino privado. Acresce ainda que a publicação dos rankings é muito estimulada por determinados grupos de interesse, entre os quais o da Medicina, o que é vergonhoso.

Contudo, há que referir que a publicação dos rankings não incomoda ninguém, nem na escola nem na comunidade envolvente. O presidente do Conselho Executivo provocou o debate e a reflexão nas reuniões de Conselho Pedagógico e de Assembleia de Escola, mas não se manifestaram reacções. Entende que os rankings só tem interesse como objecto de análise, não tendo qualquer impacto na cultura da escola, na sua auto-estima ou sequer na procura da mesma.

As escolas da margem sul, no ano anterior, posicionaram-se de forma muito próxima, entre os lugares 440 e 590 da lista. No ano de 2003, a escola posicionou-se no lugar número 470; no ano de 2004, desceu para a posição 541 do mesmo ranking.

Em 2004, os alunos do 12ºano realizaram exames nacionais nas disciplinas de Matemática (123 alunos), Psicologia (63 alunos), Português B (109 alunos), Biologia (81 alunos), Química (57 alunos), Sociologia (27 alunos), Português A (20 alunos), História (22 alunos), Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (16 alunos), Física (18 alunos) e Filosofia (16 alunos).

A diferença entre Classificação Interna de Frequência e Classificação Externa apresenta valores entre +1 e -62,85, acima dos valores médios nacionais, com diferenças que podem atingir mais de 20 pontos (casos de Matemática, Biologia e Química). Refira-se, no entanto, os casos das disciplinas de Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social e Português A, com diferenças entre CIF e CE muito reduzidas (2 e 0,80 pontos, respectivamente), além do caso de Filosofia, com uma diferença de +1.

As Classificações de Exame também apresentam diferenças relativamente às médias nacionais das diferentes disciplinas, com valores entre +14,23 e -23,41 pontos. As disciplinas que registam uma diferença superior a -20 pontos relativamente às médias nacionais são a Matemática (22,78), a Química (-21,35), a História (-23,41) e a Física (-20,47). As disciplinas

de Português A e Filosofia constituem verdadeiras excepções, com resultados superiores à média nacional de classificação de exame (+2,96 e +14,23, respectivamente).

A maior percentagem de reprovações – acima dos 30% - verificou-se nas disciplinas de Matemática, História e Física. No entanto, de um total de onze disciplinas sujeitas a exame nacional, verificamos que em cinco destas a percentagem de reprovações foi inferior à média nacional (casos de Biologia, Psicologia, Sociologia, Português A e Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social).

Um número significativo de jovens ingressa no Ensino Secundário sem qualquer expectativa de prosseguir estudos no ensino superior. Se tivermos em atenção o número de jovens matriculados no 10º ano, e que frequentou o 12º ano em 2003/2004, verificamos que de um total de 285 inscritos para exame, apenas 59 ingressaram num curso superior (21%), prosseguindo deste modo os seus estudos. Estes dados são os que constam do Quadro 4.

QUADRO 4

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase	Opção média de colocação
285	234	92	59	1,93
	82%	39%	64%	

6. Predisposição para a mudança

De um modo geral, o órgão de gestão entende que “já fez tudo quanto havia a fazer” para tentar inverter os baixos níveis de desempenho nos exames nacionais de 12º ano. Em suma: a curto prazo, já não há nada a fazer.

Para o próximo ano, entendem que há um conjunto de medidas que deveriam ser consideradas, que carecem de análise e aprovação superior, e que são as seguintes:

- maior “nivelamento” dos alunos que concluem o 9º ano, garantindo deste modo o ingresso de alunos com um nível de pré-requisitos mais próximo;
- constituição de turmas mais homogéneas;

- constituição de turmas que garanta a separação, nas diferentes disciplinas curriculares que são comuns, dos alunos que frequentam Cursos Gerais dos alunos que frequentam Cursos Tecnológicos;
- constituição de turmas que assegure a separação dos alunos que frequentam os cursos dos 1º e 3º Agrupamentos, na disciplina de Matemática (estes alunos não deverão – nunca! - frequentar esta disciplina conjuntamente);
- possibilidade dos docentes que se encontrem na situação de horário zero, ou incompleto, poderem desenvolver actividades diversas na escola, que não a obrigatoriedade de leccionar uma disciplina afim daquela – ou daquelas - para a qual possuem habilitação. Alguns docentes nesta situação vêem-se compelidos a leccionar Matemática, leccionação para a qual reconhecem não se sentir devidamente preparados (com efeito, a prestação é, em muitos casos, de qualidade inferior);
- possibilidade de desdobramento das turmas abaixo do limite dos 20 alunos;
- reforço de horas nas disciplinas de Física, Química e Português.

S8 - ESCOLA SECUNDÁRIA/3 AQUILINO RIBEIRO – OEIRAS

Data: 21.02.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Básica 2º, 3º Ciclos/Sec. Aquilino Ribeiro – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.15. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

A Presidente do Conselho Executivo encontra-se há 11 anos no exercício deste cargo. Esteve também no desempenho destas funções na Escola Secundária do Feijó.

1.16. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O órgão de gestão entende que a relação da escola com o meio é “boa”. Ao nível do pessoal administrativo e auxiliar, o trabalho desenvolvido é muito bom, sobretudo no que concerne aos alunos. Com efeito, a componente “afectiva” do trabalho que desempenham é de realçar, uma vez que contribui, em muitos casos, para a resolução de situações de conflito.

Relativamente aos docentes, deve sublinhar-se que estes foram obrigados a “reagir” quando a escola começou a “perder alunos”. A relação interpessoal entre professores é “muito boa”. Quando há professores que chegam pela primeira vez à escola são integrados rapidamente. O corpo docente é estável.

Os Directores de Turma constituem um grupo muito importante como intervenientes nas relações com os encarregados de educação. Dispendem muitas energias no estabelecimento de contactos com aqueles e, muitas vezes, a estratégia acaba por fracassar. Os encarregados de educação não comparecem na escola, mesmo com a insistência dos Directores de Turma.

A presença na escola de alunos provenientes de outros grupos culturais (essencialmente dos PALOP) tem provocado mudanças na procura. Alguns alunos acabam por procurar outros estabelecimentos, designadamente a ES Sebastião e Silva, com boa reputação. Nos últimos tempos, nota-se uma inversão deste fenómeno. A escola tem vindo a reivindicar os alunos da sua área de abrangência, sobretudo os que tendem a procurar aquela escola.

O Conselho Executivo entende que a comunidade reconhece o trabalho que têm vindo a desenvolver. A prova disso é que nunca se candidataram com uma “lista”, tendo sido sempre nomeados pela DREL, com o apoio da comunidade.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

A escola não tem elaborado um documento de “Projecto Educativo” com uma definição clara de princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino. O PEE encontra-se estruturado em torno das actividades a desenvolver. Com efeito, o Plano de Actividades encontra-se elaborado de forma bastante completa.

Ao nível dos 2º e 3º ciclos, a escola tem definido os projectos curriculares de turma, em consonância com os objectivos dos projectos curriculares de escola.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa que colaboram com o Conselho Pedagógico e com o Conselho Executivo são:

- a. os Departamentos Curriculares
- b. o Núcleo dos Cursos Tecnológicos e outros cursos de carácter profissionalizante
- c. o Conselho de Directores de Turma
- d. os Conselhos de Turma
- e. o Núcleo de Projectos de Desenvolvimento e Formação

(O RI inclui ainda nestas estruturas o Núcleo de Apoios Educativos e os SPO)

1. Departamentos Curriculares

O Departamento Curricular é o órgão de apoio ao Conselho Pedagógico que assegura a articulação na aplicação horizontal dos planos de estudo em cada ano/ciclo de ensino bem

como, a articulação vertical entre todos os ciclos de ensino Básico e Secundário. Os Departamentos integram as seguintes disciplinas ou áreas disciplinares:

- a) Departamento de Línguas e Literaturas: Grupos 02, 03, 20, 21 e 22;
- b) Departamento de Ciências Sociais e Humanas: Grupos 01, 23, 24, 25 e 10
- c) Departamento de Ciências Exactas e Naturais: Grupos 04, 11, 15 e 26
- d) Departamento de Ciências Técnicas e Económicas: Grupos 18, 19, 29 e 39;
- e) Departamento de Artes e Desporto: Grupos 05, 17, 06, 07, 08, 09, 38, 30, 13 e 28.

Os Departamentos Curriculares reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

2. Grupo Disciplinar

O grupo disciplinar é a estrutura de apoio ao Departamento em questões específicas, e que agrupa todos os professores que leccionam a mesma disciplina, ou área disciplinar, nos 2º ou 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário.

3. Conselhos de Directores de Turma

Os Conselhos de Directores de Turma são estruturas que coordenam pedagogicamente cada ciclo. Os Conselhos de Directores de Turma dos Ensinos Básico e Secundário são constituídos pelos directores de turma do ensino básico e pelos directores de turma do ensino secundário, respectivamente.

O Conselho de Directores de Turma reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

4. Conselhos de Turma

Os conselhos de turma são estruturas de orientação educativa que coordenam pedagogicamente as actividades da turma. É constituído pelos professores da turma, pelo delegado da turma, ou pelo sub-delegado, em caso de impedimento daquele, e por um representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma.

O Conselho de Turma reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que seja necessário.

5. Núcleo de Projectos de Desenvolvimento e Formação

Este núcleo é constituído pelos responsáveis por cada projecto anual de complemento curricular e pelo coordenador do Projecto Educativo e do Plano Anual de Actividades.

O Núcleo reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que seja necessário.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

A elaboração das turmas segue as orientações da legislação em vigor. A nível interno, procura-se ainda respeitar os seguintes critérios:

- Continuidade pedagógica: os grupos constituídos no ano anterior são respeitados, mesmo quando são originários de outros estabelecimentos;
- Integração dos alunos em cursos de educação-formação, de acordo com a avaliação realizada pelos SPO.

- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)*

A escola tem produzido documentos de caracterização dos alunos, tanto do ensino básico como do ensino secundário, muito detalhados, contemplando dados como: sexo, idade, NEE, avaliação especializada, repetências, SASE, escola frequentada no ano anterior, encarregados de educação (indicação do progenitor, país de origem, língua falada em casa e área de residência).

Tem produzidos também diversos documentos estatísticos que permitem fazer a análise e a reflexão dos resultados da avaliação interna das aprendizagens dos alunos, tanto do ensino básico como do ensino secundário (análise dos resultados da avaliação interna; análise dos resultados da avaliação externa, com particular enfoque nos resultados obtidos no ranking “Público” de 2003/2004), do abandono escolar, do apoio educativo e da assiduidade.

A escola produziu ainda o documento intitulado “Estatística dos Resultados Escolares” que analisa detalhadamente os dados do abandono escolar e os níveis de desempenho dos alunos, tanto do ensino básico como do ensino secundário.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de Serviços de Psicologia e Orientação, que desenvolvem actividades ao nível do aconselhamento escolar e profissional.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

A escola desenvolve os seguintes projectos/actividades: *Biblioteca Escolar/Centro de Recursos*, com diversas actividades de animação e divulgação (visitas guiadas, hora do conto, actividades de divulgação, concursos, comemorações diversas, etc.); projecto “*Adopção da Ribeira da Laje*”, no âmbito do Sistema de Escolas Associadas da UNESCO (e que surgiu no Ano Internacional da Água Doce, celebrado em 2003); o projecto *Oficina das Ideias*, do grupo de investigação-acção sobre indisciplina (GIASI), que visa actuar na prevenção de comportamentos de indisciplina; o projecto de *Tutorias*, que visa promover o acompanhamento individualizado dos alunos; o *Centro de Auto-Aprendizagem*, que visa desenvolver a autonomia da aprendizagem, apoiando alunos que o solicitem. Existem também outros projectos como o *Núcleo de Património do Concelho de Oeiras*, a *Educação Ambiental*, a *Oficina de Matemática*, e o *Português Como Segunda Língua*, além de diversas actividades no âmbito do *Desporto Escolar* e do *Programa Escolhas*.

Ao nível do ensino secundário, as actividades desenvolvidas tem sido normalmente de “apoio” ou de “compensação” (reforço) para todas as disciplinas sujeitas a exame final nacional. Todas as turmas de 12º ano têm atribuídos três segmentos fixos para gerir como reforço curricular. A fim de conseguirem disponibilizar mais horas para este efeito, foi reduzido o número de Departamentos Curriculares.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

Ao nível da oferta educativa, os dados relativos ao ano de 2003/2004 e de 2004/2005 são os que constam dos Quadros 1 e 2 (exclusivamente Ensino Secundário).

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
10º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	26	16	73	6	27
	4º Agrup. C.T. Animação Social	2	54	37	82	8	18
	10º Profissionalizante - Turismo	1	10	8	100	-	0

11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	18	16	89	2	11
	3º Agrupamento C.C. Geral	1	10	5	71	2	29
	4º Agrup. C.T. Animação Social	1	22	15	75	5	25
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	10	1	14	6	86
	3º Agrupamento C.C. Geral		12	1	10	9	90
	3º Agrup. C.T.Serv. Comerciais		4	0	0	4	100
	4º Agrup. C.T. Animação Social	1	20	9	47	10	53
Dados Globais		9	186	108	56% (média)	52	44% (média)

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
10º ANO	Curso de Ciências e Tecnologias	1	27
	Curso Tecnológico de Acção Social	2	51

11º ANO	1º Agrupamento - C.C. Geral	1	15
	4º Agrupamento – C.T. de Animação Social	2	38
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	14
	3º Agrupamento C.G. Económico-Social + C.T. Serviços Comerciais		13
	4º Agrupamento – C.T. de Animação Social	1	18
TOTAL		8	176

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

A escola definiu critérios de avaliação em todas as disciplinas do ensino secundário. Estes critérios contemplam dois domínios – cognitivo e comportamental – com pesos que oscilam entre 20-90% e 10-80%, respectivamente. Os critérios referem as competências a observar, os instrumentos a aplicar, bem como os indicadores de comportamento adoptados. Os documentos encontram-se elaborados de forma bastante completa e exaustiva.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A escola dispõe de um Núcleo de Apoio Educativo a quem compete a organização, planeamento e gestão dos apoios educativos a disponibilizar aos alunos. A escola integra 11 alunos com NEE abrangidos por medidas especiais de apoio de acordo com o DL nº319/91, de 29-08 (6 do Ensino Básico e 5 do Ensino Secundário). Além destes, existem mais 95 alunos que beneficiam de Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido (76 do Ensino Básico e 19 do Ensino Secundário). No Ensino Secundário são ministradas aulas de apoio nas disciplinas de Português, Francês, Inglês, História e Matemática.

A escola tem produzido diversos documentos que incluem dados estatísticos sobre a atribuição e frequência das medidas de apoio educativo, tendo em vista a avaliação desta medida, a nível interno.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

(...)

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados do desempenho dos alunos do 12º ano nos exames nacionais são percebidos como negativos.

Na sua maioria, os alunos terminam o 12º ano e ingressam no mundo do trabalho, conseguindo emprego no sector do comércio e serviços.

Ao nível do ensino-aprendizagem não se manifestam problemas, excepto no caso da disciplina de Inglês, que constitui um problema com alguma gravidade. Existem alunos que não conseguem concluir o 12º ano só por causa desta disciplina.

De um modo geral, os docentes envolvem-se bastante, uns mais do que outros. Chegam a ir a casa dos alunos, falar com os encarregados de educação. Até já se deu o caso de uma Directora de Turma contactar uma encarregada de educação para saber qual o seu local de trabalho, a fim de ir ter com ela para falar sobre o seu educando. Ao nível do 12º ano, manifesta-se sempre uma grande preocupação em “fazer o melhor” devido à existência dos exames finais nacionais.

O tecido social envolvente é bastante problemático, sobretudo tendo em conta que um elevado número de alunos é proveniente de famílias habitantes de um bairro de realojamento construído há cerca de três, quatro anos, aproximadamente.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

(ver ponto 1.2)

4. Aspectos positivos/negativos da escola

O órgão de gestão entende que a qualidade do ensino ministrado é “razoável”. Os alunos apresentam muitas dificuldades, nomeadamente ao nível da socialização. O domínio das atitudes tem de ser enfatizado para se conseguir “agarrar os alunos”. Aspectos como a pontualidade, a assiduidade, bem como os valores têm de ser trabalhados. Nem sempre os conteúdos constituem a primeira prioridade.

A assiduidade dos docentes é regular. No entanto, pontualmente, manifesta-se um ou outro de caso mais problemático. O caso da assiduidade dos alunos é mais complexo: muitos alunos apresentam problemas de falta de assiduidade.

Ao nível do processo de ensino-aprendizagem, de um modo geral, os docentes tentam aplicar critérios de justiça relativamente aos alunos. São muito sensíveis às suas carências económicas, sociais e afectivas. Isto significa que “se não conhecem os alunos são mais rigorosos; a partir do momento em que passam a conhecê-los melhor, tornam-se mais benevolentes, mas também necessariamente mais justos”.

A um nível mais específico, convém distinguir diferentes situações, consoante as disciplinas. Há professores que têm mais dificuldade em separar a “questão afectiva” e envolvem-se mais. Contudo, a tendência é exigir aquilo que podemos designar como “os conhecimentos mínimos”. De acordo com o contexto, os professores actuam satisfatoriamente.

Ao nível da qualidade e quantidade de equipamentos, não se verificam problemas de maior. Ao nível financeiro, existe um número significativo de alunos que se encontra abrangido pelo escalão A do SASE, e o orçamento da escola não chega para suprir essas necessidades.

O clima relacional entre docentes, alunos, funcionários e encarregados de educação é “ótimo”.

5. Opinião sobre os rankings

A escola sempre teve a preocupação de analisar os resultados da avaliação dos alunos, quer interna quer externa. No entanto, sempre se mostraram muito críticos relativamente aos chamados *rankings* de escolas. O seu entendimento é que estes *rankings* não contribuem em nada para a melhoria do funcionamento das escolas, acarretam desmotivação, afastam os alunos, colocam as escolas “de rastos”, sem nunca entrarem em linha de conta com o trabalho

que está a ser desenvolvido dentro delas, em prol dos alunos. Desonestamente, podem ganhar-se lugares no *ranking*, por exemplo, dizendo aos piores alunos para anularem a matrícula.

O órgão de gestão não entende como é que o *ranking* contribui para melhorar o sistema de ensino. As escolas públicas têm de aceitar todos os alunos enquanto as privadas não têm esses problemas. E mesmo nas escolas públicas nem todas aceitam todos os alunos. Algumas seleccionam os alunos à entrada do ciclo.

A posição que a escola ocupa nestes *rankings* inspira alguma “preocupação”, pois gostariam de a ver bem posicionada, nos lugares mais acima. Os docentes também têm manifestado alguma preocupação. No que respeita aos encarregados de educação, os mais informados procuram outras escolas. Os outros não estão informados, não lêem jornais, por isso ficam indiferentes. Os dados disponíveis indicam claramente que o número de alunos tende a diminuir devido à “má fama” deste estabelecimento.

No ano de 2004, os alunos matriculados no 12º ano realizaram exames nas disciplinas de Português B (25), História (24), Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (23), Matemática (11), Sociologia (10), Psicologia (4), Biologia (3) e Química (92). A diferença entre Classificação Interna de Frequência e Classificação Externa apresenta diferenças negativas relativamente à média nacional no caso das disciplinas de História (-21,57) e Sociologia (-28,80). Nos restantes casos, as diferenças entre CIF e CE, atingem valores inferiores à média nacional.

As classificações obtidas nos exames apresenta valores que oscilam entre 107,87 (IEDS) e 52,82 (Matemática), com diferenças relativamente à média nacional que podem variar entre – 55,96 (Sociologia) e +2,83 (Português B). As diferenças mais acentuadas verificam-se nas disciplinas de Matemática (-32,43), História (-29,6) e Sociologia (-55,96).

A média de Classificação Interna varia entre 126,67 (Português B) e 100 (Matemática), com diferenças em relação à média nacional variáveis entre –8,03 (História) e –27,17 (Sociologia). As diferenças superiores a 20 pontos manifestam-se nas disciplinas em que foi realizada prova por um reduzido número de alunos (casos da Matemática, Sociologia e Química).

A taxa de reprovação situa-se entre os 4% e os 47%, destacando-se os casos das disciplinas de Matemática (47%) e a Biologia (43%). Os valores apresentados são superiores às médias nacionais das várias disciplinas no caso das disciplinas de Matemática (+25%), Física (+13%), Química (+14%) e Biologia (+29%).

As disciplinas que apresentam uma elevada percentagem de reprovações são a Matemática (81%) e a Sociologia (80%). Seguem-se as disciplinas de Português B (4%) e de IDES (8%) com percentagens bastante inferiores. Nas restantes disciplinas não se registaram reprovações. Na sua esmagadora maioria, os alunos ingressam no Ensino Secundário com nível 3. Relativamente aos alunos que realizaram os exames do 12º ano em 2003/2004, as médias com que terminaram o Ensino Básico são as seguintes (ver Quadro 3):

QUADRO 3

Níveis	%
Três (3)	Setenta e um (71)
Quatro (4)	Vinte e sete (27)
Cinco (5)	Dois (2)

De acordo com os dados do *Concurso Nacional do Acesso ao Ensino Superior 2004*, poucos alunos conseguiram ingressar no Ensino Superior. Do total de 130 alunos inscritos para os exames nacionais, apenas 82 tencionavam apresentar candidatura ao Ensino Superior. Destes, 21 apresentaram candidatura e apenas 11 foram colocados (ver Quadro 4).

QUADRO 4

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados	Opção média de colocação
130	82	21	11	--
	63%	26%	52%	

6. Predisposição para a mudança

Ao nível das medidas a implementar, o órgão de gestão aponta o seguinte:

- reforço do orçamento da escola, sobretudo na rubrica “equipamento” - para poder desviar desta para actividades como visitas de estudo – e “materiais didácticos” – para adquirir livros, desgastáveis e material experimental; ao nível do SASE, seria importante considerar os auxílios económicos ao nível das visitas de estudo;
- requisição de um docente de Inglês só para ministrar apoios educativos aos alunos dos 2º e 3º ciclos. Eventualmente, este professor também poderia leccionar esta disciplina aos alunos do Ensino Secundário (que têm esta disciplina em atraso);
- revisão dos programas actualmente em vigor. No ano anterior, os programas foram cumpridos integralmente, mas é muito difícil atingir estes objectivos por serem muito extensos. Além disso, os mesmos apresentam-se desadequados a estes níveis etários.

O caso da disciplina de TIC também deverá merecer alguma atenção. No 10º ano esta disciplina foi desenvolvida, tendo em atenção que os alunos do 9º ano não tinham adquirido quaisquer pré-requisitos. Além disso, a maior parte destes não dispõe de computador em casa, nem está familiarizado com as novas tecnologias.

S9 - ESCOLA SECUNDÁRIA FREI GONÇALO DE AZEVEDO – CASCAIS

Data: 24.02.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária/3 Frei Gonçalo de Azevedo – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.17. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O Presidente do Conselho Executivo encontra-se no exercício destas funções, neste estabelecimento, há aproximadamente 12 anos.

1.18. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O Presidente do Conselho Executivo entende que é importante não estagnar. Já frequentou cursos de formação especializada em gestão e administração, tendo realizado o mestrado em Administração Escolar e o Curso do INA com DGRE.

Dentro da escola, tenta criar alguma inovação. Esta tem evoluído, mas não tanto quanto gostaria. Tem a convicção de que a comunidade reconhece o seu trabalho. Ao longo dos anos, foi sempre eleito por lista e mediante a apresentação de um programa próprio.

Entende que a escola é “limpa”, “personalizada”. Tempos houve em que se sentia um clima de “tensão”, por vezes “ameaçador”. Neste momento, pode dizer-se que o clima relacional entre alunos, e na comunidade em geral, é francamente “bom”.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio (pedir documentos)

Durante o ano lectivo 2004/05, a ESFGA irá proceder à avaliação do grau de execução do seu Projecto Educativo (PEE) e à reformulação do mesmo para o triénio 2005/2008 numa tarefa em que se pretende envolver todos os membros desta comunidade educativa. A coordenação

deste trabalho será da responsabilidade dos presidentes dos seus principais órgãos de gestão (Assembleia de Escola, Conselho Pedagógico e Conselho Executivo) de acordo com o seguinte calendário:

- *1º e 2º períodos lectivos* - processo de construção da proposta do novo texto do PEE (análise documental - relatórios de avaliação interna e externa, reuniões/debates com alunos, professores, pessoal não docente, pais, entidades parceiras da escola);
- *final do 2º período* - apresentação da proposta do texto do PEE;
- *3º período lectivo* - discussão do texto do novo PEE;
- *Julho de 2005* - aprovação pela Assembleia de Escola do texto final do Projecto Educativo.

As linhas estratégicas de actuação do futuro PEE são as seguintes: i) formação cívica; ii) participação na vida da escola (órgãos de gestão intermédia, alunos, professores, pessoal não docente, pais/encarregados de educação); iii) projecto curricular de escola.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, do seguinte modo:

a) Departamentos Curriculares

Os Departamentos Curriculares são constituídos pela totalidade dos docentes das disciplinas e agrupamentos de disciplinas. São coordenados por professores profissionalizados, eleitos de entre os docentes que os integram, não sendo elegíveis os membros de órgãos de administração e gestão da escola. Os Departamentos Curriculares reúnem-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que sejam convocados pelo respectivo coordenador, por sua iniciativa, ou a requerimento de dois terços dos seus membros.

Os Departamentos Curriculares constituídos são os seguintes:

- Línguas Românicas (8ºA e B);
- Línguas Germânicas (9º);

- Matemática (1º);
- Ciências Experimentais (4ºA; 11ºB);
- Ciências Humanas (10ºA; 10ºB; EMRC; EMRE; DPS);
- Ciências Sociais (7º; 11ºA);
- Tecnologias (2ºB; 12ºB; 6º; 12ºC; ITI);
- Artes (5º; ET);
- Educação Física (EF).

b) Conselhos de Turma

Os Conselhos de Turma são constituídos pelo conjunto dos seus professores, por um delegado dos alunos e por um representante dos pais. Nas reuniões de Conselho de Turma destinadas à avaliação sumativa dos alunos, apenas participam os membros docentes.

O Conselho de Turma é coordenado pelo Director de Turma, nomeado pelo órgão executivo, de entre os professores profissionalizados da turma.

Em cada ano escolar, antes de se iniciarem as actividades lectivas em cada turma, o Conselho Executivo convocará Conselhos de Turma destinados a preparar a recepção aos alunos.

c) Coordenação de Ano

Os Directores de Turma de cada ano de escolaridade elegem, de entre os seus membros, um coordenador de ano. O Conselho de Directores de Turma de um dado ano de escolaridade reúne, pelo menos, uma vez por trimestre ou sempre que para isso seja convocado pelo respectivo coordenador, por indicação do Conselho Pedagógico, do órgão executivo, ou por solicitação de um dos seus membros.

· Identificação de critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários

Ao nível do Ensino Secundário, as classificações das disciplinas nucleares do 9º ano funcionam como critérios de prioridade na escolha do curso do ensino secundário. Assim sendo, torna-se necessário: i) analisar individualmente os processos dos alunos para admissão ao 10º ano, considerando o seu percurso ao longo do 3º ciclo nas áreas disciplinares consideradas nucleares em cada um dos Cursos Científico-Humanísticos e Tecnológicos; ii) dar prioridade aos alunos que no ano lectivo anterior não tiveram problemas disciplinares; iii) não incluir na mesma turma, na Língua Estrangeira, alunos que pertençam a cursos diferentes.

· *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes)*

A escola iniciou, no ano 2003/2004, a implementação do programa de auto-avaliação institucional da escola – Programa AVES. Trata-se de um processo a desenvolver em três anos que visa ajudar a reflectir sobre a escola enquanto organização, analisando os processos que nela se desenvolvem, definindo-lhe um rumo estratégico. É uma tarefa coordenada, articuladamente, pela Assembleia de Escola, o Conselho Pedagógico e o Conselho Executivo. Foram já devolvidos à escola os primeiros relatórios. No início de Setembro, foi realizada a primeira sessão de reflexão sobre a informação contida nesses relatórios.

O Programa teve o seu início no ano 2000 e a ele aderiram, numa primeira fase, treze escolas, estatais e não estatais, de modo voluntário. No ano 2002, no início do ano lectivo 2002/2003, deu-se início a uma segunda fase, envolvendo um número mais alargado de escolas que ministrem o ensino secundário, sejam elas básicas ou secundárias, compreendendo nesta avaliação tanto o 3º ciclo do ensino básico, como o ensino secundário. A calendarização prevista é a seguinte:

➤ Ano lectivo 2003/04

1º Relatório (Dezembro de 2003) - Conhecimentos dos alunos a Língua Portuguesa, Matemática, História e Ciências Naturais (7ºano);

2º Relatório (Abril de 2004) - OCV (opinião dos alunos, pais e professores sobre a escola; contexto em que a escola se insere; valores e atitudes, estratégias de aprendizagem nos alunos do 7º, 9º e 11º anos);

3º Relatório (Julho de 2004) - Conhecimentos dos alunos a Língua Portuguesa, Matemática, História e Ciências Naturais (9º e 11º ano).

➤ Ano lectivo 2004/05

(brevemente) 1º Relatório (Novembro de 2004) - Conhecimentos dos alunos a Língua Portuguesa, Matemática, História e Ciências Naturais (7ºano).

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de Serviço de Psicologia e Orientação, que faz o acompanhamento pontual de casos, sempre que é solicitado para tal. O acompanhamento visa orientar as saídas profissionais ou o prosseguimento de estudos.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

Com vista à consecução dos objectivos definidos, e a definir, no PEE (ver ponto 2.1) a escola desenvolve múltiplos projectos e actividades, como forma de responder às necessidades da sua população-alvo, e que são os seguintes:

- *Projecto de Pais*: este projecto procura abordar temáticas diversas, e acordo com os interesses dos encarregados de educação (as regras, as relações pais/filhos, a relação com a escola, a adolescência...);
- *Projecto CRE/Acção*: que compreende diversas iniciativas com vista a converter a CRE num centro de aprendizagens dinâmico;
- *Projecto A Magia da Imagem*: que desenvolve actividades no âmbito da tecnologia da fotografia – imagem e fotografia digital;
- *Projecto Saud@vel*: que visa o desenvolvimento de competências na área da saúde (em colaboração com o Centro de Saúde, e com o PES);
- *Projecto Netlink*: que incide no desenvolvimento de actividades no âmbito da informática e da comunicação;
- *Projecto P@ciência*: que tem como objectivo a promoção do desenvolvimento cognitivo dos alunos (3º ciclo).

Além destes, a escola desenvolve ainda o *Grupo de Teatro*, o *projecto Rádio Activa*, o *Atelier de Artes Plásticas*, a *Sala Multiusos*, diversas *Exposições*, entre outras.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

No ano lectivo 2003/2004, a oferta de cursos e a organização das turmas é que consta do Quadro nº 1.

QUADRO 1 – Rede do Ensino Secundário 2003/04

1.1. ANO LECTIVO 2003/2004							
Ano	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
10º Ano	1º Agrupamento	2	43	29	67%	14	33%
	2º Agrupamento	1	18	8	56%	10	44%
	4º Agrupamento	1	22	14	67%	8	33%
	C. Tecnológico	2	41	29	71%	12	29%
11º Ano	1º Agrupamento	2	27	25	93%	2	7%
	2º Agrupamento	1	9	5	56%	4	44%

	4º Agrupamento	1	15	4	27%	11	73%
	C.Tecnológico	1	17	16	94%	1	6%
2º Ano	1º Agrupamento	2	55	29	53%	26	47%
	4º Agrupamento	1	8	7	88%	1	12%
		1	22	10	45%	12	55%
		1	11	2	18%	9	82%
Dados Globais		16	288	178	(média) 61,25%	109	(média) 38,5%

No ano lectivo em curso, a oferta de cursos e a organização das turmas é a que consta do Quadro nº 2.

QUADRO 2 - Rede Escolar 2004/2005

2.1. ANO LECTIVO 2004/2005			
Ano	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
7º	Ens. Básico	5	122
8º	Ens. Básico	5	115
9º	Ens. Básico	3	78
	T4 – Ac. Crianças (2º ano)	2	23
	T4 – Electricista (2º ano)	2	20
10º ANO	Curso de Ciências e Tecnologias	2	49
	Curso de Ciências Sociais e Humanas	1	28
	Curso de Artes Visuais	1	26
	Curso Tecnológico de Administração	1	26
	Curso Tecnológico de Acção Social	2	53
	Curso Tecnológico de Electrotecnia/Electricidade	1	27
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	2	32
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	12

	4º Agrupamento C.C. Geral	1	14
	Curso Tecnológico de Administração	2	28
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	2	37
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	8
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	14
	Curso Tecnológico de Administração	1	20
TOTAL		36	732

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

Em consonância com o DN nº338/93, de 21 de Outubro, em termos de avaliação, foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

- 10º e 11º anos
 - competências / conhecimentos – 90%;
 - atitudes / valores – 10%.
- 12º ano:
 - competências / conhecimentos – 95%;
 - atitudes / valores – 5%.

As tarefas a desenvolver ao nível dos Departamentos Curriculares e dos Conselhos de Turma são as seguintes, ao nível dos Ensinos Básico e Secundário, são as seguintes:

- i) operacionalização destes critérios nos diferentes instrumentos de avaliação (fichas, relatórios, testes, trabalhos de casa, trabalhos de grupo, trabalhos de pesquisa, trabalhos experimentais e participação);

- ii) operacionalização dos critérios de avaliação atrás indicados na grelha de avaliação aprovada pelo CP;
- iii) operacionalização da avaliação das áreas curriculares não disciplinares;
- iv) formas de participação dos alunos e encarregados de educação no processo de avaliação.

As tarefas a desenvolver por parte de cada professor são as seguintes:

- i) informar os alunos, logo no início do ano lectivo, dos critérios de avaliação em vigor;
- ii) articular com cada Projecto Curricular de Turma a grelha trabalhada em Departamento Curricular;
- iii) articular este instrumento com o processo de auto-avaliação dos alunos;
- iv) esta grelha de avaliação, devidamente preenchida, será obrigatoriamente entregue ao DT até 48h antes da reunião de avaliação de final de cada período lectivo e faz parte do material a apresentar pelo DT para verificação após o CT de avaliação;
- v) posteriormente, serão as várias grelhas de cada disciplina arquivadas no dossier de turma para servir de suporte às reuniões e outros contactos do DT com os encarregados de educação.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A escola dispõe de um Núcleo de Apoios Educativos.

Ao nível das Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido (APA), os critérios de distribuição são os seguintes: i) em primeiro lugar, privilegiam-se os alunos com Necessidades Educativas Especiais, cujo PEI especifica os apoios e as modalidades a implementar (nesta prioridade incluem-se todos os alunos provenientes de países estrangeiros); ii) as horas sobrantes são distribuídas pelos alunos, conforme o risco de insucesso previsto em Conselho de Turma ou pelo Director de Turma.

A escola integra mais de 20 alunos abrangidos pelo DL nº319/91, 2 destes integrados no Ensino Secundário. No ano anterior, a escola disponibilizou aulas de Apoio Pedagógico Acrescido a mais de 60 alunos, incluindo aqueles que apresentavam NEE.

A escola dispõe de uma “bolsa de horas” para apoios que atribui em função das necessidades identificadas no ano anterior, mediante proposta apresentada pelos Conselhos de Turma.

A experiência desenvolvida com a chamada “Sala de Estudo” não conseguiu resultados positivos. Daí que a escola tenha optado pela implementação de apoios de acordo com um modelo mais próximo do chamado “reforço curricular” (vulgo “extensão curricular”). Nos horários, apenas são assinaladas as horas que são leccionadas na(s) disciplina(s) em que o aluno necessita mesmo do apoio.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

O projecto “Os Pais na Escola” diz muito sobre o trabalho desenvolvido com os pais/encarregados de educação com vista a promover uma relação saudável entre os adolescentes e os pais. Este projecto destina-se a promover a partilha e a reflexão sobre as dificuldades sentidas no que se refere ao processo de desenvolvimento dos adolescentes e à sua relação com a família e com a escola. As actividades desenvolvem-se em duas vertentes diferentes: i) encontros temáticos com a participação de um convidado especial e ii) sessões de conversas” (com o grupo de psicólogas da Fundação parceira).

No entanto, convém referir que, neste momento, não se encontra constituída Associação de Pais.

A escola desenvolve diversas parcerias com a Câmara Municipal de Cascais, com a Junta de Freguesia, IIE (actual DGIDC), Cruz Vermelha Portuguesa, e com diversas escolas de diversos graus de ensino. Estas parcerias sustentam diversos projectos que a escola desenvolve anualmente, tal como consta do PAA. Desenvolve também acordos/parcerias com diversas entidades/empresas, com o objectivo de organizar os estágios dos PF-EI.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, o Conselho Executivo entende que os resultados conseguidos nos Exames Nacionais do 12º ano são bastante negativos. No entanto, chama a atenção para o facto de um número significativo de alunos que frequenta anualmente o Ensino Secundário não tencionar prosseguir estudos, ingressando no Ensino Superior. Este facto pode ser constatado através dos dados do “Acesso ao Ensino Superior”. A partir da análise dos dados de 2004, podemos verificar que dos 152 alunos inscritos para exame, apenas 109 tencionavam candidatar-se.

Destes, 23 alunos apresentaram efectivamente candidatura, tendo sido colocados 20 na 1ª fase (ver dados do Quadro 3).

QUADRO 3

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2004

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase	Opção média de colocação
131	94	32	25	1,68
	72%	34%	78%	

Os alunos que terminam, ou não, o Ensino Secundário, procuram ingressar rapidamente no mercado de trabalho, conseguindo empregos pouco qualificados, como caixas de supermercado, ou ainda trabalhando conjuntamente com os pais. No entanto, há que referir que a escola não dispõe de nenhum indicador fiável que permita fazer o diagnóstico completo desta situação.

Existe um grande envolvimento do pessoal docente e não docente na resolução de problemas do foro escolar. Caso tal situação não se verificasse, o órgão de gestão não conseguiria “fazer nada”. Claro que existem sempre pessoas mais empenhadas do que outras, mas os que são empenhados estão em maioria.

O meio envolvente é adverso e as pessoas, às vezes, também se saturam. Certamente que, em muitos casos, torna-se necessário dar apoio ao aluno, mas também à sua própria família. Os sentimentos de saturação relativamente a situações mais exigentes, do ponto de vista social e humano, são mais frequentes nos professores do Ensino Básico, do que nos do Ensino Secundário.

Há uns tempos atrás, a escola realizou uma experiência designada como “Espaço Aberto”. Num dia de Sábado, a escola organizou um encontro sem qualquer convocatória, e sem qualquer agenda, para que se pudesse discutir de forma aberta e livre. O grande objectivo desta acção era levar a comunidade a elencar todo um conjunto de problemas da escola. Deste modo, as pessoas manifestaram os seus interesses. Houve apenas a preocupação de organizar

uma refeição para que os interessados pudessem permanecer, caso quisessem aproveitar todo o dia naquele espaço. De acordo com o balanço realizado, estiveram presentes aproximadamente 60 professores e 8/9 funcionários (regime de voluntariado).

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

(ver resposta aos pontos 1.1. e 1.2.)

4. Aspectos positivos/negativos da escola

Genericamente, o Presidente do Órgão de Gestão entende que a qualidade do ensino ministrado é “boa”, embora não possa ser considerada como “muito boa”. Com efeito, a qualidade pode melhorar caso sejam desencadeados alguns mecanismos de actuação, nomeadamente:

- avaliação dos docentes (aspecto que, actualmente, não passa de uma mera formalidade);
- prestação de contas acerca do trabalho desenvolvido, por parte da escola.

O contexto é muito “fechado”, o trabalho do professor decorre de forma muito solitária, pouco colaborativa com os seus pares. As salas de aula “estão blindadas”.

De um modo geral, os professores são rigorosos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e avaliação, excepto nas situações dos “Sistemas Digitais”, “IDES” e “Psicossociologia”, que, episodicamente, no ano passado, correram muito mal. Os alunos estavam muito mal preparados, além de que os professores se mostraram bastante problemáticos na relação com os alunos.

No ano anterior, a taxa de sucesso global foi de 67%. Ao nível do 12º ano, as taxas de aprovação oscilaram entre 18% e 88%.

A assiduidade é considerada regular, tanto ao nível dos docentes como dos discentes. Há um caso que pode ser referido: a utilização do artigo que permite justificar tratamentos, consultas, etc., por parte do pessoal docente. Nota-se que, tanto professores como funcionários às vezes abusam, uma vez que poderiam marcar estas actividades noutras horas.

Ao nível dos alunos, manifestam-se algumas situações de abandono. No Ensino Secundário, em particular, a taxa de abandono atinge os 16-18%.

Os equipamentos/instalações revelam uma qualidade satisfatória. O pavilhão utilizado está localizado fora da escola – pertence à Junta de Freguesia – tornando-se difícil gerir o tempo escolar destinado às actividades de Educação Física (por vezes, verificam-se assaltos, outras vezes atrasos no cumprimento dos horários...).

No geral, como já foi referido, o clima relacional é bom, mostra-se tolerante, não se verificam, por exemplo, problemas de racismo como noutros estabelecimentos. Pontualmente, podem ocorrer alguns episódios menos agradáveis. A escola apresenta uma “boa imagem” junto da comunidade. Tem desenvolvido um bom trabalho de articulação escola-família.

5. Opinião sobre os rankings

O presidente do Conselho Executivo manifesta-se a favor dos rankings de escolas. No entanto, não concorda com a metodologia adoptada, e muito menos com o facto de ser o Ministério da Educação a divulgar os dados à comunicação social, deixando-a tratar do modo como trata.

Certamente que os dados devem ser publicitados e o sistema deve ser transparente. No entanto, há que entrar em linha de conta com outros factores, isto é, outras variáveis que condicionam os níveis de desempenho dos alunos.

A posição ocupada pela escola deixa o órgão de gestão incomodado. Se as pessoas não tivessem a consciência clara do trabalho que, efectivamente, tem vindo a ser desenvolvido ficariam seriamente “traumatizadas” com os resultados devastadores dos rankings. Ainda por cima, este ano, a escola aparece nos lugares mais baixos, contrariamente à tendência dos anos anteriores, o que leva a pensar que se trata de um “fenómeno episódico”. Com efeito, no ano passado a escola ocupava a posição 389; este ano, ocupa o lugar 535.

No ano de 2004, os alunos matriculados no 12º ano realizaram exames nas disciplinas de Português B (78), Matemática (61), Biologia (46), Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (37), Psicologia (22), Física (8), Química (6), História (6) e Português A (5).

A média da Classificação Interna de Frequência varia entre 114,87 (Português B) e 149,46 (IDES), com diferenças significativas relativamente à média nacional apenas no caso de

Química (-20,79). Nas restantes disciplinas, os valores oscilam entre -12,30 (Psicologia) e +18,20 (IDES).

A média da Classificação Externa apresenta valores variáveis entre 68,67 (História) e 140,20 (Português A), com diferenças significativas relativamente à média nacional – mais de 20 pontos – nos casos de História, IDES e Português B. Refira-se ainda os casos das disciplinas que registaram médias de classificação superiores à média nacional: Psicologia, Física, Química e Português A.

A diferença entre Classificação Interna de Frequência e Classificação Externa atinge os valores mais elevados nos casos das disciplinas de Matemática (-50,56), Biologia (-53,74), IDES (-66,32) e História (-51,33). As diferenças relativamente às médias nacionais situam-se entre os valores -44 (IDES) e +35,19 (Português A). No entanto, deve referir-se o caso das disciplinas que apresentam uma diferença CIF-CE inferior à média nacional: Psicologia, Física, Química e Português A.

A taxa de reprovação situa-se entre os 9% (Psicologia) e os 33% (História), destacando-se os casos das disciplinas de Matemática (47%) e a Biologia (43%). Nas disciplinas de IDES, Física, Química e Português A não se registaram reprovações.

Em suma, os rankings só interessam como objecto de análise e sempre na perspectiva de serem utilizados com as devidas limitações.

Os resultados não se reflectem na “auto-estima” dos docentes porque estes estão de consciência tranquila relativamente ao trabalho desenvolvido. Ao nível da procura, não se detectam quaisquer efeitos, uma vez que a procura tem vindo a aumentar.

6. Predisposição para a mudança

O presidente do Conselho Executivo entende que há um conjunto de “medidas de fundo” que seriam importantes para, no futuro, a escola poder trabalhar para o sucesso dos alunos de uma forma mais eficaz:

- rever a Lei de Bases do Sistema Educativo levando a que, a partir do 6º ano, os alunos passem a frequentar Escolas Secundárias;
- rever a avaliação do desempenho da Carreira Docente, criando mecanismos que permitam premiar os docentes que revelam um “bom desempenho”;
- elevar os padrões de exigência nas escolas, no trabalho docente, na família;

- reduzir o número de alunos por turma (com efeito, nalguns casos, este número é muito elevado e compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem).

Relativamente a adopção de medidas que visem inverter os resultados de desempenho dos alunos, e que impliquem a intervenção directa dos serviços do Ministério da Educação, a escola não solicita nada. Têm vindo a desenvolver uma série de medidas e mais não pode fazer. Há que ter em atenção que o tecido social envolvente apresenta características muito particulares (bairros sociais de classes desfavorecidas).

Ao nível de outras medidas, a escola procura estimular os alunos, ou as turmas, que apresentam melhores resultados, por exemplo: pagando um passeio de fim de ano aos alunos da turma que revelou um comportamento exemplar, ou outra prestação digna de referência e destaque. Ao aluno que conseguir melhor média, a escola disponibiliza-se para pagar os manuais escolares no ano seguinte. Estas medidas procuram estimular ou incentivar o sucesso dos alunos.

S10 - ESCOLA SECUNDÁRIA/3 JOSEFA DE ÓBIDOS – LISBOA

Data: 01.03.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária/3º Ciclo Josefa de Óbidos – Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.19. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

A Presidente do Conselho Executivo encontra-se há 4 anos no desempenho destas funções. No ano anterior, o Órgão de Gestão foi eleito por lista. Na equipa do anterior Conselho Executivo, já desempenhado as funções de Vice-Presidente.

1.20. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

Este é um tipo de trabalho que gosta de desempenhar, e para o qual a Presidente sente que tem disponibilidade. Na altura em que se candidataram, sentiu que esta equipa poderia introduzir algum rumo ao trabalho pedagógico a desenvolver. É certo que há muitas coisas novas que têm de aprender, têm essa consciência clara. Mas estão dispostos a avançar com muita energia.

A escola apresenta uma grande estabilidade, em termos de corpo docente. No geral, sentem que o seu trabalho é reconhecido.

Convém referir que, aquando da última visita da IGE à escola, não foram apontadas situações irregulares graves, ou excepcionalmente graves

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio (pedir documentos)

O lema do Projecto Educativo é “educar para o sucesso”.

Ao nível do PEE, os objectivos definidos são os seguintes:

- Ensino Básico: apostar num ensino básico de qualidade que permita adquirir o perfil de competências previsto no Currículo Nacional;
- Ensino Secundário: desenvolver um ensino secundário que, a par de uma preparação pré-universitária e pré-profissional, inclua uma formação humanista conducente ao desenvolvimento integral dos jovens. Afigura-se ainda importante a criação de estágios para os alunos que frequentam os cursos tecnológicos, de modo a facilitar a inserção no mundo do trabalho.

A equipa do órgão de gestão está a pensar reformular o PEE no próximo ano, uma vez que sentem alguma necessidade – e até urgência – em definir um “novo rumo” para a escola, bem como em dar-lhe uma outra “imagem”. Existem aspectos importantes a considerar na reformulação: i) reabilitar a segurança da escola; ii) requalificar os espaços; iii) apetrechar a escola com novos equipamentos; iv) reavaliar a “política dos Apoios Educativos”.

Os apoios individuais – APA’s – não funcionam, bem como as estratégias do tipo “Sala de Estudo. Por isso, há que definir estratégias que visem otimizar os recursos dispendidos nos Apoios Educativos. Deve sublinhar-se que a escola integra um número significativo de alunos provenientes de diversos países, não só dos PALOP. Estes alunos apresentam muitas necessidades educativas e, só este facto, justifica plenamente uma revisão do PEE, uma vez que urge dar resposta a estas necessidades.

Ao nível do Ensino Básico, a escola tem definidos os Projectos Curriculares de Turma que apresentam elementos de diagnóstico/caracterização da turma bastante detalhados e completos, o que facilita o trabalho a desenvolver por parte dos Conselhos de Turma.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99, do seguinte modo:

1. Departamentos Curriculares

Os departamentos Curriculares existentes são em número de oito:

- Matemática (1º Grupo);

- Ciências Naturais e Experimentais (4º Grupo, 11º Grupo B);
- Artes e Educação Tecnológica (5º Grupo, Educação Tecnológica);
- Ciências Económicas e Administração (6, 7º e 12º C Grupos);
- Ciências Sociais e Humanas (10º A, 10º B, 11º A e ERMC);
- Português e Línguas Românicas (8º A e B Grupos);
- Línguas Germânicas (9º Grupo);
- Educação Física (Grupo de EF).

2. Conselhos de Turma

Os Conselhos de Turma são constituídos, nos termos da lei, pelos professores da turma, um delegado dos alunos e um representante dos encarregados de educação. O Conselho de Turma é convocado pelo presidente do conselho executivo, nos termos da lei, e pelo director de turma, sempre que este o entender ou por solicitação de professores, alunos ou encarregados de educação, mediante aprovação do Conselho Executivo.

3. Conselhos de Directores de Turma

Os Coordenadores dos Directores de Turma têm como funções orientar os directores de turma nos domínios curriculares, da avaliação e disciplinares e assegurar a articulação dos directores de turma com o Conselho Pedagógico.

4. Coordenadores das Áreas Curriculares não Disciplinares

Existem dois Coordenadores para as áreas curriculares não disciplinares designadas como Área de Projecto e Estudo Acompanhado. Estes são designados pelo Conselho Executivo.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

Os critérios adoptados na constituição das turmas e na elaboração dos horários são os que constam da legislação em vigor. Cada Agrupamento do Ensino Secundário tem apenas uma turma, por isso, não há grande margem de manobra. Ao nível do 3º ciclo, existe uma preocupação maior com os 7º anos. A oferta da disciplina de Espanhol também condiciona a constituição de, pelo menos, uma turma. De um modo geral, a escola tenta constituir turmas homogêneas, do ponto de vista das idades dos alunos.

Ao nível dos horários, são adoptados os critérios da antiguidade, da continuidade pedagógica e das próprias preferências docentes. As turmas do Ensino Básico e os 12º anos são organizados no turno da manhã; os 10º e 11º anos são organizados no turno da tarde. O corpo docente é relativamente estável (cerca de 80% são do quadro deste estabelecimento).

· Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes)

(...)

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de SPO - Serviços de Psicologia e Orientação - que faz o acompanhamento pontual de casos, sempre que é solicitado para tal.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

Os alunos são maioritariamente provenientes de meios sócio-culturais desfavorecidos. No ano lectivo 2002/03, cerca de 64% dos encarregados de educação dos alunos do ensino Básico e 52% dos alunos do Ensino Secundário possuíam habilitações mínimas. Os recursos económicos da maior parte das famílias é baixo (uma elevada percentagem de alunos candidata-se aos apoios do SASE e cerca de 50% recebe subsídio).

A escola é perspectivada pelos alunos como um local de sociabilidade (sobretudo, para os alunos do Ensino Básico), passando a ser considerada pelos alunos do Ensino Secundário

também como um espaço de preparação para o prosseguimento de estudos superiores ou preparação para a vida activa.

O insucesso escolar é elevado, embora o abandono, até agora, não tenha atingido níveis alarmantes.

A indisciplina e a falta de motivação para os estudos têm sido referidas pelos professores como a causa do insucesso, o qual, por sua vez, reproduz alguma desmotivação para o seu próprio trabalho, sobretudo por não se perspectivarem soluções abrangentes.

A escola desenvolve múltiplos projectos/actividades, dos quais se salientam os seguintes: *Biblioteca Escolar/Centro de Recursos*, que se constitui como um pólo dinamizador de diversas actividades (jornal escolar, sessões de esclarecimento/debate, feira do livro, outras); *Atelier de Educação Geográfica*, que desenvolve projectos de pesquisa na área da Geografia, com recurso às novas tecnologias de informação geográfica (TIG's); *Atelier de Cerâmica e Artes Plásticas*, que desenvolve actividades de ocupação dos tempos livres de alunos, sobretudo de alunos com dificuldades de integração escolar; e *Actividades Desportivas*, que incluem uma série de modalidades.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

No ano lectivo em curso, a oferta de cursos e a organização das turmas é que consta do Quadro 1.

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
7º	Ensino Básico	4	86	71	83%	15	17%

8º	Ensino Básico	4	73	57	78%	16	22%
9º	Ensino Básico	3	59	47	80%	12	20%
9º	CEF Operador de Informática	2	20	20	100%	0	0%
TOTAIS DO BÁSICO		13	238	195	82%	43	18%
10º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	5	107	88	82%	19	18%
	3º Agrupamento C.C. Geral	3	53	39	74%	14	26%
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	17	13	76%	4	24%
	3º Agrup. C. Tecn.Administração	1	19	14	74%	5	26%
TOTAIS DO 10º ANO		5	115	78	68%	37	32%
11º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	19	17	89%	15	11%
	3º Agrupamento C.C. Geral	1	13	11	85%	3	15%
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	16	13	81%	6	19%
	3º Agrup. C. Tecn.Administração	1	11	11	100%	4	0%
TOTAIS DO 11º ANO		4	59	52	88%	7	12%
12º ANO	1º Agrupamento C.C. Geral	1	32	-	-	-	-
	2º Agrupamento C.C. Geral	1	9	-	-	-	-

	3º Agrupamento C.C. Geral	1	13	-	-	-	-
	4º Agrupamento C.C. Geral	1	14	-	-	-	-
	3º Agrup. C. Tecn.Administração	2	16	-	-	-	-
TOTAIS DO 12º ANO		6	84	-	-	-	-
TOTAIS DO SECUNDÁRIO		15	258	-	-	-	-

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
ANO	CURSO	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS
7º	Ensino Básico	5	99
8º	Ensino Básico	4	99
9º	Ensino Básico	3	77
8º	CEF - Operador de Informática	3	42
8º	CEF – Acompanhante de Crianças	1	17
9º	CEF – Empregado Comercial	1	13
TOTAIS DO BÁSICO		17	347
10º ANO	Ciências e Tecnologias	1	30
	Ciências Sócio-Económicas	1	22

	Ciências Sociais e Humanas	1	21
	Curso Tecnológico de Administração	1	26
TOTAIS DO 10º ANO		4	99
11º ANO	1º Agrupamento - C.C. Geral	1	20
	3º Agrupamento - C.C. Geral	1	16
	4º Agrupamento - C.C. Geral	1	32
	3º Agrup. C. Tecnológico de Administração	1	18
TOTAIS DO 11º ANO		4	86
12º ANO	1º Agrupamento - C.C. Geral	1	37
	3º Agrupamento - C.C. Geral	1	22
	4º Agrupamento - C.C. Geral	1	21
	3º Agrup. C. Tecnológico de Administração	1	10
TOTAIS DO 12º ANO		6	90
TOTAIS DO SECUNDÁRIO		12	275

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

Em consonância com o DN nº338/93, de 21 de Outubro, a escola tem definidos critérios de avaliação em todas as disciplinas que constam dos planos de estudos em vigor para o Ensino

Secundário. São considerados três domínios avaliativos: cognitivo, sócio-afectivo e psico-motor. Ao nível do 12º ano, os pesos atribuídos, nas diferentes disciplinas, a estes diferentes domínios, são os seguintes:

1. Matemática/Métodos Quantitativos
 - Domínio Cognitivo – 80%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%.

2. Ciências Físico-Químicas/Física/Química
 - Domínio Cognitivo – 70%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%;
 - Domínio Psico-Motor – 10%.

3. Geometria Descritiva
 - Domínio Cognitivo – 40%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%;
 - Domínio Psico-Motor – 40%.

4. Teoria do Design/História da Arte
 - Domínio Cognitivo – 80%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%.

5. MTEP/Oficina das Artes
 - Domínio Cognitivo – 50%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%;
 - Domínio Psico-Motor – 30%.

6. TOE/TAP/TEC
 - Domínio Cognitivo – 75%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 15%;
 - Domínio Psico-Motor – 10%.

7. Economia/Sociologia/Direito/Psicossociologia
 - Domínio Cognitivo – 85%;

- Domínio Sócio-Afectivo – 15%.
8. Português/Francês/Espanhol
- Domínio Cognitivo – 75%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 25%.
9. Inglês/Alemão
- Domínio Cognitivo – 80%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%.
10. História
- Domínio Cognitivo – 85%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 15%.
11. Introdução à Filosofia/Filosofia
- Domínio Cognitivo – 80%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%.
12. Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social
- Domínio Cognitivo – 80%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 10%;
 - Domínio Psico-Motor – 10%.
13. Biologia/Ciências da Terra e da Vida/Geografia
- Domínio Cognitivo – 80%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%.
14. Técnicas Laboratoriais de Biologia/Geologia
- Domínio Cognitivo – 60%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 20%;
 - Domínio Psico-Motor – 20%.
15. Técnicas Laboratoriais de Física/Química
- Domínio Cognitivo – 50%;
 - Domínio Sócio-Afectivo – 30%;

- Domínio Psico-Motor – 20%.

16. Educação Física

- Domínio Cognitivo – 20%;
- Domínio Sócio-Afectivo – 40%;
- Domínio Psico-Motor – 40%.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A escola dispõe de um docente de apoio educativo, que acompanha os alunos com NEE, com Plano Educativo elaborado ao abrigo do Decreto-Lei nº319/91, de 23 de Agosto. Este ano, a escola integra 7 alunos abrangidos pelo Regime Educativo Especial (4 do Ensino Básico; 3 do Ensino Secundário). Os alunos que beneficiam de outro tipo de apoios são em número de 23 (ver Quadro 3).

QUADRO 3

Curso	Alunos abrangidos pelo REE (DL 319/91)	Alunos que beneficiam de outros apoios
3º Ciclo	4	23
Secundário	3	0
TOTAL:	7	23

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

O relacionamento da escola com as famílias dos alunos tem evoluído, nomeadamente por força do novo enquadramento legal da gestão das escolas. Os Directores de Turma têm desenvolvido esforços consideráveis para um maior envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo visto ser, muitas vezes, a família a responsável pelo insuficiente acompanhamento e orientação dos alunos. De facto, a educação e a formação só serão conseguidas com a convergência de esforços e estratégias educativas. Todavia, a

participação das famílias, de forma organizada em Associação de Pais, ainda não foi conseguida.

O relacionamento com os representantes das actividades económicas e culturais do meio em que a escola está inserida tem acontecido, em particular, para efeitos de angariação de meios, ou subsídios, para actividades escolares a desenvolver. No entanto, destacam-se iniciativas a que a escola tem aderido, ou promovido, em articulação com outras entidades (exemplos: os programas de promoção da sexualidade, de prevenção da toxicodependência e sida, luta contra o tabagismo, entre outros).

A criação de cursos de educação-formação tem levado a escola a estabelecer acordos de parceria com diversas empresas, com o objectivo de organizar a componente de estágios.

A escola recebe o apoio dos diversos órgãos autárquicos, destacando-se as Juntas de Freguesia da área em que a escola se insere e a Câmara Municipal de Lisboa. Em termos globais, a relação com a Junta de Freguesia do Santo Condestável foi considerada de “excelente”.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

Os resultados dos exames nacionais do 12º ano foram analisados pelo Conselho Pedagógico e pelos Departamentos Curriculares. Entendem que os baixos níveis de desempenho são justificados por “razões sociais”. A população escolar apresenta características muito complexas em termos de percurso escolar. Tendo este aspecto presente, os resultados conseguidos não são assim tão negativos.

Um número significativo de alunos conclui o Ensino Secundário sem quaisquer expectativas de prosseguir estudos no Ensino Superior. De acordo com os dados do Concurso Nacional de Acesso 2004, dos 117 alunos inscritos para exame, apenas 98 tencionavam candidatar-se. Destes, apenas 27 apresentou candidatura, tendo sido colocados 17 na 1ª fase. Os dados são os que contam do Quadro 4.

QUADRO 4

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase
117	98	27	17
	84%	28%	63%

Sobre a empregabilidade dos alunos não dispõem de dados exactos.

No próximo ano, tanto o pessoal docente como não docente irá colaborar na alteração da distribuição de serviço e na elaboração dos horários. A receptividade a esta ideia tem sido muito positiva.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

O Conselho Executivo tem consciência de que a escola apresenta uma “imagem muito negativa” junto da comunidade envolvente. Há muito trabalho a fazer, por isso o Conselho Executivo está disposto a investir numa acção educativa de qualidade, que ajude a desmontar esta imagem.

4. Aspectos positivos/negativos da escola

De um modo geral, a qualidade do ensino ministrado é razoável, atendendo às condições do meio, às características dos alunos e das suas famílias. Há, contudo, alguns aspectos que poderiam ser melhorados, proporcionando outras condições aos alunos, por forma a qualificar o ensino.

Ao nível da assiduidade dos docentes, manifestam-se alguns problemas, sobretudo da parte daqueles que são mais idosos. Estes faltam bastante.

A assiduidade dos alunos apresenta alguns aspectos que se podem considerar “dramáticos”, sobretudo no Ensino Básico. No Ensino Secundário, os alunos faltam menos.

O fenómeno do abandono escolar também mostra índices muito elevados no Ensino Básico, mais do que no Ensino Secundário.

No que se refere à avaliação das aprendizagens, o “corpo docente é muito permissivo”, “benevolente nalguns casos” (maioria). Todavia, há docentes que são mais rigorosos. Mas como a população escolar, no geral, mostra dificuldades, “a fasquia dos docentes nivela por baixo”.

Ao nível das instalações escolares, no geral, podem ser consideradas “boas”. Há necessidade de uma intervenção ao nível dos espaços, sobretudo para criar salas onde os alunos possam ocupar os seus tempos livres, os chamados “tempos mortos”. O Conselho Executivo irá avançar com algumas propostas visando conseguir este objectivo.

O clima relacional é “bom”, embora pontualmente possa surgir um ou outro problema.

Como já foi referido, a escola não dispõe de taxas da empregabilidade dos alunos.

Também não dispõe das taxas de aprovação dos alunos por disciplinas.

As médias dos alunos que ingressaram no Ensino Secundário são as que constam do Quadro 5.

QUADRO 5

Média de 9º ano dos alunos que realizaram exames de 12º ano no Ano Lectivo 2003/2004

Média do 9º ano	Nº de Alunos	Nº de Alunos que concluíram o 12º ano (2003/04)	Nº de Alunos que não concluíram o 12º ano (2003/04)
3	63	17	46
4	12	4	8
5	3	3	0
TOTAL	78	24	54

Na sua maioria, os alunos ingressam no Ensino Secundário com nível 3. No ano lectivo 2003/2004, 63 alunos ingressaram com esta média, isto é, 80% da totalidade dos alunos. Destes, apenas 17 concluíram o 12º ano (26%).

5. Opinião sobre os rankings

A escola vê com apreensão os resultados do desempenho dos seus alunos nos exames nacionais, dando origem ao baixo lugar ocupado nos rankings de escolas. Embora este facto desgoste a comunidade escolar, também é verdade que sabem que a população que servem, enfim, a realidade escolar, tem características muito próprias (diferentes da população que frequenta o ensino particular). Por isso, relativizam os rankings e tentam melhorar.

A comunidade educativa, de facto, mostra-se apreensiva, mas acaba por se conformar, tendo também em atenção a realidade do contexto escolar.

Este ano, a escola desceu de forma bastante significativa relativamente aos anos anteriores (posição 202 em 2003; posição 534 em 2004).

Os rankings só interessam enquanto objecto de análise e, mesmo assim, este interesse é “duvidoso” porque não entra em linha de conta com outras variáveis igualmente importantes.

A divulgação dos rankings não favorece ninguém. Claro que as pessoas acabam por ficar descontentes, mas, a pouco e pouco, este sentimento vai-se esbatendo. Note-se que este é um processo mais vivenciado pelos docentes.

Ao nível das matrículas não se sentem quaisquer efeitos, até porque os pais, de um modo geral, são pessoas desinformadas.

No ano de 2004, os alunos matriculados no 12º ano realizaram exames nas disciplinas de Português B (64), Psicologia (39), Matemática (26), Biologia (23), Química (16), Português A (16), Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (14), História (13), Sociologia (13), Física (8) e Desenho e Geometria Descritiva A (2).

A média da Classificação Interna de Frequência varia entre 118,08 (Matemática) e 135 (Física), com diferenças significativas relativamente à média nacional apenas nos casos de DGD-A (-22,16) e Química (-18,22). Nas restantes disciplinas, as diferenças são menos significativas (-12,69 a +8,92).

A média da Classificação Externa apresenta valores variáveis entre 66,50 (Português A) e 143,85 (Sociologia), com diferenças significativas relativamente à média nacional – cerca de -20 pontos – nos casos de Português B (-28,85), Química (-19,01), Português A (-43,14) e Biologia (-19,86). Refira-se ainda os casos das disciplinas que registaram médias de classificação superiores à média nacional: Sociologia, DGD-A e IDÉS.

A diferença entre Classificação Interna de Frequência e Classificação Externa atinge os valores mais elevados nos casos das disciplinas de Português B (-43,03), Biologia (-53,13), Química (-39,81), Português A (-51,63), Física (-51,13) e História (-44,23). As diferenças relativamente às médias nacionais variam entre -36,64 (Português A) e +42,70 (Sociologia). No entanto, deve referir-se o caso das disciplinas que apresentam uma diferença CIF-CE inferior à média nacional: Psicologia, Matemática, IDES, DGD-A e Sociologia.

A taxa de reprovação situa-se entre os 13% (Português A) e os 31% (Química). As taxas de reprovação mais elevadas são as de Biologia (21%), Química (31%), IDES (28%) e Física (25%). Nas disciplinas de História, Sociologia e DGD-A não se registaram reprovações.

6. Predisposição para a mudança

Existem uma série de medidas que consideram importantes com vista à qualificação da escola:

1. Medidas a curto prazo: atribuição de reforço curricular nas disciplinas de Português A (1 hora semanal), Português B (1 hora x 2 turmas = 2 horas semanais), Matemática (1 hora x 2 turmas = 2 horas semanais), Física (1 hora semanal), Química (1 hora semanal), Biologia (1 hora semanal), IDES (1 hora semanal), Sociologia (1 hora semanal) e Int. ao Direito (1 hora semanal), o que perfaz um total de 11 horas semanais.

- Medidas a médio prazo: i) criação de uma sala polivalente para utilização dos alunos nos seus tempos livres; ii) colocação de mais um psicólogo nos SPO, principalmente para desempenhar actividades de acompanhamento dos alunos dos cursos de Educação e Formação; iii) apoio aos alunos provenientes de países estrangeiros, para quem a Língua Portuguesa é a Segunda Língua.

S11 - ESCOLA SECUNDÁRIA/3 JORGE PEIXINHO - MONTIJO

Data: 03.01.2005

Hora: 10:30

Local: Escola Secundária/3 Jorge Peixinho - Gabinete do órgão de gestão

Entrevistado: Presidente do Conselho Executivo

1. Dados pessoais

1.21. Experiência à frente de órgãos de gestão da escola

O presidente do Conselho Executivo encontra-se no exercício de funções, neste estabelecimento, há cerca de 7 anos (desempenhou o mesmo cargo, noutra estabelecimento, durante 2 anos).

1.22. Percepção da utilidade do trabalho do C.E. para a comunidade educativa

O órgão de gestão entende que, neste momento, a importância do Conselho Executivo é muita. As “escolas estão muito dependentes dos seus Conselhos Executivos”. Por isso, devia-lhes ser atribuídas mais responsabilidades. As estruturas, por vezes, deviam ser mais descentralizadas para que as pessoas que nelas intervêm poderem ser mais responsabilizadas. Os docentes aguardam sempre as orientações que lhes transmitem, não agem por iniciativa própria. O órgão de gestão devia estar muito mais preocupado com a “inovação”, com o “lançamento de projectos”, bem como com outro tipo de tarefas “mais importantes”.

De um modo geral, e no que se refere à actuação específica deste órgão de gestão, o Presidente acha que o trabalho desenvolvido é reconhecido pela comunidade educativa.

2. Projecto educativo / curricular de escola

2.1. Identificação dos princípios orientadores da política educativa da escola:

Definição objectiva e clara dos princípios, finalidades e objectivos orientadores da política de ensino da escola; sua contextualização em relação ao meio de inserção da escola; previsão de formas de avaliação e de apoio

O PEE define os seguintes objectivos: i) fomentar um contexto escolar estimulante; ii) agilizar os processos de comunicação e de informação entre a comunidade educativa; iii) adequar a formação aos interesses e necessidades dos jovens e da comunidade; iv) proporcionar aprendizagens que formem e eduquem; v) promover e reforçar a ligação da escola à comunidade; vi) desenvolver trabalho de equipa; vii) induzir atitudes de colaboração e de diálogo; viii) produzir informação para conhecer e melhorar.

Como forma de atingir os objectivos, definem-se as seguintes estratégias/actividades: i) fomentar um contexto escolar estimulante; ii) agilizar os processos de comunicação e informação entre a comunidade educativa; iii) adequar a formação às necessidades e interesses dos jovens e da comunidade; iv) desenvolver aprendizagens que formem e eduquem; v) promover e reforçar a ligação da escola à comunidade; vi) desenvolver o trabalho de equipa; vii) desenvolver atitudes de colaboração e de diálogo entre todos os membros da comunidade educativa; viii) produzir informação para conhecer e melhorar.

Estão previstos mecanismos de avaliação e acompanhamento. A avaliação estará a cargo dos órgãos de gestão pedagógica (Conselho Pedagógico). Prevê-se ainda a definição de instrumentos de avaliação, em consonância com o objecto a avaliar. No entanto, ressalva-se que será considerada, como importante “base de dados”, as informações contidas nos resultados escolares dos alunos, o seu percurso académico e as suas perspectivas profissionais.

O Projecto Educativo actual foi concebido para um curto período de vigência, dada a situação actual da escola (neste momento, estão em curso obras de requalificação do espaço escolar). No próximo ano, a escola irá proceder à reformulação do seu PEE, tendo em atenção os seguintes pressupostos:

- cada aluno deve ser “um caso de sucesso escolar”;
- cada aluno deve ser um cidadão pleno, em todas as vertentes;
- a escola deve ser um lugar de “qualidade”, no sentido de dar resposta aos desejos e expectativas dos alunos.

- *Organização e o funcionamento das estruturas pedagógicas da escola (composição dos órgãos e periodicidade das reuniões)*

As Estruturas de Orientação Educativa constituídas seguem o estabelecido na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº10/99.

São Estruturas de Orientação Educativa os Departamentos Curriculares, os Conselhos de Turma, o Conselho de Directores de Turma, os Coordenadores de Ciclo ou Curso e os Tutores.

1. Departamento Curricular

O Departamento Curricular é composto por professores dos diversos agrupamentos de disciplinas e áreas disciplinares, e assegura a articulação entre várias disciplinas ou áreas disciplinares que compõem o Departamento. Os Departamentos Curriculares são os seguintes:

- Ciências Exactas (1º Grupo);
- Ciências Técnicas e Tecnológicas (2º Grupos A e B, 12º Grupos A e B, Informática);
- Ciências Naturais (4º Grupos A e B, 11º Grupo B e Técnicas de Saúde);
- Ciências Económico-Jurídicas, Administração e Gestão (6º Grupo, 7º Grupo, 12º Grupo C);
- Ciências Sociais e Humanas (10º Grupos A e B, 11º Grupo A e Desenvolvimento Pessoal e Social);
- Línguas (8º Grupos A e B, 9º Grupo, Técnicas de Comunicação);
- Expressões (5º Grupo, Educação Física, Educação Tecnológica).

2. Coordenação do Conselho de Docentes

A Coordenação de Conselhos de Docentes e dos Departamentos Curriculares é realizada por docentes profissionalizados, eleitos de entre os docentes que os integram e que possuam, preferencialmente, formação especializada em organização e desenvolvimento curricular, ou em supervisão pedagógica e formação de formadores.

Quando o Departamento Curricular inclua mais do que uma área disciplinar ou disciplinas, será eleito entre os docentes de cada área ou disciplina um sub-coordenador por grupo de docência.

3. Conselho de Turma

O Conselho de Turma é constituído por todos os professores da turma, por um delegado dos alunos e por um representante dos pais/encarregados de educação. Para coordenar o

desenvolvimento do plano de trabalho da turma, a direcção executiva designa um Director de Turma de entre os professores da mesma, sempre que possível profissionalizado.

4. Conselho de Directores de Turma

O Conselho de Directores de Turma é constituído pela totalidade dos Directores de Turma, sendo presidido pelo Presidente do Conselho Executivo, ou por um dos Vice-Presidentes, por delegação.

5. Coordenadores de Ano, de Ciclo e Curso

Para cada ciclo, curso e ensino recorrente existe um coordenador, de preferência com formação especializada na área da orientação educativa ou da coordenação pedagógica.

Cada curso de formação profissional é coordenado por um professor designado de entre os docentes que leccionam a respectiva área técnica.

6. Professor Tutor

O Conselho Executivo pode designar, no âmbito do desenvolvimento contratual da autonomia da escola, professores tutores responsáveis pelo acompanhamento, de forma individualizada, do processo educativo de um grupo de alunos, de preferência ao longo do seu percurso escolar.

No referente ao funcionamento das Estruturas citadas, o mesmo ocorre, por regra, à Quarta-feira (1ª Quarta-feira do mês – reunião do Conselho Pedagógico; 2ª Quarta-feira do mês – reunião dos Departamentos Curriculares; 4ª Quarta-feira do mês – reunião de Directores de Turma. Estas reuniões decorrem no período das 8:00 às 10:00.

A recepção aos novos alunos é realizada pela Presidente do Conselho Executivo e pelo Coordenador dos Directores de Turma. O primeiro apresenta as regras a cumprir na escola, e que constam do Regulamento Interno. Após este momento é que os alunos se dirigem para as salas e, com os respectivos Directores de Turma, assinam um documento comprovativo do conhecimento das regras, bem como do seu compromisso em fazê-las cumprir. Esta cerimónia de recepção aos novos alunos é considerada de capital importância, uma vez que se considera essencial “dar um rosto à escola” – esse rosto é o das pessoas responsáveis pela escola que desempenham o seu papel nas respectivas estruturas.

- *Identificação dos critérios para a constituição de turmas e elaboração de horários (pedir documentos)*

Os critérios adoptados para distribuição do serviço docente são os seguintes: i) distribuição equitativa de horas pelos docentes do Grupo Disciplinar; ii) limitar a leccionação a três níveis (excepto nos casos das disciplinas técnicas); iii) respeitar o limite máximo de 8 turmas por docente; iv) assegurar, sempre que possível, a continuidade pedagógica; v) ter em conta a formação científica de base, bem como as competências adquiridas; vi) assegurar que, pelo menos dois professores, possam assegurar o mesmo programa; vii) evitar a atribuição de horas extraordinárias.

Na constituição das turmas os critérios adoptados são os seguintes: i) continuidade do grupo-turma dentro do mesmo ciclo; ii) tentar manter o grupo-turma na transição de ciclo (dividindo, ou não, o grupo); iii) atender às opções dos alunos, prioritariamente; iv) distribuir equitativamente os alunos retidos pelas turmas.

- *Identificação de medidas para a promoção do sucesso escolar (metodologias de análise, periodicidade, processos internos de reflexão e intervenientes – pedir instrumentos utilizados)*

Os Departamentos Curriculares efectuem o balanço das actividades realizadas ao longo dos períodos, em termos de execução do Plano de Actividades. Os Departamentos e Grupos Disciplinares reflectem, também no final de cada período, sobre os resultados da avaliação realizada, de modo a identificar situações que exijam uma intervenção mais cuidada, bem como a adopção de estratégias específicas de intervenção.

- *Existência de SPO; o seu papel e forma de intervenção (aconselhamento; informação sobre acesso ao ensino superior e saídas profissionais; horário do serviço; horas de apoio; nível de procura; divulgação das acções)*

A escola dispõe de Serviços de Psicologia e Orientação, que integram duas psicólogas. Estas desenvolvem actividades no âmbito da orientação escolar e vocacional (sobretudo nas turmas

de 9º e de 12º anos); de apoio aos Cursos de Educação-Formação (acompanhamento e selecção de candidatos); de apoio individualizado nos casos de situações mais problemáticas; e de divulgação de informações relevantes e pertinentes para o futuro dos alunos (exº: sobre cursos diversos).

Estes dois elementos prestam também apoio a dois outros estabelecimentos de ensino.

3. Apreciação Global da Escola

3.1. Papel do CE na determinação da política da escola, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

3.1.1. Objectivos da escola (preparação de alunos para o ensino superior / preparação para a vida activa; prioridades de actuação: instrução - enfoque nos resultados das disciplinas -, educação para a cidadania, actividades de complemento curricular, projectos nacionais ou europeus, etc.)

A escola integra actualmente uma população bastante heterogénea, misturando grupos de alunos provenientes de estratos médio e médio-alto, com grupos de alunos provenientes de estratos mais desfavorecidos, problemáticos do ponto de vista social (bairros bastante degradados – Caixa e Caneira). A Escola Secundária/3 Jorge Peixinho aposta na qualidade da educação que oferece aos seus alunos e tem em curso diversos projectos:

- *Cursos de Educação e Formação Profissional;*
- *3º Ciclo do Ensino Recorrente no Estabelecimento Prisional do Montijo;*
- *Projecto “Sala de Estudo” (sempre com docentes em permanência, inclusivamente à noite – funciona em anexo à BE/CRE);*
- *Projecto “Sala de Alunos”;*
- *Projecto “Matematicamente...ajudando”;*
- *Projecto “Oficina de Inglês”;*
- *Projecto “Português Segunda Língua”;*
- *Desporto Escolar;*
- *“Clube de Teatro”;*
- *“Clube de Karting”;*
- *“Clube de Cerâmica”;*

- “Curso de Fotografia”;
- “Clube Europeu”;
- Projecto “Montijo-Aventura”;
- “Assembleia Municipal Jovem”;
- “Montijo – a Cidade e o Território”;
- “Olimpiadas da Matemática e da Física”;
- “Assembleia da República” (no âmbito do IPJ)

No Ensino Básico, a disciplina que apresenta maior percentagem de insucesso é a de Ciências Físico-Químicas, uma vez que é nesta que os alunos têm maiores dificuldades em analisar e concluir os trabalhos. Apresentam pouca autonomia e poucos hábitos de trabalho.

3.1.2. Oferta educativa da escola (cursos gerais e tecnológicos - quantificar)

Ao nível da oferta educativa, os dados relativos ao ano de 2003/2004 e de 2004/2005 são os que constam dos Quadros 1 e 2.

QUADRO 1

ANO LECTIVO 2003/2004							
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos	Aprovados		Não Aprovados	
				Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
10º ANO	Curso Geral – Agrupamento 1	4	108	84	78%	24	22%
	Curso Geral – Agrupamento 2	1	16	12	75%	4	25%
	Curso Geral – Agrupamento 3	1	16	10	63%	6	37%
	Curso Geral – Agrupamento 4	1	21	14	65%	7	35%

		TOTAIS:	7	161	120	70% (média)	41	30% (média)
11º ANO	Curso Geral – Agrupamento 1		4	93	83	89%	10	11%
	C.Tecn. Electric/Electrónica		1	2	-	0%	2	100%
	Curso Geral – Agrupamento 2		1	21	16	76%	5	24%
	Curso Geral – Agrupamento 3		1	15	14	93%	1	7%
	C.Tecn. Administração		1	5	4	80%	1	20%
	Curso Geral – Agrupamento 4		1	19	17	89%	2	11%
		TOTAIS:	10	155	134	71% (média)	21	29% (média)
12º ANO	Curso Geral – Agrupamento 1		3	72	28	39%	44	61%
	C.Tecn. Electric/Electrónica		1	11	5	45%	6	55%
	Curso Geral – Agrupamento 2		1	15	8	53%	7	47%
	Curso Geral – Agrupamento 3		1	10	7	70%	3	30%
	C.Tecn. Administração		1	5	2	40%	3	60%
	Curso Geral – Agrupamento 4		1	27	14	52%	13	48%
		TOTAIS:	8	140	64	50% (média)	76	50% (média)
		DADOS GLOBAIS:	25	456	318	--	138	--

QUADRO 2

ANO LECTIVO 2004/2005			
ANO	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
ENSINO BÁSICO	7º Ano de Escolaridade	9	100
	8º Ano de Escolaridade	8	188
	9º Ano de Escolaridade	7	156
	Cursos de Educação-Formação	4	73
TOTAL:			632
10º ANO	Curso de Ciências e Tecnologias	4	27
	Curso de Ciências Sociais e Humanas	1	
	Curso de Artes Visuais	1	51
	Curso Tecnológico Multimédia	2	
	Curso Tecnológico de Marketing	1	
TOTAL:			215
11º ANO	1º Agrupamento - C.C. Geral	3	88
	2º Agrupamento - C.C. Geral	1	21
	3º Agrupamento - C.C. Geral	1	12
	4º Agrupamento - C.C. Geral	1	13
TOTAL:			134

12º ANO	1º Agrupamento - C.C. Geral	3	103
	2º Agrupamento - C.C. Geral	1	25
	3º Agrupamento - C.C. Geral	1	12
	4º Agrupamento – C.C. Geral	1	22
	Curso Tecnológico de Marketing	1	5
		TOTAL:	167
RECORRENT	Ensino Básico		71
	Ensino Básico - Prisional	3	17
	Secundário	8	303
	Novo Secundário	3	58
		TOTAL:	443
		TOTAL GERAL:	1591

3.1.3. Política de avaliação (critérios, classificação, instrumentos de avaliação, etc.)

A avaliação define-se como criterial, uniforme e transparente. Nesta conformidade, são definidos critérios de classificação de acordo com as respectivas escalas quantitativas, de modo similar nas diferentes disciplinas. São considerados dois domínios avaliativos – o domínio cognitivo e o domínio afectivo, cada um dos quais com indicadores de observação ordenados de forma hierárquica, em consonância com os diferentes intervalos de classificação.

3.1.4. e 3.1.5. Apoios Educativos

A escola dispõe de uma docente de Apoio Educativo que é “partilhada” com outro estabelecimento – a Escola Secundária/3 Poeta Joaquim Serra.

3.1.6., 3.1.7. e 3.1.8. Envolvimento dos diferentes parceiros

A APEE da Escola Secundária/3 Jorge Peixinho tem existência legal desde 1986, mantém actividade regular desde a sua criação e assegura a participação dos Encarregados de Educação nos diversos órgãos da escola, de acordo com a legislação em vigor. Esta associação mantém um bom relacionamento com a comunidade. Os pais envolvem-se bastante nas actividades escolares – exemplo: recepção aos novos alunos no início do ano.

Com a Autarquia, a escola desenvolve também ótimas relações, uma vez que esta contribui sempre com o que pode. Com diversas entidades/instituições a escola desenvolve parcerias, sobretudo tendo em atenção a organização da componente de estágio dos cursos profissionalizantes. Todos os alunos que frequentam os cursos de Educação-Formação, ou cursos Tecnológicos, acabam por ficar quase todos colocados nas próprias empresas onde realizam os estágios.

3.2. Percepção sobre a identidade da escola, aspectos de diferenciação (positivos e/ou negativos)

De um modo geral, os resultados do desempenho dos alunos do 12º ano nos exames nacionais deixam o Conselho Executivo com um sentimento de grande insatisfação. É evidente que a escola gostaria que os alunos conseguissem melhores resultados. Com esse objectivo, foram já reforçadas as disciplinas de Matemática e de Português. Existe a convicção de que estas medidas irão contribuir para a produção de melhores resultados.

Internamente, o órgão de gestão está mais preocupado com a leitura dos quadros das discrepâncias que se manifestam entre as médias CIF e CE.

Uma das razões que pode estar subjacente aos maus resultados é a existência de um número elevado de alunos repetentes, que só frequenta uma ou duas disciplinas, e cujo baixo desempenho nos exames nacionais contribui fortemente para fazer baixar as médias. Também a existência de um número elevado de alunos do Ensino Recorrente nestas condições concorre para este facto.

De um modo geral, uma parte dos jovens que conclui o Ensino Secundário acaba por não prosseguir estudos superiores. No entanto, no que se refere ao acesso ao Ensino Superior, o Presidente do Conselho Executivo mostrou-se satisfeito com os dados referentes a 2003/2004, segundo os quais 71% dos jovens que se candidatou conseguiu entrar no curso escolhido como primeira prioridade (ver Quadro 3).

QUADRO 3

Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Alunos inscritos para exame	Tencionavam candidatar-se	Apresentaram candidatura	Foram colocados na 1ª fase
262	226	72	55
	86%	32%	76%

Os jovens que concluem os Cursos Gerais e ingressam vida activa, por norma, conseguem emprego como caixas nos supermercados; os que concluem Cursos Tecnológicos têm mais opções – “vão para onde querem”. Algumas vezes a escola tem recebido solicitações no sentido de indicar alguns “estagiários” e não consegue fazê-lo porque ficam todos colocados.

De um modo geral, o pessoal docente e não docente apoia o Conselho Executivo nas tomadas de decisão. Por vezes, sentem-se algumas forças de bloqueio, principalmente da parte dos docentes mais velhos. O Presidente faz nota que foi um “antigo aluno” deste estabelecimento, além de ter vindo substituir um Presidente com 20 anos de experiência do cargo. Ao princípio não foi nada fácil, mas agora o ambiente já está mais calmo e sente que as pessoas estão mais envolvidas.

3.3. Percepção da imagem da escola na comunidade (quanto à qualidade do ensino e ao sucesso dos alunos)

A escola tem desenvolvido múltiplos projectos, tem procurado prestar muito apoio aos alunos. Isto tem sido conseguido graças aos contactos/partnerias que têm sido estabelecidos com várias entidades, sempre na tentativa de conseguir contrapartidas para a escola.

(ver também 1.2)

4. Aspectos positivos/negativos da escola

Como aspecto negativo pode ser apontado o facto de alguns docentes – mais idosos – se encontrarem ausentes por indicação de Junta Médica, o que torna difícil a sua substituição. Por outro lado, também se registaram casos de indisciplina que motivaram a instauração de processo disciplinar. A situação dos docentes, em alguns casos, tem-se revelado problemática, mas tem vindo a melhorar.

No exterior, a imagem da escola é bastante positiva – tem “fama de ser exigente com os alunos”. De um modo geral, pode dizer-se que a qualidade de ensino é boa, os professores tem um bom nível de relação com os seus alunos, são “justos”. No entanto, esta qualidade pode ser fortemente condicionada por situações pontuais. Os níveis de desempenho dos alunos são bastante razoáveis ao nível da avaliação interna. No ano anterior, ao nível do Ensino Secundário, as taxas de sucesso situaram-se entre 50 a 70% (média).

No referente às faltas dos alunos, constata-se que este problema praticamente não existe no Ensino Básico. No Ensino Secundário existem mais casos de faltas de assiduidade, mesmo assim com pouca relevância estatística. Os casos de abandono são muito pouco expressivos, praticamente sem significado.

Ao nível das instalações, as mesmas apresentam condições óptimas, tendo em atenção que se encontram a decorrer obras de fundo no estabelecimento. Ao nível dos equipamentos, serão necessárias mesas e cadeiras para equipar algumas salas. A instalação de um elevador para o caso dos alunos com dificuldades de locomoção já foi objecto de proposta entregue ao Senhor Director Regional.

Genericamente, podemos dizer que o clima relacional é “bom” ou mesmo “muito bom”, com algumas excepções (caso das auxiliares de acção educativa, talvez devido ao seu baixo nível de formação).

5. Opinião sobre os rankings

O Presidente do Conselho Executivo entende que é importante a existência de rankings de escolas, embora com outra “sustentabilidade”. Nos moldes em que actualmente os rankings

são realizados, os resultados são muito falíveis, e nunca podem espelhar a realidade de uma escola. As escolas devem ser avaliadas de forma transparente, mas nunca com esta “crueldade dos números apenas sustentados nos exames”.

É importante avaliar e avaliar para reflectir, para estar virado para o exterior. No entanto a avaliação deve ser formativa, deve contribuir para a mudança das práticas.

A publicação dos rankings desencadeia algumas reacções na escola, mas sem grande significado. Algumas pessoas denotam preocupação face à posição conseguida pela escola, mas acabam por ultrapassar este sentimento. Já teve lugar uma análise profunda e compreensiva do fenómeno, com vista à mudança. A escola tem vindo a descer nos rankings, desde 2001, mas já estão a ser tomadas medidas com vista a alterar esta situação, mesmo ao nível da Matemática e do Português.

No ano de 2004, os alunos matriculados no 12º ano realizaram exames nas disciplinas de Matemática (116), Português B (98), Psicologia (78), Biologia (60), Química (35), Física (28), Sociologia (27), História (19), Português A (18), Desenho e Geometria Descritiva A (16), Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (13) e Filosofia (11).

A média de Classificação Interna variou entre 147,05 (Psicologia) e 113,88 (Matemática), com diferenças em relação à média nacional variáveis entre -9,68 (Matemática) e 10,71 (Física). Com diferenças superiores relativamente à média nacional apresentam-se as disciplinas de Psicologia, Física, IDES e Filosofia.

As classificações obtidas nos exames apresentam valores que oscilam entre 72,13 (Matemática) e 146,36 (Filosofia), com diferenças que podem variar entre -26,06 (Psicologia) e +35,77 (Filosofia). As diferenças mais acentuadas, com valores superiores -20, verificam-se nas disciplinas de Psicologia, Biologia e Física. Refira-se ainda os casos das disciplinas que registaram classificações superiores à média nacional – Sociologia, Português A, IDES e Filosofia.

A diferença entre Classificação Interna de Frequência e Classificação Externa apresenta valores que oscilam entre 13,28 (IDES) e -63,04 (Psicologia). Com diferenças superiores a -20 pontos encontram-se as seguintes disciplinas: Matemática, Português B, Psicologia, Biologia, Química, Física, História e DGD-A. Os desvios mais significativos relativamente à média nacional registam-se nas disciplinas de Psicologia (-34,91) e Física (-32,89). Apenas as disciplinas de Português A, IDES e Filosofia registam diferenças positivas relativamente à média nacional.

A taxa de reprovação situa-se entre os 3% e os 33%, destacando-se os casos das disciplinas de Matemática, Biologia e História, com valores superiores a 20%. Apenas as disciplinas de IDES e de Filosofia apresentam uma percentagem de 0%.

Em suma: os rankings só interessam enquanto objecto de análise. Os mesmos não apresentam quaisquer reflexos na auto-estima da escola nem na procura (antes pelo contrário: a procura tem vindo a aumentar).

6. Predisposição para a mudança

Há medidas que a escola tem vindo a implementar com vista a melhorar os resultados da avaliação externa dos alunos, contrariando a tendência para “descer” nas listas de classificação, tal como os últimos rankings assinalam. Por exemplo, eis algumas medidas já postas em prática:

- leccionação, por parte de cada professor, de um número de aulas igual à carga semanal prevista no DL 286/89, no caso das disciplinas sujeitas a exame final nacional;
- implementação do projecto “Matematicamente ajudando”, também direccionado para os alunos do 12º ano;
- implementação da “Sala de Estudo”, que também é frequentada por alunos deste nível de ensino.

Apesar destas medidas já estarem a ser aplicadas, solicitam-se algumas outras, a saber:

1. Curto prazo: atribuição de horas de reforço nas disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia (a quantificar com maior exactidão posteriormente);
2. Médio prazo: atribuição de uma “bolsa de horas” de 45’ ou 90’, a gerir pela escola, de forma a colmatar lacunas que possam eventualmente existir em alguma disciplina;
3. Longo prazo: por em causa o “sistema” tal como está instituído. Embora podendo concordar-se com a existência de Cursos Gerais – orientados para o prosseguimento de estudos – e de Cursos de cariz profissionalizante – mais

orientados para “o saber fazer” – entende que o ensino tecnológico deveria integrar cursos de carácter intermédio, com uma formação de “banda larga”, que permitisse realizar apenas no último ano – 12º ano - as especializações ou especificações (esta é uma temática na qual o Presidente do C.E. se sente particularmente à vontade, uma vez que teve oportunidade de trabalhar com Vítor Pedroso nos programas então previstos no DL 7/2001).

No presente ano lectivo a escola debate-se com algumas dificuldades ocasionadas pela realização de obras, e conseqüente “falta de espaço” para o desenvolvimento das actividades pedagógicas. Mesmo assim, o Presidente do Conselho Executivo mostra-se convicto de que os seus alunos irão obter melhores níveis de desempenho nos exames nacionais.

TABELA 1 - CLASSIFICAÇÕES INTERNAS DE FREQUÊNCIA

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS					
	Média da CIF	Octávio Duarte Ferreira	Marquês de Pombal	D. João II	Poeta Joaquim Serra	Infante D. Pedro	Lima de Freitas
PORTUGUÊS-B	125	128	112	126	115	116	123
PORTUGUÊS-A	125	107	-	128	126	-	120
MATEMÁTICA	124	122	122	122	120	122	115
FÍSICA	126	-	116	118	126	119	-
QUÍMICA	136	123	-	138	135	-	135
BIOLOGIA	138	132	-	131	131	-	142
DGD-A	142	-	-	134	-	120	-
IDES	131	140	-	-	115	117	135
SOCIOLOGIA	135	150	-	116	-	-	129
FILOSOFIA	137	125	-	132	-	-	-
HISTÓRIA	129	130	-	145	113	117	130
PSICOLOGIA	138	110	115	125	127	-	135
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		10	4	11	9	6	9

TABELA 1 (cont.) - CLASSIFICAÇÕES INTERNAS DE FREQUÊNCIA

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS				
	Média da CIF	E.S. MOITA	E.S. AQUILINO RIBEIRO	E.S. FREI GONÇALO AZEVEDO	E.S. JOSEFA ÓBIDOS	E.S. JORGE PEIXINHO
PORTUGUÊS-B	125	126	112	115	120	123
PORTUGUÊS-A	125	126	-	120	118	121
MATEMÁTICA	124	125	100	124	118	114
FÍSICA	126	119	-	125	135	137
QUÍMICA	136	136	110	115	117	127
BIOLOGIA	138	143	127	132	128	129
DGD-A	142	-	-	-	120	141
IDES	131	128	113	149	119	142
SOCIOLOGIA	135	134	108	-	124	128
FILOSOFIA	137	135	-	-	-	141
HISTÓRIA	129	117	121	120	123	127
PSICOLOGIA	138	137	125	126	126	147
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		11	8	9	11	12

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÕES DE EXAME

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS					
	Média da CE	Octávio Duarte Ferreira	Marquês de Pombal	D. João II	Poeta Joaquim Serra	Infante D. Pedro	Lima de Freitas
PORTUGUÊS-B	104	91	68	99	86	74	90
PORTUGUÊS-A	110	141	-	98	107	-	87
MATEMÁTICA	85	47	55	52	50	90	55
FÍSICA	99	-	53	65	95	66	-
QUÍMICA	96	76	-	84	60	-	77
BIOLOGIA	95	80	-	75	62	-	64
DGD-A	119	-	-	127	-	58	-
IDES	110	81	-	-	117	90	106
SOCIOLOGIA	112	151	-	74	-	-	94
FILOSOFIA	122	144	-	118	-	-	-
HISTÓRIA	95	124	-	69	75	61	75
PSICOLOGIA	110	91	71	98	79	-	83
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		10	4	11	9	6	9

TABELA 2 (cont.) - CLASSIFICAÇÕES DE EXAME

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS				
	Média da CE	E. S. MOITA	E. S. AQUILINO RIBEIRO	E. S. FREI GONÇALO DE AZEVEDO	E. S. JOSEFA DE ÓBIDOS	E. S. JORGE PEIXINHO
PORTUGUÊS-B	104	97	107	80	77	89
PORTUGUÊS-A	110	113	-	140	67	134
MATEMÁTICA	85	62	53	74	84	72
FÍSICA	99	79	-	114	84	77
QUÍMICA	96	75	83	106	77	77
BIOLOGIA	95	80	86	78	75	72
DGD-A	119	-	-	-	126	112
IDES	110	106	108	83	113	146
SOCIOLOGIA	112	101	57	-	144	119
FILOSOFIA	122	136	-	-	-	146
HISTÓRIA	95	71	65	69	79	86
PSICOLOGIA	110	96	102	115	104	84
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		11	8	9	11	12

TABELA 3 - DIFERENÇA ENTRE A CLASSIFICAÇÃO INTERNA DE FREQUÊNCIA E A DE EXAME

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS					
	Diferença CIF-CE	Octávio Duarte Ferreira	Marquês de Pombal	D. João II	Poeta Joaquim Serra	Infante D. Pedro	Lima de Freitas
PORTUGUÊS-B	21	37	43	28	29	42	33
PORTUGUÊS-A	15	34 (1)	-	30	19	-	33
MATEMÁTICA	38	75	67	70	70	32	60
FÍSICA	27	-	64	53	30	53	-
QUÍMICA	40	48	-	54	74	-	58
BIOLOGIA	43	52	-	56	69	-	79
DGD-A	23	-	-	6	-	62	-
IDES	22	59	-	-	1(1)	27	28
SOCIOLOGIA	23	1(1)	-	42	-	-	35
FILOSOFIA	15	19(1)	-	14	-	-	-
HISTÓRIA	34	6	-	76	38	56	54
PSICOLOGIA	28	19	44	27	48	-	52
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		10	4	11	9	6	9

(1)Este valor é a diferença superior à CIF, os restantes são todos inferiores.

TABELA 3 (cont.) – DIFERENÇA ENTRE CLASSIFICAÇÕES INTERNA DE FREQUÊNCIA E EXTERNA

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS				
	(Diferença) CIF-CE	E. S. MOITA	E. S. AQUILINO RIBEIRO	E. S. FREI GONÇALO DE AZEVEDO	E. S. JOSEFA DE ÓBIDOS	E. S. JORGE PEIXINHO
PORTUGUÊS-B	21	30	5	35	43	34
PORTUGUÊS-A	15	13	-	20 (1)	52	13 (1)
MATEMÁTICA	38	62	47	51	34	42
FÍSICA	27	40	-	11	51	60
QUÍMICA	40	61	27	9	40	50
BIOLOGIA	43	63	41	54	53	56
DGD-A	23	-	-	-	6 (1)	29
IDES	22	22	6	66	6	4 (1)
SOCIOLOGIA	23	33	52	-	20 (1)	9
FILOSOFIA	15	1 (1)	-	-	-	5
HISTÓRIA	34	46	56	51	44	41
PSICOLOGIA	28	41	23	11	22	63
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		11	8	9	11	12

(1)Este valor é a diferença superior à CIF, os restantes são todos inferiores.

Tabela 4 - REPROVAÇÕES (em valores percentuais)

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS					
	% Reprovações	Octávio Duarte Ferreira	Marquês de Pombal	D. João II	Poeta Joaquim Serra	Infante D. Pedro	Lima de Freitas
PORTUGUÊS-B	8	15	38	3	5	31	11
PORTUGUÊS-A	4	0	-	6	0	-	7
MATEMÁTICA	22	54	0	34	47	9	44
FÍSICA	15	-	25	37	28	36	-
QUÍMICA	15	31	-	20	29	-	18
BIOLOGIA	14	12	-	23	43	-	13
DGD-A	8	-	-	8	-	40	-
IDES	5	0	-	-	5	11	0
SOCIOLOGIA	4	0	-	20	-	-	2
FILOSOFIA	4	0	-	0	-	-	-
HISTÓRIA	11	0	-	0	11	30	25
PSICOLOGIA	7	40	50	19	4	-	14
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		10	4	11	9	6	9

TABELA 4 (cont.) – REPROVAÇÕES (em valores percentuais)

EXAMES	NACIONAL	ESCOLAS OBSERVADAS				
	% REPROVAÇÕES	E. S. MOITA	E. S. AQUILINO RIBEIRO	E. S. FREI GONÇALO DE AZEVEDO	E. S. JOSEFA DE ÓBIDOS	E. S. JORGE PEIXINHO
PORTUGUÊS-B	8	10	4	28	15	8
PORTUGUÊS-A	4	0	-	0	13	5
MATEMÁTICA	22	35	81	14	15	27
FÍSICA	15	33	-	0	25	17
QUÍMICA	15	22	0	0	31	17
BIOLOGIA	14	12	0	17	21	33
DGD-A	8	-	-	-	0	12
IDES	5	0	8	0	28	0
SOCIOLOGIA	4	3	80	-	0	7
FILOSOFIA	4	6	-	-	-	0
HISTÓRIA	11	31	0	33	0	21
PSICOLOGIA	7	1	0	9	15	3
Nº DE EXAMES POR ESCOLA		11	8	9	11	12

TABELA 5 - ALUNOS QUE FREQUENTARAM O 12º ANO E QUE FICARAM APROVADOS

Cursos		Escolas			Oct. D. Ferreira			M. Pombal			D. João II			Poeta J. Serra			Inf. D. Pedro			Lima de Freitas		
		Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%			
1º Agrup.	Curso C. Geral	18	13	72				80	80	100	56	31	56				66	23	35			
	Curso Tecnológico Mecânica				4	1	25															
	Curso Tec. Elect/Electrónica				5	4	80															
	Curso Tecnológico de Informática				6	5	83				24	14	58	20	12	60						
	Curso Tec. Construção Civil				14	9	64															
2º Agrup.	Curso C. Geral							16	13	82												
	Curso Tecnológico de Design							12	11	95												
	Curso Tecnológico de Artes e Ofícios												9	2	22							
3º Agrup.	Curso C. Geral																9	0	0			
	Curso Tecnológico de Administração	3	0	0																		
	Curso Tecnológico Serv. Comerciais										19	11	58									
4º Agrup.	Curso C. Geral	4	4	100				28	27	95	18	10	58				31	6	19			
	Curso Tecnológico de Comunicação				9	6	67				4	2	50				10	1	10			
	Curso Tecnológico Animação Social													36	19	53						
DADOS GLOBAIS		25	17	68	38	25	66	136	131	96	121	68	56	83	45	54	116	30	26			
% Alunos ingressou no ensino superior		8			73			45			32			87			78					

TABELA 6 - ALUNOS COM APOIO PEDAGÓGICO ACRESCIDO (APA)

Escolas	Nº de alunos com APA - Básico		Nº de alunos com APA - Secundário		Nº de alunos com APA – 12º ano	
	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%
Octávio Duarte Ferreira	23	100	0	0	0	0
Marquês de Pombal	4	100	0	0	0	0
D. João II	13	87	2	13	0	0
Poeta Joaquim Serra	25	96	1	4	1	4
Infante D. Pedro	0	0	0	0	0	0
Lima de Freitas	6	86	1	14	0	0

TABELA 7 - MÉDIA DE INGRESSO DOS ALUNOS NO 10º ANO DE ESCOLARIDADE

Escolas	Média de 3		Média de 4		Média de 5	
	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%
Octávio Duarte Ferreira	49	96	-	-	2	4
Marquês de Pombal	38	100	-	-	-	-
D. João II	139	91	13	9	-	-
Poeta Joaquim Serra	(1)	-	(1)	-	(1)	-
Infante D. Pedro	66	85	11	14	1	1
Lima de Freitas	41	70	14	24	5	6

TOTAL	333	88	38	10	8	2	379
--------------	------------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	------------

TABELA 5 (cont..) - ALUNOS QUE FREQUENTARAM O 12º ANO E QUE FICARAM APROVADOS

Cursos		E. S. MOITA			E.S.AQ.RIBEIRO			E.S.FREI G.AZEVEDO			E.S.JOSEFA ÓBIDOS			E.S.JORGE PEIXINHO		
		Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%	Alunos frequent	Aprov.	%
1º Agrup.	Curso C. Geral	84	76	90	10	1	14	55	29	53	32	(1)	-	72	28	39
	Curso Tecnológico Mecânica															
	Curso Tec. Elect/Electrónica							11	2	18				11	5	45
	Curso Tecnológico de Informática	26	23	88												
	Curso Tec. Construção Civil															
2º Agrup.	Curso C. Geral										9	(1)	-	15	8	53
	Curso Tecnológico de Design															
	Curso Tecnológico de Artes e Ofícios															
3º Agrup.	Curso C. Geral				12	1	10				13	(1)	-	10	7	70
	Curso Tecnológico de Administração	25	24	96				22	10	45	16	(1)	-	5	2	40
	Curso Tecnológico Serv. Comerciais				4	0	0									
4º Agup.	Curso C. Geral	27	27	100				8	7	88	14	(1)	-	27	14	52
	Curso Tecnológico de Comunicação															
	Curso Tecnológico Animação Social				20	9	47									
DADOS GLOBAIS		162	153	93	46	11	24	96	48	50	84	(1)	-	140	64	46
(1) A escola não disponibilizou os dados % Alunos ingressou no ensino superior		64			52			78			63			76		

TABELA 6 (cont.) - ALUNOS COM APOIO PEDAGÓGICO ACRESCIDO (APA)

Escolas	Nº de alunos com APA - Básico		Nº de alunos com APA - Secundário		Nº de alunos com APA – 12º ano	
	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%
E. S. MOITA	-	-	-	-	-	-
E.S.AQUILINO RIBEIRO	76	80	19	20	(1)	-
E. S. FREI G. AZEVEDO	18	90	2	10	(1)	-
E. S. JOSEFA ÓBIDOS	27	90	3	10	(1)	-
E. S. JORGE PEIXINHO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	121	-	24	-	-	-

(1) A escola não disponibilizou os dados

TABELA 7 (cont.) - MÉDIA DE INGRESSO DOS ALUNOS NO 10º ANO DE ESCOLARIDADE

Escolas	Média de 3		Média de 4		Média de 5	
	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%	Val. Absoluto	%
E. S. MOITA	19	66	9	31	1	3
E.S.AQUILINO RIBEIRO	(1)	71	(1)	27	(1)	2
E. S. FREI G. AZEVEDO	(1)	-	(1)	-	(1)	-
E. S. JOSEFA ÓBIDOS	63	81	12	15	3	4
E. S. JORGE PEIXINHO	(1)	-	(1)	-	(1)	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

(1) A escola não disponibilizou os dados

TOTAL	82	77	21	20	4	3	107
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	------------

GRADE DE UNIDADES DE REGISTO E CONTEXTO DA ENTREVISTA

CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO (UR)	UNIDADES DE CONTEXTO (UC)
A. Enquadramento Socio-económico das Escolas	A1. Localização geográfica	- Área rural - Área urbana antiga - Área urbana recente - Área urbana / industrial	S1, S2 S2, S6, S10 S3, S4, S5, S8, S9 S5, S11
	A2. Características da comunidade educativa	- Forte decréscimo populacional - Desemprego de longa duração - Carências de habitação - Habitações antigas e degradadas - Existência de alcoolismo - Existência de toxicodependência - Grupos sociais desfavorecidos	S1, S2, S10 S1, S3, S4, S6, S1, S3, S4, S6, S9, S11 S2, S10, S11 S1, S3, S6, S8, S9, S10, S11 S1, S2, S3, S8, S9, S10, S11 S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11

		- População realojada	S8, S9
		- População de características multiculturais	S1, S2, S3, S4, S6, S7, S8, S9, S10, S11
B. Caracterização da escola	B1. Características da população que frequenta a escola no ensino secundário	- Menos que 30% da população da escola	S1
		- De 31% a 50% da população da escola	S4, S6, S8, S10, S11
		- Mais de 50% da população da escola	S2, S3, S9
		- População só do ensino secundário	S5, S7
		- Taxa de insucesso:	
		• Menos de 20%	S4, S11
		• De 20% a 30%	S3, S5, S6, S10
		• De 31% a 40%	S1, S2, S7, S8, S9
		• Mais de 40%	
		- Taxa de abandono:	
		• Menos de 10%	S2, S3, S4, S5, S10, S11
		• De 10% a 15%	S7, S8, S9
		• De 16% a 20%	S1, S6
		• Mais de 20%	
	B2. Oferta educativa	- Cursos de Carácter Geral:	
		• Todos	S1, S3, S4, S6, S7, S9, S11
		• 2 e/ou 3	S2, S8, S10

		<ul style="list-style-type: none"> - Cursos Tecnológicos e outros: <ul style="list-style-type: none"> • Menos de 2 • De 3 a 6 • Mais de 7 	<p>S1, S8, S10 S3, S6, S7, S9, S11 S2, S4, S5</p>
	B3. Características do corpo docente	<ul style="list-style-type: none"> - Muito estável - Pouco estável - Não existe absentismo - Forte absentismo 	<p>S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11</p> <p>S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11</p>
	B4. Características do órgão de gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Encontra-se em funções há vários anos - Já tinham experiência de gestão - Estão a iniciar o cargo - Têm formação específica em gestão educacional .. - Encontra-se em funções por nomeação superior ... 	<p>S1, S2, S3, S6, S8, S9, S11</p> <p>S1, S2, S3</p> <p>S5, S10</p> <p>S2, S4, S6, S9, S11</p> <p>S7</p>
C. Estratégias p ^a a prossecução de	C1. Desenvolvimento de actividades que promovam o sucesso	<ul style="list-style-type: none"> - Acções de informação - Exposições 	<p>S1, S2, S4, S5, S6, S8, S9</p> <p>S1, S2, S4, S5, S8, S9, S10, S11</p>

objectivos	educativo	- Feiras / Oficinas	S1, S2, S4, S5, S8, S9, S10, S11
		- Publicação do Jornal da Escola	S3, S5, S10
		- Estágios integrados	S2, S5, S6
		- Teatro	S9, S11
		- Rádio da Escola	S9
		- Desporto Escolar	S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11
	C2. Medidas de apoio educativo	- Aulas de apoio pedagógico	S1, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S10, S11
		- Enriquecimento curricular	S1, S2, S4, S6
		- Bolsa de recursos da biblioteca	S5, S6, S8, S9, S10, S11
	C3. Criação de centros/salas de estudo	- Clubes	S1, S2, S3, S6, S11
		- Sala de estudo	S1, S4, S5, S6, S8, S9, S10, S11
	C4. Desenvolvimento de parcerias/protocolos com outras entidades	- Câmara Municipal / Junta de Freguesia	S1, S2, S4, S5, S6, S8, S9, S11
		- Centro de Saúde	S1, S2, S5, S9, S10

	C5. Actividades de orientação vocacional (Serviço de Psicologia e Orientação - SPO)	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Social S1, S2, S4, S5, S8, S9, S10 - Comissão de protecção de menores S1, S2, S8, S9, S10 - Centro de emprego S2, S5 - AIP (Associação Industrial Portuguesa)..... S2 - Empresas S2, S4, S5, S6, S8, S9, S11 - Não ocorrem por ausência de SPO S1 - Bem aceites e com sucesso atendendo à procura existente S2, S3, S4, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11
D. Factores que interferem no desempenho global da escola	D1. Aspecto físico do edifício e afins	<ul style="list-style-type: none"> - Muito Bom S2, S8, S9 - Bom S11 - Razoável S1, S3S4, S6, S10 - Degradado S5 - Muito Degradado S7

	D2. Vocação da tipologia de escola	- Escola do Ensino Básico	S1
		- Escola do Ensino Secundário	S5, S7
		- Escola com Ensino Básico e Secundário	S2, S3, S4, S6, S8, S9, S10, S11
		- Antiga escola industrial	S2, S5
	D3. Clima relacional entre os diferentes elementos da comunidade educativa	- Muito Bom	S9, S11
		- Bom	S1, S2, S3, S4, S6, S7, S8
		- Razoável	S5, S10
		- Mau	
	D4. Expectativas dos jovens � saída do ensino secundário	- Conclusão para inserção imediata (?) no mercado de trabalho	S1, S2, S3, S5, S6, S10
		- Tanto para inserção no mundo do trabalho como para prosseguimento de estudos	S7, S8, S9, S11
	D3. Adequação do PE às necessidades dos alunos e demais agentes da comunidade educativa	- Desadequaç�o relativamente às expectativas dos jovens (mais cursos tecnológicos ou outro tipo de ofertas)	S1, S3, S4, S6, S9, S10
		- Desajuste entre a oferta dos cursos e as	S1, S3, S4, S6, S9, S10

	<p>D4. Identificação de experiências que se configurem Boas Práticas</p>	<p>necessidades dos alunos</p> <p>- Implementação de Projectos para o desenvolvimento de competências de diferentes domínios, nomeadamente, cognitivo, afectivo-comportamental, social, cultural entre outros, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sala de explicações • Gabinete de orientação e intervenção disciplinar • Educação sentimental • Recuperar o sonho • Vencer o exame • Laboratório vivo • Atelier das artes • Observatório de escola • Aprender a aprender • À conquista da Matemática • Os Infantes – jovens repórteres • Atendimento aos jovens • Atelier de artes plásticas 	<p>S2, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S10, S11</p> <p>S2</p> <p>S3</p> <p>S3</p> <p>S3</p> <p>S4</p> <p>S4</p> <p>S4</p> <p>S4</p> <p>S5</p> <p>S5</p> <p>S5</p> <p>S6</p> <p>S6</p>
--	---	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Adopção da ribeira da Laje S8 • Escolas Associadas da UNESCO S8 • Oficina da Matemática S8 • Oficina das ideias S8 • Tutorias S8 • Património da Concelho de Oeiras S8 • Educação ambiental S8 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Projecto Pais S9 • CRE-acção S9 • A magia da imagem S9 • Saud@vel S9 • Netlink S9 • P@ciência S9 • Artes plásticas S9 • Rádio activa S9 • AVES – Fundação Manuel Leão S9 • Observatório da escola S9 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Atelier de educação geográfica S10 • Cerâmica e artes plásticas S10 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Matematicamente ajudando S11 • Aventura S11 • Assembleia Municipal S11 • Assembleia da República S11 • A cidade e o território S11 • Olimpíadas da Matemática e da Física S11 	

		- Satisfação, por parte da escola, dos interesses e ansiedades dos jovens.....	S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11
--	--	--	---

GRADE DE UNIDADES DE REGISTO E CONTEXTO DOS PROJECTOS EDUCATIVOS

CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO (UR)	UNIDADES DE CONTEXTO (UC)
A. Projecto Educativo	A1. Grandes opções do Projecto Educativo (PE)	<ul style="list-style-type: none"> - Não tem Projecto Educativo - Desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos alunos - Oferta formativa diversificada e de perfil tecnológico - Combater o insucesso - Gestão e humanização de espaços e recursos - Formação de professores - Combater a falta de acompanhamento dos Ensinos de Educação (chamar os pais à escola) - Melhorar as dinâmicas dos órgãos de gestão intermédia 	<p>S7</p> <p>S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11</p> <p>S2, S4, S5, S6, S8, S9</p> <p>S1, S2, S3, S4, S5, S8, S9, S10, S11</p> <p>S4, S5, S8, S9, S10, S11</p> <p>S4, S5, S9, S11</p> <p>S6, S8, S9, S10</p> <p>S2, S4, S9, S11</p>
	A2. Objectivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Relações pessoais - Higiene e segurança 	<p>S1, S2, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S10, S11</p> <p>S1, S4, S5, S6, S8, S9, S10, S11</p>

	<p>A3. Identificação de experiências que se configurem Boas Práticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sexualidade - Cidadania - Desenvolvimento de uma consciência ecológica .. - Prevenção de comportamentos de risco - Combater a indisciplina - Combater o absentismo - Colmatar a falta de pré-requisitos dos alunos fomentando a sua autonomia no processo de ensino-aprendizagem - Parcerias - Centro de Aprendizagens com a designação de “Centro de explicações” - Grande investimento em cursos de oferta própria em adequação com a procura dos alunos e um equilíbrio com o mercado de trabalho - Avaliação aturada da acção educativa - Projectos para combater o absentismo e promover a inclusão 	<p>S1, S3, S9, S10</p> <p>S1, S2, S3, S5, S8, S9, S10, S11</p> <p>S5, S8, S9, S10</p> <p>S1, S2, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S10, S11</p> <p>S3, S8, S9, S10</p> <p>S3, S8, S9, S10</p> <p>S6, S8, S9, S10, S11</p> <p>S1, S2, S4, S5, S6, S9, S10, S11</p> <p>S2, S8, S9, S10</p> <p>S2, S5, S8, S9</p> <p>S2, S5, S8, S9, S11</p> <p>S2, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S11</p>
--	---	---	--

QUESTIONÁRIO

I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola: _____

Tipologia: EB2.3
 EB2.3/S
 S
 Outra _____

II . CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA / COMUNIDADE EDUCATIVA

1.1 Caracterização do Meio

1.2 Caracterização - Recursos Físicos

- Infra-estruturas

Recursos	Qualidade				Adequação (população escolar/ necessidades pedagógicas)			
	Muito boa	Boa	Suficiente	Má a)	Muito boa	Boa	Suficiente	Má a)
Biblioteca / Centro de Recursos				1				2
Laboratórios / Oficinas				3				4
Salas de Informática				5				6
Salas de Aula				7				8
Equipamentos desportivos				9				10
Outros				11				12

a) Justifique, utilizando as 'notas' como referência:

1.3 Caracterização - Recursos Humanos

N ° de Docentes _____

Situação profissional

- QND
- QZP
- Contratados profissionalizados
- Contratados não profissionalizados

	Valores em %			
	Mobilidade (Docentes que se mantiveram na escola nos últimos 5 anos)	0 – 25	26 – 50	51 – 75
	Valores em %			
	≤ 25	26 – 40	41 – 50	≥ 50

Alunos

N.º total de alunos _____

Total de alunos por Ciclo	Valores em %		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário

Taxa de Insucesso	Valores em %		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário

Taxa de abandono escolar	Valores em %		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário

Expectativas dos alunos em relação ao futuro: (assinale com X as situações dominantes na escola)

- Ingressar no mercado de trabalho
- Concluir a escolaridade obrigatória para ingressar no mercado de trabalho
- Concluir o ensino secundário para ingressar no mercado de trabalho
- Prosseguir para o Ensino Superior

Encarregados de Educação

Habilitações literárias	Ler e escrever	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Ensino Secundário	Curso Superior

(assinale por ordem de frequência 1º, 2º, 3º)

Situação profissional / Sector de actividade dominante	Primário	Secundário	Terciário	Desempregado	Outra

(assinale por ordem de frequência 1º, 2º, 3º)